

VALERIA FLORIANO MACHADDO

**“Diatribes viperinas e digressões quixotescas”: debates intelectuais e projetos educacionais na década de 1950.**

Tese apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Doutor, pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia, do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Tarcisa Silva Béga.

CURITIBA

2009

VALERIA FLORIANO MACHADDO

**“Diatribes viperinas e digressões quixotescas”: debates intelectuais e projetos educacionais na década de 1950.**

CURITIBA  
2009

*“Mas então, “pensou Alice,” eu não vou nunca ficar mais velha do que sou agora? Isso é um conforto, de qualquer maneira... nunca ficar velha... e então... ter sempre que estudar. Oh! eu não gostaria disso!”*

*(Lewis Carroll)*

Para Raíssa, Victória e Isadora

## Agradecimentos

Isso serviu como um lembrete de meu papel no descaso venenoso, mas predominante, com que a maioria dos seres humanos contempla seus semelhantes, ignorando suas cronologias e seus períodos mais tenros, suas cartas, seus diários, os locais de juventude e maturidade, seu banco escolar e suas festas de casamento.

Alain de Botton

As primeiras reflexões acerca do tema foram instigadas por Iria Zanoni Gomes, que me presenteou com “Diário de um Crítico” de Temístocles Linhares e deu o “empurrão” para pensar num projeto de tese para o doutorado. Motivada pela novidade procurei Maria Tarcisa Silva Béga, que já havia apostado no escuro quando decidiu me orientar no trabalho de conclusão de curso em 1991. Recebi de Maria Tarcisa, apoio incondicional e total liberdade para a elaboração das inúmeras versões deste trabalho. A confiança depositada, desde sempre, reforça os laços afeto e respeito – que se traduzem em admiração.

À Alexandro Dantas Trindade e Simone Meucci, componentes da banca do exame de qualificação. Suas sugestões acompanharam a elaboração deste trabalho, influenciando a própria estrutura. A Simone Meucci devo a atenção dispensada e a generosidade com que seguiu as diferentes etapas desta pesquisa, suas sugestões orientaram, definitivamente, a formatação final.

À professora Cimeia Bevilaqua que gentilmente intermediou o contato com Hugo de Barros. Ao Dr. Hugo de Barros, agradeço pela longa conversa esclarecedora em torno dos atores que fazem parte do meu objeto de pesquisa, como também a sua disponibilidade em mostrar o acervo da família.

À Dionei José da Silva, Secretário dos Órgãos Colegiados da Universidade Federal do Paraná, que permitiu o acesso às Atas do Conselho Universitário e me cedeu um espaço para efetuar a pesquisa.

A realização da pesquisa se tornou mais viável devido ao espaço dispensado à pesquisa na Faculdade de Ciências Humanas Letras e Artes da Universidade Tuiuti do Paraná. No Curso de História tenho compartilhado, nos últimos dez anos, a experiência da construção constante – implicando em referências importantes

no/para meu exercício profissional. O apoio recebido de todos (as) colegas e alunos foram fundamentais para conciliar a jornada tripla de trabalho.

À Sidinalva Wawzyniak, Roseli Boschilia e Wilma Bueno cujo apoio foi fundamental em diferentes momentos. A primeira, sobretudo, pelo exemplo de força e companheirismo que se confirmou na última década de convívio profissional.

Aos colegas e amigos do programa de pós, especialmente Ana Lucia Lemos de Lima, Ivana Lima, Neda Mahtadi Doutsdan e Rafael Ginane Bezerra, com quem compartilhei as “inquietações” acadêmicas e as “tensões” geradas por uma tese infundável.

Ao professores da linha “Cultura e Sociabilidades”, especialmente Ana Luiza Sallas e José Miguel Rasia pelas sugestões certeiras nos seminários de pesquisa.

À Sueli Helena Sales que me socorreu e orientou nos inúmeros atropelos da burocracia institucional.

Ao Guioseppe Sandri devo a recuperação dos arquivos da tese engolidos por uma pane tecnológica e a organização dos milhares de arquivos escondidos.

À Léa Biasuz, Marizete Hoffmann, Pedro Leão, Silvana Princival, Simone Dalke, Walfrido Oliveira e Tatina Marchetti, pela cumplicidade neste caminho e tantos outros. Referências de afeto, lealdade e carinho, me fizeram dimensionar o sentido da amizade.

À minha irmã Leca, à Fernanda, ainda que distante, é prima querida e a minha mãe Regina, mais do que um exemplo é minha referência.

Ao Erivan Cassiano, que esteve “mais que” presente durante a feitura deste trabalho. Além dos mil livros emprestados, contribuiu com críticas instigantes e me ajudou a ordenar o caos. Sua presença deu mais sentido a esta história.

## SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	IV
LISTAS DE SIGLAS .....	VIII
RESUMO .....	IX
INTRODUÇÃO .....	1
CAPÍTULO 1- UMA CRÔNICA DO ACONTECIMENTO.....	13
I – “CASO BRUNO ENEI” .....	15
II – CENSURA E DENÚNCIA: O SEQÜESTRO DA REVISTA <i>ANHEMBI</i> .....	17
III – QUANDO AS ESCARAMUÇAS DEIXARAM DE SER LOCAIS: A PUBLICIDADE NACIONAL DO ACONTECIMENTO.....	24
IV – EMBATES EM TORNO DA DIREÇÃO DA FACULDADE DE FILOSOFIA .....	28
V – EXPURGOS E MUTILAÇÕES SOB NOVOS HOLOFOTES.....	36
CAPÍTULO 2- ENTRE O SUJEITO E A AÇÃO, UMA CATEGORIA: A CONSTRUÇÃO DO INTELCTUAL.....	48
2.1 INTELCTUAIS: VERBETES E DEFINIÇÕES .....	49
2.2 UMA GÊNESE DO INTELCTUAL: O CASO DREYFUS.....	51
2.3 IMPRESSÕES E DEFINIÇÕES: REFLEXÕES NORMATIVAS E REPRESENTAÇÕES DO INTELCTUAL.....	56
2.4 - SOCIOLOGIA DO INTELCTUAIS .....	63
CAPÍTULO 3 – INTELCTUAIS E O SISTEMA EDUCACIONAL DOS/NOS ANOS DE 1950: DA GÊNESE À DEFLAGRAÇÃO DAS POLÊMICAS ENTRE CATÓLICOS E LIBERAIS – ENTRE O LOCAL E NACIONAL.....	71
3.1 I CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO:A ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E OS ESTUDOS DOS PROBLEMAS EDUCACIONAIS BRASILEIROS .....	74
3.2 A ORDEM E OS BANDEIRANTES: INTELCTUALIDADE CATÓLICA E SUAS ORIENTAÇÕES .....	82
3.3 - AS REFORMAS EDUCACIONAIS E O MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO NOVA (1932) .....	87
CAPÍTULO 4 – INTELCTUAIS E IDEAIS DE MODERNIDADE: AS FACULDADES DE FILOSOFIA, 1930-1950. ....	104

<b>4.1 PROJETOS PAULISTAS DE FACULDADES DE FILOSOFIA.....</b>	<b>110</b>
<b>4.2 A UNIVERSIDADE DO PARANÁ.....</b>	<b>116</b>
<b>4.3 FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DO PARANÁ .....</b>	<b>124</b>
<b>4.4 A MUDANÇA PROVOCADA: IDÉIAS E IDEAIS DE MODERNIDADE NOS ANOS 50.....</b>	<b>133</b>
<b>CAPÍTULO 5 – ENTRE “IDÉIAS E FATOS” E O “JORNAL DE 30 DIAS”: A PUBLICIDADE DO CONFLITO .....</b>	<b>142</b>
<b>5.1 VOZES REVISTA CATÓLICA DE CULTURA.....</b>	<b>149</b>
<b>5.2 REVISTA ANHEMBI .....</b>	<b>152</b>
<b>5.3 - “IDÉIAS E FATOS” E O “JORNAL DE 30 DIAS” / MEIO E MEDIÇÃO: CRÔNICAS DO CONFLITO.....</b>	<b>156</b>
<b>CAPÍTULO 6 – RE-INTERPRETANDO O ACONTECIMENTO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>176</b>
<b>BIBLIOGRAFIA E FONTES .....</b>	<b>191</b>
<b>FONTES .....</b>	<b>191</b>
<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>195</b>

## **LISTAS DE SIGLAS**

- ABE – Associação Brasileira de Educação
- APE – Associação Paranaenses dos Escritores
- CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
- CEB – Circulo de Estudos Bandeirantes
- CNPQ – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
- ELSP – Escola Livre de Sociologia e Política
- INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
- ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros
- UB – Universidade do Brasil
- UBE – União Brasileira de Escritores
- UDF – Universidade do Distrito Federal
- UMCC – União dos Moços Católicos de Curitiba
- UP – Universidade do Paraná



## RESUMO

A partir de um conflito que, primeiramente, se manifestou entre os professores da Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná e das decorrentes posições assumidas, pretendeu-se identificar os espaços ocupados no campo intelectual, reveladores de diferentes encaminhamentos frente a um projeto nacional de educação. Neste sentido, a formação de grupos na Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná, e os conflitos daí decorrentes, revelam não apenas os embates internos, mas também, e principalmente, a inserção destes em determinado campo intelectual. A participação em associações, em grupos de estudos, em revistas literárias ou em espaços de circulação de idéias, indicam as relações que os atores estabeleceram no campo intelectual local e nacional, uma vez que, se pode dizer, as publicações de artigos em revistas de circulação nacional, apontam para concepções teóricas e políticas que se constituíram em elementos de diferenciação entre os grupos. Neste sentido, analisa-se o papel dos intelectuais e suas tomadas de posições frente aos debates educacionais, na década de 1950, e que culminaram nas discussões em torno do projeto de Lei das Diretrizes e Bases da Educação.

## Introdução

O que restaria ainda a ser dito sobre uma briga entre dois seres humanos? Se forem humanos comuns, a briga pode ser interessante para um psiquiatra, como exemplo das formas de expressão, freqüentemente caprichosas, das paixões humanas. Ele *esclarecerá a briga, segundo sua formação ou suas convicções*, como resultante da agressividade inata dos seres humanos, como resultado de um excesso de frustrações, ou como seqüela de uma rivalidade recalcada entre irmãos ou irmãs na infância. Se forem seres humanos que desempenharam papel importante na determinação do destino de seu próprio país, a briga interessará historiadores. Estes considerarão a briga como um acontecimento único, tentarão descobrir os motivos pessoais dos envolvidos e situá-los no interior de seu contexto histórico irrepitível.

Norbert Elias

As sociedades, como sugere Norbert Elias, “não são nada além de indivíduos conectados entre si”, indivíduos que dependentes da sua língua, de sua identidade, de seu conhecimento e de sua situação de classe, são também, dependentes uns dos outros, posto que interligados por inúmeras relações. Neste sentido, até mesmo os conflitos de classe se notabilizam “entre seres humanos individuais”, mas mais que meramente pessoais e singulares, remontam às lutas de várias gerações, aos antagonismos entre diferentes campos, ou ainda, disputas pela imposição de idéias numa determinada configuração social (ELIAS, 2006). Assim, instigados preliminarmente pelas observações do sociólogo alemão, objetivamos, neste trabalho, apresentar um conflito ocorrido na Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná - portanto, aparentemente local, mas que alcançou grande divulgação através de jornais diários e revistas de cultura - tornando-se apêndice de uma ampla discussão nacional em torno da configuração e do controle do campo intelectual na área da educação a partir da segunda metade da década de 1950.

Fundamentalmente o início dos embates, e seu acirramento, teve como estopim um concurso público para professor, realizado em 1955, e as reclamações decorrentes de seu resultado, dadas supostas irregularidades no encaminhamento do processo. As críticas apontavam para a necessidade de se moralizar as

universidades, através da instauração de um *ethos* acadêmico, que se notabilizaria, no deslindar das discussões, compatível com um projeto educacional que se pretendia construir. Assim, buscamos reconstituir aqui o embate a partir da sua publicidade, identificar os atores envolvidos - suas impressões - e os seus desdobramentos.

A publicidade dos conflitos, que revelou, desde 1955, acontecimentos ocorridos no interior da Universidade do Paraná, passou a ser discutido juntamente com outras questões referentes às Universidades brasileiras, principalmente no que se referia a seu próprio papel. A divulgação das polêmicas locais se deu, primeiramente, a partir de notas na Revista *Anhembi*<sup>1</sup> contra a figura do Diretor da Faculdade de Filosofia, professor Homero Batista de Barros.

O Paraná vivia, então, um momento em que um projeto de modernização e um ideal de modernidade ocupavam a agenda local. O cenário se caracterizava pelo incentivo à cafeicultura, na qual o número de propriedades agrícolas havia se elevado de 90 mil para 270 mil. As áreas cultivadas passaram de 1 350 000 ha para 3 471 000 ha. A população, que em 1920 era de 685 000, crescera para 2 115 000 em 1950<sup>2</sup>. A indústria de beneficiamento e transformação contemplava 84% da produção industrial. (PINHEIRO MACHADO e WESTPHALEN: 1969).

A Comemoração do primeiro Centenário da Emancipação Política, em 1953, teve em Curitiba o palco apropriado para anunciar a modernização que se vislumbrava. A implantação de algumas obras definidas pelo Plano Agache incrementou o uso racional do espaço, que se pretendia planejado, racional e moderno e que começava a modificar a paisagem de sua capital. A construção do Centro Cívico, do Teatro Guaíra, do Prédio da Biblioteca Pública e do Colégio Estadual do Paraná eram obras marcadas por formas modernas e grandiosas e que

---

1 A Revista *Anhembi*, um projeto desenvolvido por Paulo Duarte, no qual buscava inserir no mercado editorial nacional um veículo de comunicação que se tronasse uma alternativa às revistas sensacionalistas do período. Criada em dezembro de 1950, o mensário de cultura circulou até novembro de 1962 e se caracterizou pelo tom polemico do seu Diretor, Paulo Duarte, que criou a revista logo após seu desligamento do Estado de São Paulo. Com a publicação da revista, pretendia dar espaço para publicação de pesquisas de intelectuais brasileiros e estrangeiros. A este respeito, ver parte 2, deste trabalho.

<sup>2</sup> O Paraná foi palco, dentre outros, da “rebelião dos posseiros do Sudoeste”, conhecido principalmente pela acusação do envolvimento das autoridades estaduais junto às companhias de terra. Sobre este tema ver: GOMES (2005).

pareciam atestar a renovação da capital do Estado. Um novo Paraná se assentava sob a égide de uma capital de grande envergadura.

A gestão do governo de Bento Munhoz da Rocha Neto (1950-1955)<sup>3</sup>, ao mesmo tempo em que “foi considerada pela maioria dos intelectuais da época como produtora de idéias” conferindo “ao Paraná sua primeira identidade” e inserindo-o “no contexto nacional, onde conquista ainda para o Estado dois cargos federais: Carteira de Crédito Agrícola do Banco do Brasil (CREAI) e Instituto Brasileiro do Café (IBC)” (MAGALHÃES, 2001:56) – foi também caracterizada, pela população do norte e sudeste, como elitista ao ter, supostamente, privilegiado a cidade de Curitiba em detrimento do Paraná rural. Da mesma forma que a gestão de Bento Munhoz da Rocha Neto, o governo de Moyses Lupion se assentou em torno do tema da industrialização e modernização do Paraná em consonância com o projeto nacional

4.

Este contexto pode ser notado a partir, também, da produção intelectual do período. Em 1953, por exemplo, Temístocles Linhares<sup>5</sup> enfatizava as transformações da última década como um marco sem precedentes na experiência econômica e social, destacando as especificidades regionais em relação a outras regiões

---

<sup>3</sup> Bento Munhoz da Rocha Neto venceu com a coligação denominada “Frente Democrática” uma aliança entre: Partido Libertador (PL); Partido Republicano (PR); Partido da representação popular (PRP); Partido Social Trabalhista (PST) e União Democrática nacional (UDN)

<sup>4</sup> Moyses Lupion foi eleito com 40,9% dos votos em 1955, quando concorreu contra Mario Batista de Barros (PTB/PR), Othon Mader (UDN), Luis Tourinho (PSP) e Carlos Osório (PSB) (ANDREAZZA E TRINDADE, 2001) (MAGALHÃES, 2001)

<sup>5</sup> Temístocles Linhares ( 11/02/1905- ) Formado em Direito na Universidade do Paraná e especialização em Literatura na Universidade de Buenos Aires (direção de Ricardo Rojas). Em 1938, foi nomeado Catedrático da Universidade do Paraná. Entre 1965-1967 foi professor de literatura brasileira e História do Brasil na Universidade de Lisboa. Colaborou, como crítico literário e como cronista, nas revistas Anhembi, do Livro e Joaquim. Publicações: 1949- Eça de Queiroz, um caso de ressentimentos. Curitiba, João Haupt.; 1953- Introdução ao Mundo do Romance; 1953- Paraná Vivo (1985 2ª edição); 1954- Nietzsche atual e inatual. Editora Universidade; 1956 – Tradução: Bola de Sebo e Pai Milton de Guy de Maupassant. São Paulo Martins; 1957- Raul Pompeia. Editora José Olympio; 1959, 1962, 1966- Interrogações, 3 séries. Editora José Olympio; 1961- A esperança do parlamentarismo. Curitiba, Editora da Universidade Federal do Paraná; 1964- Jornal da Europa, viagem. Editora J; 1965- A nacionalização das literaturas hispano-americanas. Editora Cabela. Porto Alegre; O crítico do modernismo. Florida. Ed. University of Miami; 1967- Contos escolhidos de machado de Assis (com introdução e notas). Editora José Olympio; 1968- Antologia do moderno conto português. Editora Civilização Brasileira; 1969- História Econômica do Mate. Rio de Janeiro. Editora José Olympio; 1973- 22 diálogos do romance brasileiro atual. Rio de Janeiro. Editora José Olympio; 1976 – Primado do Nacional – a problemática das literaturas hispano americanas. São Paulo. Editora Conselho Estadual de Cultura; - Paraná. Coleção Nosso Brasil. Rio de Janeiro. Bloch; - Introdução ao Mundo do Romance. São Paulo. Editora Cultrix. 1974, traduziu Pioneering on South Brazil de Thomas Plantagenet Bigg-Wither (1845-1890). (MILLARCH, Aramis. Jornal “Estado do Paraná”, pag.04 em 14/02/1975; Linhares, 2001).

brasileiras:

(...) não se quer dizer, é claro, que seja preciso optar entre ser paranaense e ser brasileiro. Ser paranaense é as duas coisas ao mesmo tempo. E a sua sabedoria tem consistido justamente em complementar uma coisa com outra, em harmonizá-las, mas, por outro lado – também é preciso considerar –, à medida que a sua experiência se enriquece a sabedoria se torna mais difícil, como uma adaptação da conduta ao saber que ela é. Em todo o caso, continua o Paraná a realizar um gênero de vida aberto, que implica numa série de compromissos de lugar, data, família, meio, caráter, criando, por assim dizer, uma mitologia que lhe fala de perto, no qual se torna lícito a cada paranaense buscar sua própria fábula (LINHARES, 1985:260)

De maneira similar, Wilson Martins<sup>6</sup>, em “Nota para a segunda edição” de “*Um Brasil Diferente: ensaio sobre o fenômeno de aculturação no Paraná*”<sup>7</sup>, sugeria, em 1989, que a obra deveria ser lida no contexto de sua produção:

Este é um livro de 1955. Não me refiro ao ano da edição original, mas à sua data intelectual e historiográfica, pois fixa a configuração sociológica do Paraná tal como se apresentava no momento em que – completado o processo aculturativo aqui descrito – começava a modificar-se com as maciças migrações internas, a expansão econômica, a ocupação progressiva do território, a diversificação das culturas, o desenvolvimento industrial e concomitante urbanização (fatores interdependentes e simultâneos, como se sabe), enfim, todo o processo modernizador que tornou diferentes de si mesmo, no dias que correm, aquele Brasil que até então era apenas diferente da imagem tradicional e convencional proposta pelos lugares-comuns de país tropical definido pelo triângulo em polígono, o que ainda não se havia percebido e que muitos, mesmo depois disso, se recusam perceber.

(...) A primeira edição foi dedicada ao então governador Bento Munhoz da Rocha Neto, cujos interesses políticos se avaliam à sólida cultura intelectual que sempre o distinguiu na vida brasileira – e a quem se deve a inestimável generosidade de tornar possível o aparecimento do primeiro livro que procurava investigar a múltipla influência da imigração estrangeira na formação e conformação do Paraná. (MARTINS, 1989:XVII)

Temístocles Linhares e Wilson Martins, da mesma forma que nos dão pistas para uma possível caracterização do período em estudo, foram também

---

<sup>6</sup> Martins nasceu em São Paulo em 1921, bacharel em Direito pela Universidade do Paraná e doutorado em Letras pela mesma Universidade. Foi bolsista do Governo Francês entre 1944-48 e foi catedrático de Literatura Francesa na Universidade Federal do Paraná (1952/1962). Passou a viver nos Estados Unidos (1962) foi professor visitante da Universidade Kansas (1963-1964) foi professor associado na Universidade de Wisconsin-Madison (1965 – 1991) foi professor titular de Literatura Brasileira na New York University. Atua como crítico literário e colaborador em jornais nacionais até os dias atuais. De suas obras destacamos: *O Modernismo* (1965); *História da Inteligência Brasileira*; *A Crítica Literária no Brasil*; *Um Brasil Diferente*; *Pontos de Vista – Crítica Literária*; *A Palavra Escrita*.

<sup>7</sup> No que se refere à análise da obra de Wilson Martins ver: OLIVEIRA (2004) e MEUCCI (2007)

protagonistas dos eventos que afetaram a tranqüilidade da Faculdade de Filosofia, de que falávamos acima. Ambos se posicionaram tanto frente ao embate local, bem como em relação às questões debatidas na configuração nacional.

Professores vinculados à Universidade do Paraná, ambos pensaram o Estado e se inseriram nos debates nacionais em torno da Educação. Suas posições podem ser avaliadas a partir de suas respostas a um *Inquérito*, promovido pela Revista *Anhembi* sobre a situação da Educação no Brasil<sup>8</sup>. Enquanto Martins destacaria a importância de uma política educacional para a superação do atraso, caracterizando a educação como uma instituição que não cumpria as suas finalidades, Linhares ressaltava o sucesso do ensino primário no Paraná, definindo como degradante a situação do ensino secundário. Assim como Wilson Martins, Temístocles Linhares assinala a falta de uma legislação ou de uma política de educação que orientasse e definisse a atuação dos professores.

A participação de ambos num debate que, ainda que nacional, até então se mostrava ausente da participação paranaense, parece sugerir que o envolvimento, de Linhares e Martins, através da inserção promovida pelas posições tomadas frente aos problemas atrelados ao campo educacional, mirava o seu ingresso e seu conseqüente reconhecimento no campo intelectual nacional.

Cabe observar, porém, que as questões referentes ao problema educacional no Brasil não eram temas inéditos para a intelectualidade paranaense. O Paraná havia sediado o I Congresso Nacional de Educação, em 19 de dezembro de 1927, promovido pela Associação Brasileira de Educação, no qual a participação do professor Lysimaco Ferreira da Costa<sup>9</sup> foi fundamental – tanto para inserir o Paraná no debate nacional, quanto para dar publicidade da implantação das propostas da “Escola Nova” no cenário local. Para Fernando de Azevedo (1976:153), Lysimaco Ferreira da Costa, Lourenço Filho, Carneiro Leão e Anísio Teixeira haviam orientado

---

<sup>8</sup> A Revista *Anhembi*, iniciou o inquérito sobre a condição do ensino no Brasil requisitando aos Educadores brasileiros um parecer sobre o tema. Em editorial publicado em setembro de 1953 afirmou que foram os únicos a responder. Contudo, não havia referências que indicavam se outros educadores do Paraná foram interpelados para participar do inquérito.

<sup>9</sup> Lysimaco Ferreira da Costa (13/01/1884). Foi professor de Física e Química do Ginásio Paranaense e Escola Normal. Em fevereiro de 1920 foi nomeado Diretor do Ginásio Paranaense e Escola Normal. Assumiu no mesmo ano a cadeira de Pedagogia da Escola Normal. Membro fundador da Associação Brasileira de Educação. Sobre o autor ver: COSTA (1989)

o país “*para renovação escolar, semeando novas idéias, e técnicas pedagógicas, promovendo realizações e organizando planos de reformas parciais ou globais, mas todas limitadas ao ensino primário e aos seus problemas fundamentais*”.

Falecido em 1941, Lysimaco Ferreira da Costa acabou por deixar uma lacuna no movimento para a renovação da plataforma educacional, tema que voltaria a agenda local na década de 1950 com o debate em torno da aprovação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, num período em que se iniciava uma série de ações que buscavam a institucionalização da pesquisa e ampliação dos espaços acadêmicos no Brasil e no qual a racionalidade e o planejamento eram elementos determinantes para desenvolvimento econômico, político e social.

Por fim, Temístocles Linhares e Wilson Martins – “intelectuais que viveram *um novo surto de desenvolvimento*, muitas vezes ligados aos poderes públicos, e que ao perceberem as aparências evidentes ou ocultas, as avaliaram e registraram” (BURMESTER, PAZ e MAGALHÃES, 1986:146) – marcavam suas posições no momento em que o “espetáculo da prosperidade” se assentava no discurso da “modernidade no/do Paraná”. Foram, portanto, espectadores e intérpretes deste processo, se posicionando frente às questões nacionais, num mesmo contexto que outros atores que participavam na configuração do campo intelectual entravam em disputa pela legitimidade em torno do projeto educacional.

### **Os atores e sua participação**

Após a Segunda Guerra Mundial - diante da crise social em escala mundial que exigia a reconstrução de todas as esferas da vida social, bem como o conhecimento efetivo sobre a realidade nacional - viveu-se um contexto propício para a reorganização do sistema de ensino no Brasil.

Assim, ao mesmo tempo em que o Estado passava a investir em pesquisas, algumas instituições começavam a se constituir: Fundação Getúlio Vargas; Faculdade Nacional de Ciências Econômicas; Laboratório de Estatísticas do Instituto Brasileiro de Estatística (IBGE); Projeto ANHEMBI/UNESCO; Organização do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CAPES). (COSTA PINTO: 1955). Da mesma forma, os Centros de Pesquisas regionais cresciam e se fortaleciam, ainda que

fossem escassos os recursos.

O Instituto de Pesquisas da Amazônia (IPA) se instalou em Manaus a partir do acordo com a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), sendo que os baixos recursos permitiam apenas a publicação de trabalhos de pesquisadores isolados.

No Ceará, em 1955, passava a funcionar o curso de Ciências Sociais na Faculdade de Filosofia. Até então a única Faculdade de Filosofia do estado era a católica, fundada pelos irmãos maristas em 1947.

Pernambuco, contava com três Faculdades de Filosofia - a da própria Universidade de Pernambuco, a católica Faculdade Manoel da Nóbrega e a do Recife, das Irmãs Dorotéas. As pesquisas eram realizadas no Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisa Social, criado em 1949 por iniciativa de Gilberto Freyre e vinculado ao Ministério da Educação e Cultura.

Na Bahia foi criada, em 1951, a Fundação para o Desenvolvimento da Ciência e que promovia pesquisas a partir do convênio entre a Universidade de Columbia e a Secretaria de Educação do Estado.

Minas Gerais fundou em 1950 o Instituto Mineiro de Estudos Sociais (IMESO).

No Rio Grande do Sul a Universidade Católica criou um Instituto de Pesquisa, mas a falta de recurso no início da década de 1950 não possibilitou o seu avanço.

No Paraná foi criado em 1951, anexo à Reitoria da Universidade do Paraná, o Instituto de Pesquisas da Faculdade de Filosofia, subvencionada pela Universidade e que recebia verbas da Faculdade de Filosofia e do Conselho Nacional de Pesquisas (CNP). Viu-se, também, no estado, a construção do complexo da Reitoria, que buscava expandir a capacidade física da Universidade, bem como a ampliação do quadro docente devido à oferta de novos cursos de graduação e pós-graduação<sup>10</sup>. Da mesma forma, nesse período, teve início uma significativa reforma

---

<sup>10</sup>Em cinco de abril de 1911, foi instituído o decreto nº 8659 – Reforma Rivadávia, no qual o Ministro da Instrução Pública Rivadávia Correia tornou livre o ensino superior no Brasil. A “reforma” motivou Victor Ferreira do Amaral, Nilo Cairo e Pamphilio Assumpção a criar a Universidade do Paraná, em 19



universitária, sendo que foi nesta conjuntura que se iniciaria a série de embates entre a Universidade do Paraná e a Revista *Anhembi*, bem como com a *Revista de Cultura Vozes*.

Ainda que o quadro de mudanças do ensino superior só possa ser pensado em articulação com as necessidades de reformas econômicas, políticas e sociais do período, cabe ressaltar que a fundação da Universidade de São Paulo (1934), bem como do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (1947) e da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (1948) deram um novo rumo para o perfil acadêmico no Brasil. Assim, da mesma forma que a década de 1950 marcou rumos do ensino superior no Brasil - pois com a federalização muitas instituições de ensino, particulares ou mantidas pelos estados, passaram a ser financiadas e/ou subordinadas ao Ministério da Educação do governo federal - definiu também uma nova configuração nos espaços universitários, dado que transformações significativas nas carreiras docentes se efetivaram, uma vez que professores catedráticos tornaram-se funcionários públicos federais. Assim, do catedrático ao professor-pesquisador, viu-se surgir, naquele período, um campo intelectual com atores participantes, críticos, colaboradores e/ou opositores das/nas decisões das políticas educacionais.

A Faculdade de Filosofia do Paraná, neste sentido, e da mesma forma, deve ser analisada a partir das determinações ocorridas com a federalização das universidades e também, ou principalmente, identificando a configuração do *campo intelectual* após os conflitos narrados durante este trabalho.

---

de dezembro de 1912. Na universidade recém criada eram ofertadas vagas para os cursos de Ciências Jurídicas e Sociais, de Engenharia Civil, de Odontologia, de Farmácia, de Comércio e de Obstetrícia e previa-se, ainda, a oferta para novos cursos para o ano de 1913. Em 27 de março de 1913 o governo do Estado, pela lei nº 1284, reconhecia oficialmente a Universidade, assegurando os direitos dos seus diplomados. Contudo, o desenvolvimento da instituição sofreu um revés com a "Reforma Carlos Maximiliano" - lei nº. 11530 de 16 de março de 1915 - que diminuía a autonomia do ensino superior, redefinindo a oficialização do próprio ensino, regulando as normas de equiparação das instituições particulares com as oficiais. A Universidade do Paraná, que neste período era uma instituição particular e autônoma, buscou o reconhecimento oficial de acordo com a nova lei. O Conselho Superior de Ensino indeferiu o pedido e a Universidade do Paraná foi desmembrada em faculdades isoladas (Engenharia, Medicina e Direito) sendo então equiparada às faculdades oficiais que estavam em funcionamento. Ainda tenha ocorrido o desmembramento, as três faculdades eram unidas por uma Direção que centralizava a administração. As faculdades de Direito e Engenharia foram reconhecidas em 19 de agosto de 1920 e a Faculdade de Medicina em 18 de fevereiro de 1922. Somente em abril de 1946 ocorreria a reestruturação da Universidade, pelo ato oficial da lei nº 9323. (FERREIRA FILHO: 1969: 249). Segundo Ruy Wachowski, em 1946 o reconhecimento oficial da Universidade do Paraná motivaria a mobilização a favor da federalização da instituição, que ocorreria em 4 de dezembro de 1950(WACHOWSKI,1983)

\*\*\*\*

A construção do objeto de pesquisa, e sua problematização, se conformaram a partir de determinadas opções teóricas. Neste sentido, utilizamos o conflito como ponto de partida para analisar a configuração do *campo intelectual*<sup>11</sup>.

A noção de *campo* se constitui num recurso que permite certa operacionalidade, no sentido de analisar os produtos culturais ( revistas, livros, artigos), bem como os seus produtores (os agentes que se manifestaram no conflito). Sendo o *campo* o território estruturado a partir de uma gama específica de interesses, faz-se necessário, para determinados *campos* existirem, segundo Bourdieu, idéias e instituições que lhes dêem apoio efetivo e assegurem sua existência. A compreensão do *campo intelectual*, assim como no *campo científico*, necessita do estudo das instituições que o legitimem. (ORTIZ, 2003).

Ainda que possamos definir, portanto, o *campo intelectual* como uma configuração que se estabelece a partir das relações objetivas - entre atores e suas posições - em diferentes espaços intelectuais, parece-nos útil acrescentar que estas mesmas posições se definem nas determinações que o campo impõe aos atores que nele participam.

Entendemos que Norbert Elias permite que pensemos a relação existente entre a estrutura social e as transformações no comportamento que, no caso desta pesquisa, se revela nas manifestações públicas em relação ao conflito. Da mesma forma que Elias (1994:55-63), ao analisar os manuais de boas maneiras, identificava os processos sociais determinantes na divulgação de novos padrões de comportamento, pode-se, no caso do conflito, perceber a importância das manifestações públicas na disseminação dos valores. Portanto, a questão que se apresenta neste momento é a da identificação dos segmentos intelectuais formadores destes conceitos. A noção de configuração se revela na teoria dos jogos como instrumento para pensar a interdependência e o jogo de forças – e decorrentes tensões - que daí se manifesta. A importância dada aos "eventos" e a determinados atores que dela participam, nos possibilita identificar as relações de poder, os grupos intelectuais e, principalmente, a relação entre os grupos antagônicos no *campo intelectual*. Assim, as redes de sociabilidade entre os integrantes do corpo docente

---

11 Sobre tal discussão, ver: ORTIZ (2003), PINTO (1999).

da Universidade constituíram uma marca fundamental na construção de uma identidade local - redes assentadas em certas concepções de mundo e por sobre elementos distintivos de status, de reconhecimento, de poder, caracterizada no consumo de capitais culturais - podem ser analisados a partir da ótica de BOURDIEU (1989;1996;1998;), de quem utilizamos o conceito de campo:

Campo é um espaço de luta de agentes e de instituições pelo monopólio da violência simbólica legítima no seu interior e pela posse do *capital* próprio desse campo. É nesse sentido que se pode falar do campo religioso, do campo político, do campo artístico, do campo educacional. As relações de força simbólicas que demarcam os limites de cada campo estão baseadas nas relações de força material entre grupos e/ou classes sociais, dominantes e dominados, mas de uma maneira tal que as dissimulam e as reforçam. Os campos têm diferentes graus de autonomização, isto é, graus com que o *capital* e as regras de disputa por sua posse estão definidos como próprios, não sendo redutíveis às dos demais. A autonomização dos campos não é uma necessidade intrínseca da sociedade, mas resulta das lutas em torno de interesses específicos de agentes e de instituições, tendo, sempre como base nas relações de força entre grupos ou classes. (CUNHA, 2005:2)

A partir desta noção, como dissemos anteriormente, é possível examinar a inserção dos atores envolvidos nos embates em diferentes espaços de sociabilidade, nos quais os acadêmicos tiveram participação efetiva. O sentido simbólico revelado nestes espaços seria resultado de relações afetivas, podendo ser hostis ou não, em relação às posições de poder que estes atores ocupavam.

Neste sentido, reitera-se aqui o nosso próprio de investigação: a partir do conflito que, primeiramente, se manifesta entre os professores da Faculdade de Filosofia e das decorrentes posições assumidas, é possível identificar espaços ocupados no campo intelectual, reveladores de diferentes encaminhamentos frente a um projeto nacional de educação. Posto isto, é possível afirmar, ainda que em tom de hipótese, que a formação de grupos na Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná, e os conflitos daí decorrentes, revelam não apenas os embates internos, mas também, e principalmente, a inserção destes em determinado campo intelectual. A participação em associações, em grupos de estudos, em revistas literárias ou em espaços de circulação de idéias, indicam as relações que os atores estabeleceram no campo intelectual local e nacional, uma vez que, se pode dizer, as publicações de artigos em revistas de circulação nacional, apontam para

concepções teóricas e políticas que se constituíram em elementos de diferenciação entre os grupos de professores da própria universidade do Paraná.

Assim, no primeiro capítulo, busca-se reconstituir através da leitura das atas do Conselho Universitário e dos artigos da Revista *Anhembi*, como também dos jornais locais e nacionais, a cronologia do embate travado entre a Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná e *Anhembi*.

No segundo capítulo – sustentando-se primeiramente na historicidade do conceito de *intelectual* e localizando-o em diferentes contextos e abordagens teóricas – pretende-se compreender os posicionamentos políticos e as práticas no *campo intelectual*. Esta *démarche* permitiu que pudéssemos também, além de classificar e circunscrever, o estatuto dos agentes que definiram os debates em torno da educação.

No terceiro capítulo analisa-se o papel dos intelectuais e suas tomadas de posições frente aos debates educacionais, entre as décadas de 1930 e 1940, e que culminaram nas discussões em torno da Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Neste sentido, entendemos como fundamental identificar o papel da Associação Brasileira de Educação, dos intelectuais católicos, das reformas educacionais e o impacto dos Manifesto dos Pioneiros da Educação.

No quarto capítulo se quer identificar os *ideais de modernidade* que embasaram as discussões sobre a educação nos anos de 1950. Neste sentido pretende-se analisar o papel das universidades objetivando vislumbrar os projetos de modernização e planificação nos sistemas de ensino.

O quinto capítulo busca identificar a intensidade do conflito no campo intelectual e que se manifestou através dos artigos publicados nas revistas *Vozes* e *Anhembi*, uma vez que as revistas tendem a organizar seu público, definindo os leitores que a reconhecem com uma *instância intelectual autorizada* (Sarlo e Altmirano, 1993). Assim, anunciam no *campo intelectual* quem são os “nós” e os “outros”. Independentemente do seu projeto criador, objetivos, intenções, compromissos e ideais, seja católica ou laica, a revista busca demarcar o lugar que ocupa no *campo intelectual*, como também define uma posição mais ou menos polêmica no que diz respeito ao campo intelectual.

Em linhas gerais, ao tornar público o conflito, e ainda ao utilizar as revistas e jornais como instrumento de divulgação, o que se revela é a luta entre os

possuidores de capitais diferentes que visavam a transformação ou manutenção do campo intelectual. As lutas que ocorrem no campo intelectual, revelam a oposição entre, de um lado os defensores de um modelo educacional fundado no pensamento católico e, de outro, os defensores da proposta do Estado, que definia a obrigatoriedade da educação pública<sup>12</sup>. Assim, se o que estava em jogo na rivalidade entre os participantes era o domínio do campo intelectual, ou o controle da legitimidade intelectual, o objetivo último – em todos os casos – parece ter sido a imposição de uma definição acerca do próprio papel do intelectual militante.

---

12 Não entendemos que se configura uma luta no campo de poder, onde estariam em jogo às imposições do campo religioso ou do campo científico. Por isso, utilizamos a teoria bourdiana na medida em que permite explicar as lutas nesta configuração específica que é o campo intelectual. (BOURDIEU, 1996)

## CAPÍTULO 1- Uma crônica do acontecimento

Anhemi é uma peça, num esquema de *infiltração*, a serviço de uma causa, cujos verdadeiros objetivos nem sempre nos é dado perceber. Tem um setor, a que denomina cultural. E um subsetor preferencial, de que se lhe procura, de antemão, garantir o controle: o universitário<sup>13</sup>.

Abelardo Ramos (1958)

Aí esta um paradoxo que só um país abandonado poderia verificar-se. A Faculdade de Filosofia é o centro mais importante de uma Universidade. Nela é que o aluno aprende a pensar. Sem uma Faculdade de Filosofia em princípio, não pode existir uma Universidade. Mas, na adiantada cidade de Curitiba, isso não acontece.

Paulo Duarte (1958)

Talvez uns setenta por cento de nossa História futura estão sendo construídos com rótulos trocados. Quem não tiver olhos para perceber a tática diabólica da *infiltração*, não possui meios para surpreender a marcha atual da realidade brasileira. Dorme sossegado junto à bomba-relógio, cuja existência nega, porque não vê.

Abelardo Ramos (1958)

Abelardo! Abelardo! Por que falar no século XIX? As últimas palavras do Abelardo revivam a velha hostilidade clerical contra centúria passada. Por que? Porque o século XIX foi o século da ciência positiva, do livre pensamento e do espírito crítico.(...)Desprezar estupidamente o século XIX, excelente Abelardo, é também uma confissão, e poupa-nos trabalho.

Paulo Duarte (1959)

A publicidade do acontecimento ocorrido na Universidade do Paraná pode ser visto como um apêndice de lutas ocorridas no cenário nacional. Não seria imprudente afirmar que nestes embates, local ou nacional, o que se pretendia era garantir o controle do campo intelectual na área da educação. O acontecimento<sup>14</sup>

---

<sup>13</sup> Grifos no original.

<sup>14</sup> Utilizamos neste capítulo a noção de acontecimento que segundo Sartre é “um fato que carrega uma idéia, quer dizer, um universal singular, porque limita a idéia carregada, em sua universalidade, por sua singularidade de fato *datada* e *localizada*, que tem *lugar* a certo momento da história nacional e que a resume e totaliza na medida em que é seu produto totalizado. Significa, na verdade, que o intelectual se acha, por isso mesmo, em constante confronto com o concreto e só pode lhe dar uma resposta concreta” (SARTRE: 1994:38).

local gradativamente nos revela as articulações com uma questão maior e que se refere aos compromissos dos diferentes grupos envolvidos frente ao projeto educacional nacional. A divulgação do conflito que ocorria dentro da Universidade passava, também, pela inserção dos participantes no campo editorial nacional e que, de certa maneira, aglutinava grupos antagônicos. Compreender os espaços ocupados no mercado editorial brasileiro, pelos envolvidos no embate parece-nos uma questão de relevante importância, para identificar as relações de poder que se instauraram no período, uma vez que a publicidade em torno do conflito, através das revistas de cultura e ciência e dos jornais, só se efetivou devido aos espaços dispensados por estes mesmos meios ao acontecimento. Enfim, as querelas acadêmicas, burocráticas e/ou institucionais foram - para todos os envolvidos no embate – reveladoras, e ao mesmo tempo determinantes, na *configuração* do campo intelectual nacional.

(...) acha um escândalo divulgar-se o que se passa dentro dela. Tão restrita é a inteligência dessa gente que somos considerados espiões e delatores de uns segredos e probleminhas de suas misérias e safadezas... A Universidade é uma espécie de firma pessoal para eles, cuja finalidade básica está em manter inviolável o seu sigilo, a sua escrita, nunca podendo ser passível de exame por espíritos desabusados como nós dois. <sup>15</sup>  
(LINHARES,2001: 94)

Podemos aferir a isto as conseqüências da própria institucionalização dos debates acerca da educação que marcaram as primeiras décadas do século XX. As posições que estes agentes ocuparam no campo educacional estariam ligadas as estratégias utilizadas para manter ou transformar a estrutura educacional então vigente. (BOURDIEU: 1984:171-173).

Antecedendo o “acontecimento” marcado pelo conflito entre Paulo Duarte e Homero de Barros, que é o objeto dessa pesquisa, veremos a primeira querela entre *Anhembi* e a *Faculdade de Filosofia* que parece se iniciar em de abril 1955. Em reunião do Conselho Universitário, no dia 15 daquele mês, o professor Laertes Munhoz<sup>16</sup>, apresentou o processo n. 76/55<sup>17</sup>, que versava sobre o recurso

---

<sup>15</sup> “Os espíritos desabusados como nós dois”, citado por Linhares, refere-se - além do próprio autor - a Wilson Martins. O texto, extraído de seu diário, data de 14 de fevereiro de 1959.

<sup>16</sup> Prof. Laertes Macedo Munhoz (1900-1967) foi catedrático da Universidade do Paraná. Inserido nos quadros da UDN fez parte do Governo de Bento Munhoz da Rocha Neto, morreu em 21 de dezembro de 1967. Exerceu carreira como juiz de direito. Membro da Academia Paranaense de Letras.

encaminhado por Bruno Enei<sup>18</sup> - que questionava a composição da banca examinadora para preenchimento da vaga de livre docência da cadeira de “Língua e Literatura Italiana”, e que seria amplamente comentado pela revista.

## I – “Caso Bruno Enei”

As supostas irregularidades acerca do concurso público, que não constaram em ata da reunião do Conselho Universitário, seriam apontadas pela Revista *Anhembi*, em sua seção *Jornal de 30 dias*, em junho de 1955 (ANHEMBI, vol. XIX, Número 55, junho de 1955: 98), em manifesto em apoio a Bruno Enei, no qual se afirmava que o “*faccionismo religioso*” do Diretor da Faculdade de Filosofia, Homero Batista de Barros, impedia a inscrição e a aprovação de candidatos que não fizessem parte do seu grupo religioso. O manifesto de *Anhembi* entendia que a postura de Homero de Barros era incompatível com o que se deveria esperar do cargo de Diretor de uma “*das mais novas*” Universidades do Brasil. Por sua vez, o Conselho Universitário enviou o recurso à Congregação da própria Faculdade de Filosofia sendo que então, o assunto deixava de fazer parte da pauta do Conselho. Por fim, o caso seria decidido, em última instância, pelo Conselho Nacional de Educação, que negaria o provimento.

O conteúdo do artigo de *Anhembi* delatava o favorecimento, por parte da Congregação da Universidade, à aprovação do padre Luiz Castagnola, que disputava a Cátedra de “Língua e Literatura Italiana” com Bruno Enei. A principal denúncia se referia ao reconhecimento do título de “Notório Saber” do religioso – conferido pela própria Universidade do Paraná e que, segundo *Anhembi*, o favorecia, uma vez que não possuía titulação adequada para concorrer à Cátedra e nem publicações ou especializações em Literatura Italiana. *Anhembi*, ainda, desqualificava o padre ao afirmar que o seu único trabalho sobre literatura italiana

---

<sup>17</sup> Embora a reunião do Conselho tivesse como objetivo principal a eleição do novo Reitor, no qual foi eleito Flávio Suplicy de Lacerda, foi apresentado o processo referente ao concurso, acontecimento este descrito em ata do Conselho Universitário em 15 de abril de 1955.

<sup>18</sup> Bruno Enei fez seus estudos de Língua e Literatura na Itália. Foi discípulo de Attilio Momigliano (1883 – 1952), crítico literário italiano. Ao voltar ao Brasil, tentou ingressar na Universidade do Paraná. Posteriormente, lecionou Latim e Grego no Colégio Estadual Regente Feijó e no Departamento de Letras da Universidade Estadual, ambos em Ponta Grossa, onde a Biblioteca Municipal recebe seu nome. (DITZEL, 2004:96)



era tão somente a própria tese de livre-docência exigida para participação do Concurso:

Assim, admitidos por meios completamente irregulares e estranhos às boas normas universitárias, tais sacerdotes encontram caminho aberto para a realização do concurso de provas que os instalará para sempre nas mesmas cátedras, visto que para tal contam, ainda uma vez, com a boa vontade solícita da direção do estabelecimento, que procura impedir a livre inscrição de outros candidatos e que organiza bancas de acordo com os interesses dos seus protegidos (ANHEMBI, São Paulo. v. 19, n. 55, jun, p. 99. 1955)

Por outro lado, a revista enaltece a qualificação de Bruno Enei, doutor em Literatura Italiana pela Universidade de Florença, discípulo de Attilio Momigliano e professor da disciplina em várias universidades européias. Sendo, portanto, segundo os critérios arrolados por *Anhembi*, o mais capacitado para assumir a cátedra. Diante da recusa a aprovação do candidato, o periódico legitimava o processo: “[...] *Conselho Técnico da Universidade escolheu amigos pessoais do outro candidato entre os professores estranhos convidados a fazer parte da banca examinadora, o que motivou por parte do professor Bruno Enei um recurso ao Conselho Universitário*” (ANHEMBI. Número 55, junho de 1955:99).

*Anhembi* utilizou o caso Bruno Enei para questionar a posição ocupada pela Universidade do Paraná frente ao panorama do ensino superior brasileiro. Da mesma forma que questionava a “vida intelectual” do país:

Noticiando êsses acontecimentos, não nos move apenas o intuito de condená-los e profligá-los com maior energia. Temos, igualmente, o desejo de advertir os responsáveis órgãos universitários. Da indiferença comodista de uns, aliada à indiscutível má fé de outros muitos, resultam essas circunstâncias que estão exigindo, justamente pela sua gravidade e multiplicação, o mais pronto remédio. Faculdades que fraudam concursos, que revelam hostilidade pessoal a candidatos ou que protegem outros descaradamente, não merecem existir num país de vida intelectual, mesmo medíocre, como é o nosso. As questões particulares a candidatos e concursos perdem a importância diante do sintoma alarmante de desintegração do nosso incipiente mundo universitário, revelado por êsses grotescos episódios. [...] dando-nos razão a Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná andou um passo a trás nas suas possibilidades de vir a se inscrever um dia entre os estabelecimentos sérios do nosso ensino superior. (ANHEMBI, São Paulo. v. 19, n. 55, jun, p. 99. 1955)

Com a negação do provimento, o Caso Bruno Enei, que ocupou muitas

páginas da revista no ano de 1955, continuaria, ainda que esporadicamente, sendo lembrado, servindo para apontar o caráter clerical e manipulador da direção da Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná<sup>19</sup>. A campanha contra a administração do Diretor da Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná, contudo, retornaria em agosto de 1958, quando o caso da suspensão da assinatura da *Anhembi*. A partir desta data, *Anhembi* entraria em confronto direto com a Direção da Faculdade de Filosofia e mais especificamente, contra a figura do Professor Homero Batista de Barros.

## **II – Censura e denúncia: o seqüestro da Revista *Anhembi*.**

O conflito teve início quando Paulo Duarte<sup>20</sup> foi informado que a revista *Anhembi*, que até então estava sendo enviada gratuitamente à Biblioteca da Faculdade de Filosofia Universidade do Paraná, interrompeu a assinatura. O editor da *Anhembi* publicou, em sua revista, que o fim da assinatura ocorreu devido à retaliação de Homero de Barros, em função da solidariedade manifestada pela revista ao Professor Anísio Teixeira<sup>21</sup>. Para Paulo Duarte, o apoio a Anísio Teixeira havia motivado Homero de Barros a encerrar formalmente a assinatura do periódico.

Todavia, ignorando a decisão de Homero de Barros, numa atitude de claro enfrentamento, a revista passava a ser entregue diretamente aos cuidados da reitoria:

Como porém soubéssemos da péssima qualidade espiritual da direção da

---

<sup>19</sup> A revista manifestou-se abertamente contra Homero de Barros no caso do concurso do professor Bruno Enei, quando da aprovação de Luigi Castagnola. (Foram publicados artigos questionando a validade do concurso, nos seguintes exemplares: ANHEMBI, Número 55, junho de 1955: 98; ANHEMBI, Número 58, setembro de 1955: 114; ANHEMBI, Número 59, outubro de 1959: 329) ANHEMBI, Número 70, setembro de 1956: 117.

<sup>20</sup> Paulo Alfeu Junqueira Duarte (17/11/1899 – 23/03/1984). Foi cronista do jornal “Estado de São Paulo nos anos 20 (no qual estabeleceu relação com a família Mesquita) e foi colega de Fernando de Azevedo neste período. Formado em Direito em São Paulo, contribuiu para a formação do Departamento da Cultura de São Paulo, fez parte do grupo criador da Universidade de São Paulo e fundador da Revista e Editora *Anhembi* em 1951. Exerceu funções políticas, dirigiu e atuou como redator, cronista e colaborador em várias revistas e jornais e participou ativamente da Associação Brasileira dos Escritores, liderada por Sérgio Milliet (que era seu cunhado). (BARBATO JUNIOR, 2004; HAYASHI, 2004; MICELI, 2004)

<sup>21</sup> Solidariedade esta, manifestada em artigos da revista em apoio a Anísio Teixeira, a propósito do Manifesto que os Bispos gaúchos enviaram ao Presidente da República, pedindo a demissão do Prof. Anísio Teixeira da direção do Instituto Nacional Estudos Pedagógicos (INEP).

Faculdade de Filosofia, cujo titular, o Sr. Homero de Barros, se destaca por uma torva conformação espiritual, profundamente reacionária e odientamente clerical, e que a nossa revista não faltasse a professores e estudantes que a procuram ler todos os meses, declaramos que passaríamos a enviar a revista dora avante à Reitoria da Universidade, a fim de que não pudesse ser a sua leitura sonogada na Faculdade de Filosofia. E assim passamos a fazer (ANHEMBI, São Paulo. v.21, n.93, ago, p. 525. 1958)

Neste mesmo artigo, de agosto de 1958, afirmava-se que algum professor e um grande número de alunos, teriam enviado informações que desmoralizavam a Universidade do Paraná, pois, segundo estes, a Faculdade de Filosofia era dominada pelo sectarismo de um indivíduo de orientação estritamente religiosa. A revista acusava Homero de Barros de autoritarismo, sendo que a "*hierarquia de eficácia da sua direção*" garantia a escolha dos membros do Conselho Técnico, definindo os nomes dos integrantes das bancas de concurso, bem como as contratações e as indicações de professores. O periódico denunciava, ainda, que o Conselho Técnico da Faculdade de Filosofia havia decidido que nenhuma obra científica ou literária – requerida por professores para compor o acervo da Universidade - poderia ser comprada sem a prévia aprovação de uma comissão, então constituída por três professores, e designada pelo próprio Conselho que tinha a sua frente Homero de Barros. Esta comissão teria a incumbência, de acordo com a denúncia de Paulo Duarte, de retirar da Biblioteca da Faculdade de Filosofia os livros considerados "imorais". Afirmava que:

(...) mentalidade doentia, de um sectarismo carola que o leva às mais cruéis perseguições, convencido de que é o esteio supremo da religião e convencido principalmente de que sua função é a de defender a integridade do cristianismo, um cristianismo sui-generis de ódios e perseguições entendido a seu modo, completamente diferente daquele instituído por Cristo. Numerosas vezes tem o Sr Homero Batista de Barros transformado pequenas questões universitárias em questões de "clericalismo" e "anti-clericalismo". Por isso tudo foi êste diretor reconhecido há muito como um elemento nefasto para a Universidade do Paraná, principalmente para a Faculdade de Filosofia, homem pouco inteligente e mau, menos mal talvez do que pouco inteligente, sonhando com o restabelecimento de uma inquisição política e religiosa para todo o Brasil, principalmente nas Universidades. Assim, para justificar a censura na Faculdade de Filosofia não titubeou em emitir a opinião pela qual uma biblioteca universitária não é como qualquer biblioteca pública, deve ser censurada para que a mocidade não se corrompa com as más leituras (Eça de Queiroz, Zola, Sartre, Anhembi, dentre outras). (ANHEMBI, São Paulo. v.31, n.93, ago, 1958, p.

Para *Anhembi*, o Conselho Técnico da Faculdade de Filosofia composta, além do Diretor Homero de Barros, pelos professores Rosário Mansur Guérios (português), Osvaldo Arns (grego), A. Figueiredo (geografia), padre Luís Castagnola (literatura italiana) e Homero Braga (direito) teria sido *subserviente aos desmandos* de Homero de Barros, com a exceção do professor Homero de Mello Braga, que teria se colocado, em diferentes momentos, contra a direção. (ANHEMBI, São Paulo. v.31, n.93, ago, p. 525. 1958).

Buscando legitimar suas críticas, Paulo Duarte enviou, em 07 de julho de 1958, uma representação ao Conselho Universitário solicitando que os seus integrantes se manifestassem e tomassem as devidas providências, pedindo a abertura de sindicância para apuração daquilo que considerava um “escândalo”<sup>23</sup>. O texto da representação foi reproduzido na íntegra pela *Anhembi*, em artigo intitulado “*Anhembi e a Universidade do Paraná*”. (ANHEMBI, São Paulo. v.31, n.93, ago, 1958. p. 524-529).

Desde há muito sabíamos, Senhores Membros do Conselho Universitário, que a direção da Faculdade de Filosofia do Paraná estava entregue a um correligionário apaixonado dêsse clericalismo cego e pouco esclarecido, sectário e intolerante, que apesar da existência de tantos eminentes prelados, tanto têm comprometido a Igreja Católica no Brasil, com a sua orientação estreita chegando muitas vezes, contrariando o próprio espírito universitário, a negar verdades científicas consagradas e a combater princípios que a sociedade moderna não pode dispensar. Acontece porém que a Universidade do Paraná não é uma entidade confessional, mas um instituto de ensino superior federal, leigo, que consoante a própria Constituição, nada tem a ver com as regras e as imposições religiosas e, no caso presente, se alguma atitude tivesse de tomar, esta seria evidentemente a mesma que tomaram as grandes universidades do Brasil ao colocar-se ao lado da escola leiga, neutra, completamente alheia a injunções outras que não fossem as da cultura livre, através das cátedras livres, refratárias ao preconceito seja êle qual for. (...) Acresce ainda que, na satisfação de uma convicção pessoal axiomáticamente reacionária, o diretor da Faculdade de Filosofia desfalcou patrimônio material. (...) Soma-se pois êste prejuízo material ao prejuízo moral e no desprestígio que a notícia de tal fato pode causar a uma Universidade, pois não se pode conceber que num país civilizado e numa cidade culta como é Curitiba, um indivíduo à revelia das autoridades universitárias, exclusivamente por uma picuinha sectária, além

---

<sup>22</sup> Sem grifo no original

<sup>23</sup> O requerimento enviado ao Conselho Universitário é assinado por Paulo Duarte, Diretor e redator da revista *Anhembi*

do mais contra um dos nomes mais ilustres, expoente da cultura brasileira possa defalcar o patrimônio material e moral de uma instituição universitária, exatamente aquela que mais deve ter em zelar pela independência intelectual e espiritual.

A representação de Paulo Duarte foi discutida em reunião do Conselho Universitário no dia 13 de agosto de 1958, conforme registrado em ata:

Analizando [sic] as expressões consideradas injuriosas à pessoa do Sr. Diretor e à própria Universidade, contidas na representação, acha que o Conselho não deve endossar tais expressões mas, por outro lado, embora partidário (?) com o Sr Diretor, não vê como o Conselho possa desprezar in li mine (?) tal representação, pois sempre julgou todos os processos que lhe são dirigidos. - Diz que, de acôrdo com o regimento interno compete ao Conselho resolver sôbre donativos e infere então que êste órgão se solidarize com o Diretor da Faculdade de Filosofia, manifestando-se contra as expressões injuriosas e em segundo lugar, que seja ouvida Congregação daquela Faculdade, pois o peticionário pede sejam ouvidos os órgãos da administração universitária. - Com a palavra Homero de Barros, diz não ter dado a importância tomada pelo assunto, pois lhe pareceu de rotina o ato da Diretoria da Faculdade, retirando da biblioteca a revista que desde 1955 vem atacando aquela unidade universitária, como se vê no artigo "Um concurso na Universidade do Paraná". (...) Por isso a Diretoria não aceita tal publicação naquele estabelecimento, por não se tratar de revista cultural, como diz o peticionário e sim inserção de artigos de jornais. Diz ainda não haver sectarismo religioso na faculdade, pois sempre possuiu professores de ordens religiosas como em outras universidades brasileiras. Diz também que a doação mencionada nunca foi feita pela direção daquela revista e solicita que o Conselho não tome conhecimento do assunto e que a Reitoria não acolha tal publicação. - (...) O Cons. Ulysses de Campos pede informação ao Cons. Homero de Barros sôbre se a coleção já estava na Biblioteca quando foi suspensa sua aceitação. Diz acompanhar o voto do Cons. Laertes Munhoz, repelindo expressões injuriosas, mas as revistas que contém os artigos contrários à administração não devem ser retirados da Biblioteca. - É aprovado por unanimidade o parecer do Cons. Laertes Munhoz no sentido de serem repelidas as expressões injuriosas ao Sr. Diretor da Faculdade de Filosofia e encaminhar o processo, preliminarmente à Congregação daquela Faculdade. Com a palavra o Cons. Rubens Requião diz que as revistas científicas, mesmo comunistas, merecem acolhida da Reitoria. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. ATA DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO. 13 de agosto de 1958. Livro II, p. 67-70).

Posteriormente, em reunião do Conselho Universitário no dia 11 de setembro, após leitura da ata da reunião anterior (dia 13 de agosto), as seguintes correções foram indicadas pelos membros do Conselho:

[...] do Conselheiro Homero de Barros, no sentido de que não declarou haver retirado da Biblioteca números da revista Anhembi, mas que tais números não haviam dado entrada na Biblioteca, encontrando-se, no

entretanto, na Faculdade; do Conselheiro Ulysses de Campos no sentido de que considerava desrespeitosas as palavras dirigidas pelo Diretor da Anhembi ao diretor da Faculdade de Filosofia, e não injuriosas, como constou na ata; do Conselheiro Rubens Requião, no sentido de esclarecer que se referia ao recebimento de revistas científicas de carácter comunista. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. ATA DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO. 13 de agosto de 1958. Livro II p. 71)

O processo, apesar dos esforços de Paulo Duarte, não foi resolvido pelo Conselho Universitário, o que motivou a revista a tratar do assunto em todos os seus números publicados a partir de setembro de 1958. Numa abordagem retrospectiva, *Anhembi* publicaria notícias referentes aos incidentes ocorrido na/ com a Universidade do Paraná, reafirmando o já que havia sido enviado anteriormente ao Conselho Universitário<sup>24</sup>:

Há dois ou três anos, convidado a realizar algumas conferências naquela Universidade, o diretor desta revista tão boa impressão trouxe desse Instituto, cujo diretor era o mesmo de hoje, o Dr. Flávio Suplicy de Lacerda, que resolveu doar uma coleção completa da publicação paulista e continuar a enviar também a título gratuito, todos os números que se fôssem editando posteriormente. Foi escolhida como destinatária a Faculdade de Filosofia por ser a mais importante de uma Universidade, centro cuja missão precípua é ensinar a pensar, e que melhor, portanto, poderia aproveitar-se de uma revista dedicada principalmente à cultura do nosso país (...). A Faculdade de Filosofia destoa completamente da dos outros institutos universitários, pois se acha entregue a um homem sectário, torvo e mesquinho, cujo reacionarismo clerical é de tal maneira cego, estreito e raivoso que mais de uma vez tem sido êle chamado à ordem pelo próprio bispo de Curitiba, que não prima pelo adiantamento das idéias e largueza de pensamento. Só viemos a conhecer a má qualidade espiritual desse diretor e professor universitário quando ali se realizou o concurso para preenchimento da cadeira de italiano, e o Sr. Homero Batista de Barros, assim se chama diretor da Faculdade de Filosofia, usou todos os processos, os mais reprováveis e indignos de um verdadeiro professor, para que a cátedra não fôsse conquistada por um elemento de alto valor que se inscrevera, o professor Bruno Enei, e fôsse parar às mãos de um seu protegido, um padre especializado em direito canônico mas totalmente incompetente na matéria, que era literatura italiana. Aliado pois a um bando clerical e usando do poder de intimidação sôbre alguns professores fracos que êle maneja à vontade, inclusive o Conselho Técnico da Faculdade, por êle organizado e inteiramente subserviente ao diretor, como demonstramos em nosso último número, o Sr Homero de Barros conseguiu fechar as portas da faculdade ao seu candidato que se saiu brilhantemente (ANHEMBI, vol.31, n. 93, ago, 1958, p. 524)<sup>25</sup>.

---

<sup>24</sup> O processo foi reproduzido na revista *Anhembi*. (ANHEMBI n.9, ago, 1958. p. 81).

<sup>25</sup> Neste caso refere-se ao concurso de Bruno Enei, que fora resolvido pelo Conselho Universitário.

Ainda que o assunto principal tenha sido a suspensão da assinatura da revista, Paulo Duarte retomava o conflito de 1955, reforçando assim, o argumento que justificaria suas críticas acerca da ausência de racionalidade acadêmica do Diretor. Paulo Duarte retomava conflitos ocorridos anteriormente, repetindo à exaustão aquilo que considerava o maior problema da e na Universidade do Paraná.

Se compartilharmos as suposições de Duarte, de que correções referentes à ata de 11 de setembro, solicitadas pelos Conselheiros, abortava a possibilidade que poderia, ter dado o suporte legal para os opositores da Direção de Homero de Barros puní-lo, podemos supor que a atitude mais cuidadosa por parte do Conselho Universitário visava proteger Homero de Barros das acusações, à medida que não daria argumentos para a divulgação do conflito. É interessante observar que, num primeiro momento, o diretor da Faculdade de Filosofia assumiu a responsabilidade pela retirada da revista da Biblioteca e, após a leitura da ata, confirmou sua responsabilidade pela suspensão da assinatura e não pela retirada da revista. Posteriormente, em reunião do Conselho Universitário do dia 25 de outubro de 1958, o Conselheiro Laertes de Macedo Munhoz, na qualidade de Presidente e relator da Comissão de Legislação e Recursos, apresentou o seu parecer que concluiu pelo arquivamento tendo entendido que este processo n. 2188/58, em que Paulo Duarte fazia novas representações contra o ato da Diretoria da Faculdade de Filosofia que já havia sido resolvido pela Congregação e em discussão ao parecer, os Conselheiros Ulysses de Campos e Alceu Macedo se manifestaram de acordo com o mesmo, mas com adendo no sentido de que a Faculdade continue a receber as revistas no futuro. Embora na ata não conste, o parecer foi divulgado na edição de dezembro da Revista Católica de Cultura *Vozes*. Seu conteúdo ilustra a posição do Conselho Universitário:

(...) Este Conselho já conhece os termos da representação formulada pelo Sr. Paulo Duarte, ilustre diretor da revista *Anhembi*, sobre medidas que teriam sido adotadas pelo Sr. Professor Homero de Barros.

(...) De tudo, pois, se apura que o incidente porventura havido entre a Faculdade de Filosofia e a revista *Anhembi* teria sido mal avaliado pelas partes, pois que, de um lado, verifica-se que aquela revista não está banida da Biblioteca da Faculdade, e, de outro, que não se alimentou, a mesma revista, de qualquer intuito difamatório contra altas autoridades de ensino no Paraná do Paraná e no Brasil, o que se coloca o acontecido em termos de honroso armistício. É esse, de resto, epílogo louvável nas lutas benéficas do

pensamento (VOZES Revista Católica de Cultura. Petrópolis, a.52, n. 12, dez. 1958, p. 943-944:).

A proposta de arquivamento, conforme propôs o Diretor em agosto, foi acatada em outubro. Contudo, a revista *Anhemi* manteve-se no interior da Biblioteca. Ainda que não nos seja possível identificar qual teria sido o impacto das acusações de Paulo Duarte, o fato é que parece que ganharam força devido, apenas, à própria publicidade dada ao caso. O que foi considerado como trégua pelo Conselheiro Laertes Munhoz acabou por alimentar o confronto.

Entre a primeira discussão (em agosto) e seu arquivamento (em outubro), a revista *Anhemi*, em seu número de setembro, no artigo “*Anhemi e a Faculdade de Filosofia de Curitiba*” publicava um documento dirigido ao Reitor da Universidade Flávio Suplicy de Lacerda:

(...) Lembre-se V. Excia. de que, em minha carta ao secretário da Faculdade, documento que V. Excia. possui por cópia, e na Universidade, declarei que a revista continuaria a ser remetida, grátis como sempre, à Universidade, mas agora por intermédio de sua Reitoria. Foi o que fez a administração de ANHEMBI, que enviou pelo correio, um exemplar de sua última edição n. 92, de julho de 1958, em envelope fechado subscrito: À Reitoria da Universidade do Paraná, Rua XV de Novembro, 1004, Curitiba, Paraná.

O endereço ali colocado foi, evidentemente, um equívoco do encarregado da administração da revista, que entendeu ser a direção da Reitoria a mesma da Faculdade de Filosofia. É evidente, no entanto que, quando a um instituto universitário qualquer, seja de onde fôr, chega correspondência destinada a outro Instituto é fazer chegar ao seu destino a carta ou pacote. Não foi o que aconteceu, pois esta revista acaba de receber um envelope, enviado sob o registro n. 2507, endereçado à sua redação, o qual além do endereço traz, na parte superior, êstes dizeres: Universidade do Paraná/ Faculdade de Filosofia. Dentro dêste pacote, Magnífico Reitor, vinha nada mais nada menos do que o nosso número 92, com o seguinte escrito sôbre a capa com lápis azul: Devolvido! (docs. Juntos). Êste novo pormenor, demonstra Magnífico Reitor, dois fatos gravíssimos: o primeiro é violação de correspondência, crime previsto pelo Código Penal (art. 151), pois a revista seguiu em envelope fechado com subscrito à Reitoria da Universidade, só que para o endereço da Faculdade de Filosofia, o que de forma alguma exime o criminoso da infração praticada, para qual a legislação vigente prevê contra o responsável uma pena de detenção de um a seis meses, fora multa. Mas além dêsse aspecto gravíssimo, outro ainda mais sério nessa lastimável e criminosa atitude do senhor Homero Batista de Barros: o de pretender sobrepor-se à própria autoridade do Reitor da Universidade. O diretor da Faculdade de Filosofia, se não tinha o direito em obediência apenas aos seus instintos reacionários, de desfalcicar a biblioteca do seu



patrimônio, menos ainda o tem para assumir igual atitude em nome da autoridade hierarquicamente superior a êle. E assim procedeu acintosamente o Sr. Homero Batista de Barros, pois fêz questão de enviar a revista com a nota de devolvida em envelope comum, mas tendo datilografado, em maiúsculas; ao lado os dizeres: Universidade do Paraná/ Faculdade de Filosofia. Quer dizer: a Faculdade de Filosofia devolvendo encomenda postal fechada enviada à Reitoria da Universidade! (ANHEMBI. São Paulo. n 94, set, 1958, p.83-89)

Em resposta a Paulo Duarte, Suplicy de Lacerda enviou carta acusando recebimento do número 92 da *Anhembi*. De acordo com afirmação de Paulo Duarte, no artigo supracitado, as denúncias da revista motivaram a direção a devolver os livros censurados, que haviam sido retirados da biblioteca da Faculdade de Filosofia. Ainda que uma "Comissão de Censura" não existisse institucionalmente, segundo Duarte haviam censores na direção da Faculdade. Uma outra acusação dizia respeito às normas de consulta aos livros, criadas quando da inauguração do novo prédio da Faculdade de Filosofia, que impedia que os alunos consultassem livremente o acervo e proibia o acesso de estudantes de outras instituições de ensino. Por fim, ressaltou a representação feita por alguns professores protestando contra a distribuição de títulos de "notório saber", que visava favorecer alguns professores em concurso<sup>26</sup>. (ANHEMBI. São Paulo. n.94, set. 1958, p. 83)

### **III – Quando as escaramuças deixaram de ser locais: a publicidade nacional do acontecimento**

Em outubro de 1958, com o título "*Diretor de Faculdade que envergonha uma Universidade*", dava-se continuidade as acusações e publicava-se, na íntegra, um ofício enviado pela União Brasileira de Escritores (UBE) ao Reitor da Universidade do Paraná<sup>27</sup>:

È o caso, consoante tais notícias, que o diretor daquela Faculdade, Sr. Homero Batista de Barros, organizou uma comissão de censura naquela

---

<sup>26</sup> Embora não cite os nomes, sugere que o padre Luigi Castagnola e possivelmente outros religiosos que prestaram concurso para ingresso no quadro docente da Universidade do Paraná teriam sido favorecidos por titulação conferida pela mesma universidade.

<sup>27</sup> Ofício encaminhado ao Reitor e reproduzido na íntegra pela revista *ANHEMBI* em outubro de 1958. E publicado no Jornal "Estado do Paraná" em 05 de setembro de 1958. O texto publicado é uma cópia enviada pela União Brasileira dos Escritores, aprovado pela diretoria e Conselho Diretor da Sociedade de Escritores, composta por aproximadamente 30 membros.

casa, à qual incumbiu da estranha missão de expurgar a sua biblioteca de obras consideradas "nocivas" à juventude, como se no caso não se tratasse de uma coleção destinada a estudantes aos quais não se deve ser defeso o conhecimento da universalidade da literatura de todos os tempos. Essa estranha comissão desde logo livrou a biblioteca da Faculdade de Filosofia da "nocividade" de obras como as de Zola, Jean-Paul Sartre, Eça de Queiroz, Guerra Junqueiro, Graciliano Ramos, Jorge Amado e outros, além das de Karl Marx

Tomando conhecimento destas notícias, Magnífico Reitor, a Diretoria da União Brasileira dos Escritores decidiu por unanimidade de seus membros presentes à de 29 de agosto p.p., protestar veementemente contra esse verdadeiro atentado à cultura, às liberdades democráticas e à livre expressão do pensamento, praticado numa casa á qual, exatamente incumbe a sua mais ampla defesa. (ANHEMBI. São Paulo, n.94, set. 1958, p. 83)

Neste ofício revelava-se a publicidade das acusações divulgadas pela *Anhembí*. Ainda que não se possa vislumbrar o impacto que isso teve na própria Universidade, nos parece que revela, efetivamente, a exigência do posicionamento público diante do incidente. O documento da UBE, havia sido publicado em 05 de setembro de 1958, no jornal "O Estado do Paraná", motivando a primeira defesa pública de Homero Batista de Barros, veiculada no mesmo jornal, em 06 de setembro de 1958:

- 1) Não é verdade que a Biblioteca desta Faculdade de Filosofia tenha sofrido qualquer expurgo, quer em virtude do chamado "caso Anísio Teixeira", quer por quaisquer outras razões. As dissensões em torno do Prof. Anísio Teixeira não fora objeto de cogitação, favorável ou desfavorável nesta escola.
- 2) Os livros de Sartre, Eça de Queiroz, Junqueiro, Karl Marx, nomes êsses mencionados no aludido protesto, foram adquiridos por ordem desta Diretoria e continuam na Biblioteca, onde podem ser manuseados.
- 3) Quando à revista *Anhembí* é equívoca, por igual suposição de que haja sido inutilizada a sua coleção. Desde 1955, por motivos que ignoramos, essa revista vem promovendo campanha difamatória contra esta Faculdade, através de reiterados artigos – muito antes, portanto, da questão Anísio Teixeira- e êsse de fato fez que solicitássemos o cancelamento da assinatura que nos fora ofertada por aquêlo professor. As críticas desairosas publicadas em tal revista são dirigidas à Diretoria, ao Conselho Técnico-Administrativo, à Congregação, ao Conselho Universitário e até ao Conselho Nacional de Educação, o que a torna incompatível com o prestígio e o bom nome da casa. Mas, a despeito disso, a revista se encontra na Faculdade, devendo oportunamente a Congregação pronunciar-se sôbre se os exemplares recebidos devem ou não continuar expostos. (apud ANHEMBI. a.8, n. 96, v, 32, nov, 1958, p. 507).

O jornal "Estado do Paraná" fez acompanhar uma nota da redação à

publicação da carta de Homero de Barros, na qual a justificava como cortesia. Ainda que argumentassem que a carta deveria ser dirigida ao Sérgio Milliet, presidente da Associação Brasileira dos Escritores, alegavam que, neste caso, ao torná-la pública acatava-se as ponderações de ambos os lados e sem entrar no mérito dos problemas, cumpria-se com dever da ética profissional. O jornal acreditava, assim, assumir o papel de mediador entre os envolvidos e o público interessado em tomar conhecimento dos episódios relatados.

Em 07 de setembro foi publicada, no jornal “Diário do Paraná”, carta de Wilson Martins a Adherbal Stresser (datada de 06 de setembro de 1958), desmentindo as afirmações divulgadas por Homero Batista de Barros:

– Sob o título “Não é verdade que a Biblioteca da Faculdade tenha sofrido expurgo”, leio na edição de hoje do conceituado matutino que o amigo com tanto brilho dirige, que a sua reportagem teria sido informada de que a Congregação da Faculdade de Filosofia reunida, em assembléia, na quarta feira, aprovou por unanimidade, votos de confiança e solidariedade ao prof. Homero B. de Barros, propostas pelos Becker e Lacerda Pinto”. Essa informação não exprime a verdade. A moção a que se refere a notícia foi, efetivamente, apresentada por aqueles ilustres professores da Faculdade de Filosofia no decorrer da Reunião; mas não foi posta nem em discussão, nem em votação, razão pela qual não foi aprovada, e, muito menos, por unanimidade. Solicitando-lhe a publicação da presente para melhor esclarecimento dos seus leitores, tenho o prazer de enviar-lhe um abraço muito cordial. – (a) Wilson Martins, professor catedrático de Língua e Literatura Francesa da Faculdade de Filosofia. (apud. ANHEMBI. a.8, n. 96, v, 32, nov, 1958, p. 508)

Nesta mesma data, o Reitor da Universidade enviou a União Brasileira de Escritores uma carta-resposta ao protesto contra as ações de Homero de Barros, e que reproduzia as informações já divulgadas pela imprensa. Ao mesmo tempo, chegava à UBE uma carta de Homero de Barros enviada a Antônio D’Elia, secretário Geral da referida organização, cujo conteúdo havia sido divulgado nos jornais locais:

(...) Se tais atos tivessem realmente fundamento, seria eu, pela minha formação democrática e pelas tradições liberais de meus maiores, o primeiro a vir espontaneamente a pronunciar-me solidário ao protesto com essa entidade, contra quem quer que se arvorasse em coator do pensamento livre numa instituição universitária. (...) Quer-me parecer que

essa entidade foi equivocadamente informada, pois os livros, dentre cerca de quase dez mil, situam-se, como não poderia deixar de ser, no terreno cultural, onde não pode haver distinções ideológicas, religiosas ou políticas!. (ANHEMBI. São Paulo. n 94, p.86 set, 1958)

A celeuma continuaria. Em 17 de setembro, foi publicada no jornal "O Dia", de Curitiba, carta de Paulo Duarte questionando as informações fornecidas por Homero de Barros, reiterando notas divulgadas pela *Anhembi*. Em 21 de setembro, novamente, o "O Dia", publicou entrevista com Homero de Barros, que corroboraria as informações já divulgadas em outros jornais e revistas e que afirmava que este movimento buscava "incompatibilizá-lo" junto à opinião pública. Contudo, diria a matéria:

Uma particularidade despertou a atenção de nossa reportagem, nas declarações da Sra. Olga Vidal, bibliotecária, quando afirmou "- ter certos livros (relacionados a sexo) guardados a parte, limitando-se a entregá-los a certos alunos ou alunas. Havendo a respeito um certo critério quanto aos solicitantes. Perguntada sobre quais eram as bases desse critério esclareceu - "Somente eles são emprestados aos que estudam psicologia ou cadeiras correlatas. Nem são estes volumes expostos nas estantes, sendo guardados reservadamente"

Causou estranheza tal cuidado, notadamente, ao tomarmos, posteriormente, conhecimento do funcionamento da biblioteca (que descrevemos linhas atrás), pois como nos foi dito os alunos não têm acesso direto às estantes de livros, que são conservadas em uma sala fechada no segundo andar.

("O Dia" apud ANHEMBI, a.8, n. 96, vol.32, nov. 1958, p. 512)

Ainda em "O Dia", em 30 de setembro de 1958 foi publicada a carta enviada por Paulo Duarte ao Diretor do jornal, questionando as informações dadas por Homero de Barros. O caso já estava sendo noticiado amplamente e, o que estava em jogo parece ser a própria autonomia do campo intelectual local. Isto nos faz lembrar a pertinência do artigo publicado no dia 10 de janeiro de 1958, pelo "Estado de São Paulo" no qual Temístocles Linhares tornava público o que ele chamou de "*escândalo atentatório da liberdade de expressão de pensamento*", ocorrida na Universidade do Paraná. O artigo versava sobre a mutilação de quatro obras de Galdós<sup>28</sup>.

---

<sup>28</sup> Benito Pérez Gal dós nascido em 1843. Considerado o maior novelista espanhol depois de Cervantes. Sobre o referido autor ver: WARD (1984: 634-636) e GULLON (1993:1241-1245).

*Anhembi* publicou o documento da UBE em outubro, quando este já tinha sido divulgado em jornais locais e também a resposta de Homero de Barros (sendo este o mesmo texto enviado ao jornal "O Estado do Paraná") e ainda lançava nacionalmente o manifesto em resposta ao ofício do reitor. A UBE dizia estar empenhada no esclarecimento do processo e pra tal solicitou que a sua congênere, a Associação Paranaense de Escritores (cujo presidente era Temístocles Linhares) fizesse "valer do oferecimento que lhe faz o prof. Homero Batista de Barros, de pôr a biblioteca e demais dependências da Faculdade de Filosofia "ao livre dispor de qualquer interessado no completo conhecimento da verdade"." Assim, afirmando zelar pela liberdade, a Associação solicitava que Universidade dispensasse atenção ao seu representante local (ANHEMBI. Número 96. Novembro de 1958: 507).

Em 16 de outubro de 1958, o Presidente relator da Comissão de Legislação e Recurso, Conselheiro Laertes Munhoz, apresentou o processo n. 2188/58 que determinava o fim da representação movida pelo Diretor da revista *Anhembi* contra atos do Diretor da Faculdade de Filosofia. Após ler o relatório da Comissão, que determinava o arquivamento do processo, propôs que constasse em ata um voto de louvor e agradecimento aos membros da mesma Comissão por sua exaustiva e minuciosa dedicação. Enfim, diante do relatado, votou-se por unanimidade pelo arquivamento. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. ATA DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO. Livro II. Pag. 108).

#### **IV – Embates em torno da Direção da Faculdade de Filosofia**

Os descontentes professores da Faculdade de Filosofia<sup>29</sup> voltam à cena em 18 de dezembro de 1958, quando do problema levantado pela reeleição de Homero Batista de Barros para a direção da Faculdade de Filosofia, uma vez que este compunha a lista tríplice indicada pela Congregação da Faculdade de Filosofia e encaminhada para o Conselho Universitário, ao lado de Francisco José Gomes Ribeiro e Rosário Farani Mansur Guérios.

---

<sup>29</sup> Wilson Martins, Temístocles Linhares, Munhoz Maeder, Jesus Moure, Joaquim Franco, Carlos Stellfelde, Homero Braga, Osvaldo Pilotto, Bento Munhoz da Rocha Neto, Liguaru Espírito Santo, Arnaldo Isidoro Beckert e Brasil Pinheiro Machado.

Os membros da Congregação aquêles que possuem uma verdadeira consciência universitária, foram tranqüilos confiantes nas notícias propaladas, da indicação em primeiro lugar do professor Lacerda Pinto, o nome prestigioso que todos aplaudiam para ser nomeado pelo Presidente da República e a ser prestigiado pelo próprio Homero, como este fizera correr. Os homens de bem são sempre de boa fé. Os espertalhões sabem, aproveitar-se disso e prova está que se ignorava, totalmente que Homero de Barros, sub-repticiamente, havia preparado os seus elementos que são numerosos na Congregação pois ele os escolhe a dedo desde há muitos anos, conforme contamos em pormenor: a cada vaga Homero procura um padre, de batina ou á paisana, para ir minando a congregação com elementos de má qualidade, como professores, mas inteiramente jungidos ao diretor que os protege e os mantém. Assim os homens de bem da Congregação foram surpreendidos com um resultado que ninguém esparava: para primeiro elemento a figurar na lista tríplice o Sr. Homero de Barros obteve, de 37 votantes, 22 votos contra 14 dados ao professor Lacerda Pinto! Os outros dois membros indicados confirmavam claramente a manobra fraudulenta de Homero de Barros, pois foram eles Francisco José Gomes e Mansur Guérios, que não passam de simples paus mandados do diretor Homero de Barros. (ANHEMBI, São Paulo. v. 23, n. 98, jan, p. 326)

Através do processo n.3913/58<sup>30</sup>, encaminhado pelos professores, era apresentado ao mesmo Conselho um pedido de impugnação àquela lista.

*Anhemi*, sobre tal recurso, também daria seu parecer:

São os nomes os catedráticos de maior relevo, de todos os departamentos, a verdadeira nata da Faculdade. Entre eles há dois ex-governadores, ex-diretores da Faculdade, escritores, juizes, especialistas de renome não só no país mais no exterior. Diz-se mesmo, em Curitiba, que é esse o grupo de "intelectuais" da Faculdade, por oposição aos demais professores que, na melhor das hipóteses, se limitam a desempenhar burocraticamente as suas funções, sem qualquer trabalho de pesquisa ou de estudo nas respectivas disciplinas (ANHEMBI. São Paulo, n 98,, jan. 1959, p 324).

Segundo informações divulgadas também em *Anhemi*, os acontecimentos protagonizados por Homero de Barros teriam desgastado sua imagem, o que deveria ter promovido a indicação de Lacerda Pinto para o primeiro lugar da lista tríplice para direção da Faculdade.

Contudo, em reunião da Congregação, Homero de Barros acabou por capitanear tal posição:

---

30 Em janeiro de 1959, *Anhemi* divulga o recurso assinado por professores catedráticos contra inclusão do nome de Homero Batista de Barros na lista tríplice. *Anhemi*. Nº 98. Janeiro 1959: 324.

Conselheiro Relator leu o recurso, as informações da Faculdade e seu parecer, que concebe por preliminar de que o Conselho Universitário nada tem a providenciar no caso, havendo a limitar-se ao sugerir ao Reitor que a lista tríplice Sub-judicis, tal como foi organizada, deverá ser remetida ao Senhor Presidente da República, por intermédio do seu Ministro da Educação, acompanhada da impugnação manifestada pelos eminentes professores signatários da petição; o referido parecer está subscrito também pelo Conselheiro Alceu Macedo, membro da Comissão de Legislação e Recurso. Submetido o parecer à discussão, o Conselheiro Ulysses de Campos, declarando-se de acordo com o parecer, externa a sua opinião de que está em pleno vigor o Decreto 19.851, de 11 de abril de 1931, não estando revogado o seu artigo 27 e seus parágrafos. Com a palavra o Conselheiro Rubens Requião, se declara contra a preliminar levantada, no parecer da Comissão, considerando de alta inconveniência para a vida e autonomia da Universidade(?). (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. ATA DO CONSELHO UNIVERISTÁRIO. Livro II. Pag. 78)<sup>31</sup>.

Linhares lembraria, em seu “Diário”, que Wilson Martins esteve empenhado para conquistar votos para inovação da direção da Faculdade e mesmo ainda que não tenha conseguido eleger seu candidato, acabou por tornar pública a perda de aliados sofrida então por Homero de Barros (LINHARES, 2001: 87).

Em contrapartida à posição dos professores reclamantes, a revista Letras, da Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná, no seu número 9 (dezembro de 1958)<sup>32</sup> - que também divulgava, em "Notícias", a reeleição de Homero Batista de Barros, resultado da lista tríplice dirigida à Reitoria da Universidade e que seria encaminhada ao Presidente da República – publicou o artigo: “A Revista Anhembi e

---

<sup>31</sup> O Decreto 19.851 definiu que: “(...) o ensino superior no Brasil obedecerá, de preferência, ao sistema universitário, podendo ainda ser ministrado em institutos isolados, e que a organização técnica e administrativa das universidades é instituída no presente decreto, regendo-se os institutos isolados pelos respectivos regulamentos, observados os dispositivos do seguinte Estatuto das Universidades Brasileiras.” De acordo com o artigo 27 deste decreto ficava definido que “(...) O diretor dos institutos universitários federais - órgão executivo da direção técnica-administrativa - será nomeado pelo Governo, que o escolherá de uma lista tríplice na qual serão incluídos os nomes de três professores catedráticos, em exercício, do mesmo instituto, dois deles eleitos por votação uninominal pela respectiva Congregação e eleito o terceiro pelo Conselho Universitário. § 1º O Conselho Universitário recebido a lista da Congregação e acrescida do nome de sua escolha, deverá enviar a proposta de nomeação ao Governo dentro do prazo máximo de trinta dias a contar da data em que se verificou a vaga. § 2º Se, dentro do prazo acima fixado, não for enviada a proposta de que trata o parágrafo anterior, nomeará o Governo o diretor, escolhendo-o livremente dentre os professores catedráticos do mesmo instituto. § 3º O diretor terá exercido pelo prazo de três anos e só poderá figurar na lista tríplice seguinte pelo voto de dois terços da Congregação ou do Conselho Universitário.”

<sup>32</sup> Segundo afirmação da *Anhembi*, n. 103, em Junho de 1959. O referido número da revista Letras circulou apenas em abril de 1959. A Revista Letras, foi criada pelos professores da Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná, foi dirigida por Mansur Guérios (gramático, professor de português) padre Coronado (professor contratado de Língua e Literatura espanhola) e Temístocles Linhares (professor de Literatura Brasileira).

os *Achincalhes a Professores da Faculdade de Filosofia da U. Do Pr.*", assinado pelo professor, e componente da mesma lista, Rosário Mansur Guérios. Em seu texto, Mansur Guérios, observava algumas questões referentes ao concurso de Wilson Martins<sup>33</sup>, principal opositor de Homero de Barros.

As agressões transmitidas por essa revista e também pela imprensa diária trazem, infelizmente, a indelével chancela da covardia e do anonimato.

Todavia, como nos sussureia aos ouvidos o ditado latino - "cauda de vulpe testatur"- não é difícil delinear a sua silhueta, a fim de que os bons entendedores, aos quais meia palavra basta, entrevejam quem é esse elemento petulante e orgulhoso, soberbo e muito ambicioso e não menos supinamente vaidoso que, como locutor de uma nova emissora, irradia para "Anhembí" e imprensa expressões asquerosas, própria da vida de sarjeta, indignas de um membro de estabelecimentos superior ou ocupante de cargo de não menor respeitabilidade.

Vamos dar uma pincelada para se ter idéia, desse doutor, pseudoprofessor, o qual não entrou para a Faculdade de Filosofia com a cabeça erguida como dá entender seu atrevimento.

Da Europa, onde cursou determinada especialidade, chegou aqui feito professor de disciplina que, naquele curso, só lhe servia de meio e não de fim. Desgraçadamente, vaga a cátedra, o ádvena tomou conta da mesma, como outrora ocupara, interinamente, outra, de matéria, completamente diferente. É o homem para qualquer vaga, infelizmente, muito comum no nosso Brasil.

Não parou aí sua ousadia: queria garantir-se eternamente. Prestou pois, concurso. Conseguiu, por ser muito esperto e ladino, conseguiu encomendar uma banca examinadora a seu bel- prazer – cinco amigos<sup>34</sup> dos quais dois especialistas e três não especialistas, professores de disciplinas diversas, e, dentre êstes, um amigalhão do peito. (LETRAS, Curitiba, n. 9, dez. 1958, p. 112-113)

Outro veículo se notabilizaria, a partir de então, no palco das discussões, além da *Anhembí* e dos jornais locais. A partir dezembro de 1958, a Revista Católica de Cultura *Vozes*, porta-voz da intelectualidade católica, se posicionaria a favor de Homero Batista de Barros ao utilizar-se de 14 páginas na sua seção "Idéias e Fatos", num artigo intitulado "Anhembí e o Diretor da Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná" e assinado por um tal Abelardo Ramos<sup>35</sup>. Defendendo Homero de

<sup>33</sup> O concurso ocorrido em 1953 veio a ser questionado apenas cinco anos após a sua realização.

<sup>34</sup> Sem grifo no original. Observe-se aqui as notas de Roberto de Alvim Correia, um dos componentes da banca examinadora do concurso de Wilson Martins, em seu diário em 09 de maio de 1953: "No aeroporto de Curitiba esperam-me Wilson Martins, Temístocles Linhares e Eloi da Costa. **Nunca nos vimos**, mas logo nos "reconhecemos", e não faltam assunto de conversa. [...] 13 de maio- a prova didática de Wilson Martins versou sobre o simbolismo. A defesa da tese correu bem, num ambiente de cortesia." In: CORREA, Roberto Alvim. *Diário, 1950-1960*. Rio de Janeiro: Agir, 1960

<sup>35</sup> Abelardo Ramos, que a partir de então se faria presente nos debates através de seus artigos na



Barros contra as acusações do periódico paulistano, ou sua “anhembiência”, apontava para aquilo que reconhecia como contradição inerente à *Anhemi*: o aparente ato de generosidade ou amor à cultura sugerido pela *Anhemi* quando da doação da assinatura do periódico à Faculdade de Filosofia seria, no fundo, uma doação do INEP. Assim, supostamente, haveria um acordo através do qual o INEP comprava as assinaturas para distribuição para as Universidades brasileiras. *Vozes* pretendia, portanto, comprovar a existência de um acordo entre Duarte e Teixeira e provar sua acusação de manipulação reproduzindo carta assinada por Anísio Teixeira em setembro de 1955:

O Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos do Ministério da Educação e Cultura, prosseguindo na execução de seu plano de colaboração com as instituições de ensino, quanto ao enriquecimento de suas bibliotecas, tem o prazer de enviar a essa escola a coleção da Revista “Anhemi” editada em São Paulo.

(...) Não houve, pois, oferta gratuita da redação da “Anhemi”. (...) A assinatura paga é bem paga. Leia-se em *Anhemi* à pagina 82 de sua edição de setembro de 1958: “recebemos uma carta assinada pelo secretário da Faculdade, dizendo que sua direção havia resolvido *suspender* a assinatura da nossa revista. Respondemos mostrando o equívoco: a Faculdade de Filosofia não é assinante de *Anhemi*, a Faculdade de Filosofia recebia de graça. Não há pois dúvida de que “assinatura era paga e de que o INEP *assinava Anhemi* (RAMOS, 1958:943)<sup>36</sup>”.

Voltando ao questionamento da reeleição de Homero de Barros, em janeiro de 1959, *Anhemi* lançava matéria intitulada “*Coveiros de Universidades*”, reafirmando suas acusações e acrescentando que as redes de sociabilidade de Homero de Barros teriam sido fundamentais para sua permanência no cargo. Da mesma forma, criticava o artigo publicado em dezembro pela Revista Católica de Cultura *Vozes*.

As acusações de Paulo Duarte persistiam. Em carta enviada ao Reitor Flávio Suplicy de Lacerda em 29 de janeiro de 1959 e que seria publicada na *Anhemi* de março daquele ano, Duarte exigia providências:

[...] Ora, a Universidade do Paraná é um instituto oficial leigo, nada tem à

---

revista católica, nos é uma incógnita, pois ao seu respeito não dispomos de dados biográficos, da mesma forma que não se encontram textos seus em outros veículos. Para Paulo Duarte, Abelardo Ramos era o alter-ego de Homero de Barros.

<sup>36</sup> RAMOS, Abelardo. IN: *Vozes*, a 52, dez, 1958.p, 943. Grifos no original.

ver com a religião ou com as religiões, possui um patrimônio que está sob a guarda das administrações às quais o governo federal confiou esse acervo e uma vez ele atingido pela má fé, pela desonestidade, é evidente, deve o responsável responder a processo especial no qual se prove o crime e culmine a punição. O Sr. Homero de Barros foi denunciado por mim, através de informações positivas e fatos irrefutáveis, e o Conselho Universitário, baseando-se em desculpas que não satisfariam ao mais ingênuo dos homens, dadas pelo criminoso, tem fugido até agora a esse dever desagradável mas inevitável de procurar esclarecer os fatos a fim de que recaia sobre o culpado a pena que faz juz. Assim, diante da simples declaração do acusado que afirma haver devolvido a coleção de ANHEMBI, tudo se deu por encerrado, como se não continuasse pairando no ambiente universitário as gravíssimas acusações de haver mutilado ou tentado mutilar o patrimônio da Faculdade de Filosofia e chegado ao atrevimento de violar correspondência dirigida ao Reitor. De fato, dos números que foram sonegados à Biblioteca constam: críticas ao Bispo de Bragança por proibir o uso de calças compridas pelas mulheres, embora em desacordo com as instruções emanadas de próprio papa (julho de 1954); reflexões sobre o verdadeiro conceito de democracia, de Alvarez Del Vayo, Ministro de Exterior da República Espanhola (agosto de 1954); artigos contra o clericalismo na Espanha de Franco e em Portugal de Salazar (diversos números do segundo semestre de 1955); inquérito feito por Anhembi, publicado sob o título "Tambaú, cidade dos milagres", pelo qual ficou provado a paranóia mística do padre Donizzeti (agosto, setembro, outubro de 1955); artigos de crítica, "Brasil, país católico" (agosto e outubro de 1955); "Congresso Eucarístico" (setembro de 1955); "Decadência da LEC" (novembro de 1955); necrológio de Ortega Y Gasset, onde Franco é veemente atacado (dezembro de 1955); artigo de Anísio Teixeira, sobre o ensino e nota de crítica "Torres da Cedra" (junho de 1956); artigos sobre intolerância religiosa na Espanha e contra a pena de morte que é defendida pelo clero brasileiro (julho de 1956); críticas ao concurso realizado na Faculdade de Filosofia do Paraná (setembro de 1956); críticas às autoridades religiosas de S. Paulo por terem permitido que Ademar de Barros realizasse um comício na nave da Catedral metropolitana (novembro e dezembro de 1956); vários artigos de crítica à intolerância religiosa na Península Ibérica, sobre o ensino religioso nas escolas e sobre maus universitários (janeiro a abril de 1957); as a favor do divórcio sobre a desumanidade da Igreja para com os filhos naturais e adulterinos, sobre o ensino religioso e contra a pena de morte (abril de 1957); críticas ai fascismo português e espanhol e críticas à revista clerical "Vozes" (maio- junho de 1957); nota sobre a Hyléia Amazônica, que, defendida por "Osservatore Romano", foi defendida por alguns Bispos brasileiros; tópico "Vozes e Anísio Teixeira" (julho de 1957); comentário à frase de Carlos Lacerda: "uma missa sacrílega" (agosto de 1957); "Não mataras", novos comentários contra a pena de morte (Outubro a dezembro de 1957); defesa da instalação de fornos crematórios em S. Paulo e no Rio (janeiro de 1958); comentários ao caso do Bispo de Prato condenado na Itália por difamação (abril de 1958); nota sobre Peyrefitte e o Vaticano (maio de 1958); várias notas de solidariedade a Anísio Teixeira que os bispos gaúchos pretenderam

afastar do INEP (maio a julho de 1958); notas sobre o expurgo da biblioteca da Universidade do Paraná (agosto de 1958 a janeiro de 1959). (ANHEMBI.São Paulo, n.100, mar. 1959, p, 200-201)<sup>37</sup>.

Assim, em 06 de fevereiro de 1959<sup>38</sup>, em reunião do Conselho Universitário, Suplicy de Lacerda, do qual a imprensa reclamava uma postura esclarecedora em virtude da publicidade dos eventos até aqui comentados, submeteu à apreciação o processo 2188/59, de *Anhemi* contra o Diretor Homero de Barros.

O Conselho Universitário resolveu, por unanimidade de votos, autorizar a instauração de um processo administrativo para apurar a procedência das alegações sobre irregularidades, apontadas pelo recorrente Paulo Duarte, bem como também Temístocles Linhares, que se manifestou em artigo publicado em “O Estado de São Paulo”, em 10 de janeiro de 1959, intitulado “Intolerância e Fanatismo”<sup>39</sup>. Para estes, e segundo argumentos destacados pela *Anhemi*, o que estava em jogo era a permanência dos chamados clericais na administração da Faculdade. Contudo, se considerarmos a configuração intelectual local, este argumento não parece responder aos “verdadeiros motivos da batalha” pois, se num primeiro momento, o grupo liderado por Wilson Martins pareceu enfraquecer a candidatura de Homero de Barros, isto não se efetivou na prática, uma vez que o próprio Reitor manteve apoio a Barros, o que acabou por fortalecê-lo.

Os pormenores acerca do caso foram retomados na edição de março de 1959 da *Anhemi* que, a partir da declaração de defesa de Homero de Barros à Congregação, denunciava o arquivamento do processo. Com isso, Paulo Duarte se tornava mais arredo à Reitoria e ao Conselho Universitário, que, ainda que tenha resolvido apurar as denúncias feita pela revista, passou a averiguar a responsabilidade de professores que tornaram público os acontecimentos ocorridos na Faculdade de Filosofia.

A publicidade do caso motivou até mesmo Homero de Barros a se pronunciar. Através de carta, de 12 de fevereiro de 1959, enviada ao jornal “Estado

---

37 Este ofício, enviado ao Conselho Universitário e reproduzido na íntegra na *Anhemi* em março de 1959. ANHEMBI. n.100. Março de 1959:199-207.

38 As referidas informações estão transcritas na “Ata do Conselho Universitário. Livro II. Pag. 83”

39 Refere-se ao artigo: *Intolerância e fanatismo*. Estado de São Paulo. 10 de janeiro de 1959: pags. irreg.

do Paraná”, o Diretor se defenderia:

1- Esta Diretoria não fez restrição nenhuma, por motivos de ordem ideológica ou por quaisquer outros, à Biblioteca desta Faculdade, somente espanhol Pères Galdós depois que a mesma se encontrava em poder do prof. Temístocles Linhares, fora da Biblioteca.

2- A coleção da revista Anhembi foi encaminhada à Biblioteca nas condições em que foi recebida, fato aliás já devidamente verificado nas por uma Comissão de professores designada pela Congregação.

3- o inquérito, a que alude a notícia, foi requerido ao Magnífico Reitor por esta diretoria, para esclarecimento de tais acusações, não sendo portanto contra o Diretor que absolutamente não é indiciado e nem se ve atingido pelas ofensas infundadas que se publicaram. Esse pedido de inquérito consta da informação desta Diretoria na reclamação do ilustre jornalista Paulo Duarte. Ao mesmo passo, em que tal providência era solicitada por esta Diretoria, o Magnífico Reitor sugeria, por iniciativa própria, ao Conselho Universitário igual medida, visando esclarecer tão explorado assunto. (apud(apud. ANHEMBI. a.8, n. 96, v, 32, nov, 1958, p. 507)

No mesmo período era remetido aos jornais de Curitiba um comunicado oficial, redigido em nome do Ministério da Educação, da Universidade do Paraná e da Faculdade de Filosofia, com o seguinte conteúdo:

A diretoria da Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná, tendo em vista uma publicação inserta no jornal O Estado do Paraná, pag. 4 da edição de 12 do corrente, sob o título “Em consequência de novo protesto da revista “Anhembi”- Determina instauração de processo administrativo na Faculdade de Filosofia” vasado em termos intempestivos contra a mesma, esclarece a bem da verdade, que a nomeação duma Comissão destinada a elucidar a veracidade em torno da exploração que tem sido feitas com relação à coleção daquela revista e á mutilação duma obra do escritor espanhol Pères Galdós retirada da Biblioteca pelo prof. Temístocles Linhares, foi feita a requerimento da mesma Diretoria, indo assim ao encontro de igual providência sugerida pelo Magnífico Reitor ao Conselho Universitário. Não se trata, pois, de inquérito contra o Diretor da Faculdade, que não poderia ser responsabilizado pelas páginas de livros duma Biblioteca de onze mil volumes a cargo dos respectivos funcionários e à disposição de inúmeros leitores. (ANHEMBI. São Paulo. n 94, set, 1958, p. 87)

As fontes arroladas mostram a grande repercussão que os eventos e seus desdobramentos, bem como os debates, assumiram no final de 1958 e durante o ano de 1959, provocada pela atenção dada por jornais como “O Estado de São Paulo” e o *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro, bem como a revista “O Cruzeiro”, além das protagonistas contendedoras, *Anhembi* e *Vozes*, resultando em dimensões

nacionais.

## V – Expurgos e mutilações sob novos holofotes

Dentre as inúmeras acusações ao Diretor Homero Batista de Barros, a revista de Paulo Duarte relatou uma, de insinuação, que o mesmo Homero teria sugerido, que a mutilação dos livros de Galdós havia sido realizada pelo próprio Temístocles Linhares. O artigo encerrava afirmando que o que estaria em jogo era a dignidade da Universidade no Brasil: *“Não é universidade do Paraná que está em jogo, nem a sua Faculdade de Filosofia: é dignidade da Universidade no Brasil. E a universidade é a única coisa que nos resta para drenar o mar de lama que tudo submerge”* (ANHEMBI. a.9. n. 100, vol. 34, mar, 1959, p. 207)

Embora o embate tenha sido orientado pelas acusações diretas a Homero de Barros, as questões referentes à soberania das universidades brasileiras tomava parte importante nas discussões. Ao que parece, ao ser divulgado por vários veículos de comunicação, as ações de Homero de Barros passaram a ser analisadas pela comunidade acadêmica nacional, fosse por pressão da revista ou dos professores da Universidade.

Apesar de se deslocar a atenção aos eventos referentes às mutilações dos livros da Biblioteca, alguns catedráticos da Faculdade de Filosofia<sup>40</sup>, contrários à permanência da Homero de Barros na direção, enviaram uma representação ao Reitor da Universidade. O mandato de Homero de Barros havia expirado em 16 de fevereiro de 1959, e nesta situação deveria ter passado o cargo para seu substituto legal, o professor mais antigo do Conselho Universitário, até sua nova nomeação. Segundo afirmações divulgadas na revista *Anhembí*, a Universidade do Paraná estaria tolerando mais uma irregularidade, uma vez que o Diretor não havia se afastado do cargo.

Os acontecimentos, mais uma vez, tomavam espaço na imprensa nacional. Com a publicação na Revista *O Cruzeiro*<sup>41</sup> de matéria de Flávio Damm, em março

---

<sup>40</sup> Citados à página 28 nota 29.

<sup>41</sup> A revista “O Cruzeiro”, foi considerada um dos sucessos editoriais brasileiros. Criada em 1928 pelo

de 1959, intitulada “INQUISIÇÃO ATINGE O PARANÁ”, buscava-se esclarecer o que teria sido considerado um grande escândalo: a mutilação de oitocentas páginas das obras de Galdós<sup>42</sup>. Afirmando que as opiniões estavam divididas dentro da própria Universidade, a matéria revelava que um grupo responsabilizava o próprio diretor pela autoria da mutilação, e que este teria agido por motivos religiosos, retirando as partes que se revelavam anticlericais. Outro grupo atribuía o ocorrido a uma manobra política, engendrada por professores dentro da Universidade, que objetivavam assumir a Direção da Faculdade de Filosofia. Tornava-se, assim, amplamente conhecido o embate local entre os dois grupos.

O repórter Flavio Damm confirmava as mutilações dos livros e denunciava uma restrição imposta aos freqüentadores da Biblioteca: estes não mais tinham acesso direto aos livros, bem como alguns títulos e autores - obras de Graciliano Ramos, Émile Zola, Stendhal, Marx, Jorge Amado, Guerra Junqueiro, Voltaire, e Perez Galdós e revista *Anhembi* - passaram a ser censurados.

Entrevistado por Damm, Homero Batista de Barros rebatia as acusações:

Uma minoria de professores que há muito tempo se mostra descontente por motivos de política interna e eleições da Faculdade, onde não tem sido felizes, sem resultado têm procurado incompatibilizar-me com a opinião pública e com o Governo. A revista “Anhembi” passou a atacar a congregação da Faculdade por motivos de concurso onde um grupo estava contente e o outro descontente, como sempre acontece. Recolhi a coleção ao armário do meu gabinete para não deixá-la ao alcance de jovens menos avisados. Com o protesto feito fiz devolver à Biblioteca as ditas revistas. Quanto ao caso do livro de Galdos, em primeiro lugar quero dizer que temos onze mil volumes na Biblioteca e eu nem sabia da existência desse livro lá, pois não podemos examinar livro por livro. O Prof. Temístocles Linhares retirou essa obra daqui e foi exibi-la na rua principal da cidade, já mutilada. A mim foi atribuída a obra de corte de páginas: isto é um ataque infantil, pois

---

jornalista Chateaubriand, a publicação se caracterizou pelas grandes reportagens. Circulou entre 1943 e 1975 e segundo informações divulgadas no na década de 1950 circulavam 750 mil exemplares semanais

<sup>42</sup> “(...) um livro de literatura espanhola saiu da prateleira e quando voltou tinha sido violentado em oitocentas páginas de suas quase duas mil. O livro se chama “Obras Completas de Galdós”, volume quatro, e esta registrado entre os onze mil livros que compõem a Biblioteca, sob o número 863. 5 G 149. Faltam as páginas de número 223 a 680, que constituem (de acordo com o índice) uma história de nome “El Audaz”, “historia de un radical de antaño”. Faltam ainda as páginas de número 755 a 958 nas quais era contada a história “La familia de Leon Roch” e finalmente não está o volume caprichosamente rasurado de uma história que tem o nome de “Tormento”. (Revista O Cruzeiro 29 de março de 1958: 76).

ninguém vai mudar os rumos das coisas arrancando fôlhas de livros. Nunca fiz expurgos, pois se êsse fôsse o meu procedimento, não teria distribuído entre os alunos livros da autoria do próprio Temístocles Linhares, o que fiz para ajudá-lo. (O CRUZEIRO. 29 de março de 1958:76).

A defesa de Homero de Barros, segundo o autor da reportagem, eram ofensas diretamente dirigidas aos seus detratores – “*invocando inclusive um defeito físico de um professor que mais fortemente acusa*” – e que o próprio Diretor solicitou que não fossem publicadas. Na mesma entrevista era sugerido que o prof. Temístocles Linhares era o responsável pela danificação das obras e que o fez para acusá-lo. Afirmava, ainda, que seria mais fácil para ele simplesmente proibir a entrada dos livros e não mutilá-los.

Encerrada a conversa com Homero de Barros, o jornalista de *O Cruzeiro* encontrou-se com o professor Wilson Martins, “*intelectual consagrado pelo seu trabalho de crítico literário do Estado de São Paulo e conhecido pela sua cultura*”. Para Damm, Wilson Martins era “*o homem do defeito físico de que (sem nenhuma caridade cristã) falou-nos Homero de Barros*” (O Cruzeiro, 1959:77). Wilson Martins, ao longo da entrevista, acusaria Homero de Barros de ter suspenso a assinatura da revista *Anhembi* a partir do momento em que ela se solidarizou com Anísio Teixeira quando criticado pelo Manifesto dos Bispos de Porto Alegre, contrários às propostas de laicização do ensino. Martins afirmava que os problemas vividos na Faculdade de Filosofia provinham, desde pelo menos 1955, de uma manifestação de discriminação ideológica que se revelava de diferentes formas e que teria principiado pelo favorecimento ao Padre Guillermo de La Cruz Coronado, da cadeira de Literatura Espanhola, contemplado com o título de “notório saber”. Além da menção ao padre Coronado e conseqüentemente àquilo que chamamos “O Caso Bruno Enei”, Wilson Martins, além de apontar para a não manifestação dos estudantes diante dos eventos conflitantes, acusava o Diretório Acadêmico de ter se posto a favor de Homero de Barros em troca de dez mil Cruzeiros, além do pagamento de viagem a alguns de seus membros ao Rio de Janeiro. A reportagem encerrava apontando a necessidade de se iniciar um inquérito para localizar os verdadeiros culpados.

Por fim, e após intervenção do Ministro da Educação que mostrou a

ilegalidade da sua permanência, Homero de Barros resolveu deixar a direção da Faculdade – ainda que algumas afirmações da *Anhembi* sugiram que um grupo de professores tenha enviado ao reitor um abaixo-assinado pedindo a nomeação interina de Homero.

Enquanto a questão da permanência de Homero de Barros na Direção da Faculdade de Filosofia estava aparentemente resolvida – e mesmo que a Comissão de Inquérito se mantivesse em ação, entrevistando estudantes sobre a mutilação das obras de Galdós – *Anhembi*, não se dando por satisfeita, mantinha os ataques a Homero de Barros. Assim, no mês de abril, noticiava que o Diretor teria ido ao Rio de Janeiro e procurado o *Diário de Notícias* para afirmar que as publicações da imprensa eram caluniosas. Dizendo que a campanha que “*começou pouco antes do pleito e intensificou depois da minha vitória*”, argumentava que jamais mutilaria as obras que ele mesmo comprara. Dizia também que quando surgiram as acusações encaminhadas à Congregação teria designado uma Comissão de Professores para investigar o assunto e que esta afirmara, no parecer final, a improcedência das acusações. *Anhembi* retomaria as acusações acerca do caráter clerical de Homero de Barros, apontando a necessidade em se garantir a autonomia laica das Universidades Federais, sugerindo que um “banho de sangue” como o que estava ocorrendo em Cuba, seria uma maneira de se garantir a democracia universitária.

Ainda que pudéssemos supor uma trégua com a saída de Homero de Barros da direção da Faculdade de Filosofia, esta seria interrompida com a circulação da revista *Letras* de dezembro de 1958, publicada em abril de 1959, que, além de censurar texto de Linhares, questionava a banca do concurso de Martins – como já apontamos anteriormente, no item IV – Embates em torno da Direção da Faculdade de Filosofia.

As respostas vieram na revista *Anhembi* de junho, divulgando a saída de Temístocles Linhares do corpo editorial da *Letras*, motivado pela censura do seu artigo, que versava sobre Nietzsche, considerado ofensivo – segundo o julgamento de um dos membros do conselho editorial, o já citado padre Coronado. Para Paulo Duarte, ao *censurar* o artigo, e conseqüentemente a seu incentivar o seu afastamento (mesmo procedimento adotado por Wilson Martins), *Letras* teria se



transformado numa revista de “comadres”. *Anhembi* divulgava ainda uma carta enviada por Martins, na qual se defendia das acusações divulgadas por *Letras*, e que deixa entrever o estado de ânimo dos contendores:

Meu caro Paulo Duarte: não é exato que eu tenha “encomendado” a banca examinadora do meu concurso, nem que tenha sido constituída de cinco amigos. Dos cinco examinadores, um deles, o professor Roberto Alvim Correa, *eu jamais havia visto*: vim a conhecê-lo exatamente no dia do concurso. Outro professor Alfred Bozon, da Universidade de S. Paulo, eu conhecia de vista e com ele havia me encontrado duas ou três vezes, sempre por acaso, em lugares públicos, onde trocamos algumas palavras de circunstâncias. [...] O professor Eloy da Cunha Costa, estranho à Faculdade, foi escolhido à última hora para substituir o Sr. Sérgio Milliet [...] O professor Lacerda Pinto, titular da cadeira de Política, e que foi presidente da banca, é igualmente, um grande conhecedor de literatura francesa, e não só da francesa, como da inglesa, da alemã, da portuguesa e da brasileira. É um humanista à maneira antiga e tem um título que os mais imbecis costumam desprezar: o verdadeiro conhecimento da matéria. Ele e o professor Temístocles Linhares, que era o quinto examinador e o “amigalhão do peito” foram escolhidos por um motivo muito simples: é que a Faculdade não dispunha de nenhum outro professor catedrático de matéria afim, condição indispensável para participar da banca. (LETRAS, n, 9, p. 169, 1959).

Percebe-se nas publicações veiculadas pelos jornais e revistas, que havia de ambas as partes, uma repetição dos discursos de acusação e defesa. Iniciava-se naquele momento um embate mais efetivo articulando as questões locais às nacionais. Linhares, em seu diário, afirmava que a doença moral que regia as universidades deveria ser combatida. No caso da Universidade do Paraná - o mal era o clericalismo. Wilson Martins e Temístocles Linhares, estimulados por Paulo Duarte abriram a luta na Universidade do Paraná. As estratégias do embate são descritas por Linhares (LINHARES, 2001:209):

O fato é que, sem ele, homem dos mais temidos do Brasil, estaríamos sujeitos mais ao fracasso do que à vitória. É certo que contamos com toda imprensa nacional e esse é outro fator ponderável. Depois, temos nomes já conhecidos, ao contrário de nossos adversários, que ninguém sabe quem são ou o que fazem. De qualquer modo, já começam a aparecer os frutos de nossa campanha. Parece que muitas universidades brasileiras estão corroídas do mesmo mal. A de Minas é apontada como das mais contaminadas. E o caso é que já há quem se disponha a encetar ali campanha igual a nossa, Quando estive em São Paulo, tive ocasião de presenciar uma conversa neste sentido de Paulo Duarte com um professor

que o procurava. A nossa campanha, na verdade, alcançou a mais ampla repercussão no país.

Obviamente a rede de sociabilidade de todos os envolvidos no conflito teria ajudado a alimentar publicidade do embate e conseqüentemente fragilizaria a campanha de Homero de Barros na continuidade da direção da Faculdade de Filosofia. A publicação do caso em *O Cruzeiro* – que na época tinha uma tiragem calculada em torno de dois milhões de exemplares – deu maior visibilidade aos conflitos mas, ainda assim, não foi o suficiente para impedir a renomeação de Homero de Barros pelo presidente da República.

A revista *Letras*, no seu décimo número publicou uma carta elaborada por três componentes da banca examinadora do concurso de *Língua e Literatura Francesa* e que havia sido enviada à Faculdade de Filosofia e lida em sessão da Congregação no dia 18 de julho de 1959. A missiva continha o protesto dos professores Manuel Lacerda Pinto, Eloy da Cunha Costa e Temístocles Linhares. Esta foi reproduzida na íntegra (e exaustivamente veiculada) na *Anhemi*, como também foi transcrito excertos do que foi apresentado à Congregação na revista *Letras*. Apesar de longo, reproduzimos o excerto que revela a dimensão dada ao conflito:

A Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná, a sua Congregação, o seu CTA, o Diretor e professores foram desbragadamente atacados, insultados e injuriados pelo mensário paulista *Anhemi*, em cujas assacadihas se descobriu fãcilmente o autor intelectual, que é membro da mesma Faculdade.

A raiva insana, ódio eu diria, dêsse colega instilou-se não só principalmente no então diretor – professor Homero de Barros, senão ainda em todos aquêles que se postaram a seu favor.

[...] Vejam os colegas da outra facção – êsses e outros que tais seriam os xingamentos que se lhes aplicariam, se estivessem do lado de cá! E qual o crime para tanta perseguição? Tão só pelo direito, pela liberdade que nos assiste, e que não negamos aos nossos adversários, o direito, a liberdade de votar quem quer que seja!

O prof. Des. Manuel Lacerda Pinto, numas das sessões da Congregação, verberou essa campanha difamatória, mas o autor intelectual poupou-o, não lhe atirando sequer um apôdo. Qual a razão do proceder? Fãcil é a resposta – Há interesses extra-universitário: o juiz precisa do desembargador e presidente do Tribunal de Justiça do Estado...

Ora, é sabido que tãda ação corresponde uma reação, e esta chegou! Diante daquelas e de outras expressões desabridas, eu resolvi, **sponte**

**mea**<sup>43</sup>, defender-me e, com isto, defender a Faculdade na maioria de seus professores tão injusta e descaridosamente agredidos, desmascarando o seu autor intelectual.

[...] Agredido nominalmente e por uma revista de cultura exposta em nossa biblioteca e manuseada com mais frequência nestes últimos tempos, e ante referências e solicitações de vários meus alunos dos cursos de letras que se inteiraram do sórdido conteúdo, fui obrigado de usar Letras, revista de Cultura, órgão oficial dos cursos de Letras da nossa Faculdade, como meio mais apto e adequado para a defesa que se fazia mister, para denunciar o colega que teve a grande glória, de lançar a cizânia entre os professores da Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná, os quais, apesar de haverem sido de várias correntes filosóficas, políticas e religiosas, labutavam, desde sua fundação, em harmonia digna de exemplo.

(...) Quanto á banca examinadora de Língua e Literatura Francesa, se é verdade que eu errei por omissão, não protestando, em tempo oportuno, contra a sua composição, isso e tôdas as formalidades legais não apagarão nem impedirão que se lhe reconheça e divulgue o vício mormente quando eu e colegas temos sido provocados com aqueles doestos. Quem tem telhado de vidro...

Aquilo que alegam os signatários do protesto – Temístocles Linhares e Elói da Cunha Costa – que “a banca deu preferência aos [pontos] de literatura, por se tratar disciplina cuja essência é literatura”, eu pergunto – que disciplina é essa cuja essência é literatura? A cátedra em questão abrange, sim, duas disciplinas e duas disciplinas em pé de igualdade. A lei não lhe faz distinção hierárquica.

O catedrático de Língua e Literatura Francesas – o Dr. Wilson Martins – Não tem cultura filológica de Francês, já não digo de filologia Românica, falo tão só de cultura filológica de Francês, indispensável para as disciplinas que rege numa Universidade! Não sou quem o diz, mas franqueza estranha e singular, êle próprio foi quem mo confessou, a mim, de viva voz, mais uma vez, dentro e fora da Faculdade, quando éramos amigos, é verdade, não o disse exatamente com essas palavras, porém exatamente com essa tradução!

O diploma da Escola Normal de Paris, um dos documentos que ostentou á banca, é de Crítica Literária ou coisa símile, apresentável, sim, como título para concurso, mas para qualquer literatura – francesa, portuguesa ou chinesa!

Alegar que “o melhor título que era possível exhibir na ocasião: o de professor contratado da cadeira na Faculdade antes de sua “federalização”- é, sim, título de ocasião, como poderia ter sido História do Brasil que êle na Faculdade lecionou como substituto. Estivesse vaga essa cátedra!

Embora tenha publicado obras, até agora, desde 1953, data do seu concurso, o Dr. Wilson Martins não escreveu sequer uma que tratasse de Língua Francesa ou Literatura Francesa. As que publicou, são de outra natureza, e, por isto, não trazem no frontispício – Catedrático de Língua e Literatura Francesa da U Do Pr.- mas tão só – Da Universidade do Paraná.(LETRAS, 1959:169-170)<sup>44</sup>

---

<sup>43</sup> Grifo no original

<sup>44</sup> Lido integralmente e transcrito integralmente na ata da Congregação. Reproduzido excertos na revista Letras. N 10: pags. 169-170.

O arquivamento do processo referente à mutilação dos livros, assim como a continuidade de Homero Batista de Barros na direção da Faculdade de Filosofia, acirrou o conflito que, continuou a se utilizar dos veículos de informação locais e nacionais para sua publicidade.

Em julho de 1959, completado um ano das acusações contra Homero de Barros na revista *Anhembi*, Paulo Duarte apontaria, mais uma vez, a administração de Homero de Barros, pelas discriminações ideológicas no recrutamento de professores que não fossem católicos praticantes – ao mesmo tempo, que afirmava que o diretor facilitava a entrada de seus amigos. Retomando todas as acusações feitas pela revista no último ano transcorrido, questionava a complacência do Reitor, bem como do Conselho Universitário e da Congregação de Professores da Faculdade de Filosofia. Para Paulo Duarte, a continuidade de Homero de Barros devia-se ao apoio de D. Helder Câmara, do vice-presidente João Jango Goulart e do senador de Souza Naves. (ANHEMBI. a. 09, n. 104. vol. 35, jul, 1959, p.331-341)

O que vai se revelando, na leitura das fontes, é que as configurações vão tomando contornos mais claros. O que estava em jogo, além da administração da Faculdade de Filosofia, era a própria dominação então exercida pelos grupos católicos mais conservadores no interior dos espaços considerados laicos:

E nós outros, que faremos, em que ficamos? Nós outros fazemos o papel de bobos, denunciando crimes, apontando irregularidades, clamando pela moralização do ensino, profligando desonestidades materiais e morais, acreditando em certos valores que, afinal, definem não somente a civilização ocidental, mas ainda, a chamada civilização cristã e, não somente a chamada civilização cristã mas, sobretudo, a civilização intelectual. A vitória do PTB e do clericalismo neste episódio foi, contudo, a mais completa possível e nós somos os primeiros a reconhecê-lo e proclamá-lo. No ambiente moral em que vive nosso país, qualquer outro resultado seria surpreendente: é justo que o Sr. Homero de Barros, ligado ao Sr. Souza Naves, ao Jango e a todos os que pertencem ao mesmo grupo, demonstre a sua fôrça e imponha à Universidade brasileira a sua esclarecida orientação. Seja isso, embora um escárnio atirado à face da opinião pública, não importa. (ANHEMBI. a. 09, n.104, vol. 35, jul, 1959, p. 331-341).

As provocações de um e de outro lado continuaram, ainda que sem a mesma regularidade que vimos nos anos de 1958 e 1959.

Em março de 1960 *Vozes* sugere que *Anhembi* estivera “descansando” para apoiar o lançamento do livro “Iniciação à Ciência<sup>45</sup>”, mais uma vez a revista sugere que o INEP compraria o estoque de livros para salvaguardar a vida econômica dos seus amigos e ao mesmo tempo divulgar o ideário comunista Brasil afora. Este assunto fez Abelardo Ramos se lembrar do caso da suspensão das revistas *Anhembi* pela Faculdade de Filosofia. Não vimos respostas objetivas sobre este caso nas páginas de *Anhembi*. Contudo, Homero é interpelado por Paulo Duarte em maio de 1960 no artigo “Homero, o do Paraná”.

Que anda fazendo Homero, o beato na direção da Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná? Bem, Homero é como estamos conversando há mais de um ano: estreito, vingativo, odioso desprovido de inteligência e de sensibilidade, sem ombridade de manter seus atos quando encontra resistência, partidário da discriminação ideológica e das picuinhas administrativas, enfim, um tipo como todos imaginavam não mais existir no Brasil no século 20. Pois nosso Homero continua a fazer as suas. (ANHEMBI. n. 14, , mai, 1960, p. 556).

Se atentarmos para as transformações que marcaram a década de 1950 podemos sugerir que os envolvidos buscavam imprimir uma nova configuração no campo intelectual no Paraná a fim de garantir sua inserção no campo nacional. Neste sentido, as acusações de clericalismo só fazem sentido se pensarmos a configuração local como um apêndice dos dilemas acerca da intelectualidade que buscava se firmar. Ao afirmarmos que o cerne da disputa era a configuração de um campo intelectual, e que os intelectuais buscavam definir seu espaço no referido campo, entendemos que seja fundamental deixarmos claro o que se quer dizer, aqui, que entendemos por intelectuais. E este será o nosso objetivo no próximo capítulo.

\*\*\*\*\*

---

<sup>45</sup> O livro “Iniciação à Ciência” teve sua 1ª edição publicada pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, em 1958, sob a direção de Anísio Teixeira.

<b>CRONOLOGIA DA PUBLICIDADE DO CONFLITO</b>			
Data	<i>ANHEMBI</i>	<i>VOZES</i>	OUTROS
<b>Set /1953</b>	“A situação do ensino no Brasil”. T. Linhares W.Martins	.	
<b>02/05/1955</b>			Recurso: Bruno Ennei ao Conselho Universitário
<b>Set/1955</b>	“Sobre o Concurso na Universidade do Paraná” Paulo Duarte		
<b>10/01/1959</b>			“Escândalo atentatório da liberdade de expressão e pensamento”. Publicado no Jornal “Estado de São Paulo”. Autoria: Temístocles Linhares
<b>07/07/1958</b>			Encaminhamento de ofício ao Conselho Universitário. Pedido de abertura de sindicância. Autoria: Paulo Duarte
<b>Agosto/1958</b>			
<b>13/08/1958</b>			Ata de reunião do Conselho universitário - Universidade do Paraná. R representação de Paulo Duarte.
<b>30/08/1958</b>			Jornal “Estado de São Paulo” Anhembi e a Universidade do Paraná.
<b>Set. 1958</b>	“Anhembi e a Faculdade de Filosofia”. Paulo Duarte		
<b>5/09/1958</b>			Representação de Paulo Duarte contra a direção da Faculdade de Filosofia.
<b>05/09/1958</b>			.União Brasileira dos escritores Ofício contra a direção da Faculdade de Filosofia. Jornal “Estado do Paraná
<b>06/09/1958</b>			Homero de Barros. Jornal “Estado do Paraná”. Carta resposta a UBE
<b>07/09/1958</b>			Wilson Martins Jornal “Estado do Paraná”. Desmentindo Homero de Barros
<b>17/09/1958</b>			Paulo Duarte. Jornal “O dia”. Questionamento das

			informações de Homero de Barros.
<b>21/09/1958</b>			Entrevista com Homero de Barros. Jornal "O dia".
<b>30/09/1958</b>			Paulo Duarte Jornal "O dia". Carta contra de Homero de Barros.
<b>Out 1958</b>	"Diretor de Faculdade que envergonha uma Universidade" Editorial de Anhembi. Paulo Duarte		Publicação do Manifesta da UBE. Resposta de Homero de Barros e a respostada UBE à Reitoria da Universidade do Paraná. Vários Jornais
<b>16/10/1958</b>			Ata de Reunião do Conselho Universitário. Arquivamento do processo contra o diretor da Faculdade de Filosofia
<b>Nov./1958</b>	"Anhembi e Homero". Editorial de Anhembi.		
<b>Dez. 1958</b>		"Anhembi e o diretor da Faculdade de Filosofia do Paraná". Aatoria:Abelardo Ramos.	
<b>14/12/1958</b>			Ata da Congregação da Faculdade de Filosofia Eleição para Diretor da Faculdade de Filosofia
<b>09/12/1958</b>			Revista Letras. Divulgação da Lista tríplice e "Revista Anhembi e o Achincalhes a professores da Faculdade de Filosofia". Aatoria: Mansur Guérios
<b>18/12/1958</b>			Ata de Reunião do Conselho Universitário Impugnação à lista tríplice. Redator Wilson Martins.
<b>Janeiro 1959</b>	"Coveiros de universidades". Aatoria: Editorial de Anhembi		
<b>Janeiro 1959</b>			
<b>29/01/1959</b>			Ata Conselho Universitário. Carta de Paulo Duarte com nova representação contra Homero de Barros.
<b>Fev/1959</b>	"Essa desenfeliz Universidade do Paraná". Aatoria: Editorial de Anhembi.		
<b>06/02/1959</b>			Ata do Conselho Universitário Apreciação da representação de Paulo Duarte
<b>22/02/1959</b>			Jornal "Correio da Manhã" do Rio de Janeiro Reportagem sobre a aniquilação das obras de Galdós na

			Universidade do Paraná.
<b>Março 1959</b>	“Alergia a Dignidade”. Autoria: Editorial de Anhembi	“Teria Anhembi lido Galdós”. Autoria: Abelardo Ramos	
<b>29/03/ 1959</b>			Revista “O Cruzeiro”. Reportagem: “Inquisição Atinge o Paraná”
<b>Abril 1959</b>	“E Homero Continua”. Autoria: Editorial de Anhembi	“Mestres da Pedagogia segundo Anhembi. Autoria: Abelardo Ramos	Jornal “Correio da Manhã” Declarações de Homero de Barros acerca da eleição para Direção da Faculdade de Filosofia. Homero de Barros
<b>14/04 1959</b>			
<b>Maio 1959</b>		“Interlúdio para insistir pela Verdade”. Autoria: Abelardo Ramos.	
<b>Junho 1959</b>	“A revista das Comadres e dos malandros” . Autoria: Editorial de Anhembi.	“Afiml Anhembi se Acabou”. Mansur Guérios	
<b>18/07/ 1959</b>			“A revista Anhembi e os Achincalhes a professores da Faculdade de Filosofia.” Revista Letras Divulgação do protesto dos professores Manuel Lacerda Pinto, Eloy da Cunha e Temístocles Linhares
<b>Julho 1959</b>	Acusação contra administração de Homero de Barros. Autoria: Editorial de Anhembi		
<b>Março 1960</b>		“Gente de Anhembi”. Autoria: Abelardo Ramos	



## Capítulo 2- Entre o sujeito e a ação, uma categoria: a construção do intelectual

Que é, porém, um intelectual? A coisa é mais fácil, como muitíssimas outras, de compreender que de definir.

Edward Said

Intelectual é somente quem escolhe morrer pelos valores universais.

Julien Benda

[...] o intelectual é alguém que se mete no que não é de sua conta e que pretende contestar o conjunto das verdades recebidas, e das condutas que nelas se aspiram, em nome de uma concepção global de homem e da sociedade.

Jean-Paul Sartre

Não deve surpreender que apareçam tantos escritos sobre intelectuais. Quem fala dos intelectuais desempenha, pelo fato mesmo de assim agir, uma função que habitualmente cabe aos intelectuais; torna-se, ao menos naquela ocasião, um intelectual. Quando os intelectuais falam dos intelectuais estão falando na realidade de si próprios, mesmo se por uma curiosa duplicação da personalidade acabam por falar da própria confraria, como se a ela não pertencessem.

Norberto Bobbio

O intelectual é um viandante, mas de vez em quando também quer fazer de maquinista.

Wolf Lepinies

Se num primeiro momento, trabalhar com a noção de intelectual pareceu-nos uma tarefa prazerosa, pela própria familiaridade que o termo parece propor, no decorrer da pesquisa - tornou-se uma das “problemáticas” do próprio trabalho. As narrativas/discursos sobre o tema demonstraram o quanto este conceito foi repensado, reescrito e reconstruído a partir das experiências conjunturais (ou ainda, individuais). Da *traição ao fim dos intelectuais*, inúmeros são os escritos que falam

dos intelectuais, do seu papel, de sua função e de sua legitimidade. Seja como uma categoria homogênea, seja como grupos de interesses ou, ainda, como classe, constantemente estes escritos objetivam definir suas funções, seus compromissos e entendê-los na sua singularidade. Por isso, comumente observa-se o personagem - intelectual - *decompor-se em ilusões eruditas* (LEPENIES: 1995:07). Assim, se identificar os intelectuais é um desafio operacional, entender o que os define é um desafio heurístico.

Neste capítulo, as notas se inserem no exercício de reflexão sobre as possibilidades - *de uso* - do conceito de "intelectuais", para compreendermos a inter-relação entre os atores que foram importantes (ou fundamentais) na constituição de grupos – antagônicos - que, num primeiro momento, se revelaram no interior da Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná, nas décadas de 1950 e que esclarecem as posições assumidas quando dos embates apontados no capítulo anterior.

Portanto, este capítulo constitui-se num exercício metodológico acerca da utilização do conceito, visando identificar os traços comuns que - *unificaram e/ou dispersaram* – ao definir as tomadas de posição dos referidos atores nas questões nacionais.

## **2.1 Intelectuais: verbetes e definições**

As etimologias não só revelam o significado original como também mostram transformações semânticas que, algumas vezes, são opostas ao significado inicial. (ARRANZ, 2003:27) Como exemplo disso, pode-se citar aqui, o verbete como apresentado no Dicionário do padre Raphael Bluteau, primeiro dicionário da língua portuguesa, de 1713: *“Intellectual. Do entendimento, ou concernente ao entendimento. Virtude intellectual. Alma Intellectual dotada de entendimento* (BLUTEAU, 1713: 159).

Blanchot acreditando que a etimologia da palavra não a favorece, lembra que o termo “inteligente” aparece na língua francesa desde 1440, tomado do termo latino *intelligenes*, - *entis/el* que é o que entende, participativo, ativo. Por outro lado, lembra

que *entiende*, é participio ativo de *intelligere* (compreender) é derivado de *legere*, que é recolher, escolher e ler, que nos remete a *logos*. Por sua vez *logos* remete a linguagem, mas também “*alude a la reunión en una sola cosa de aquello que está disperso en tanto en quanto debe permanecer disperso. Dyspersión y reunión, en esto consistirá el soplo del espíritu, el doble movimiento que puede unificarse, pero que la inteligencia tiende a estabilizar para evitar el vértigo de una incessante profundización*” (BLANCHOT, 2003:58-59)

Das enciclopédias e/ou dicionários que se tornaram referências em áreas específicas, destacamos aquelas nas quais o verbete “intelectual” reflete a necessidade de se constituir uma categoria fundamental para a compreensão das sociedades contemporâneas. Alberto Rosa (1996) afirma que a partir da segunda metade do século XIX o termo *intelectual* se impôs nas línguas européias, antes mesmo da palavra russa *intelligentsia*. O termo intelectual, como referência aos homens de cultura que assumem deveres e funções na sociedade política, é identificado a partir dos *Manifesto dos Intelectuais* em defesa de Dreyfus. Embora a função intelectual tenha existido de várias maneiras e em diferentes contextos, para Rosa o capitalismo moderno estabeleceu um tipo particular de trabalho intelectual, vinculado à ação:

O problema de uma caracterização dos intelectuais como grupo dentro da sociedade ou surge no momento em que se origina uma crise no interior do sistema de valores dominantes – para quais a cultura, fendendo-se deixa de se apresentar duma maneira homogênea e compacta quer nas suas dimensões teóricas quer nas materiais –, ou surge quando uma nova formação econômico social leva a uma diferenciação progressiva dos papéis, atribuindo uma posição específica ao pensamento na sua aplicação multiforme. Se a primeira das duas posições é um fato comum a todo mundo antigo e deu vida a emersão desta classe, parece que só na segunda – e especialmente com a revolução industrial – o ser intelectual coincidiu com uma forma de trabalho na especificação e na divisão geral das actividades sociais de produção e na conseqüente formação das classes. Contudo, precisamente porque os intelectuais representam uma situação muito socializada, e não constituem uma classe, o seu papel revela-se ambíguo ou, pelo menos, oscilante numa ampla escala, que vai desde a função crítica e didáctica até à do burocrata. (ROSA, 1996: 151)

Ainda que não se possa identificar o intelectual como classe, Rosa (1996) entende que não é fácil identificar o papel dos intelectuais nas vanguardas revolucionárias pelo seu comprometimento e /ou confronto com as instituições

políticas, isto porque a divisão do trabalho na contemporaneidade promoveu o surgimento do intelectual coletivo.

Intelectuais - para Norberto Bobbio<sup>46</sup>, se definiriam como sujeitos “considerados” transmissores e criadores, ou ainda, portadores de concepções de mundo. Bobbio aponta para a perenidade e constância do tema, na medida em que a inquietação acerca da teoria e práxis ou pensamento e ação, são constantes no pensamento ocidental:

O que caracteriza o intelectual não é tanto o tipo de trabalho, mas a função: um operário que também desenvolva obra de propaganda sindical ou política pode ser considerado um intelectual, ou pelo menos os problemas éticos e cognoscitivos da sua obra de agitador são os mesmos que caracterizam o papel do intelectual: qual a incidência das idéias sobre as ações? (BOBBIO, 1997:114-115)

## 2.2 Uma gênese do intelectual: o caso Dreyfus

Na França, e em grande parte da Europa do século XIX, a questão dos intelectuais parece ter se manifestado primeiramente no confronto público em torno do “Caso Dreyfus”, no qual profissionais reconhecidos em várias áreas enfrentaram - ou defenderam - a ordem estabelecida e a autoridade da justiça francesa.

O “Caso”, conhecido como um dos principais erros jurídicos ocorridos na modernidade é exemplar para a reflexão em torno do papel dos intelectuais. Para entendermos o impacto que este teve em vários países, e os debates que suscitou, cremos que se faz importante apontar os fatos.

Em 1894, uma carta contendo informações sobre segredos estratégicos do Exército Francês, foi interceptada por uma funcionária da Embaixada alemã na França. O Estado-maior francês saindo em busca de “um culpado”, após investigações e algumas evidências, chegou a Alfred Dreyfus (alsaciano de origem judaica), oficial de artilharia. Através de um processo conduzido a portas fechadas,

---

46 Originalmente publicado como verbete da Enciclopedia del Novecento, Roma, Instituto della Enciclopedia Italiana, V. III, p.798-808. Publicado IN: BOBBIO, N. **Os intelectuais e o poder**: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea. São Paulo: Editora UNESP, 1997. p. 109-139.

do qual seria exibido apenas o chamado *bordereau*, o oficial foi acusado de alta traição e incriminado pela opinião pública francesa e pelo conselho de guerra, expulso do exército e condenado a cumprir pena na Ilha do Diabo (ARENDDT, 1989:11),(LÍSIAS: 2007:17). O julgamento, considerado vergonhoso, tornar-se-ia foco de atenção em vários países. Em 1895, com Dreyfus já enviado para o degredo, alguns escritores “ilustres” manifestaram-se em sua defesa (ficando conhecidos como *dreyfusards*), questionando as irregularidades jurídicas, a penalidade e a falta de transparência no processo. Emile Zola, Anatole France e Marcel Proust, produziram e/ou assinaram manifestos e artigos com mais veemência. Aquilo que primeiramente se apresentara como um caso jurídico, transformava-se num problema ético.

As manifestações a favor de Dreyfus, contudo, não se limitaram ao território francês. No Brasil, o “Caso” ecoou através da voz de Rui Barbosa, que publicou, em janeiro de 1895, o artigo “*O processo do capitão Dreyfus*”, no *Jornal do Comércio*, considerado a primeira manifestação pública em defesa do militar francês - “*o próprio Dreyfus, em suas memórias, reconhece ter sido de Rui Barbosa a primeira voz a se levantar publicamente em sua defesa*” (LÍSIAS, 2007:07).<sup>47</sup> Neste manifesto, o jurista brasileiro analisava os aspectos legais e os desdobramentos na imprensa inglesa e francesa, não deixando de destacar os rituais que marcaram a punição de Dreyfus:

Não me cabe descrever a cerimônia atroz da degradação militar, prelúdio feroz da expiação sobre-humana, que se abriu ontem para o malfadado. Essa cruel solenidade horrorizou a Europa. Antes de se separar irremissivelmente da Pátria, amaldiçoado pelos seus conterrâneos, para ir agonizar, sob o indelével ferrete, em remoto presídio penal, esse infeliz passou pelos tratos do mais tremendo suplício conhecido na história das torturas morais. O formidável espetáculo fora preparado com todos os requintes da encenação regulamentar. [...] Qualquer que fosse o crime daquele desgraçado, a rebuscada e caprichosa desumanidade dessa punição revolta profundamente o sentimento contemporâneo. Aqui o efeito foi de indignação e espanto. A repugnância ao escândalo por pouco se não transmutou em misericórdia e simpatia pelo aflito. (BARBOSA, 2007:59)

Certa de sua inocência, a família de Dreyfus iniciou uma mobilização para

---

47 Rui Barbosa, em 1893 teve que se exilar após combater o golpe que levou Floriano Peixoto à presidência. Passa por Buenos Aires, Lisboa e Londres. No período que permanece em Londres (1893 a 1895) publicou artigos nos jornais brasileiros.

reabrir o processo. Em 1896, o tenente-coronel Picquart, chefe da Seção Estatística do Estado-maior, encarregado de informações e também convencido da inocência, afirmava que o culpado era o oficial Walsin-Esterhazy. Estas revelações fariam que, seis meses mais tarde, Picquart fosse transferido para a Tunísia.

Ainda que a justiça militar francesa (controlada pela direita nacionalista e anti-semita), temendo fragilizar sua autoridade, se recusasse a reabrir o “Caso”, as revelações de Picquart trouxeram indícios que sustentavam o pedido da família Dreyfus. Neste período, a pedido de Mathieu Dreyfus, Bernard Lazare publicou “*Une erreur judiciaire: la vérité sur l'affaire Dreyfus*”, um manifesto a favor de Dreyfus. Em novembro de 1897, Clemenceau iniciava sua luta para que fosse reaberto o caso. (ALTAMIRANO, 2006:39-41; ARENDT, 1986:111-115 e LISIAS, 13-31 2007:).

Em janeiro de 1898, diante do esgotamento de todas as possibilidades de um novo julgamento, Zola se colocaria ao lado dos defensores de Dreyfus, apoiando declaradamente o militar. Aderindo à luta de Clemenceau, publicou no jornal *L'Aurore*, no dia 13 daquele mês, a famosa carta aberta enviada ao presidente da república francesa, Felix Faure, com o título “J'accuse”<sup>48</sup>. No dia seguinte, o mesmo jornal publicava um protesto cujos signatários eram escritores e acadêmicos. Zola foi levado a julgamento por calúnia contra o exército, sendo condenado pelo Tribunal Comum e pelo Tribunal de Apelação. No mesmo período Picquard foi preso. Walsin Esterhazy foi reformado em agosto de 1898 e contou a um jornalista inglês que ele era o autor do *bordereau* e ele próprio, por ordem do antigo chefe da Seção de Estatística, que antecederia Picquart, havia forjado a letra de Dreyfus. Outros membros da Seção também foram presos por participarem da farsa do dossiê.

O Tribunal de Apelação, em junho de 1899, anulou a sentença de 1894. Em seguida, um novo processo foi iniciado e em setembro daquele ano, a pena era alterada para dez anos de prisão, pois consideraram as “circunstâncias atenuantes”, decorrentes da divulgação das evidentes manipulações das provas.

A decisiva participação dos intelectuais no “Caso”, seria, ainda em 1899,

---

48 O texto original esta disponível em: <http://perso.magic.fr/tremong/pascal/lois/jaccuse.html>. Acessado em 14/01/2008.

avaliada no Brasil por José Veríssimo. Em “*A França Intelectual*”,<sup>49</sup> artigo publicado no Jornal do Comércio, discutia o impacto que o acontecimento teve na vida moral do país, mostrando que o “Caso” deixou de ser considerado tão somente a partir do aspecto jurídico (de onde não deveria ter saído), gerando uma atmosfera passional, que acabou por envolver toda nação:

E à França intelectual coube porventura a parte principal do movimento da opinião de todo o país pró ou contra o militar julgado como traidor. A “questão”, desde já famosa, é sobretudo obra sua, obra dos literatos, cientistas, poetas, jornalistas, romancistas que após Zola deixaram seus calmos gabinetes de estudo, os seus laboratórios tranqüilos e laboriosos para virem à rua com suas convicções suscitar, inflamar, mover e combater as alheias. (VERÍSSIMO, 2003: 79)

O artigo de Veríssimo trazia uma resenha ao livro de Henri Bérenger, “*A França Intelectual*” – constituído de um conjunto de ensaios - publicado na França. O intelectual brasileiro mostrava que o próprio Bérenger apontava para os embates que tomaram conta da França nos últimos anos do século XIX, após o manifesto de Zola. Ainda que o escritor brasileiro não considere uma obra relevante, destaca sua importância apenas enquanto manifesto pessoal acerca do tema.<sup>50</sup> As impressões de Veríssimo parecem ser corroboradas pelo argumento de Altamirano (2006), quando este afirma que:

El termino “intelectual” se arraigo a partir del debate que fraturó el campo de las élites culturales y las dividió em dos familias espirituales, dreyfusards y antidreyfusards. No es un signo, todos estos intelectuales venidos de todos los puntos del horizonte, que se agrupan em torno de una idea y se mantienen inquebrantables?, habia escrito el dreyfusista, George Clemenceau em el editorial de L'Aurore del 23 de enero. (...) em un editorial de Le Journal de 1 de febrero de 1898 titulado “La protestation des intellectuel”, Barrès retomó esa denominación para volverla contra los firmantes, descalificandolos: `Estos supuestos intelectuales son un desecho inevitable des esfuerzo que lleva a cabo la sociedade para crear una élite'. Para el historiador Pascal Ory, este editorial marca la verdadera fecha de bautismo de la palabra “intelectuales” (ALTAMIRANO, 2006:20-21)

Ainda que, com o caso Dreyfus, tenhamos apontado o surgimento do termo,

---

49 Veríssimo, José. *Homens e Coisas Estrangeiras (1899-1908)*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003. Publicado originalmente: 1º Volume: 1902; 2º Volume: 1905; 3º Volume 1910.

<sup>50</sup> “*A França Intelectual* [...] um livro recente de um novo escritor francês, o Sr. Henri Bérenger. Não é propriamente um livro, mas, como tão comum é hoje, um conjunto de artigos apenas ligados pelo pensamento e intuítos do escritor”. (VERÍSSIMO: 2003:79).

tal qual ainda é hoje empregado, vale ressaltar que a trajetória de Zola, foi marcada pela participação nos debates que o cerceavam, pois – segundo Lísias – através da *literatura ou pelos artigos que escrevia para os jornais, o autor sempre participou ativamente em tudo que considerava eficiente politicamente*. Embora não tenha vislumbrado a definição do papel do intelectual, seu manifesto suscitou um novo personagem para/na/da modernidade. Ricardo Lísias cita Malcolm Bradbury para lembrar que Zola instaurou o “Eu acuso!” em todas as manifestações artísticas que surgiram na modernidade, gerando obras nas quais se traduz a autoconsciência e a ansiedade modernas (LÍSIAS, 2007:23). Neste sentido, tanto o “*Eu acuso*”, quanto os manifestos que dele proviriam, foram fundamentais na definição do termo intelectual, convergindo com a percepção de Veríssimo, que afirmava:

Os intelectuais franceses, os mesmos que pareciam não ter outras preocupações que os seus livros, as suas imaginações, os seus estudos, os seus versos, acabam de demonstrar mais uma vez que o retraimento da ação deletéria da política não é incompatível com um nobre ardor humano, infinitamente mais estimável que o ardor cívico. (VERÍSSIMO: 2003: 84)

Quanto ao aspecto jurídico, o “Caso” nunca foi encerrado. Dreyfus solicitou uma revisão do processo em 1903, sendo que foi apenas em 1906, quando Clemenceau assumiu o cargo de Primeiro-Ministro, que o processo voltou a ser analisado. O Tribunal de Apelação decidiu anular a sentença de setembro de 1899 e finalmente, Dreyfus foi absolvido de todas as acusações. Contudo, mais uma vez sentença foi questionada por grupos desfavoráveis a Dreyfus, que embasados na legislação francesa alegavam que o Tribunal de Apelação tinha autoridade apenas para ordenar um novo julgamento e não para absolvê-lo. A revisão do processo se deu por uma “corte militar” que acabou por condená-lo novamente. Dessa maneira, Dreyfus nunca foi absolvido. Da mesma forma que o povo francês nunca o absolveu, sua reintegração ao exército jamais foi efetivada ou reconhecida.

Si, el caso Dreyfus parece senalar a los intelectuales definiéndolos, y a veces glorificándolos, nos enseña también que esta gloria les resulta muy cara y les fuerza a una vocacion que los transforma y quizas los sobrepasa. Cuando se lucha para que devuelva la inocencia a un hombre como Dreyfus, no basta con defender una causa y examinar las pruebas de un proceso; es algo más que un sistema lo que está em juego, es la sociedad, es la relegión de la que proviene el antisemitsmo como de una fonte envenenada. El intelectual se siente entonces tentado de olvidarse del Justo para elevarlo a la categoria de un símbolo em el que aquél ya no se



reconece.” (BLANCHOT, 2003:76-77).

### **2.3 Impressões e definições: reflexões normativas e representações do intelectual**

Da invenção da categoria “o intelectual” - ao longo do “Caso Dreyfus”- à sua caracterização nos dias de hoje, persiste, ainda, a dificuldade em se conceituar tal personagem. Quem são? Qual sua função? Neste sentido, cabe ressaltar a dificuldade da localização de um possível primeiro estudo sobre o tema, ainda que algumas contribuições se apresentem como fundadoras na percepção e construção de uma possível trajetória do intelectual. Com base nisto, elencamos, neste tópico, alguns estudos que contribuíram para pensar o nosso objeto de estudo.

Neste sentido, a contribuição de Gramsci é comumente citada como pioneira. Ainda que sua análise mais detalhada acerca dos intelectuais tenha sido publicada apenas em 1946, na obra “*Os intelectuais e a organização da cultura*”, a questão já estava presente, desde 1926, em *Cadernos do Cárcere*. Não objetivamos analisar a matriz conceitual do autor, embora tenhamos claro que só podemos entender seu conceito de intelectual quando problematizado na relação com o senso comum - condenado a uma posição de dependência, dada a sua ausência de “consciência de historicidade” - e o partido (HALL, LUMLEY, B e Mc LENNAN, 1980:60-99).

Ainda que a relação entre ideologia dominante e senso comum resulte da contradição existente no interior das classes, para Gramsci, a ideologia poderia intervir no senso comum acrescentando novos elementos e/ou reorganizando-os com o objetivo de determinar os limites do desenvolvimento, ao mesmo tempo em que permitiria a elaboração destes novos elementos:

(...) as contradições entre as maneiras de pensar permanecem e se manifestam dentro do próprio senso-comum entre idéias tomadas das ideologias dominantes e as espontaneamente geradas através da experiência da solidariedade de classe. Nos momentos de conflito aberto, estas contradições abrem uma fenda entre “a consciência superficial, explícita ou verbal” e a “consciência implícita” em atividade. Estes momentos freqüentemente são indícios de uma crise na hegemonia do bloco dominante. (HALL, 1989:66)

A categoria gramsciana de intelectuais, para Bobbio (1997:89), pode remeter à experiência de luta a qual todos estamos sujeitos, por vivermos numa determinada sociedade. Participamos das lutas de diferentes maneiras, porque somos, sempre, portadores de determinados valores que se opõem a outros valores e defendemos certos interesses: *os intelectuais tradicionais também foram por sua vez, orgânicos de classes ora em declínio: são ex-orgânicos, agora não mais orgânicos unicamente porque a sociedade, em sua evolução, colocou-os pouco a pouco fora do jogo*. (HALL, 1989: 66). O *“intelectual orgânico fecha-se na prisão não menos isolante de uma ideologia dogmaticamente assumida e passivamente servida...”* (BOBBIO, 1997:87).

Dentro de uma perspectiva normativa, no sentido de se buscar distinguir os tipos de intelectuais, uma concepção oposta a Gramsci encontra-se no manifesto de Julien Benda, publicada em 1927, em *A traição dos Intelectuais*. Benda, observando a mudança ocorrida na vida intelectual francesa depois do caso Dreyfus, identificou os intelectuais como um grupo de homens cuja atividade consistiria na busca de um bem atemporal e cuja alegria resultaria da posse deste bem. Criticando os intelectuais de seu tempo, identificava como verdadeiros aqueles que tinham uma função de ordem moral (jamais política ou sociológica) e denunciava os que traíam esta função. Relacionando os valores intelectuais à justiça, à verdade e à razão, desqualificava toda ação intelectual “engajada”. (BENDA: 2007)

A *traição* dos intelectuais se define pelo envolvimento ideológico em questões práticas, sendo que a justiça, a verdade e a razão - caracterizadas como estáticos, desinteressados e racionais - deveriam ser os valores fundamentais à verdadeira prática intelectual, valores abstratos e vinculados à consciência humana e análogos entre si, não importando o contexto. Neste sentido, se a razão seria um valor fundamental para se elaborar a crítica e compreender o mundo, a verdade seria um bem por si mesmo. Para o autor, paixão, engajamento, fé e prática política não seriam valores intelectuais, uma vez que se fundavam na emoção e não na razão: *“Os que atacam o pensamento “não engajado” nem sempre percebem que pregam exatamente a mesma cruzada que uma escola da qual se proclamam, com*

*freqüência, serem a absoluta negação*” (BENDA, 2007:92).

Uma das maiores *traições* ocorreria quando os intelectuais se deixavam mover pela paixão política - “*O intelectual moderno deixou completamente de permitir que o leigo desça sozinho à praça pública; ele entende possuir uma alma de cidadão e quer exercê-la com vigor.*” (BENDA, 2007:146). Isto remeteria à capacidade de persuasão e demonstraria o prestígio moral que o intelectual - que adotava as paixões políticas - ofereceria. O autor ilustrava este quadro com o próprio “Caso Dreyfus”, lembrando dos efeitos que a intervenção dos intelectuais produziu no mundo inteiro. Contudo, notava que o prestígio possuiria um duplo efeito, pois se, por um lado, o intelectual se fortaleceria apoiando uma causa, por outro, ele se prejudicaria ao se recusar ao engajamento. Os desdobramentos destes comportamentos estariam relacionados às posturas frente ao “realismo de Estado”, uma vez que os intelectuais comprometidos com seus valores condenariam este realismo, sendo condenado por estes Estados que, reagindo “*fazem-no beber cicuta*”. Benda afirmava que a desordem que regia o mundo moderno poderia ser percebida no fato de que os intelectuais não mais condenavam o “realismo do Estado”, mas o aprovavam - “*é que eles não bebem mais cicuta (...). Contudo, Zola, Romain Rolland e Einstein beberam cicuta.*” (BENDA, 2007:261). Para Benda, em seu tempo, estaria ocorrendo uma transformação na condenação – por parte dos intelectuais – do realismo do Estado, uma vez que o intelectual:

[...] não é mais punido, como aconteceu na França por ocasião do caso Dreyfus, em que a ordem queria que os intelectuais, como o fizeram, reclamassem a justiça abstrata, mas exigia também que o Estado, comprometido em sua força pelo idealismo deles, os lançasse ao cárcere. Há anarquia quando o intelectual faz o trabalho de leigo, mas há também anarquia quando o leigo age e fala como intelectual, quando aqueles encarregados de defender a nação manifestam seu culto pela abolição de fronteiras, pelo amor universal ou outras espiritualidades. (...) Contudo, essa segunda desordem não me espera para ser denunciada e combatê-la não é minha função. (BENDA, 2007:261-262)

A função dos intelectuais seria, portanto, disseminar os valores universais sendo que aqueles que desprezassem estes valores, exaltando os valores mundanos, seriam traidores.<sup>51</sup> Destarte, a grande crítica de Benda, remete ao papel

---

51 O prefácio de Etimble, referente a 3ª. Edição, de 1958, é uma defesa à obra e ao autor. “(...) Por

dos intelectuais e principalmente sua função no cultivo dos valores atemporais. Dessa forma, a intervenção no debate cívico só faria sentido quando movida pelos ideais de justiça<sup>52</sup>.

A importância da concepção de Benda foi retomada por Edward Said que, em “*Representações do intelectual*”, mostra que a obra daquele, representaria uma versão normativa em relação à função dos intelectuais, sugerindo que a imagem do verdadeiro intelectual “*permanece atraente e insinuante*”, representaria uma versão normativa em relação à função dos intelectuais. (SAID, 2005:23)

Noutra perspectiva, vemos a retomada do debate em torno da função dos intelectuais com a obra “*Em defesa dos Intelectuais*”, de Jean-Paul Sartre, publicada originalmente na França em 1972, resultou de conferências proferidas em 1965. Assim, aproximadamente 40 anos após a publicação da “Traição” de Benda, as reflexões em torno da função dos intelectuais, recebiam uma nova abordagem. (SARTRE, 1994).

Para Sartre, o intelectual deveria ser o sujeito consciente da oposição e, por conseguinte, do conflito entre a “pesquisa da verdade prática” – através da qual viabilizaria seus empreendimentos - e os valores que pretendia conservar a fim de garantir a sua própria hegemonia, que poderia ser a ideologia dominante. “*Produto das sociedades despedaçadas, o intelectual é sua testemunha porque interiorizou seu despedaçamento. É, portanto um produto histórico. Nesse sentido, nenhuma sociedade pode se queixar de seus intelectuais sem acusar a si mesma, pois ela só tem os que faz*”(SARTRE: 1994:31) Produto do seu tempo, o intelectual concomitantemente refletiria este tempo e dele seria reflexo.

Oriundos das classes médias, na sua maioria, não experimentariam as

---

que ter hostilizado essa corja rancorosa e vaidosa entre todas, a dos homens das letras? Com um único livro, por que ter ganhado alguns milhares de inimigos, todos eles intelectuais que traíram, isto é quase todos? E que inimigos? Escritores, homens da imprensa, do rádio, dos salões, todos aqueles que em poucas semanas transformaram um imbecil inofensivo em vedete, que em cinquenta anos de calúnia rebaixam um grande homem a um pobre coitado raivoso, fanático e odioso. Tal é imagem que fazem hoje de Julian Benda os que o conhecem apenas através de sua lenda. Que ele favoreceu esse desprezo, nenhuma dúvida; esse desprezo que ele demonstrava pela maioria de seus semelhantes, estes lhes devolveram com generosidade.” (BENDA, J. 2007: 29-30)

<sup>52</sup>Uma das respostas mais polêmicas ao ensaio de Benda foi “*Os cães de guarda*” de Paul Nizan publicado em 1932.

contradições particulares à burguesia ou ao proletariado e, portanto, não teriam direito para expressar as idéias ou, até mesmo, para exercer função junto a estes. Neste sentido, uma primeira característica proveria de sua definição: seriam técnicos do saber prático, tendo seu lugar definido pela classe dominante a partir das necessidades específicas do seu tempo. Outra característica desta categoria seria sua formação técnica, esta também seletiva e a formação que os capacitaria para a pesquisa, fazendo-os guardiões da tradição<sup>53</sup>. Uma terceira característica, ainda, diria respeito à regulação das formas de seleção, através das quais a classe dominante recrutaria os intelectuais “das/nas classes médias”. Daí decorreria a contradição experimentada pelo “intelectual médio”:

Ele é humanista desde a infância: isso significa que o fizeram acreditar que todos os homens eram iguais. Ora, quando ele se vê, toma consciência de ser, em si mesmo, a prova da desigualdade das condições humanas. Ele possui um poder social que decorre de seu saber vertido a uma prática? Mas ele chegou a esse saber – filho de alto funcionário, de alto assalariado ou de representante das profissões liberais - enquanto herdeiro: a cultura já estava em sua família antes de ele nascer – nascer em sua família ou nascer na cultura é a mesma coisa, E se ele se origina das classes trabalhadoras, só pode ter sucesso pela única razão de que um sistema de seleção complexo e jamais justo eliminou a maior parte dos seus camaradas. De qualquer maneira, ele é possuidor de um privilégio injustificado, mesmo – e num certo sentido, sobretudo – se venceu brilhantemente todas as provas (SARTRE: 1994: 25)

O intelectual, assim definido a partir de sua existência, teria como função encontrar “*seu segredo e resolver sua contradição orgânica aplicando à sociedade de que é produto*” (SARTRE: 2007: 33). O corolário desta contradição remete-nos à inversão constante a qual o intelectual estaria sujeito: ao mesmo tempo em que resgata o mundo de si, liberta-se do mundo - por não poder se libertar de suas contradições subjetivas impossibilitar-se-ia considerar o mundo objetivamente - isto porque está inserido numa sociedade que o produz, como sujeito e como intelectual. Neste sentido, a pesquisa deve se libertar dos mitos e para tal é preciso compreender o contexto no qual o intelectual está inserido. Identificando o que quer destruir - dentro e fora dele -, que tenha sido imposto pela ideologia dominante.

---

<sup>53</sup> O autor se refere aos valores que são transmitidos no nível primário e secundário – dos quais derivaria a ideologia conveniente para continuidade de uma ordem dada – e no nível superior, que expressaria a transmissão de conhecimentos técnicos que os qualificariam para exercer suas funções)

Sartre afirmava que o intelectual é um técnico do universal, mesmo que esta esteja se construindo constantemente.

O caráter universal do intelectual apontado por Sartre já havia sido discutido por Benda. Contudo, ainda que diverjam nas concepções acerca do caráter prático, ambos especulam, ou melhor, empreendem a construção de uma concepção normativa em torno da categoria de intelectual. Se para Benda, o intelectual deveria se voltar para a verdade dos valores universais (apolíticos, atemporais e racionais), para Sartre, o intelectual estaria “em constante confronto com o concreto” e, por isto, só poderia “lhe dar uma resposta concreta”. (SARTRE: 1994:38).

O intelectual de Sartre, representado na figura do escritor, assim como o intelectual de Benda, apontado nos *clercs*, estariam investidos de uma missão – embora se distanciem na idéia de guardiães da verdade universal. Se, para Benda, o intelectual seria o *contemplador* da verdade e dos bens universais, para Sartre, o intelectual dialoga com seu tempo e seria cúmplice dos mandatários da classe dominante. Por isso seu ofício seria viver, por todos, a contradição, mostrando-a para a própria sociedade. O sentido da paixão pelos fins práticos, tão criticados por Benda, toma o lugar de compromisso em Sartre, para quem o intelectual é militante.

No fim das contas, o que interessa é o intelectual enquanto figura representativa – alguém que visivelmente representa um certo ponto de vista, e alguém que articula representações a um público, apesar de todo tipo de barreira. [...] é na vida pública moderna que podemos ver e compreender mais prontamente por que os intelectuais são representativos não apenas de um movimento social subterrâneo ou de grande envergadura, mas também de um estilo de vida bastante peculiar, até irritante, e de um desempenho social que lhes é único (SARTRE, 1994:47).

Neste sentido, para Sartre, o intelectual-escritor obrigatoriamente iria exercer a responsabilidade exigida pela sua condição. Sartre cita, como exemplo, Zola, que para ele, teria exercido sua função com integridade. Esta integridade, mencionada por Sartre, se refere não apenas ao ofício da escrita, mas o ato consciente da construção do seu ponto de vista.

Said (2005), como comentado anteriormente, retomou as teses de Benda, apontando para a pertinência do debate instaurado nos anos 1920. Na

categorização de Said, os intelectuais pertencem e participam do mundo – tendo como tarefa mostrar à sociedade que esta é uma realidade construída - mas parecem manter o caráter normativo proposto pelo autor da *Traição dos Intelectuais*.

Para ele, quando falamos dos intelectuais na contemporaneidade, temos que considerar as variações religiosas e lingüísticas, pois estas exigem considerações peculiares. Dentro dos dilemas atuais, aponta a profissionalização como um dos impasses para ação do intelectual. O problema consistiria na atitude, cada vez mais recorrente, de distanciamento do exercício da análise crítica e da capacidade de julgamentos críticos e independentes.

Em outras palavras, o intelectual propriamente dito não é um funcionário, nem um empregado completamente comprometido com os objetivos políticos de um governo, de uma grande corporação ou mesmo de uma corporação de profissionais que compartilham uma opinião comum. Em tais situações, as tentações de bloquear o sentido moral, de pensar apenas do ponto de vista da especialização ou de reduzir o ceticismo em prol do conformismo são muito grandes para serem confiáveis. Muitos intelectuais sucumbem por completo a essas tentações e, até certo ponto, todos nós. Ninguém é totalmente auto-suficiente, nem mesmo os mais livres espíritos. (SAID, 2005: 90)

Se para Said os intelectuais não podem ser reduzidos a uma categoria profissional mas, sim, devem ser pensados por sua função – de compromisso com a “verdade”, a “justiça”, “a razão” – para Altamirano (2006:44), o intelectual é aquele que se distancia para observar pois como o *estrangeiro* de Simmel (2002:211-217), experimenta simultaneamente o distanciamento e a proximidade. A objetividade de sua relação com o “outro” estaria, portanto, no fato dele não se encontrar unido com as partes do grupo, ou com seus ideais: ainda que se faça presente em todas as manifestações, o faz com o objetivo de manter “distância e proximidade” e “indiferença e interesse”. Assim como o “estrangeiro”, o intelectual teria na objetividade sua liberdade:

El hombre objetivo no se encuentra ligado por ninguna consideración que pudiera ser un prejuicio para la percepción, la comprensión y estimación de los objetos. Esta libertad, merced a la cual el extranjero percibe, como a vista de pájaro, la relación de proximidad, contiene, es cierto, diversas posibilidades peligrosas [...] (SIMMEL: 2002:217)

Simmel, em suas reflexões acerca da experiência humana, concebeu a figura

do estrangeiro desprovido de laços sociais. A sua experiência de liberdade só seria possível devido à ausência de vínculos ao espaço geográfico, pois ele não se torna nunca proprietário do território, uma vez que seu pertencimento aos círculos sociais nunca se efetiva integralmente. Assim, da mesma forma que o estrangeiro é um emigrante em potencial, tendo em sua relação ao grupo uma posição de exterioridade, o intelectual definir-se-ia também como uma categoria colocada fora dos grupos sociais e por isso inscrevendo-se na Sociologia, na História e na Filosofia.

#### **2.4 - Sociologia do Intelectuais**

Os estudos que tratam dos intelectuais, em sua maior parte, buscam estabelecer a relação destes com outras categorias, analisando as histórias individuais e coletivas desses personagens em determinados contextos, períodos ou locais. Neste sentido, influenciado pelos estudos culturais na Alemanha, Mannheim iniciou o debate sociológico sobre o pertencimento a uma determinada classe, inaugurando as bases da Sociologia da *Intelligentsia* e cujo eixo está voltado para uma política racionalmente orientada (BOBBIO, 1997:74-75)

As questões suscitadas pela Sociologia diferem das análises de caráter normativo apresentados anteriormente. Embora tenhamos claro que não é possível falar em uma Sociologia dos Intelectuais sem deixar de identificar sua relação com a secularização dos valores, a análise sociológica não se limita às investigações acerca do surgimento dos intelectuais e suas vinculações às ideologias, abarcando, sim, outros elementos que se referem ao estatuto que o intelectual mantém, bem como suas conexões com as profissões intelectuais. Em outros termos, cabe reiterar que, ainda que o estatuto intelectual não seja um estatuto profissional, há uma vinculação às profissões como as de escritores, de pesquisadores, etc. Como vimos nas definições comentadas, o intelectual não é um ideólogo, mas é aquele que se ocupa da crítica, da reflexão, da análise, da criação e divulgação de idéias. (LECLERC, 2004:67)

Primeiramente, o debate teórico que cerca a Sociologia dos Intelectuais, permite problematizar questões referentes às tipologias que, por sua vez,



possibilitam classificar, ordenar e compreender o traço mutante da experiência coletiva, posto que, em cada contexto, cria tipos sociais que refletem os modos institucionalizados de conduta de seu tempo.

O intelectual – enquanto personagem da ação e enquanto categoria analítica – surge na modernidade e faz parte de uma categoria de difícil classificação, na medida em que as questões referentes ao seu estatuto na sociedade remetem aos limites e possibilidades dos métodos e princípios explicativos adotados, isto devido ao caráter problemático do próprio estatuto que define esta categoria nas sociedades contemporâneas. O pertencimento a um grupo profissional, ou geracional, ou ainda a própria vinculação a uma posição organizacional, está, na maioria das vezes, relacionado às biografias individuais, o que implica em questões referentes à relação destes com outros grupos sociais (vinculações políticas partidárias, econômicas e redes de sociabilidades), com as organizações e com os seus pares.

Se tomarmos como ponto de partida a proposição de que os intelectuais contribuem para a organização dos sistemas sociais, e ainda que concordemos com Lipset – que afirma que estes *criam, distribuem e põem em prática a cultura, ou seja, o mundo simbólico próprio da humanidade, o qual compreende a arte, a ciência e a religião*” (LIPSET apud LECLERC, 2004:34), podemos afirmar que os mesmos diferem dos clérigos pois, ao contrário destes, não se caracterizariam como criadores de novas interpretações, mas como colaboradores para interpretação acerca do mundo em que vivem<sup>54</sup>. A diferença do papel do intelectual na cultura moderna, segundo Mannheim, é que atividade interpretativa e criadora de concepções de mundo não seria privilégio de uma classe específica, mas de um estrato social desvinculado de qualquer classe social. Enquanto grupo, é muito diferente do clero medieval, pois não existiria uma instituição reguladora. A cultura passaria a ser o elemento unificador entre os diferentes grupos intelectuais que

---

<sup>54</sup> Cabe ressaltar que para Mannheim, o clero (como também os brâmanes e magos em outras circunstâncias) deveria ser considerado como pertencente ao estrato intelectual, pois na sua sociedade tinha o monopólio na criação de uma concepção de mundo e ainda era responsável pela elaboração de uma justificativa acerca de outras concepções, ou ainda, em conciliar as interpretações do senso-comum ou as de outros estratos. (MANNHEIM, 2001; 2004)

compartilhariam o legado do conhecimento, apesar de diferenças profissionais, de classe ou de origem.

Numa outra perspectiva, identificar as trajetórias pode revelar aspectos fundamentais desta questão, demonstrando que uma abordagem orientada apenas pela perspectiva de classes não explicaria o pertencimento a uma categoria. Dessa forma, o “materialismo” apenas compreenderia as manifestações intelectuais enquanto tensões inerentes à luta de classes. Por outro lado, os intelectuais formariam um elo fundamental entre a *dinâmica social* e a *formação de idéias*, uma vez que toda sociedade necessitaria de uma concepção de mundo e para tanto existiriam grupos com a função de organizar a sociedade a partir das interpretações autorizadas, o que caberia, em certa medida, ao trabalho intelectual (MANNHEIM, 2001; 2004)

Ao refletir acerca da maneira como as sociedades recrutariam seus intelectuais, sua organização institucional e a (in) dependência em relação às classes, Mannheim inaugurou a idéia de uma *intelligentsia* que, de certa forma, se apresentaria independente.

*A intelligentsia é uma camada intersticial; e a sociologia proletária, centrada em torno dos conceitos de classe e partido, não podia deixar de atribuir a esse agregado sem características de classe o papel de satélite de uma ou outra das classes e partidos existentes. Tal concepção naturalmente esconde as motivações peculiares do intelectual e é capaz de paralisar sua auto-estima. (MANNHEIM, 2004:80)*

Contudo, isto não significaria que os intelectuais permaneceriam “*além e acima das classes*”. Ao contrário, seriam capacitados para analisar os problemas a partir de diferentes perspectivas. Entretanto poderiam mudar seu ponto de vista por estarem menos comprometidos com um dos lados de um conflito, podendo abordar várias perspectivas, ainda que conflitantes. No pensamento manheimiano, a sociologia da *intelligentsia* procura identificar as bases que revela a missão do intelectual. Para ele, os intelectuais haviam produzido estudos vinculados tanto às forças conservadoras como às proletárias, ainda que não pertencessem a nenhuma das classes (MANNHEIM, 2001: 80-82). As teses acerca de uma *intelligentsia* independente buscam apresentar um fundamento sociológico vinculado a produção

de um conhecimento com validade objetiva, que estaria livre das limitações impostas pelos interesses de classes, ou de posicionamentos que estruturam a vida social (ALTAMIRANO, 2006).

Ainda que para Mannheim, a posição de classe tenha sido tratada como um elemento objetivo, quer o indivíduo tivesse consciência disso ou não, a mesma situação de classe constituiria a unidade de uma geração, uma vez que diferentes indivíduos compartilham-na, e esta só poderia ser observada em seu contexto (desde o surgimento e até o seu fim). Para ele o fenômeno geracional<sup>55</sup> não deveria ser analisado apenas a partir de fatores biológicos. Este argumento nos é relevante para identificar a "nova geração" de intelectuais que definiram os rumos da educação no Brasil, pois mais do que o pertencimento a mesma faixa etária, o que se apresenta como fundamentais são os elementos que definiam a situação social (MACHADO NETO, 1968).

Pertencer a uma geração garantiria aos indivíduos uma participação comum no processo histórico e, conseqüentemente, "*os restringe a uma gama específica de experiência potencial, predispondo-os a um certo modo característico de pensamento e experiência e a um tipo característico de ação historicamente relevante*". (MANNHEIM, 1982: 73).

A maioria dos autores, que tratam do tema, afirmam que os intelectuais são herdeiros dos clérigos e dos letrados, uma vez que buscam a propagação e a validação de uma idéia de verdade e dos valores morais que controlam o coletivo. Cabe lembrar que estes valores – soberanos - se difeririam das práticas profissionais em campos especializados, que têm como objetivo a divulgação de conhecimentos específicos, mais vinculados a práticas e/ou aplicação de técnicas. Diferentemente, o intelectual produziria uma obra que daria visibilidade e reconhecimento. Se os

---

<sup>55</sup> Entendemos que noção de geração nos é complementar na análise acerca dos intelectuais e na demarcação da configuração que se estabeleceu entre os atores estudados, quando tratados a partir de uma perspectiva indicativa acerca dos indivíduos que participam de um mesmo contexto histórico-social. Efetivamente, estas abordagens identificam as gerações a partir do recorte de seus limites de espaço e tempo. Neste trabalho não se pretende fazer uma revisão bibliográfica do tema, nem tampouco identificar os usos correntes do termo "geração", mas apontar algumas possibilidades da operacionalização do conceito na análise acerca da constituição de um campo intelectual (e educacional) que, a partir dos embates ocorridos na Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná na década de 1950, podem ser se relacionados com as polêmicas e disputas em torno da educação nacional no período.

intelectuais são aqueles que vivem das e para as idéias, seja por "vocação" ou "especialização", cabe analisar o quanto avançam em áreas nas quais não têm domínio.

Assim, podemos inferir que há um distanciamento entre o especialista e o intelectual à medida que, tanto um quanto outro, se posicionam diferentemente acerca de assuntos específicos. Nesta perspectiva podemos analisar a postura de Paulo Duarte, ao deflagrar o embate público acerca da Universidade como uma postura militante, no qual o engajamento faz-se evidente. O referencial crítico, característico dos intelectuais, se manifestava - como é possível observar na matéria publicada na revista *Anhembi*:

A Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná é uma das mais novas do Brasil e, por conseqüência, uma das que se encontram em melhores condições pra organizar os seus trabalhos dentro dos mais rigorosos princípios universitários. Entretanto, isso não acontece, pelo faccionismo religiosos do seu diretor e pela sua falta de preparação espiritual para as funções que desempenha. Assim é que, entre as suas singularidades, conta-se a de promover o preenchimento de todas as cadeiras que se vagam entregando-as a sacerdotes, muitas vezes dignos, mas nem sempre capacitados na especialidade que vão lecionar. (ANHEMBI. a,5, n. 55, v19, jun. 1955, p. 98-99)

A crítica ao modelo de organização, supostamente clerical, da Universidade do Paraná na década de 1950, clamava pela laicização do espaço acadêmico, refletindo as expectativas dos próprios intelectuais do período, acerca do seu próprio estatuto. O que se torna evidente é que ocorria a tentativa de divulgar idéias que deveriam gerar a adesão de outros participantes, a fim de garantir a existência de um *ethos* acadêmico laico. A adesão às novas idéias se efetivaria na medida em que se rompesse com a inércia ou apatia de docentes da Universidade, levando-nos a pensar acerca do próprio papel do intelectual na sociedade contemporânea.

Nesta perspectiva de análise, o comprometimento ou adesão a determinadas causas sociais (como a descrita por Paulo Duarte), pode ser vista a partir uma identidade situacional, onde os vínculos a determinados processos históricos geram as experiências de uma geração. Esta experiência, que se revela nos comportamentos e nos pensamentos, se diferencia na transição entre as

gerações

Neste sentido, em relação à Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná, podemos nos referir a uma geração de intelectuais, ainda que constituída por grupos antagônicos - pois se posicionavam em pólos opostos de reação às experiências comuns: *"pode se dizer que os jovens que experienciam os mesmo problemas históricos concretos fazem parte da mesma geração real; enquanto aqueles grupos dentro da mesma geração real elaboram o material de sua experiência comum através de diferentes modos específicos, constituem unidades de geração separadas* (MANNHEIM, 1982: 85-86).

Os professores que participaram das primeiras manifestações públicas, identificando-se a determinadas concepções de mundo, revelavam seus compromissos fundamentados em suas experiências. Mesmo que localizemos a unidade de uma geração a partir da semelhança das experiências e as possíveis interpretações que os membros dão ao mundo, *"os dados mentais são sociologicamente importantes não apenas por seu conteúdo real, mas também por levarem os indivíduos que os partilham a formarem um grupo - eles têm um efeito socializante"*. Em outros termos, os "dados mentais" podem unir e diferenciar socialmente, da mesma maneira que os conceitos assumem significados diferenciados a partir das experiências das *unidades da geração*, que se manifestam a partir das narrativas acerca do mundo vivido (MANNHEIM, 1982:87).

Posteriormente à Sociologia dos Intelectuais de orientação mannheimiana, a produção de Pierre Bourdieu se notabilizaria como das mais influentes e férteis propostas para se pensar a problemática acerca da vida intelectual e seus desdobramentos. Fundamentada a partir de três princípios teóricos - que se expressam na construção de uma concepção do papel das formas simbólicas, numa teoria dos "campos" associada a uma teoria dos diferentes capitais (capital cultural, simbólico e social) - os *sistemas simbólicos* são a base de sua Sociologia dos Intelectuais. Sistemas simbólicos que se distinguem pela maneira que são produzidos e apropriados pelo grupo, ou ainda, produzidos por especialistas que participam de um campo de produção e circulação - portadores de autonomia na produção de bens simbólicos. (ALTAMIRANO, 2006:80-81), (BOURDIEU, 2003:64-67).

O intelectual “engajado” que se posicionava frente aos conflitos do seu tempo, produzindo manifestos e petições não era oriundo da elite acadêmica, ou como diria Bourdieu, não concorria na hierarquia simbólica definida pelo capital cultural. As ações dos intelectuais podem ser compreendidas se deslocadas das malhas que o tecem. As dinâmicas de poder da sociedade política, as mudanças de mercado geradas pelas transformações econômicas e, principalmente, as novas relações sociais e culturais alteram os espaços institucionais no qual se localizam a *intelligentsia*. (BOURDIEU, 2004:58-63)

O intelectual manipula (produz, consome, reproduz, distribui) idéias, sejam elas literárias ou científicas, culturais ou ideológicas. Ora, o trabalho com e sobre idéias implica numa forma de sociabilidade específica, que nem sempre encontra, nem unicamente, seu lugar de exercício único na universidade, nos escritórios editoriais, nos laboratórios ou salas de redação. (LECLERC, 2004:70)

O intelectual, desde o “caso Dreyfus”, utiliza a imprensa para se manifestar, para divulgar e convencer. Roland Barthes (1975:25) assinalavam que há uma ligação entre o ensino e a fala: “Perante o professor, que está do lado da fala, chamemos escritor a todo operador da linguagem que está do lado da escrita; entre os dois o intelectual: aquele que **imprime e publica sua fala**<sup>56</sup>”. E ao apreender o campo intelectual poderemos perceber onde os intelectuais produzem e para que o fazem.

Com base nisto, retoma-se a proposta deste trabalho: cabe-nos perseguir a constituição dos sistemas simbólicos que se configuraram no interior da Universidade do Paraná, na década de 1950, definidores de grupos responsáveis pela elaboração de um perfil acadêmico (voltado para pesquisa), desejoso de reconhecimento nacional e que se caracterizaria, nas palavras de Paulo Duarte, como uma “nova geração” – devotada a estabelecer contatos mais efetivos com outras instituições de ensino e de pesquisa e à inserção no mercado editorial que projetaria legitimidade aos docentes. Precursores de um novo modo de produção, Linhares e Martins, dentre outros, aparentemente buscavam romper com a tradição de publicação endógena. Atuando como cronistas, críticos literários, sociólogos e historiadores - construíram uma nova perspectiva que viria a permitir a consagração

---

<sup>56</sup> Sem grifo no original.

e reconhecimento num disputado campo intelectual que se configurava na década de 1950.

Os intelectuais peticionários – laicos ou católicos, clericais ou anticlericais, acadêmicos ou diletantes – entendiam que era fundamental definir um programa de desenvolvimento para o Brasil. Com o processo de modernização, que se instalava no período, o intelectual diletante começava a perder espaço para o intelectual vinculado às instituições de ensino e pesquisa e, ainda que as revistas e jornais continuassem a ser o espaço das divulgações das idéias, os mediadores dos embates reforçavam a racionalidade necessária para constituição da sociedade brasileira. Os programas de ação passavam a fazer parte das negociações que tiveram como alvo a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que, para uns, definiria a continuidade de uma ordem social fundamentada nos dogmas da Igreja Católica e, para outros, a mudança para uma sociedade planificada. Entretanto, os debates que marcaram os anos de 1950 não podem ser compreendidos sem atentarmos para os circunstanciamentos do ambiente intelectual que foi se configurando desde as primeiras décadas do século XX. Desde os anos 1920, o processo de modernização promoveu o crescimento dos centros urbanos, mudando substancialmente as paisagens das cidades, que passaram a abrigar as disputas que remetiam as oposições entre a tradição e modernidade, fazendo com que nesta conjuntura, os intelectuais passassem a ganhar maior visibilidade com o crescimento do mercado editorial<sup>57</sup>.

Enfim, os acontecimentos que marcaram a década conferiam aos intelectuais a necessidade de intervir no destino do Brasil exigindo a compreensão da transformação do próprio lugar ocupado pelos intelectuais no embate sobre a educação e sua relação com o projeto nacional de desenvolvimento<sup>58</sup>(BEIRED, 1999:32-34).

---

<sup>57</sup> O exemplo mais efetivo ocorreu em São Paulo, que viu sua população crescer de 239.820 habitantes em 1900 para 1.258.482 habitantes em 1940. E no Brasil o crescimento populacional no período compreendido entre as décadas de 1920 a 1930, segundo o censo de 1920, apontava para 30 635 605 habitantes, passando para 41 236 315 em 1940 (IGLESIAS, 1993: 258).

<sup>58</sup> Dentre os acontecimentos que marcaram os anos 20: Movimento Tenentista iniciado com a revolta do Forte de Copacabana; Semana de Arte Moderna; fundação do Partido Comunista e criação do Centro Dom Vital. Sobre estes acontecimentos ver: OLIVEIRA, Lucia Lippi de. **A questão Nacional na Primeira República**, São Paulo, Ática, 1990; CONNIFF, Michael, A elite nacional. In: HEINZ, Flávio (org.): **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 99-122; SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**; tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Brasiliense, 1989.

### **Capítulo 3 – Intelectuais e o sistema educacional dos/nos anos de 1950: da gênese à deflagração das polêmicas entre católicos e liberais – entre o local e nacional**

O intelectual parece servir sem servir, fugir mas ficando, obedecer negando, ser fiel traíndo. Um panorama deveras complicado.

Antonio Candido

O pensamento é sempre produto da atividade de um povo e, assim, é para a nossa história, nas suas relações com a história universal, que devemos voltar-nos para apreender a nossa própria significação, o sentido do nosso espírito, a fim de melhor compreendermos os matizes da transformação de idéias que vieram exercer influência no nosso meio.

João Cruz Costa

Segundo Mannheim, a adesão a determinadas concepções de mundo pode ser vista como traço de uma identidade situacional, no qual os vínculos históricos produzem as experiências, mesmo que diferenciadas, de uma geração. (MANNHEIM, 1982:87). Assim, o mesmo ambiente que promoveu os debates em torno da *Anhembi* e da Universidade do Paraná revela um papel chave dos intelectuais na acirrada disputa entre diferentes grupos que, a época, buscavam controlar os projetos educacionais nacionais e que culminariam nas polêmicas em torno da aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional no final dos anos de 1950.

O que torna esta polêmica relevante para compreensão da configuração do campo intelectual naquele período, portanto, deriva da experiência compartilhada pelos protagonistas (ou coadjuvantes) que orbitavam em torno dos grupos que tomaram a frente das polêmicas. A particularidade da condição do intelectual no Brasil era conseqüência das orientações antagônicas que suscitaram os debates intelectuais. As declarações referentes às tomadas de posição se manifestavam nos embates abertos que foram estabelecidos entre os intelectuais que buscavam promover as reformas educacionais. As polêmicas que dominavam o cenário



intelectual nos últimos anos da década de 1950 já se arrastavam por aproximadamente 20 anos, nos quais grupos que aprovavam a modernização das forças políticas, econômicas e sociais se opunham àqueles que pretendiam a manutenção da ordem vigente. A manifestação mais evidente da dualidade em torno do projeto de educação nacional se revelaria, contudo, no momento em que a proposta de expansão do sistema de ensino levou a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional<sup>59</sup>.

Em 1947 Clemente Mariani foi nomeado Ministro da Educação e suas medidas, como era de se supor, incidiriam sobre a descentralização da burocracia educacional<sup>60</sup>. As propostas de seu Ministério receberiam muitas críticas quando tornadas anteprojeto – encaminhado, ao Congresso, pelo presidente da república. Neste sentido, o então deputado federal Gustavo Capanema<sup>61</sup> se notabilizaria pela resistência, provocando a estagnação da discussão do projeto durante muitos anos. Capanema, ex-ministro da educação entre 1934 e 1945, e cuja perspectiva apontava para a centralização do poder, como deixam entrever as Leis Orgânicas do Ensino de 1942 e 1946, entendia que a medida enveredava por princípios contrários a unidade nacional, pois propunha a descentralização do sistema de ensino, a diversidade de currículos e a autonomia dos estados. Da mesma maneira, remanescentes Estado-novistas, por conta da descentralização do ensino, e grupos vinculados a Igreja católica, por entenderem que os princípios propostos no anteprojeto não proclamavam as diretrizes da encíclica *Divini Illius Magistri*<sup>62</sup>, se opuseram ao anteprojeto.

---

<sup>59</sup> Sobre o projeto de Diretrizes e Bases da Educação ver: BARROS, Spencer Maciel (org.). Diretrizes e bases da educação. São Paulo, 1959.

<sup>60</sup>No seu mandato executou a determinação constitucional de se elaborar uma Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional. Para tal empreendimento designou uma comissão que ficou responsável pela redação do anteprojeto que seria enviado ao Congresso. Nesta Comissão estavam os representantes de várias correntes pedagógicas. No anteprojeto definia-se que a educação era um direito de todos e isto seria garantido pela escola pública e gratuita. A gratuidade total seria função das escolas oficiais de ensino primário e no ensino médio e superior o ensino gratuito seria apenas acessível a aqueles que provassem sua aptidão e comprovassem a falta de recurso. (CUNHA, 2007: 94) Sobre a organização política do período ver); IGLESIAS, Francisco(1993).

<sup>61</sup> Gustavo Capanema (1900-1985). Foi Ministro da Educação e Saúde de 1934 a 1945. Nesse período promoveu a nacionalização aproximadamente duas mil escolas. Com o fim do Estado Novo, deixou o cargo de ministro. Elegeu-se deputado federal em 1945 pelo Partido Social Democrático (PSD).

<sup>62</sup> A carta encíclica "Divini Illius Magistri" do Papa Pio XI versa sobre a educação cristã da juventude. Documento na íntegra disponível em: [http://www.vatican.va/holy\\_father/pius\\_xi/encyclicals/documents/hf\\_p-xi\\_enc\\_31121929\\_divini-illius-magistri\\_po.html#fn13](http://www.vatican.va/holy_father/pius_xi/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_31121929_divini-illius-magistri_po.html#fn13).

Durante muitos anos o anteprojeto não seria mais discutido sendo retomado somente no Governo Juscelino Kubistchek , quando o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), dirigido por Anísio Teixeira, passaria a defender a importância da sua aprovação. Quando as discussões foram então retomadas, o que passava a estar em jogo era a defesa da escola pública e a vigência intelectual de um projeto político e econômico modernizador, fazendo com que as polêmicas passassem a gravitar em torno dos educadores vinculados a Associação Brasileira de Educação (ABE), que apoiaram Anísio Teixeira e o grupo de oposição liderado pela Associação de Educação Católica<sup>63</sup> (AEC), que defendia a liberdade de ensino. (CUNHA, 2007)

É interessante observar que, naquele momento, uma grande campanha nacional em defesa da escola pública era iniciada, convergindo em manifestos, moções de apoio e declarações favoráveis, ou não, à adesão ao projeto da escola pública. Entretanto, quando a polêmica reacendeu, o que emergiu foi o problema educacional brasileiro. Estas questões, portanto, não eram novas nos debates nacionais, uma vez que estiveram vinculadas a criação do próprio Estado ao visar a definição de políticas públicas para garantir o atendimento a demandas sociais vinculadas à saúde, à educação, à habitação, etc., exigindo a necessidade de arregimentar especialistas de várias áreas. Para BOMENY (2001: 18):

(...) a demanda de especialistas, envolveu intelectuais de várias áreas do saber e deu chance a homens ilustrados propositivos ou, como quis Guerreiro Ramos, pragmáticos críticos, capazes de sugerir e desenhar propostas de ação para todos esses campos. A entrada e atuação desses intelectuais e homens ilustrados diferenciam-se não apenas no estilo. Informa sobre campos distintos de concepção política e de adesão a valores.

As necessidades de transformação já eram anunciadas nas primeiras décadas do século XX e uma de suas expressões, no que tange a educação, foi a criação de organizações não oficiais. Nessa conjuntura surgiu em outubro de 1924 a Associação Brasileira de Educação (ABE), fundada com o objetivo de garantir o desenvolvimento e aperfeiçoamento da educação e que teve como um dos seus

---

<sup>63</sup> As ações mais efetivas da AEC foram no ano de 1961, período que ultrapassa a temporalidade elencada para atingir o objetivo deste trabalho. Ainda que não tenhamos nos preocupado em analisar a AEC, reconhecemos a sua importância nas discussões sobre a educação no Brasil no último período que antecedeu a aprovação da LDB.

idealizadores Heitor Lyra da Silva<sup>64</sup>. Nela reuniram-se educadores que assumiram a direção das reformas educacionais. Uma de suas funções era a promoção de debates acerca da educação, do ensino e da cultura, sendo que uma de suas primeiras ações foi a organização de uma Comissão de Educadores para participar do Congresso de Educação que seria realizado na Universidade de Santiago (Chile), conhecido como “Congresso de Santiago de 1925”.

### **3.1 I Congresso Nacional de Educação: A Associação Brasileira de Educação e os estudos dos problemas educacionais brasileiros**

Os objetivos da Associação Brasileira de Educação foram explicitados em carta enviada a Lysimaco Ferreira da Costa e assinada por Heitor Lyra, Levi Carneiro e Vicente Licínio Cardoso na qual reforçavam as intenções:

(...) não desejando falar antes de agir, tem evitado qualquer ruído em torno do seu nome. Ao terminarem as férias escolares, projeta iniciar uma campanha tão vasta e ativa quanto possível com o fim de despertar a atenção do público para o mais grave dos problemas nacionais. (apud: COSTA, 1987:275)

Neste sentido, as ações se direcionavam na busca de colaboradores que tivessem tratado das questões educacionais a fim de produzir uma coletânea de escritos. As contribuições não deveriam se comprometer com uma única orientação teórica, política ou ideológica, mas:

Todos quantos têm abordado no Brasil o estudo dessas questões estão compenetrados de sua extrema gravidade. Todavia a consciência da importância de tais problemas, vitais para os destinos da nacionalidade, existe caracterizada apenas em uma minoria por demais escassa. Parece chegado o momento de fundir, numa angustia coletiva todas as angustias individuais dos batalhadores da grande causa nacional, causa das causas, que dependem as diretivas da evolução do povo brasileiro. (apud: COSTA, 1987:275)

A emergência em inaugurar o debate em torno da educação motivou a ABE a promover a Primeira Conferência Nacional de Educação<sup>65</sup>, em 1927. Fernando

---

<sup>64</sup> Professor Catedrático do Curso de Arquitetura da Escola Nacional de Belas Artes.

<sup>65</sup> A Primeira Conferência oficial de educação ocorreu em 1941.

Magalhães<sup>66</sup>, em texto publicado no Boletim da Associação Brasileira de Educação em maio de 1929, assinalava que:

Havia a necessidade porém de trazer esse trabalho ao conhecimento de toda a gente. Por obrigação do cargo, imaginei as Conferências de Educação, tarefa difícil como iniciativa privada, mas verdadeiro surto de propaganda cívica e educacional, cuja data 7 de setembro, já traduzia o culto da unidade brasileira. (...) quando formulei a primeira proposta, faltaram-me, talvez quem acreditasse na sua possibilidade. Até ali, quando muito, e já era apreciável serviço, pensava-se em pequenos cursos individuais num ou noutro Estado, como processo de implantar fora da Capital as regras e os preceitos da Associação Brasileira de Educação. A minha primeira solicitação a um Estado do Norte para aí se iniciar a Primeira Conferência foi inútil. Felizmente, ouviu-me os desalentos desta decepção o Diretor de Instrução Pública do Paraná, decidido e eminente companheiro, Lysimaco Costa, a energia mais lúcida e mais serena com quem tenho convivido. E Curitiba, por obra de seu notável educador, deu à reunião o inesperado realce que firmou sua vitória. (apud: COSTA, 1987:285-287).

Assim, em 19 de dezembro de 1927<sup>67</sup>, Curitiba foi sede do I Congresso Nacional de Educação que abrigou representantes de todos os estados brasileiros. O objetivo da Primeira Conferência Nacional de Educação<sup>68</sup>, conforme foi registrado em seu material de divulgação, publicado em jornais do Brasil, foi discutir as seguintes teses:

- 1 – A unidade Nacional: a) pela cultura literária; b) pela cultura cívica; c) pela cultura moral. (Relatora: D. Isabel Jacobina Lacombe)
  - 2 – A uniformização do Ensino Primário nas suas idéias capitais, mantida a liberdade de programas. (Relatora: D. Zélia Braune).
  - 3 – A criação das Escolas Normais Superiores em diferentes pontos do país, para preparo pedagógico. (Relator: Prof. Barbosa de Oliveira).
  - 4 – A organização de quadros nacionais, corporações de aperfeiçoamento técnico, científico e literário. (Relator: Prof. Fernando Magalhães)
- Quaisquer outras teses relativas à educação, serão aceitas. (apud: COSTA, 1987:294)

---

<sup>66</sup> Professor catedrático da Faculdade de Medicina da Universidade do Rio de Janeiro. Foi presidente da ABE.

<sup>67</sup> O Congresso teve início no dia da comemoração do 74º. Aniversário da emancipação política do Estado e na Conferência de abertura o discurso do Presidente Caetano Munhoz da Rocha acentuava a importância da unidade Nacional para o progresso brasileiro.

<sup>68</sup> A comissão executiva foi composta por: Fernando Magalhães. Alcides Munhoz, Azevedo Sodré, Lysimaco Ferreira da Costa, Barbosa de Oliveira, Vitor do Amaral, Ferdinando Labouriau, Vieira Cavalcanti, Plínio Tourinho, Renato Jardim, Itacelina Bittencourt, Branca Fialho, padre Manoel Gonzalez, Paranhos da Silva, Pamphilo de Assumpção, Niceforo Falarz, Sebastião Paraná e Nelson Mendes. (Divulgado em "O jornal" em 14 de outubro de 1927. Apud: COSTA, 1989: 295)

A importância do tema para os intelectuais brasileiros se revela no grande número de adesões ao Congresso, como também nas 109 teses apresentadas e discutidas nos diferentes grupos<sup>69</sup>, e que vemos no quadro a seguir:

<b>Teses Apresentadas na ABE</b>		
<b>Tese</b>	<b>Autor</b>	<b>Instituição ou local de origem</b>
“Por que se impõe a Primazia da Educação higiênica escolar”	Dr. Belizário Penna	Conselho Diretor da ABE
“Ensino da Leitura Inicial pelo Método de palavras geradoras”	Prof. Antonio Tupy Pinheiro	Paraná
“O Brasil Carece de Difusão do Ensino Popular da Geografia”	Prof. <sup>a</sup> Isaura Sydney Gasparini	Paraná
“As Antagonias da Didática da Unilateralidade do Ensino”	Prof. Renato de Alencar	Lente de pedagogia da Escola Normal de Maceió
“Necessidades da Pedagogia Moderna”	Prof. Lindolpho Xavier	Vice-diretor do instituto Lafayette; Vice-presidente da Sociedade Brasileira de geografia do Rio de Janeiro; professor da Escola Normal de Artes e ofícios.
“Divertimentos Infantis”	Maria Luiza Camargo de Azevedo	Presidente da Seção de Divertimentos da ABE
“Pelo Regime Universitário”	Dr. João R. de Macedo Filho	Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade do Paraná.
“A Atividade da Associação Brasileira de Educação durante o ano de 1927”	Relatório das Seções	ABE
“Comunicação sobre o ‘Bureau Internacional D’Education’”	Prof. <sup>a</sup> Laura Jacobina Lacombe	Correspondente da BIE no Rio de Janeiro
“Liga para Instrução Popular”	Prof. João arruda	
“A Educação no Futuro”	Prof. <sup>a</sup> Raquel Prado	Distrito Federal
Academia Feminina	Lucia Miguel Pereira	Distrito Federal
“Seleção e Escalonagem das Classes infantis pela Psicometria e pela Fisiometria”	Lucia Magalhães	Distrito Federal
“Código de Moral”	Escola Prudente de Moraes	Distrito Federal
“Organização dos Museus Escolares, sua importância”	Prof. Nicephoro Modesto Falarz	Paraná
“Rádio e Educação do Brasil”	Prof. Roquette Pinto	Distrito Federal
“Pela Educação Estética”	Prof. Nereu de Sampaio	
“A Higiene pelo Hábito” – Pelotões de Saúde	Prof. Deodato de Moraes	Inspetor escolar do Distrito Federal
“A Higiene na Escola”	Prof. Heitor Borges de Macedo	Paraná
“Mortalidade Infantil”	Prof. Oswaldo Orico	Pernambuco
“Educação da Criança em relação à Assistência aos Lázaros”	D <sup>a</sup> Alice de Toledo Tibiriça.	Presidente da Sociedade de Assistência aos Lázaros e de Defesa contra a Lepra
“O Ensino das Línguas Modernas”	Prof. João Brasil Silvado Junior	Professor de Linguagem articulada no Instituto de

<sup>69</sup> Todas as informações aqui trabalhadas sobre a ABE e a Conferência Nacional da Educação foram compiladas e reproduzidas em: Maria José Franco Ferreira da COSTA (1987: 271-400).

		Surdos-Mudos do Rio de Janeiro
“O Cinematógrafo Escolar”	Américo Xavier Monteiro de Barros	Distrito Federal
“ A Educação e a Paz”	Laura Jacobina Lacombe	ABE
“Teatro e a sua Influência na Educação”	Dr. Décio Lyra	Distrito Federal
“Normas Didáticas a que se deve obedecer no Ensino do Português aos filhos de colonos estrangeiros”	Prof. N. Meira de Angelis	Paraná
“Uma palavra de Atualidade”	Amélia de Rezende Martins	Rio de Janeiro
“Há necessidade de se tornar obrigatório o ensino elementar no território paranaense?”	Prof. Segismundo Antunes Netto	Escola Normal de Ponta Grossa – Paraná.
“Alfabetização e nacionalização do Colono no Brasil”	Acrísio Carvalho de Oliveira	Rio de Janeiro
“Qual o processo mais eficaz para o ensino da aritmética no Primeiro ano do Curso preliminar?”	Joaquim Menelau de Almeida Torres	Ponta Grossa – Paraná
“Metodologia do Ensino da Educação Física”	Prof. Ambrósio Torres	Escola Normal de Arte e Ofício Wenceslau Braz - Rio de Janeiro
“O ensino nas escolas freqüentadas por filhos de colonos estrangeiros”	Profª Maria Luiza Burtz	Paraná
“O Ensino Obrigatório e o Civismo nas Escolas”	Maria dos Anjos Bittencourt	Diretora do Grupo Escolar Telemaco Borba – Paraná
“Rumo ao Campo”	Prof. Deodato Moraes	ABE – inspetor no Distrito Federal
“Unificação do Ensino Primário”	Dr. Helvécio de Andrade	ABE – Distrito Federal
“O Método de Projetos”	Profª Esther Franco Ferreira da Costa	Escola Normal Secundária do Paraná
“Disciplina Escolar”	Prof. Roberto Emilio Mongruel	Ponta Grossa – Paraná
“A uniformização dos Programas, em seus pontos gerais, contribuindo para a unificação e alfabetização do país”	Myrian de Souza	Paraná
“Como ensinar a Língua Vernácula aos filhos de pais estrangeiros nas Escolas Primárias”	Guilherme Butler	Paraná
“O ensino obrigatório do Civismo nas escolas”	Dª Maria dos Anjos Bittencourt	Paraná
“Ensino Primário na Bahia”	Jayme Junqueira Ayres	Bahia
“Uniformização do Ensino Primário nas suas idéias capitais, mantida a liberdade dos programas”	Prof. Lourenço Filho	São Paulo
“Unidade nacional pela Cultura”	Fernando Luiz Ozório	Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Catedrático de Filosofia do Ginásio Pelotense
“A Unidade Nacional a) pela cultura literária b) pela cultura cívica	Dª Isabel Jacobina Lacombe	Diretora do Curso Jacobina – Distrito Federal

c) pela cultura moral”		
“Sobre um Ministério da Educação Nacional”	Dr. Ferdinando Labouriau	Distrito Federal
“O Escoterismo e a Unidade Nacional”	Américo I. Jacobina Lacombe e Victor Jacobina	Lacombe - Distrito Federal
“O escoterismo e a educação”	Prof. Amarylio R. de Oliveira	Paraná
“O que se poderá esperar da Educação Escoteira para o progresso do Brasil”	Altamirano Nunes Pereira	Paraná
“Missões Escolares”	Prof. Raul Gomes	Paraná
“Consideração sobre o Ensino”	Profª Sara Machado Busse	Paraná
“A Literatura e a escola Primária”	Profª Délia Rugai	Paraná
“Unificação do Magistério Nacional”	Prof. Nestor dos Santos Lima	Professor de Pedagogia da Escola Normal – Delegado do Estado do Rio Grande do Norte
“Para Lutar contra o Analfabetismo” – O serviço pedagógico obrigatório, dever cívico feminino decorrente do direito de voto às mulheres	Fernando Magalhães	Distrito Federal
“A Unidade Nacional”	Dr. Manoel Pedro de Macedo	Paraná
“O Conceito do Número”	Algacyr Munhoz Mäder	Paraná
“Crise de Educação da Classe Média”	Dr. Octávio Rodrigues Lima	Distrito Federal
“As Universidades e a Pesquisa Científica”	Dr. Amoros Costa	Distrito Federal
“Ensino Agrícola nas Escolas Primárias Rurais”	João Candido Ferreira Filho	Paraná
“Instrução Primária e Profissional”	Prof. Sebastião Paraná	Paraná
“Desdobramento do Curso de Engenharia Civil”	Antonio Moreira de Souza – Relator	Congregação da Faculdade de Engenharia – Paraná
“Da necessidade de tornar mais prático o Ensino de Engenharia no Brasil”	Antonio Moreira de Souza – Relator	Congregação da Faculdade de Engenharia – Paraná
“Regulamentação da Profissão de Engenheiro no Brasil”	Adriano Gustavo Goulin – Relator	Congregação da Faculdade de Engenharia – Paraná
“Ensino de Trabalhos manuais das Escolas Primárias e Complementares”	Prof. Orestes Guimarães	Santa Catarina
“A Psicanálise na Educação”	Prf. Deodato de Moraes	Distrito Federal
“O Ensino da Geografia”	Renato Jardim	
“O Problema do Ensino pelo Estímulo do Título Eleitoral Dignificado”	Dr. José Pereira de Macedo	Professor da Faculdade de Medicina do Paraná
“Celibato Pedagógico Feminino”	Dr. Nestor dos Santos Lima	Professor de Pedagogia de Natal – Rio Grande do Norte
“A Unidade Nacional pela Cultura Moral”	Dr. Roberto de Almeida Cunha	Faculdade de Medicina de Belo Horizonte – Minas Gerais.
“Sobre a necessidade de prestar atenção na Escola à Educação do Caráter, assim como ao Cultivo à Personalidade da Criança”	Dª Maria Luiza da Mota Cunha Freire	Rio de Janeiro
“A Educação Moral dos escolares com base no	J.A. de Mattos Pimentel	Rio de Janeiro

Sentimento”		
“Formação do Caráter do Povo Brasileiro”	Lucia V. Dechandt	Ponta Grossa – Paraná
“A Educação sexual”	Dª Celina Padilha	Rio de Janeiro
“O Problema da Educação Sexual”	Dr. Renato Kehl	Rio de Janeiro
“Educação Sexual”	Prof. Luiz Antonio F.S. dos Santos Lima	Paraná
“Literatura Médica”	Dr. Renato Kehl	Rio de Janeiro
“Pela perfeição da Raça Brasileira”	Prf. Nicolau Meira Angelis	Paraná
“Uma tentativa de Escola Moderna”	Tese- Armanda Álvaro Alberto Anna Armanda Ferreira – Relatora	Diretora da Escola Regional de Merithy
“Assistência Médica à Infância Escolar” – Cadernetas Escolares	Dr. J. M. Muniz de Aragão	ABE – Distrito Federal
“Como se pode fazer a Assistência Médica aos Alunos Pobres das Escolas Primárias”	Dr. Leonel Gonzaga	Médico Escolar do Primeiro distrito de Rio de Janeiro
“Educação e Higiene mental”	Dr. Álvaro Guimarães Filho	Liga Paulista de Higiene Mental- São Paulo
“Contribuição para a Profilaxia do Impaludismo no Meio escolar”	Dr. Mafra Pedroso	Paraná
“Higiene nos Internatos”	Eurico Branco Ribeiro	São Paulo
“A criação de Escolas Normais Superiores em diferentes pontos do País, para preparo Pedagógico”	Prof. Dr. Carlos Américo Barbosa de Oliveira	Distrito Federal
“A Unidade da Pátria pela Moral” - Parecer	Dr. Antonio V. C. Cavalcanti de Albuquerque	ABE – Distrito Federal
“O Ensino da Moral e do Civismo”	Prof. Nelson Mendes	Paraná
“A Criação de Escolas Normais Superiores em diferentes pontos do País, para preparo Pedagógico”	Dª Antonia Ribeiro de Castro Lopes	Rio de Janeiro
“Educação Moral na Escola Primária”	Palmyra Bompeixe Mello	Paraná
“A Moral na Escola Primária”	Dª Annete C.P. Macedo	Paraná
“Educação Política”	Paulo Ottoni de Castro Maya	Membro do Conselho Diretor da ABE – Rio de Janeiro
“A Física no Curso Secundário”	Prof. Francisco Venâncio Filho	Membro do Conselho Diretor da ABE – Distrito Federal
“Contribuição para o estudo da Organização do Ensino Secundário”	Dª Branca de Almeida Fialho	ABE – Distrito Federal
“O Ensino da História Natural”	Dr. Henrique Marques Lisboa	Minas Gerais
“A Conscrição escolar”	Prof. Raul Gomes	Paraná
“Considerações Preliminares à Uniformização do Ensino Primário no Brasil”	Dr. Antonio V. C. Cavalcanti de Albuquerque	ABE – Distrito Federal
“Pela Escola Primária”	Prof. Gustavo Lessa	Rio de Janeiro
“A difusão do Ensino Primário no Brasil”	Prof. Alfredo Parodi	Paraná
“A Escola e a Família”	Prof. Deodato de Moraes	ABE



“A Escola Nova”	Prof. Deodato de Moraes	ABE – Distrito Federal
“Política Agro-sanitária – Colonizadora e Educadora”	Dr. Belisário Penna	Distrito Federal
“A União e a Educação Nacional”	Mario Pinto Serva	São Paulo
“A Cultura Literária como Fator da Unidade Nacional”	Dr. Hermes Lima	
“A Instrução Secundária Integral” – “A Instrução Superior Científica” – “A Seleção dos Indivíduos destinados aos Estudos Superiores pelo Concurso de Admissão”	Prof. Fernando Magalhães	Distrito Federal
“O Ensino Moral tendo por base a Religião”	Amélia Rezende Martins	Distrito Federal
“O Ensino da Educação Física”	Francisco José Dutra	Distrito Federal
“Unidade nacional pela Instrução Cívica”	Dr. Sebastião Pacheco Jordão	
“O Ensino Moral”	Dr. Raul Bittencourt	Rio Grande do Sul

Fonte: Quadro organizado pelo autor, baseado em: COSTA (1987: 271-400).

O problema da educação primária e da unificação do ensino era colocado na Conferência como um tema fundamental para o debate. Neste sentido, Helena Bomeny (2001:18) assinala que:

(...) encontraremos as caravanas pelas reformas em praticamente todos os estados da Federação. Os reformadores, pioneiros na defesa de um sistema nacional de educação, diagnosticaram a extensão do atraso brasileiro pelo analfabetismo em massa e clamavam por uma política de âmbito federal em favor da educação. As críticas são conhecidas. O Brasil era refém da voluptuosidade e do voluntarismo das elites locais; a educação brasileira, refém do elitismo, da imprevisibilidade de investimento, do desleixo dos governantes. Ressentia-se o país da falta de uma política de Estado que garantisse o acesso e o direito básicos à educação pública leiga e gratuita. E não havia sobretudo planejamento, organização, confiança nem regularidade nos projetos para o setor.

Era compartilhada a idéia de que as discussões promovidas na Conferência Nacional de Educação não trariam resultados imediatos, uma vez que não tinham a função de legislar sobre os assuntos tratados. Contudo, a preocupação acerca da regulamentação do ensino destacadas, em inúmeras teses apresentadas, viria a estimular o debate nacional. Em torno deste problema seguiu-se, em 1928, a Segunda Conferência em Belo Horizonte e em 1929, em São Paulo, III Conferência. A IV Conferência Nacional de Educação, realizada na Capital Federal, foi o ponto de partida para o debate nacional. Nesse evento foi nomeada a

“Comissão dos Dez”<sup>70</sup>, indicada para deliberar sobre o tema da V Conferência e para a elaboração de um parecer sobre o tema: “Quais as atribuições respectivas dos Governos Federal, Estaduais e Municipais, relativamente à Educação?”. Deste parecer houve a indicação da instauração de dispositivos elaborados para que pudessem servir de capítulo sobre a Educação Nacional no anteprojeto da Constituição.

O princípio norteador das propostas para V Conferência Nacional de Educação, realizada em Recife, apontava para adequação de novos procedimentos para se instituir o Direito Universal à Educação. As propostas eram consonantes ao cenário que se instalava no período e no qual, a população brasileira se constituiu como uma categoria política, influenciado pelos processos de mudança que ocorreram a partir da primeira Guerra Mundial:

(...) os setores médios e proletários, urbanos e rurais, começam a contar mais abertamente como categoria política. Por isso, pode verificar-se que a revolução brasileira, em curso neste século, é um processo que compreende a luta por uma participação cada vez maior da população nacional no debate e nas decisões políticas e econômicas. O florescimento da cultura nacional, ocorrido em especial nas décadas de vinte e cinquenta, indica a criação de novas modalidades de consciência nacional. Nesse quadro é que se inserem os golpes, as revoluções e os movimentos que assinalam os fluxos e os refluxos na vida política nacional. Mas, esses acontecimentos não são apenas políticos, nem estritamente internos. Eles são, em geral, manifestações de relações, tensões e conflitos, que os setores novos ou nascentes no País estabelecem com a sociedade brasileira tradicional e com as nações mais poderosas com as quais o Brasil está em intercâmbio. Por essas razões, devemos tomar sempre em consideração que os golpes armados ocorridos no Brasil, desde a Primeira Guerra Mundial, devem ser encarados como manifestações de rompimentos político-econômicos, ao mesmo tempo interno e externos. Às vezes, essas relações não são imediatamente visíveis, isto é, não podem ser comprovadas empiricamente, de modo direto. Mas, geralmente, elas guardam vinculações estruturais verificáveis no plano histórico. Em última instância, esses rompimentos são manifestações de o ingresso do Brasil na era da civilização urbano-industrial (IANNI, 1971:13-14).

A educação passava a ter relevância política uma vez que muitos dos intelectuais entendiam que seria possível construir uma nova sociedade a partir da *“formação das mentes e da abertura de novos espaços de mobilidade social e*

---

<sup>70</sup> Sampaio Dória, Lysimaco Ferreira da Costa, Afrânio Peixoto, José Bezerra Menezes, Frota Pessoa, Isaias Alves, Lourenço Filho e Fernando de Azevedo foram os nomes designados para a Comissão.

*participação*” (SCHWARTZMAN, 1984:51). O debate nacional apontava para a importância da educação no contexto de urbanização e secularização da sociedade.

Em última análise, a educação, entendida como uma agência de mudança cultural provocada, só poderia ser o tipo de educação adaptado às exigências do saber científico perfeitamente consciente de sua responsabilidade social. Educar para a vida moderna, para uma nova ordem social a que todos aspiram, seria educar para a civilização científica, isto é, para a ciência e pela ciência. (VILALOBOS, 1959: 34)

Para João Eduardo Vilalobos (1959), a inclusão de novos grupos no processo político, aliado ao crescimento de uma burguesia industrial que passava a assumir novos papéis no cenário nacional, teria repercutido nas discussões sobre a educação no Brasil. Em torno disso, a reforma de ensino ocorrido no Distrito Federal, em 1928, já estaria indicando as exigências dessa nova realidade. Os anos 30, afirma o autor, teriam marcado o início das mudanças em relação ao sistema de ensino no qual, a partir dos ideais de uma “nova geração de educadores”, buscava-se organizar a escola para novas condições políticas, econômicas e culturais. Identificar os caminhos percorridos por essa “nova geração” se constitui como um dos elementos fundamentais para compreensão da estrutura dos movimentos intelectuais, numa sociedade que estava sendo marcada por profundas transformações. Os intelectuais estavam numa situação que exigia a tomada de posições frente ao debate educacional.

### **3.2 A Ordem e os Bandeirantes: intelectualidade Católica e suas orientações**

Das diferentes tendências de educadores/intelectuais que por longo período estiveram agregadas a ABE, destaca-se, por sua efetiva participação, a chamada intelectualidade católica, influenciada principalmente pela ação de Jackson Figueiredo e, posteriormente, por Alceu Amoroso Lima<sup>71</sup>, sob cuja direção assentou-se as bases para a renovação católica dos anos 1950, decorrente de sua liderança

---

<sup>71</sup> Vale ressaltar que a reação dos católicos teve início na década de 1920 quando Jackson Figueiredo toma a frente da criação do Centro Dom Vidal. Nos anos 30 a Liga Eleitoral Católica, tendo a frente Alceu Amoroso Lima, buscava “cristianizar a constituição. Sobre Jackson Figueiredo ver: Cruz Costa (1964) um estudo minucioso acerca dos antecedentes dos movimentos que marcaram a década de 1920 como também os estudos de: IGLESIAS. 1962; PINHEIRO FILHO, 2007; SALEM, 1989.

na Confederação Católica - posteriormente denominada de Ação Católica – e que influenciaria a formação de grupos universitários católicos (KADT, 2003:93).

O empreendimento iniciado por Jackson Figueiredo teve impacto em vários círculos intelectuais durante várias décadas. Expressamente veiculado ao movimento católico conservador, Figueiredo participou, como um dos mentores, na fundação da revista “A Ordem” - que apregoava a ordem social, entendida como fundamental para proteger o Brasil das revoluções que já haviam se instaurado em outros países e ameaçado a ordem brasileira, bem como o culto à moral católica e o respeito a autoridade e valorização do nacionalismo - e do Centro Dom Vital, influenciado por Dom Sebastião Leme<sup>72</sup>. Com sua morte, em 1928, a direção da revista e do Centro passou para Alceu Amoroso Lima<sup>73</sup>. Conhecido pela postura polêmica, ao assumir a direção da Liga Eleitoral Católica (LEC), garantiu que prescrições católicas fossem aceitas por candidatos de diferentes partidos nas eleições de 1933 e, apesar da ausência de um partido político católico, fez com que os preceitos da sacralidade da família e da educação católica nas escolas oficiais fossem incorporadas na Constituição de 1934<sup>74</sup>.

No Paraná, a ascensão da intelectualidade católica se efetivou em agosto de 1926, quando a juventude católica de Curitiba se reuniu numa sala do Convento dos padres Franciscanos, com a presença de uma parcela significativa da juventude pertencente à elite curitibana<sup>75</sup> para a criação “União dos Moços Católicos de Curitiba” (UMCC). Naquela ocasião o Bispo Diocesano D. João Francisco Braga,

---

<sup>72</sup> Para Kadt (2003: 91-95) o processo de conversão de Jackson Figueiredo apenas aos 30 anos foi motivado por Dom Sebastião Leme. Dom Leme, desde 1916, quando foi arcebispo de Olinda e Recife, iniciava a discussão sobre a dominância de secularistas, positivistas e agnósticos no cenário intelectual nacional. No Rio de Janeiro, foi inspirador de vários círculos de estudos e associações de leigos católicos que tinham como objetivo cristianizar a intelectualidade brasileira. As ações de Dom Leme, não se esgotaram no projeto de formação da *intelligentsia*, mas também influenciou a cena política nacional. Embora tenha se oposto à pretensão de J. Figueiredo de fundar o Partido Político Cristão, via na revista “A Ordem” um instrumento de ação política.

<sup>73</sup> Alceu de Amoroso Lima (1893-1983) adotou o pseudônimo de Tristão de Athayde com o qual assinou inúmeras obras, dentre as quais algumas relacionadas à sociologia.

<sup>74</sup> Embora tenha demonstrado simpatia pelo integralismo a partir de 1935 tornou-se um dos divulgadores do ideário da Democracia Cristã de Jacques Maritain

<sup>75</sup> Consta na “Ata da Assembléia de posse da primeira Diretoria da União dos Moços católicos de Curitiba” os seguintes nomes: Frei Daniel Hostin, Frei Felipe, Carlos Heller, José Nunes Vilhena, Dr. Wladomiro Teixeira de Freitas, Attilio de Carvalho Nogueira, João Camargo, Fernando Puppi, Carlos Guerreiro Krüger, José Farani Mansur Guérios, Ildefonso Puppi, Alcides Pereira Junior, Levy Oliveira, Rosário Farani Mansur Guérios, Orlando Sprenger Lobo, Frederico Carlos Allende, Theophilo Garcez Duarte, Bonifácio Cabral, Albano Cunha e Francisco Nunes.

empossou a primeira diretoria da UMCC. Consta na ata da criação que Ildelfonso Puppi, em seu discurso de posse como delegado geral, sintetizou o objetivo da UMCC:

(...) diligencias no sentido de dotar o Paraná dum conselho formado de homens capazes de levar avante os nobilíssimos ideais que visa o lema: “Deus Pátria”. A promissora semente lançada em Campo Largo, já disseminada nesta Capital, em breve irá atingir outras prósperas cidades do Estado(CÍRCULO DE ESTUDOS BANDEIRANTES, Curitiba n. 2 mai, 1989, p. 53-55<sup>76</sup>).

Quando da criação da UMCC, José Nunes Vilhena, destacando o novo movimento que acontecia no Paraná, indicou a necessidade de se acompanhar a vida da União para salvaguardar Deus e a Pátria, o que acabou por motivar os chamados moços católicos, crentes dessa missão, a criarem o Círculo de Estudos Bandeirantes (CEB):

O C.E. B foi instituído num período em que o país se esforçava para vencer seus problemas de ordem econômica, política, filosófica e cultural. Em meados de 1929, um pequeno grupo de homens ilustres e cômico de suas obrigações deliberaram, em reunião do Conselho, criar uma instituição que tivesse objetivos específicos e bases solidas fundamentadas no Cristianismo autêntico. (FERRARINI, 2000:113)

Assim, a criação da CEB, em 12 de setembro de 1929, buscava – por esforço de *“homens católicos, apostólicos romanos, de caráter inabalável, dignos de exemplo e imitação, gente de escola da elite acadêmica (...) professores de ensino superior, mas, acima de tudo, educadores (...)autores de obras e trabalhos publicados de nomeada internacional* (FERRARINI, 2000:114) – a formação intelectual dos “bandeirantes” - homens “livres dos preconceitos” – através da “conservação documental dos acontecimentos do Paraná” e da “manutenção das tradições”. Como afirmava o Dr. “bandeirante” Loureiro Fernandes: *“Fomos os bandeirantes, nesse setor uma das primeiras e mais fiéis tropas de choque contra as intransigências de um anticlericalismo dominante na intelectualidade paranaense do primeiro quartel do século XX”*.<sup>77</sup>

---

<sup>76</sup> Ata reproduzida na seção “Do arquivo do Círculo de Estudos Bandeirantes” IN: Círculo de Estudos Bandeirantes, Curitiba n. 2 (pags. 53-55). Maio 1989.

<sup>77</sup> JOSÉ LOUREIRO FERNANDES (1903-1977). Formado em Medicina pela Universidade do Rio de Janeiro - especializado em urologia. Cursos de especialização na Europa. 1936 - Diretor do Museu Paranaense; 1940 - Docente da cadeira de urologia na Faculdade de Medicina da Universidade do

Nos seus primeiros dez anos, os sócios fundadores da CEB – Antonio Paula, Benedicto Nicolau dos Santos, Bento Munhoz da Rocha Neto<sup>78</sup>, Carlos de Brito Pereira, José de Sá Nunes, José Farani Mansur Guérios, José Loureiro Fernandes, Liguaru do Espírito Santo, padre Luiz Gonzaga Miele e Pedro Ribeiro Macedo da Costa – se reuniram naquilo que denominavam de “catacumbas” – o porão da casa do pai de Loureiro Fernandes, o Coronel Manuel Ascenção Fernandes.

A diretoria do período 1929-1945, denominada de “Diretoria do Jubileu de Prata”, foi composta da seguinte maneira:

<b>Diretoria do Jubileu de Prata</b>	
<b>Presidente</b>	Almeida Abreu
<b>1ºVice- Presidente</b>	Liguaru Espírito Santo
<b>2º Vice- Presidente</b>	Mario Braga de Abreu
<b>Secretário Geral</b>	Euro Brandão
<b>1º Secretário</b>	Mario Montanha Teixeira
<b>Bibliotecário</b>	Julio Estrela Moreira
<b>1º Tesoureiro</b>	Raul Carvalho
<b>2º Tesoureiro</b>	Elias Karam
<b>Conselho diretor</b>	Artur Martins Fontes Bento Munhoz da Rocha Netto Ernani de Almeida Abreu Homero Batista de Barros Liguaru Espírito Santo Manoel de Lacerda Pinto Mario de Braga Abreu Raul Carvalho Waldomiro Teixeira de Freitas

Fonte:Quadro organizado pela autora. Baseado em Revista do Círculo de Estudos Bandeirantes. N° 1. Maio. CTBA. 1998.

Paraná; Catedrático de antropologia e etnologia geral e do Brasil; 1963 a1976 - Museu de Arqueologia e Artes Populares, em Paranaguá; Fundador Associação Brasileira de Antropologia. Destacou-se na produção nacional acerca do Folclore. Sobre a produção do autor ver: MARANHÃO, Fernanda (2006); GARCIA. CEB- Livro de Atas, n° 4 fl. 150 v. Reproduzido por FERRARINI (2000:115).

<sup>78</sup> BENTO MUNHOZ DA ROCHA (1905-19). Filho de Caetano Munhoz da Rocha. Coursou o ensino secundário em Paranaguá e Curitiba. Formado em Engenharia Civil na Universidade do Paraná. De sua trajetória destacamos: em1938 foi nomeado Catedrático da Universidade do Paraná. Foi o Professor Catedrático de História da América na Universidade Federal do Paraná; 1946 a 1951 foi Deputado Federal para a Constituinte de 1946; 1951-1955 eleito Governador do Estado do Paraná, renunciou em 02 de abril de 1955 para candidatar-se a vice-presidente da República; Ministro da agricultura no Governo Café Filho;1959-1963: Reeleição para Legislatura; Primeiro secretário do Parlamento federal. No seu Governo promoveu a construção do Palácio do Iguaçú; Teatro Guaíra; Biblioteca Pública do Paraná.

É interessante observar que o CEB abrigou, na sua sede, outras associações, definindo assim sua participação na produção cultural local. Dentre outras, destacamos: “Legião Paranaense da Boa Imprensa”; Núcleo de Curitiba da Associação dos Geógrafos brasileiros; Aliança Franco- Brasileira do Paraná; Escola de Serviço Social (criada em 1945); núcleo de Estudos Indigenistas; Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Paraná. Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Paraná, Comissão Paranaense de Folclore; Instituto de Pesquisa da Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná; Juventude Universitária Católica, Associação dos Professores Católicos, Mobilização Estadual Contra o Analfabetismo. Os auto-intitulados “bandeirantes da civilização” – depositários da cultura cristã – participariam ativamente da vida local, apresentando-se como “plantadores de novas instituições culturais”.

Em discurso proferido, em 12 de setembro de 1945, em função das comemorações dos 15 anos do Círculo e por ocasião da inauguração da sua sede própria, José Loureiro Fernandes lembrava os esforços da primeira geração de “bandeirantes” e reafirmava o objetivo de integrar o Paraná ao Brasil:

(... ) Três lustros de vida do Circulo de Estudos vividos intensamente, em prol do Paraná, cultuando suas tradições, estudando e ‘amando o seu passado, amparando e estimulando os de casa’. Mas, focalizando aspectos nossos e relembando nossos particularíssimos, seu intento foi sempre – como acentuou Bento Munhoz da Rocha Netto – ‘o de integrá-los na Pátria Grande, cujo passado é o nosso passado e cujo futuro é o nosso futuro’.

O ciclo inicial de sua vida bem caracterizado por Lacerda Pinto ‘como o de maior alvoroço na produção de trabalhos a serem lido nas sessões realizadas, sem desfalecimento, todas as quintas-feiras. Era o período em que os *crístãos novos* queriam viver numa justa emulação das provas do seu ardor’. Nem faltou a justificar esta denominação de *crístão novos*, o cenário apropriado das catacumbas (...)

Em seu segundo período de vida, nesse balanço quinquenal, e período de transição, o Círculo, ao consolidar o seu ideal de formar homens de convicção, vê seus componentes, por fidelidade a nobres ideais, derivarem grande parte da sua atividade para outros setores culturais.

Sentimos nesse ciclo, em hora decisiva para o futuro intelectual do Paraná, a influência dos ‘bandeirantes’, os quais, na multiplicidade dos seus conhecimentos, ao reforçar posições, deram novos surtos às instituições locais. Nas atividades culturais do Museu Paranaense e Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, podemos bem caracterizar esse reflexo de uma ação sempre circunspecta a serviço de cultura sistematizada<sup>79</sup>.

---

<sup>79</sup> Grifos no original. Este documento foi reproduzido em: CIRCULO DE ESTUDOS. Curitiba. Agosto, 2000. (pags. 135)

Ainda que as fontes analisadas não nos mostrem efetivamente a influência do grupo de “A Ordem” na criação do CEB, o “espírito combatente”, que se expressava no órgão de divulgação religiosa parece ter tido no Círculo um local de afirmação do seu nacionalismo, fundamentado que era na “civilização católica”. A manifestação desse ideário se traduziria pela ação de seus integrantes em diferentes áreas culturais, o que fez com que, no período, a intelectualidade católica passasse a ter um reconhecimento próximo ao dos escritores laicos. (OLIVEIRA, 1989)

### **3.3 - As Reformas educacionais e o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932)**

Uma série de mudanças a partir dos inícios de 1930 – das quais se destacam a criação, através do Decreto nº 19.402, do Ministério da Educação, cujo primeiro ministro foi Francisco Campos<sup>80</sup>, do Conselho Nacional de Educação (Decreto nº 19.850, 1931), além da formulação dos Decretos nº 19.851 e nº 19.852 que, respectivamente, definiam os regulamentos das Universidades no Brasil e a organização da Universidade do Rio de Janeiro – geraram impactos no sistema de ensino ainda que as ações referentes ao primário e ao secundário tenham sido apenas incipientes. Para sanar o problema educacional realizou-se, em 1931, a IV Conferência Nacional de Educação que provocaria intensos debates, pressionando o Ministério da Educação na criação de políticas públicas voltadas a questão.

Desse evento surgiu a proposta de acordo entre Governo Federal e estados quanto à padronização das estatísticas de ensino a fim de elaborar estudos sobre a situação da educação e do ensino, ficando deliberado que os principais educadores brasileiros deveriam traçar as diretrizes de uma política nacional de educação. A Comissão designada pela diretoria da ABE era composta por representantes de diferentes correntes ideológicas. Paschoal Leme (2005:171) observa que:

Houve então sérias divergências entre os participantes da Conferência, o que redundou até na retirada do grupo dos educadores católicos, que discordaram das primeiras redações do documento, em aspectos fundamentais, tais como prioridade outorgada ao Estado para a

---

<sup>80</sup> Francisco Campos foi o primeiro ministro da Educação no Governo de Getúlio Vargas. As reformas educacionais no seu governo são consideradas exemplares no que se refere as transformações das estruturas de ensino vigentes



manutenção do ensino, ensino leigo, escola única, coeducação dos sexos, etc. Afinal, o documento foi concluído e aprovado pelo plenário da Conferência e divulgado pela imprensa não especializada, em março de 1932. Trazia como título principal o de *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*, era dirigido “Ao Povo e ao Governo” e onde se propunha “A reconstrução educacional no Brasil”. Seu redator principal foi Fernando de Azevedo.

O “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova” daria as pistas quanto às necessidades a serem vencidas para a instauração do Estado Democrático. Dentre as principais prerrogativas, era assinaladas:

A defesa da escola primária pública e eficiente, a utilização de métodos científicos de aprendizagem, o respeito que se exige pela autonomia da criança, a abolição da disciplina rígida e sufocante, o ideal de uma escola ativa de preparação para a vida democrática iriam ser as grandes conquistas da educação nacional. Depois de 30, deu-se ao ensino técnico profissional um impulso considerável, o que correspondia às exigências de uma civilização industrial em plena expansão. Um dos acontecimentos mais decisivos para a vida cultural do país foi a criação de suas primeiras universidades, particularmente a de São Paulo, que iria servir de modelo às demais. A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Paulo, criada com a intenção de se constituir no núcleo da Universidade, seria o primeiro instituto de cultura livre e de pesquisa científica de alto nível a ser criado no Brasil e viria provocar uma verdadeira revolução no ensino superior, pela aplicação de novos métodos de estudo, pelo desenvolvimento do espírito de pesquisa e de crítica e pela moderna noção de cultura que procurava implantar. Dela provinham as melhores esperanças na formação de uma elite culta com consciência da realidade nacional e que pudesse a ela servir. Com a criação de faculdades de filosofia, tomavam-se também as primeiras medidas concretas no sentido da preparação eficiente de professores secundários e normais, atendendo-se à necessidade de expansão destes tipos de ensino médio e a seu aprimoramento qualitativo. (VILALOBOS, 1959:47)

O *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova* foi, efetivamente, o primeiro documento a tornar público as normativas idealizadas para o novo projeto educacional. Buscando avançar em relação às propostas anteriores, fundamentava-se no direito à educação como responsabilidade do Estado, também responsável pela organização do ensino e garantidor do acesso à educação (SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA: 1984). O documento é bastante extenso, mas o trecho a seguir merece a reprodução<sup>81</sup>:

---

<sup>81</sup> Utilizamos a versão disponibilizada no CRDOC/FGV no arquivo Anísio Teixeira. A versão original do documento foi reproduzida na íntegra na Revista brasileira de Estudos pedagógicos, Edição

Em nosso regime político, o Estado não poderá, decerto, impedir que, graças à organização de escolas privadas de tipos diferentes, as classes mais privilegiadas assegurem a seus filhos uma educação de classe determinada; mas está no dever indeclinável de não admitir, dentro do sistema escolar do Estado, quaisquer classes ou escolas, a que só tenha acesso uma minoria, por um privilégio exclusivamente econômico. Afastada a idéia de monopólio da educação pelo Estado, num país em que o Estado, pela sua situação financeira, não está ainda em condições de assumir a sua responsabilidade exclusiva, e em que, portanto, se torna necessário estimular, sob sua vigilância as instituições privadas idôneas, a 'escola única' se entenderá entre nós, não como uma conscrição precoce arrolando, da escola infantil à universidade, todos os brasileiros e submetendo-os durante o maior tempo possível a uma formação idêntica, para ramificações posteriores em vista de destinos diversos, mas antes como a escola oficial, única, em que todas as crianças, de 7 a 15 anos, todas ao menos que, nessa idade, sejam confiadas pelos pais à escola pública, tenham uma educação comum, igual para todos.

Embora o *Manifesto* consolidasse os valores democráticos de uma elite intelectual com diferentes posições ideológicas, convergiam em torno da possibilidade de organizar as políticas educacionais e, conseqüentemente, na organização da própria sociedade brasileira. O documento, que se tornou um marco da reflexão em torno do processo educacional, foi redigido por Fernando de Azevedo, tendo como signatários A. De Sampaio Dória, Anísio Spinola Teixeira, M. Bergstrom Lourenço Filho, Roquette Pinto, J.G. Frota Pessoa, Julio Mesquita Filho, Raul Briquet, Mario Casassanta, C. Delgado de Carvalho, A. Ferreira de Almeida Filho, J.P. Fontenelle, Roldão Lopes de Barros, Noemy M. Da Silveira, Hermes Lima, Attilio Vivacqua, Francisco Venâncio Filho, Paulo Maranhão, Cecília Meireles, Edgar Sussekind de Mendonça, Armanda Alvaro Alberto, Garcia de Rezende, Nobrega Cunha, Paschoal Lemme, Raul Gomes e Afrânio Peixoto.

Em seu conteúdo, além da proposta inovadora, o documento explicitava as fragilidades do sistema de ensino ao defender a escola obrigatória, pública, laica e gratuita. Os indicativos propostos pela Comissão levou o grupo vinculado às hierarquias da Igreja Católica, que naquele momento concorria com o Estado na educação e formação da população, a se afastar da ABE. A *escola nova e democrática* proposta pelo *Manifesto* se opunha à escola tradicional, como nos lembra Garcia (2002) ao retomar as teses de Florestan Fernandes, buscava definir a

democracia como forma de governo para uma sociedade capitalista e para garantir o desenvolvimento das aptidões individuais.

As concepções que definiam a proposta da “educação nova” vislumbravam uma idéia de educação integral do indivíduo, além de prever a formação adequada para a sociedade em geral e não apenas a grupos ou classes específicas. A educação, vista como responsabilidade estrita do Estado e como princípio democrático, deveria ser direito de todos, e seu acesso, portanto, garantido pelo Estado.

O *Manifesto* - divulgado pelos jornais brasileiros em março de 1932 e publicado pela Companhia Editora Nacional em junho do mesmo ano numa edição que se fazia acompanhar por uma introdução do relator Fernando de Azevedo e comentários críticos de alguns intelectuais brasileiros - foi lançado num momento fundamental para a configuração do campo político e intelectual, pois as ações promovidas pela ABE se tornaram um terreno fértil para provocar as tomadas de posição frente ao debate educacional, fazendo com que a disputa entre os intelectuais de diferentes orientações políticas ou religiosas definissem pólos na disputa do controle do campo educacional - opondo, de um lado, os conservadores católicos e, de outro, os renovadores liberais. A publicidade do *Manifesto* promovia o projeto de um grupo que se pretendia depositário dos ideais de modernidade no Brasil.

Para Xavier (2004: 30), o *Manifesto* poderia ser considerado como uma estratégia de ação, tendo em vista alianças necessárias para o enfrentamento aos grupos dominantes:

Sua proposta era de *reconstrução educacional* e seu objetivo a constituição de uma escola democrática que funcionasse como centro irradiador de uma nova forma de organizar a sociedade. Ao delimitar o campo de atuação específica – a escola pública –, reivindicado pelo grupo que então lançava o *Manifesto* procurava legitimar nomes e propostas. Ao apresentar um grupo solidário com um projeto de mudança, procurava, ao mesmo tempo, valorizar as credências daquele grupo.

O *documento* foi amplamente divulgado na imprensa nacional e promoveu tanto adesões como críticas. As declarações mais direta e combativamente

contrárias foram aquelas dos intelectuais católicos, que se faziam presentes desde a reforma proposta por Capanema, quando os debates estiveram voltados para a elaboração de diretrizes para a constituição de um novo sistema educacional no Brasil<sup>82</sup>, que através de “*A Ordem*” divulgavam suas críticas às propostas do *Manifesto*.

Os intelectuais católicos, na intenção de definir os rumos da educação, promoveram debates a partir daquilo que consideravam fundamentais para implantação das novas propostas educacionais, uma vez que, para eles, as críticas de Anísio Teixeira à escola tradicional, estavam vinculadas ao avanço do comunismo no Brasil. Neste sentido, os intelectuais católicos iniciaram uma ação mais efetiva tendo o Centro Dom Vital como veículo de divulgação da sua política educacional. Neste período a Igreja Católica, através da Confederação Católica de Educação iniciou uma grande mobilização com o intuito de se discutir os rumos da educação no país e propagar a fé cristã.

Em estudo sobre as políticas educacionais nos anos 1930, Oliveira (2004) destaca que a demanda, referente ao aumento de vagas, atendeu apenas as classes médias urbanas<sup>83</sup>. As mobilizações, do período refletiam as articulações das elites em torno de um projeto no qual a reforma das instituições escolares minimizava a força dos movimentos mais combativos das classes médias.

Enquanto isso, em nível internacional, despontava uma nova dimensão do ideário liberal, que se desdobrava para além do individualismo original e ganhava um papel de reconstrutor social. No plano educacional, essa tendência irá se expressar na pedagogia pragmática da Escola Nova,

---

<sup>82</sup> Sobre a relação entre os católicos e o ministério da educação no período Capanema, vale ressaltar a seguinte nota: “Era aqui, mais do que em qualquer outra área, que o pacto do Ministério da Educação com a Igreja se revelava com toda sua força. Tão logo empossado no ministério, Capanema recebe de Alceu Amoroso Lima, em algumas folhas manuscritas, uma lista de medidas que este esperava serem adotadas não só na área de educação, mas em outras áreas do governo, como a do trabalho, “defesa preventiva” e política exterior”. SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA (1984:173-174).

<sup>83</sup> Desde os anos 1920 as reformas de ensino vinham sendo ensaiadas em vários estados brasileiros. Afora a preocupação das elites em formar a *intelligentsia*, o analfabetismo também se colocava como um problema em toda nação. Em São Paulo a reforma promovida por Sampaio Dória em 1920 buscou combater o analfabetismo e promover a inserção dos imigrantes na sociedade local. No Ceará a partir de 1922 as intervenções de Lourenço Filho eram similares com as ações de Anísio Teixeira na Bahia (1927). Mario Casassanta tomou a frente nas reformas em Minas Gerais e Fernando de Azevedo, no final da década de 1930, no Distrito Federal. (BOMENY, 2001; FAUSTO, 2006)

baseada no pensamento do norte-americano John Dewey, que propunha um modelo escolar de cunho reformista, necessário a uma sociedade com tendências a produzir privilégios e desigualdades, mas que subsiste pela expectativa de mudança e ascensão social. Pelo vislumbre da democracia e do progresso, atendendo às aspirações das classes médias e, em parte, ao conservadorismo da classe dominante, o pensamento escola-novista foi assimilado por vários educadores brasileiros, com divergências apenas no que diz respeito à orientação geral (revolucionária-reformista ou conservadoramente democrática), mantendo um horizonte comum na interpretação das funções da escola, consolidando-se em uma ideologia educacional que influenciará o desenvolvimento do ensino brasileiro. (OLIVEIRA, 2004:04)

Novamente deve-se frisar, aqui, que o que se revelava naquele momento era a definição de um campo educacional, campo através do qual diferentes grupos objetivavam se posicionar em busca de dominação, pleiteando reconhecimento, poder e prestígio equivalentes. Se por um lado os católicos, que tinham a frente Alceu Amoroso Lima, priorizavam conservar a doutrina cristã e impedir o monopólio estatal, por outro, os liberais, chamados de *escolanovistas*, liderados por Fernando de Azevedo, tendo também em Anísio Teixeira uma referência, desejavam cooptar o professorado, através de novas concepções, e convencer a população do conhecimento científico como promotor de uma educação de qualidade<sup>84</sup>.

A posição da Igreja, em relação a educação, pode ser percebida numa obra de 1935, de autoria da mãe Francisca Peeters, intitulado “Noções de Sociologia”. Utilizado em cursos de preparação para o magistério, afirmava que a pedagogia católica tinha como seu centro a própria criança, “*cuja alma vem de Deus*”, e cuja missão era formar o ser social. Seu argumento era o de que tudo o

---

<sup>84</sup> O movimento escola novista, freqüentemente, era identificado como uma leitura nacional do “pragmatismo” de Dewey. Esta questão aparece em todo o debate e entendemos que cabe aqui destacar alguns pontos deste movimento norte-americano. O pragmatismo surgiu nos Estados Unidos no final do século XIX e teve sua maior repercussão na década de 1910. Charles Sanders Peirce (1839-1914) disponibilizava seus escritos a um círculo restrito de intelectuais de Cambridge, onde discutia acerca de suas considerações sobre os usos de prático e pragmático em Kant. Sua teoria questionava a dúvida cartesiana partindo da análise do construto cognitivo para situações concretas. Neste sentido, a idéia fundamental estava em entender os processos cognitivos no enfrentamento de situação problema. O conhecimento era compreendido como algo capaz de possibilitar os indivíduos a lidar com situações reais, num movimento pendular entre hábitos de ação irrefletidos e ações criativas. William James (1842-1910) também passou a denominar sua filosofia de pragmática e destacou a psicologia funcionalista para compreender os processos mentais. John Dewey e Georg Mead, também compõem o círculo do pragmatismo norte-americano, mas as diferenças de todos os pensadores são constantemente assinaladas. Para o pragmatismo a realidade exigiria uma ação criativa. No caso brasileiro, foi constantemente assinalada a influência de J. Dewey - núcleo do pragmatismo era a democracia. (JOAS, 1996:598-600)

que é social se reforçaria na doutrina católica, cujo objetivo deveria estar voltado para caridade. Ainda mais explicitada fica a relação igreja X educação quando a madre analisa o papel do Estado e a questão da gratuidade de ensino: ao Estado caberia a função de promover todos os modos de educação e instrução dos jovens, estimulando as iniciativas da igreja e da família, devendo intervir apenas quando estas mesmas iniciativas fossem ineficientes. Neste caso, o Estado “poderia” complementar as ações através da criação e manutenção de escolas. (PEETERS, 1935:183)

Ainda que a autora reconheça que o combate ao analfabetismo fosse necessário, afirmava que esta ação, por obra do Estado, seria “ilícita”, pois remeteria ao socialismo e, no Estado socialista, a criança não pertenceria aos pais, mas ao próprio Estado. Neste sentido, em seu argumento em relação ao controle estatal da educação, foram destacadas as seguintes teses:

1° A iniciativa privada, tanto em matéria de ensino como em todas as demais, é o grande factor do progresso. 2°. O Estado não possuindo a verdade absoluta, não tem direito de plasmar todos os cidadãos pelo mesmo molde, sob pretexto de realizar a unidade da pátria. 3° A política que preside á vida nacional varia segundo as eleições; e com ella as idéas. O favoritismo pode confiar a função de educador aos partidários do regimen, e afastar homens idôneos, sómente por causa de seus ideaes diversos. 4°O Estado recebendo indifferentemente os filhos de paes de todos os credos religiosos, deve afastar da sua educação, a propaganda religiosa e toda e qualquer preferêcia para religião catholica. A escola official é necessariamente neutra, mesmo se se permite um escasso curso de catecismo. O monopólio é pois um attentado á liberdade das opiniões, inscripta em todas as constituições modernas. (PEETERS, 1935:203)

Um dos argumentos desenvolvidos pela madre Francisca diz respeito à escola única e gratuita, como proposta pelo *Manifesto dos Pioneiros da Educação nova*<sup>85</sup>. Afirma, primeiramente, que as congregações religiosas desde sempre acolheram todas as crianças e “*não raro, filhos de plebeus*”. O segundo argumento

---

<sup>85</sup> Divulgado em março de 1932 o *Manifesto*, se constituiu num documento fundamental para se compreender o debate em torno da democratização do sistema de ensino no Brasil. Sua importância se exprime na ampla bibliografia sobre o tema, neste sentido ver: AZEVEDO, Fernando. **A Educação entre dois mundos**. São Paulo Melhoramento, 1957; LEMME, Paschoal. *O manifesto dos pioneiros da educação nova e suas repercussões na realidade educacional brasileira*. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília. Vol. 65, n.150, p. 255 -272. Mai/ago. 1984. XAVIER, Libânea. **Para além do campo educacional**: um estudo sobre o manifesto dos pioneiros da educação nova (1932) Bragança Paulista, EDUSF, 2002; XAVIER, Maria do Carmo. (org.) **Manifesto dos pioneiros da educação nova**: um legado educacional em debate. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

versava sobre a gratuidade, ainda que entendesse que seria nobre a intenção em promover a gratuidade do ensino, acreditava que era um “sistema infeliz”, pois implicaria no aumento de impostos devido aos salários dos professores e, ainda, limitaria as verbas destinadas ao ensino confessional. Por fim, recorrendo ao argumento das liberdades individuais, acreditava que o monopólio da educação pelo Estado suprimiria o “ensino livre”:

O argumento que reclama contra o facto de poderem os alumnos fracos prosseguir os seus estudos se são ricos não procede. Pois quem proíbe ao individuo fazer sua fortuna o uso que lhe apraz? Se quiser comprar um automóvel luxuoso, ninguém pensará em lh’o impedir. Porque então não poderá dar a seu filho uma educação completa apesar do pouco proveito que este tirará della? Não offende os direitos de ninguém agindo assim. O fim verdadeiro daquelles que conduzem a campanha para a escola única é supprimer por meios indirectos o ensino livre, esforçando-se de o matar á fome. (PEETERS, 1935:205)

No que se refere ao papel da igreja na educação, Peeters (1935:207-210) apontou para a “inegável” função na difusão da instrução, e assinalando os direitos da igreja como “mãe espiritual das almas”. Tal argumento se fundamenta numa *Enciclopédia sobre educação*<sup>86</sup> que afirma que a educação pertenceria ao Estado e à Igreja, ainda que de modos diferentes:

Nem o governo, nem a sciencia têm que temer o direito pleno e perfeito da igreja em matéria de educação: “os institutos catholicos, em qualquer grau de ensino não precisam de apologistas. O favor de que gozam, os louvores que recebem, as obras scientificas que favorecem e multiplicam , e mais ainda os elementos completa e notávelmente preparados que fornecem á magistratura, ás profissões, ao ensino, a todas as formas da actividades humanas, depõem mais que tudo em seu favor” (Enc. sobre educação). Enfim, a Igreja catholica é a única instituição que está absolutamente de posse da Verdade: seu direito não é da mesma natureza que o de qualquer opinião honesta. E` a columna e o fundamento da Verdade e tem o dever de impedir que a juventude seja perturbada e ludibriada na sua natural inexperiência por mestres do erro. (PEETERS, 1935: 208)

O Estado deveria, sugere a religiosa, colaborar com a Igreja, e mais: “*para restaurar a ordem do individuo, da família, na vida econômica, no mundo social, nacional, internacional, não há dois caminhos. O único é aquele que nos apontou o evangelho: “quem me segue não caminha nas trevas”. “Eu sou o Caminho, a*

---

<sup>86</sup> A obra citada pela autora: “Enciclopédia sobre a educação” não contém referências.

*Verdade e a Vida*”. (PEETERS, 1935: 222). Também critica o argumento referente às capacidades individuais, afirmando que os exames de seleção não dariam conta de medir as capacidades dos alunos<sup>87</sup>.

O Estado, diante das críticas efetuadas pela igreja católica, promoveria, a partir dos anos 1940, a realização de um “*inquérito nacional sobre educação*”, através do qual se buscava avaliar as condições de ensino no país, com base em um questionário elaborado pelo Departamento Nacional de Educação. Através dos amplos e calorosos debates, motivados pelos resultados da pesquisa, Gustavo Capanema iniciaria a criação do Plano Nacional de Educação (PNE), dando ênfase à necessidade de formação do cidadão brasileiro consoante ao projeto de nação inspirado pelo Governo Vargas, o que resultaria nas Leis Orgânicas de Ensino<sup>88</sup>. (RIBEIRO, 2003) (SCHWARTZMAN et all, 1984) (BADARÒ, 2000:300– 312)

Novos decretos de lei, a partir de 1946, marcariam o período. Além da instauração da Lei Orgânica do Ensino Primário, assinada pelo então ministro Raul Leitão Cunha e que definiu as diretrizes e demarcava a responsabilidade dos estados quanto a este ciclo, também são desse período o Decreto-lei n. 8.529, de 02 de janeiro de 1946 - sobre os critérios que orientavam o ensino primário - o Decreto-lei 8.530, de 02 de janeiro de 1946, que instituía o ensino normal, os Decretos-lei n 8.621 e 8.622, de 10 de janeiro de 1946, que fundava o SENAC e o Decreto-lei n. 9.613 de 20 de agosto de 1946, sobre o ensino agrícola. Ainda em 1946, estes temas serão retomados com uma nova roupagem quando o debate

---

<sup>87</sup> As referências ao pragmatismo de Dewey, entendido como uma teoria que incita a satisfação imediata das necessidades, é constante no texto da Madre Francisca Peeters, que parece sugerir influência do autor nas propostas escola novistas e, da mesma forma, na emblemática figura de Anísio Teixeira, já anteriormente citado. Teixeira, formado pela Universidade de Columbia nos anos 20, foi responsável pela reforma educacional do Rio de Janeiro nos anos 30 e impulsionou a criação na Universidade do Distrito Federal, oriunda de uma concepção de universidade na qual a pesquisa se impunha como uma das diretrizes educacionais. Da mesma forma, esta preocupação foi maior quando assumiu o cargo Secretário da Educação do Estado da Bahia (1946-1950) e posteriormente na direção do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP). A partir de sua direção o INEP começou a colocar em prática uma nova modalidade de intervenção estatal nos assuntos educacionais e também nos revela um tipo de configuração que irá marcar por muitas décadas a relação entre intelectuais e Estado. (CUNHA, 2007; SUASNÁBAR: 2004)

<sup>88</sup> Destas, destacamos: a Lei do Ensino secundário, Decreto-lei n. 4.073 de 30 de janeiro de 1942, que constituiu o ensino industrial; decreto-lei n. 4.048, de 22 de janeiro de 1942, que fundou o SENAI; Decreto-lei n.4.244 de 9 de abril de 1942, que definiu o ensino secundário em ensino ginasial, com quatro anos, e o colegial, com três anos; Decreto-lei n.6.141, de 28 de dezembro de 1943, que definiu o ensino comercial



acerca da escola pública reacende em torno da LDB nos meados de 1950. A Constituição Federal de 1946 determinou a criação de um plano de intervenção na área de educação, a denominada de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

Aqui voltamos ao projeto de lei enviado ao Congresso Nacional em 1948, que previa a descentralização do ensino a partir da implantação dos sistemas estaduais e cuja menção abriu este capítulo. Elaborado por uma Comissão de educadores – abaixo apontados – não recebeu aprovação por ação do Deputado Gustavo Capanema, que se posicionara contra as alterações daquelas reformas estabelecidas a partir de 1942, como já dissemos.

COMISSÃO DE EDUCADORES <sup>89</sup>		
Presidente da Comissão	Prof. Manoel Bergstrom Lourenço Filho	Diretor Geral do Departamento Nacional de Educação. Professor da Faculdade Nacional de Filosofia
Vice-Presidente da Comissão e Presidente da Sub-comissão de Ensino Superior	Prof. Pedro Calmon	Reitor da Universidade do Brasil
Presidente da Sub-comissão de Ensino Médio	Prof. Fernando de Azevedo	Faculdade de Filosofia da Universidade de S. Paulo
Presidente da Sub-comissão de Ensino Primário	Prof. Antonio de Almeida Júnior	Universidade de São Paulo e ex-Secretário de Educação do Estado de São Paulo
Sub-comissão do Ensino Superior	Prof. Cesário de Andrade	Faculdade de Medicina da Bahia
	Prof. Mário Paulo de Brito	Escola Nacional de Engenharia
	Padre Leonel Franca	Reitor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e do Conselho Nacional da Educação
	Dr. Levi Fernandes Carneiro	Presidente do Instituto Brasileiro de Educação e Cultura e membro da Academia Brasileira de Letras
Sub-comissão do Ensino Médio	Prof. Alceu de Amoroso Lima	Faculdade Nacional de Filosofia e da Pontifícia Universidade

<sup>89</sup> Quadro elaborado pela autora.

		Católica do Rio de Janeiro
	Prof. Artur Filho	Reitor da Universidade Rura1
	Doutor Joaquim Faria Góes	Ex-diretor do ensino técnico da Prefeitura do Distrito Federal
	D. Maria Junqueira Schimidt	Diretora do Ensino Profissional da Prefeitura do Distrito Federal e autora de livros didáticos.
Sub-comissão do Ensino Primário	Prof. Antonio Carneiro Leão	Professor e Diretor da Faculdade Nacional de Filosofia
	Dr. Mário Augusto Teixeira de Freitas	Diretor do Serviço de Estatística. Secretário geral do IBGE.
	Cel. Agrícola da Câmara Lôbo Bethlem	Professor do Colégio Militar e ex-diretor do Ensino Secundário
	Prof. Celso Kelly	Instituto de Educação do Distrito Federal. Ex-diretor da Instrução Pública do Estado do Rio de Janeiro.

Graças ao parecer de Gustavo Capanema, relator da Comissão Mista de Leis Complementares, o projeto foi colocado em situação de abandono em 1949. Em 1951 retornou à Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados para ser novamente analisado, quando foram reformulados os indicativos e novas emendas apresentadas, bem como alguns substitutivos sugeridos. Apenas em 1956 foi dado o parecer para a apresentação da discussão que aconteceria a partir de 1957.

O debate nacional sobre os rumos da educação havia atravessado três décadas. A oposição entre os “liberais e os conservadores” ainda permanecia e as desigualdades ainda eram a fragilidade do sistema educacional. Contudo, o otimismo que passou a envolver a segunda metade da década de 1950 sugeria a possibilidade de se alcançar o equilíbrio que não fora conquistado nas décadas anteriores.

Assim, em maio de 1958, era apresentado por Clovis Salgado o substitutivo elaborado pela Comissão de Educação. Quando este foi a plenário também foi posto à discussão o substitutivo subscrito pelo Deputado Carlos Lacerda. Este, considerado então por muitos educadores como um retrocesso, reiterava as propostas da bancada católica. A partir desse momento intensificar-se-iam os debates em torno do projeto da LDB, com um grupo defendendo a escola pública, bem como a elaboração de regulamentos nacionais e ações de fiscalização por parte dos estados, e outro defendendo a ausência do Estado nos assuntos educacionais. Mais uma vez, o debate personalizou-se, agora em torno de Anísio Teixeira e Carlos Lacerda, sendo que em em torno destes gravitariam os intelectuais da educação.

A proposta que vislumbrava a efetivação da escola pública, indicando um maior número de escolas oficiais, era acusada de comunista e burocrática, apontando o desconhecimento do projeto da Lei de Diretrizes e Bases da qual esta se fazia tributária. Para Jucundino Furtado:

A verdade, porém, é que o projeto primitivo, cuja orientação é a da "liberdade fiscalizada", foi elaborado durante o Governo Dutra, insuspeito quanto à sua orientação democrática e anti-esquerdista. Desde que foi enviado ao Congresso Nacional, em fins de 1948, até a apresentação do substitutivo Lacerda em fins de 1958, o projeto não havia sofrido nenhuma restrição quanto à sua orientação e nem se viam nêles os perigos que agora se apontam; nem suspeita algumas e levantou quanto aos membros da comissão elaboradora do ante-projeto, designada pelo Ministro da Educação Clemente Mariani. (...)Prof., Clemente Mariani, que posteriormente haveria de ser agraciado com o título de Benemérito da Universidade do Paraná, iniciava por se manifestar publicamente quanto aos seus propósitos de elaborar imediatamente o ante-projeto da lei de Diretrizes e Bases, em cujos estudos desejava que participassem. "pelos seus representantes mais autorizados, todos aqueles que têm feito de sua vida um apostolado da grande obra da educação.

(...) a própria sub-comissão relatora, em seu parecer de novembro de 1956:"A Câmara está, porém, inquieta com a demora, sem dúvida com justa razão, da vinda ao Plenário do Projeto de Diretrizes e Bases. Reclamações se sucedem, pedidos de urgência são discutidos e censuras se dirigem à Comissão de Educação. Nunca, entretanto, foi uma proposição tão analisada e discutida nesse órgão técnico como o projeto em aprêço.". Tais foram as dificuldades apresentadas, as emendas oferecidas, os substitutivos e indicações

sugeridos, que apenas em novembro de 1956 a referida comissão pôde dar o seu parecer, de forma a que o projeto fôsse apresentado para primeira discussão em plenário em maio de 1957, quando tomou, então, o número 2.222, com que tramita presentemente.(Furtado, 1959: pag. irreg.).

Ainda que a Comissão que elaborou o projeto da LDB fosse composta por representantes de diferentes grupos, cabia a Anísio Teixeira, de acordo com os conservadores, a responsabilidade de sua autoria, que viam nas suas manifestações favoráveis ao ensino oficial e à escola pública, a própria orientação da LDB. Enquanto conservadores e liberais publicavam, em jornais e revistas especializadas, manifestos e moções defendendo seus argumentos, a mesma Comissão afirmava em relatório a sua autonomia no processo de elaboração das diretrizes:

Fugindo gradualmente aos dois extremos, a Comissão acabou por se colocar em atitude intermédia, resultando, a um tempo, dos textos da Constituição, da experiência pedagógica dos elaboradores do ante-projeto e da sua prudência administrativa. Através de normas suficientemente genéricas, procuramos sobretudo assegurar, dentro da unidade básica da organização escolar do conteúdo ideológico do ensino brasileiro, a autonomia dos sistemas locais e a flexibilidade das escolas. (RELATÓRIO DA COMISSÃO DE EDUCADORES PARA ELABORAÇÃO DA LDB. Furtado: 1959: 344)

O assunto que mais gerou polêmicas, motivadas pela publicação do *Manifesto*, dizia respeito às orientações filosófico-doutrinárias do projeto e implicou na criação, por parte dos católicos, da “Declaração em Defesa da Educação Democrática”:

Nesta última declaração, combatendo o liberalismo agnóstico desinteressado da pessoa humana e fixado no indivíduo, os signatários exprimem a sua posição baseada no primado do espírito, da prevalência da pessoa sobre os interesses individuais, na supremacia da sociedade sobre o Estado. Decorre daí os seus princípios em matéria educacional:

- 1 – no processo educativo devem ter proeminência os grupos que se interpõem entre a pessoa e o Estado;
- 2 – a liberdade de ensino é, sobretudo, a possibilidade de se exprimirem, em experiências pedagógicas, tipos de educação que atendam à diversidade dos grupos humanos;
- 3 – a família é o grupo fundamental e modelar dos demais grupos e dos processos educacionais e os seus representantes têm prioridade na escolha do processo educacional. "Portanto, a escola tem de ser instituição com características assemelhadas à família e não à repartição pública";
- 4 – ao Estado incumbe à função de fazer convergir para o Bem Comum toda a múltipla e referenciada atividade educacional. (RELATÓRIO DA

O debate sobre a modernização, nos final dos anos 1950, não se resumia apenas aos projetos educacionais, remetendo também às questões referentes à busca de alternativas que, supunha-se, romperiam com o passado marcado pela estagnação econômica, política e social. O Estado, juntamente com as organizações políticas, culturais e religiosas, buscava - através das políticas públicas - garantir a autonomia do processo de industrialização.

Nesse cenário, coube à elite intelectual brasileira o importante papel de sistematizar não apenas um pensamento nacional desenvolvimentista, como também um projeto educacional que, afinados, deveriam fundamentar e guiar a própria ação estatal planejada. Esse debate nacional alastrou-se por toda sociedade, abrindo espaço ao surgimento de várias interpretações a respeito do atraso do país. Ora, é essa luta democrática que se interrompeu, entre nós, em 1937 e que, retomada nominalmente em 1945, está longe de haver feito o que já devia ter realizado. (CHAVES, 2006:706)

Assim, o Estado, então compreendido como o maior agente modernizador, deveria planejar as ações em torno do projeto educacional. Neste sentido, as discussões acerca das políticas educacionais passaram a ser vislumbradas como um alvo fundamental para garantir o crescimento da nação. Neste sentido, destaca-se a profissionalização do intelectual – que passaria a atuar como planejador das ações do Estado.

Cabe aqui ainda, um breve comentário a respeito da profissionalização em torno da atividade intelectual e da constituição das universidades, processos que se contextualizam no período compreendido entre a última década do século XIX e inícios dos anos 1930.

Os anos 20 favoreceram a profissionalização do trabalho intelectual e, conseqüentemente, a configuração de um campo. Para Miceli, não haveria na República Velha “*posições intelectuais autônomas em relação ao poder político, o recrutamento, as trajetórias possíveis, os mecanismos de consagração, bem como as demais condições necessárias à produção intelectual*” dependiam dos grupos que exerciam a dominação da vida intelectual.

A carreira literária, socialmente definida como feminina, ocupa no espectro

das carreiras dirigentes (do proprietário ao homem político) uma posição dominada, a meio caminho entre a carreira militar (a mais próxima do pólo masculino dominante, embora desfrutando de uma posição inferior no campo do poder) e a carreira eclesiástica, que constitui o exemplo-limite da mais feminina das carreiras masculinas na medida em que se define negativamente, no âmbito dos agentes, pela ausência de propriedades que caracterizam as profissões viris (poder econômico, poder sexual etc.). (MICELI, 2001: 24)

Num momento em que se iniciava a constituição de um campo de produção de bens simbólicos e que ainda não se tinha uma definição do trabalho intelectual, o ofício denominado *simbólico* era atribuído às atividades destituídas de valor econômico. As hipóteses de Miceli, construídas a partir das reflexões acerca de biografias de autores, apontam para o deslocamento para os espaços sociais de menor prestígio seriam decorrentes de uma transformação do *habitus* motivado pela “feminização social” (MICELI, 2001: 26). Ao discutir o êxito das estratégias de reconversão para as carreiras intelectuais dos “parentes pobres”, afirma que o sucesso da reconversão estaria vinculado ao desenvolvimento das burocracias intelectuais. Neste sentido, a ocupação de cargos nas Assembléias, partidos políticos e jornais, dar-se-ia mais pelo capital das relações sociais do que pela qualificação acadêmica. Os “anatolianos” se constituiriam enquanto uma nova categoria ou, nesta conjuntura, um novo tipo de intelectual. Para Miceli:

O protótipo do *anatoliano* é aquele para cujo êxito têm o mesmo peso a figura do dândi, manequim intelectualizado responsável pela importação simbólica em país periférico, e uma obra poética que registra “estados d'alma”, ambos os planos marcados pela contra facção dos modelos parisienses. A tal ponto encontram-se fundidos “criador” e obra que o sucesso e a rentabilidade da segunda será tanto maior quanto mais consumado o mundanismo do primeiro. (MICELI, 2001: 57)

O *anatoliano* (escritor, cronista, crítico literário, ensaísta, publicitário, jornalista etc.) ao importar sistemas de pensamento que legitimariam sua posição no campo intelectual local, encontrar-se-ia numa posição de “dupla dependência”: fosse em relação às oligarquias, fosse em relação ao campo intelectual internacional.

A conversão às carreiras intelectuais só pode ser analisada em relação ao projeto de dominação dos dirigentes locais. Do movimento modernista à fundação da Universidade de São Paulo, como os inúmeros organismos criados na área de educação e cultura, todos estiveram sob o comando de uma parcela da burguesia

que pretendia “*reformular o poder oligárquico sem alterar as condições de representação política do operariado e dos setores médios urbanos que poderiam servir-lhes de sustentação*” (MICELI, 2001: 239).

No caso paranaense, o domínio da Igreja Católica em diferentes instituições aliado ao afastamento dos anticlericais dos jornais e da universidade motivou o enfraquecimento dos grupos laicos ao mesmo tempo em que a dominação dos grupos católicos no espaço intelectual aumentava.

A partir de 1930, escritores representantes da geração anterior como Romário Martins e Euclides Bandeira, juntamente com os católicos: Temístocles Linhares, Erasmo Pilotto, Loureiro Fernandes, Rodrigo Junior, Raul Gomes e outros mentores do Circulo de Estudos Bandeirantes. Produzirão o que a grosso modo, é conhecido como literatura de Província. Contra tal literatura de província, insurge-se, uma nova geração que produzirá nos anos 1940, a Revista Joaquim. (BEGA, 2006:47):

A institucionalização do ensino superior no Brasil, a partir da década de 1920, foi marcada pelo discurso da construção da nacionalidade (OLIVEIRA, 1989), sendo que apenas em 1931 seria criada o Estatuto das Universidades Brasileiras, através de Decreto-lei do Ministro da Educação Francisco Campos. O estatuto definia a Universidade como modelo de organização do ensino superior, mas permitia a existência das escolas isoladas, que eram dominantes no ensino superior.

Conforme o decreto, as Universidades seriam formadas por Escolas (Medicina, Direito, Engenharia) e cada uma destas, formadas por cátedras relativas às diferentes áreas do conhecimento. Cada cátedra tinha um professor catedrático (cargo vitalício) e a ele estavam ligados os professores assistentes, os livres docentes e os auxiliares de ensino (indicados pelos professores catedráticos, pois exerciam a carreira docente), sendo que as Escolas deveriam ser dirigidas por uma Congregação (professores catedráticos e um representante dos livre-docentes). A partir de uma lista organizada pela Congregação, os catedráticos eram escolhidos pelo ministro da Educação para compor o Conselho Técnico Administrativo, órgão deliberativo da Faculdade. (SCHWARTZMAN, BOMENY e COSTA. 1984:207) (CUNHA: 2007:19).

Embora a configuração das carreiras acadêmicas não tenha sofrido grandes alterações nas reformas universitárias subseqüentes, as políticas educacionais voltar-se-iam para um projeto de “modernização” do ensino superior a partir da segunda metade da década de 1930, estabelecendo o indicativo da criação das Faculdades de Filosofia na composição das Universidades, definindo uma configuração do campo intelectual vinculado as posições ocupadas no campo acadêmico. Para entendermos esta transformação no ensino superior dedicaremos o próximo capítulo, buscando traçar um quadro panorâmico da criação das Faculdades de Filosofia no contexto das reformas universitárias das décadas de 1930 a 1950.



## Capítulo 4 – Intelectuais e ideais de modernidade: as Faculdades de Filosofia, 1930-1950.

Uma universidade não é o que os espíritos simplistas imaginam: uma reunião material de diversas faculdades, ou, mesmo, a articulação de diferentes faculdades esparsas, sob esta pomposa denominação, a fim de que continuem, isoladamente, a fornecer diplomas para profissões normais. Sem um plano de conjunto que vise a investigação, a pesquisa, o estudo, o conhecimento, a cultura, num ambiente propício e materialmente aparelhado para elevar os conhecimentos acima do nível comum e da simples missão de diplomar doutores, não se terá nunca uma universidade. Esta nasce – falo de modo genérico – para criar uma cultura real e direta haurida no próprio meio, desenvolvida com os elementos que se fornece à livre expressão. Será o centro de preparo técnico, de aparelhamento de elite que vai dirigir a nação, resolver-lhe os problemas, preservar-lhe a saúde, facilitar-lhe o desdobramento e a circulação de riquezas, fortalecer a mentalidade do povo, engrandecer sua civilização.

Gustavo Capanema<sup>90</sup>

O projeto apresentado por Capanema objetivava a formação de uma *intelligentsia* para a gestão do próprio Estado. Embora os índices de analfabetismo fossem alarmantes, os investimentos no ensino superior, em detrimento às escolas primárias, refletem o foco das políticas do Estado entre as décadas de 1930 e 1950. A crise das oligarquias viria a deslocar a atenção dos governos estaduais para o Estado Nacional<sup>91</sup>. Os contornos do nacionalismo - que já eram percebidos nas manifestações artísticas e nos movimentos políticos da década de 1920, tais como Antropofagismo, Verde-amarelismo, Pau-Brasil, Ação Integralista Brasileira<sup>92</sup> – passava a ser destacado nos discursos de diversos governos estaduais vislumbrando a solução dos problemas da sociedade brasileira. (MENDONÇA, 2000:136) (IANNI, 1991:69)

O tenentismo, a nascente burguesia industrial, os setores mais politizados do proletariado e alguns grupos da classe média, todos estavam, de alguma forma, identificando soluções dos seus problemas com soluções de tipo nacionalista, para os dilemas da sociedade como um todo. (IANNI, 1991:71).

---

<sup>90</sup> Apud SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA (1984: 205)

<sup>91</sup> Sobre a crise das oligarquias ver especialmente: ROSA (2007), CARONE (1991), CARDOSO (1983), IANNI (1975), PINHEIRO (1979),

<sup>92</sup> A esse respeito ver: OLIVEIRA (1990)

O nacionalismo econômico, que se firmava nesse período, se manifestava no ideário do desenvolvimento industrial e na intenção de constituir o capitalismo nacional. O que se pretendia era elaborar estratégias políticas para garantir as condições do desenvolvimento econômico. Nesse sentido, as concepções acerca da industrialização, desenvolvimentismo, planejamento e intervencionismo implicaram na reorganização das estratégias políticas nos anos subseqüentes. Maria Celina D'Araujo assinala que:

Nas décadas de 1930 e 1940, fez-se a travessia do mundo rural para o mundo urbano industrial, com profundas repercussões em vários aspectos da vida do país. Uma das mais importantes, do ponto de vista político, foi a emergência do populismo como recurso de poder para autoritários e democratas, e a incorporação ao processo político de toda a população alfabetizada maior de 18 anos. A urbanização cresceu de forma acelerada, facilitando a expansão desordenada das cidades. O Brasil vivia o que se chamava então de um intenso processo de "modernização" política e econômica e sofria todos os impactos, positivos e negativos, daí decorrentes.<sup>93</sup>

As mudanças estruturais, que marcaram as décadas de 1930 e 1940, repercutiram também nos projetos educacionais, uma vez que os altos níveis de analfabetismo e a falta de escolas formadoras de mão de obra qualificada para demandas do processo de modernização revelavam as fragilidades da sociedade.

Os investimentos, ainda que incipientes, no processo de transformação do ensino superior tiveram início com o surgimento da Universidade do Rio de Janeiro, que foi criada em 1920 pelo Decreto nº 14.343. O então Presidente do Brasil Epitácio Pessoa executou o decreto de 1915, autorizando a criação da primeira universidade oficial. Em notas publicadas no Jornal do Brasil em 24 de outubro de 1920, o educador José Augusto, assinalava que:

O Decreto de 7 de setembro findo, com o qual o governo da República instituiu a Universidade do Rio de Janeiro, por julgar oportuno dar execução ao disposto no art. 6º do Decreto nº 11.530, de 18 de março de 1915, contém poucos artigos e trata a matéria da forma mais geral e vaga, de modo a não deixar no espírito de quem lê a noção exata e segura da verdadeira orientação a ser seguida pelo nosso Instituto Universitário (apud FÁVERO, 2006: 23).

---

<sup>93</sup> Texto de apresentação do arquivo do governo de Juscelino Kubitschek no Centro de Pesquisa Documental (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas

O projeto de criação de uma Universidade, como vimos no capítulo precedente, e a definição de seu modelo, foram temas de discussões na década de 1920. Na I Conferência Nacional de Educação, promovida pela ABE em 1927, as questões referentes à autonomia universitária e ao padrão de ensino a ser adotado pelas Universidades, bem como sobre a formação de professores e à prática das profissões técnicas, haviam sido tratados por vários congressistas, dos quais destacamos as seguintes teses:

Teses apresentadas na ABE <sup>94</sup>		
“Pelo Regime Universitário”	Dr. João R. de Macedo Filho	Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade do Paraná.
“Crise de Educação da Classe Média”	Dr. Octávio Rodrigues Lima	Distrito Federal
“As Universidades e a Pesquisa Científica”	Dr. Amoroso Costa	Distrito Federal
“Da necessidade de tornar mais prático o Ensino de Engenharia no Brasil”	Antonio Moreira de Souza – Relator	Congregação da Faculdade de Engenharia – Paraná
“Regulamentação da Profissão de Engenheiro no Brasil”	Adriano Gustavo Goulin – Relator	Congregação da Faculdade de Engenharia – Paraná
“A criação de Escolas Normais Superiores em diferentes pontos do País, para preparo Pedagógico”	Prof. Dr. Carlos Américo Barbosa de Oliveira	Distrito Federal
“A Criação de Escolas Normais Superiores em diferentes pontos do País, para preparo Pedagógico”	D <sup>a</sup> Antonia Ribeiro de Castro Lopes	Rio de Janeiro

É importante destacar que essas discussões precedem a criação de uma instância nacional que tratasse do ensino superior. Cabe lembrar, também, que somente na década de 1930 o Governo Provisório criaria o Ministério da Educação e Saúde Pública e apenas em 1931 é que se instaurariam uma série de reformas no ensino secundário, superior e comercial – que, de certa maneira, vinculava o projeto educacional às diretrizes anunciadas no plano de desenvolvimento nacional,

<sup>94</sup> Quadro elaborado pela autora.

enfatizando o processo de modernização do país. Evidenciava-se, então, a intenção de se investir na formação intelectual de grupos ascendentes, ou vinculados às elites, ao mesmo tempo em que se investiria na capacitação para o trabalho industrial, formador da classe operária.

Neste sentido, e consoante com as questões abordadas pelos conferencistas da ABE, o Ministério entendia que o propósito da educação superior “transcende o exclusivo propósito do ensino, envolvendo preocupações de pura ciência e de cultura desinteressada”. Parece ter sido com estas “preocupações”, portanto, que o Governo Federal promulgou, com o Decreto-lei nº 19.850/31, o Conselho Nacional de Educação – a respeito dos objetivos das Universidades – bem como, através do Decretos -lei nº 19.851/31 e nº 19.852/31, definiu, respectivamente, a criação do Estatutos das Universidades Brasileiras e a organização da Universidade do Rio de Janeiro. (CAMPOS, 1931: 4. apud FAVERO, 2006:33).

Os intelectuais do período concordavam que as Faculdades de Filosofia teriam um papel fundamental na laicização do ensino e na divulgação de “alta cultura”. Contudo, para Fávero (2006:24)

Analisando o Decreto nº 19.852/31, que dá nova organização à Universidade do Rio de Janeiro, observa-se que esse dispositivo é rico em pormenores sobre a citada Faculdade; contudo, não chega a ser imediatamente instalada pelo Governo Federal. Examinando-se o art. 196, verifica-se ainda que não se atribui a essa faculdade o caráter de unidade integradora dos diferentes institutos universitários, desde que sua existência não é obrigatória.

Analisando-se o Estatuto das Universidades Brasileiras, outras questões merecem registro. A primeira refere-se à integração das escolas ou faculdades na nova estrutura universitária. Pelo Estatuto, elas se apresentam como verdadeiras “ilhas” dependentes da administração superior.

Embora a centralização fosse a tônica dominante na política seguida pelo Governo Provisório, a criação da Universidade de São Paulo (USP), em 1934 – resultante da iniciativa do governo estadual e de setores privados, instituída por meio do Decreto nº 6.283/34, seguindo a Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP) criada no ano anterior e com a mesma intenção em formar pesquisadores qualificados e com a expectativa de promover a democracia liberal – bem como da

Universidade do Distrito Federal<sup>95</sup> (UDF), em 1935 – criada pelo Decreto Municipal nº 5.513/35, como um projeto das reformas executadas pelo governo municipal e vinculada às reformas educacionais instituídas pelo prefeito Pedro Ernesto e que teria em Anísio Teixeira seu idealizador – acabaram por implicar em choque ao próprio Estatuto das Universidades, uma vez que este previa que o controle sobre a criação de novas instituições e cursos caberia ao Governo Federal.

Ainda que a Reforma Campos<sup>96</sup>, em 1931, tenha definido o Estatuto das Universidades Brasileiras<sup>97</sup>, seria no ministério de Gustavo Capanema que o projeto universitário revelar-se-ia mais audacioso, uma vez que seu programa educacional, voltava-se a formação de elites vislumbrando, com isto, mobilizar o especialista para a efetivação de um plano modernizador. Assim, a Universidade do Brasil<sup>98</sup> se constituiu como o centro desta intenção. A posse de Capanema, como Ministro da Educação em 1934, consolidou as idéias de modernidade e modernização que inspiravam e inspirariam o período. Neste sentido, a construção da Cidade Universitária viria dar concretude ao ideário propagado pelo governo<sup>99</sup>.

Cabe ressaltar que enquanto a Universidade do Brasil se revelava o centro do projeto educacional federal, naquele mesmo momento, como já dissemos, sob a liderança de Anísio Teixeira, então Diretor do Departamento de Educação do Distrito Federal, era posto em prática o projeto da Universidade do Distrito Federal, atraindo intelectuais que se simpatizavam com seu projeto inovador, provocando reações de setores da Igreja Católica que viam nela o locus da propagação do ideário comunista e de ideais contrários à tradição. O escol da UDF era a Faculdade de Ciências que teve os seus cursos estabelecidos em 1935. (SCHWARTZMAN et al, 1984:211-212)

---

<sup>95</sup> MEUCCI (2006) em estudo sobre a participação de Gilberto Freyre na UDF apresenta a configuração política que orientou sua constituição. No mesmo sentido, ver o texto de ARRUDA (1989).

<sup>96</sup> As reformas educacionais no seu governo são consideradas exemplares no que se refere às transformações das estruturas de ensino vigentes.

<sup>97</sup> Sobre as polêmicas em torno da Reforma Campos ver: Ana Waleska MENDONÇA (2000) e Maria Luiza FÁVERO (1980).

<sup>98</sup> A Universidade do Brasil foi uma extensão da Universidade do Rio de Janeiro, que havia sido criada em 1920 a partir da junção das Escolas superiores da cidade, foi integrada às faculdades de Educação, Ciências e Letras apenas em 1932 Sobre a criação da Universidade do Brasil ver: FÁVERO, M.L de A (2000).

<sup>99</sup> Sobre os debates em torno dos projetos arquitetônicos do Ministério da Educação e da Cidade Universitária ver: Sá e Lissovsky (2000)

O projeto da Universidade do Brasil confrontava-se com a experiência da Universidade do Distrito Federal a medida em que, a partir das escolas que compunham a primeira, se pretendia instituir um modelo nacional de ensino. A situação da UDF fragilizar-se-ia com a destituição, em 1936, do prefeito Pedro Ernesto e, conseqüentemente, com a saída de Anísio Teixeira do Departamento Municipal de Educação, substituído por Francisco Campos, num contexto em que muitos professores seriam afastados, e no qual Afonso Pena assumiria a reitoria, no lugar de Afrânio Peixoto. Diante da falta de professores, as aulas, seriam iniciadas naquele ano com os professores da “missão francesa” e intelectuais nacionais consagrados. Em 1937, Alceu Amoroso Lima assumiu a reitoria, na qual permaneceu até a extinção da Universidade em 1938.

O fim da UDF se deu com a alegação de que o decreto municipal, que definia sua organização, era inconstitucional, pois não contemplou a criação dos Institutos previstos pela lei federal. Neste mesmo sentido, entendeu-se, que a aprovação dos estatutos, pelo prefeito, teria violado os indicativos que previam primeiramente a aprovação pelo Ministério da Educação. Portanto, ao contrário das Universidades de São Paulo, de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul, que haviam sido sancionadas pelo governo Federal, a UDF, ao ter seus estatutos aprovados pelo poder municipal, havia violado as normas legais. Com a extinção em 1938 seus cursos foram incorporados a Universidade do Brasil, tornada assim, a única universidade da capital da República. (SCHWARTZMAN et al, 1984:211-212; ARRUDA, 2001)

Em 1939, diante do empenho em se estabelecer as diretrizes para a criação de instituições de ensino superior e utilizando-se do modelo da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo – embora afastada desta por seguir a doutrina da Igreja Católica e por se manter sob a tutela do governo federal, criou-se a Faculdade Nacional de Filosofia, sediada na capital da República.

A formação de uma elite capacitada para as novas diretrizes nacionais exigiu a reforma do ensino superior, que teve sua expressão na formação da Universidade do Brasil<sup>100</sup>, que posteriormente viria a se tornar modelo-padrão para o ensino

---

<sup>100</sup>Universidade do Rio de Janeiro, criada em 1920 a partir da junção das Escolas superiores da cidade, foi integrada às Faculdades de Educação, Ciências e Letras apenas em 1932 Sobre a criação

superior.

#### 4.1 Projetos paulistas de faculdades de filosofia

A Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP), criada em 1933, surgiu com um manifesto lançado por escritores, jornalistas, comerciantes, industriais e professores que viam a necessidade de se instruir as elites a partir de métodos científicos, necessários para o projeto modernizador. Para Costa Pinto (1955), a formação da ELSP e a Reforma Campos seriam a expressão das mudanças políticas e ideológicas que influenciaram a política educacional a partir de 1930.

A ELSP, de acordo com seus idealizadores, era criada para esclarecer os motivos da derrota de São Paulo na Revolução de 1932: “São Paulo era o estado mais rico, a chamada locomotiva do Brasil e, de repente, São Paulo perdeu a guerra”. Entendiam que a compreensão da crise era reflexo da falta de conhecimento sobre o Brasil. E na tentativa de se compreender o país, Cyro Berlinck teria sugerido a Roberto Simonsen criação de um centro de estudos. Segundo Manoel Tosta Berlinck (apud KANTOR:2001), filho de Cyro Berlinck:

Os dois se formaram na Politécnica, mas Simonsen era muito mais velho. Meu pai falou para o Doutor Roberto Simonsen do interesse em criar o centro de estudos. Simonsen lhe passou um catálogo sobre a Sorbonne e meu pai viu que lá tinha um negócio chamado sociologia. Meu pai não tinha a menor idéia do que era sociologia; era engenheiro químico, mas leu a ementa do curso de Sociologia dado pelo Lévy-Bruhl na Sorbonne, e se convenceu de que aquilo é que ia explicar porque o Brasil era desse jeito. Roberto Simonsen achou boa idéia, deu apoio, deu o dinheiro para começar.

(...) a Escola funcionava à noite, porque era para pessoas mais velhas, não para jovens. Vieram intelectuais que tinham participado da Revolução de 1932 e estavam completamente desentendidos a respeito da realidade brasileira. (BERLINK apud KANTOR 2001:101-102).

O manifesto de fundação da ELSP, publicado no jornal “O Estado de São Paulo”, além de revelar claramente os objetivos de Simonsen e Berlinck, indica a configuração intelectual em São Paulo e sua perspectiva em relação ao Brasil:

---

da Universidade do Brasil ver: FÀVERO, M.L de A (2000); ALMEIDA, M.H. T de (2001). A Universidade do Brasil foi uma extensão da Universidade do Rio de Janeiro, que havia sido criada em 1920.

A análise desapassionada e honesta de nossa história político social revela, sem dúvida, a cada passo, esforços sinceros para reorganização da vida do país. Em todos os ramos de atividade, múltiplas são as tentativas e concepções tendentes a melhorar as nossas condições de existência, Mas não se pôde negar que tem sido pouco animador o resultado. A todo esforço seguem-se geralmente o malogro e a decepção. E sempre continuamos no mesmo ambiente de hesitações, experiências e desequilíbrio.

É evidente que este estado de coisas, não obstante a ilusão de alguns sonhadores de panacéas, não deriva de um fator único suscetível de exame e solução tranqüilizadora. Vários e diferentes são os fatores, cada qual de maior ou menor efeito corrosivo. Dentre eles, entretanto, destaca-se naturalmente por seu caráter básico, a falta de uma elite numerosa e organizada, instruída sob métodos científicos, ao par das instituições e conquistas do mundo civilizado capaz de compreender antes de agir o meio social em que vivemos.

Está na conciencia de todos essa grande falta. Ainda ha pouco, na guerra civil desencadeada em nosso Estado, e tambem agora, na luta para refazer-se dos efeitos dessa guerra e das aflições que a antecederam, o povo sente-se mais ou menos às tontas e vacilante. Quer agir, tem vontade de promover algo de útil, cogita de uma renovação benéfica, mas não encontra a móla central de uma elite harmoniosa, que lhe inspire confiança que lhe ensine passos firmes e seguros.

Esse mal não pôde ser remediado ás pressas, nem admite paliativos desalentadores. Urge encara-lo de frente, com pensamento mais para o futuro do que para o presente.

Os instrumentos e processos de ensino em vigor, si permitem a formação de profissionais distintos, de especialistas notaveis, acoçoam, por outro lado, especulações individualistas, pesquisas isoladas e o malsinado autodidatismo, gerador de planos e concepções de caráter pessoal. Falta em nosso aparelhamento de estudos superiores, além de organizações universitárias sólidas, um centro de cultura político-social apto a inspirar interêsse pelo bem coletivo, a estabelecer a ligação do homem com o meio, a incentivar pesquisas sôbre as condições de existência e os problemas vitais de nossas populações, a formar personalidades capazes de colaborar eficaz e concientemente na direção da vida social.

A fundação da ESCOLA LIVRE DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA DE SÃO PAULO, vem preencher essa lacuna evidente. Já aproveitando elementos de valor de nossas classes cultas, já contratando professores de renome fóra do país, já promovendo conferências publicas, avulsas periódicas, e intercambio com instituições estrangeiras análogas, já adotando para os cursos uma orientação eminentemente científica, á altura das exigências do meio social contemporâneo – A ESCOLA oferecerá aos estudiosos um campo de cultura e de preparo indispensável para eficiente atuação na vida social.

A historia universal encerra exemplos de grandes civilizações construídas sem base na instrução popular. Mas não há exemplo de civilização alguma que não tivesse por alicerce élités intelectuais sábia e poderosamente constituídas.

São Paulo embora moralmente ferido pelos dissabores dos ultimos anos, deixará patente sua considerável força de resistencia e dará novo exemplo de sua tradicional energia construtora, si prestar apoio integral ao novo



órgão de ensino<sup>101</sup>. (apud KANTOR et all, 2001:159)

Samuel Lowrie e Horace Davis<sup>102</sup> foram os primeiros professores estrangeiros indicados pelo Cônsul brasileiro de Nova York, Sebastião Sampaio. A vinda de professores estrangeiros foi visto como um traço distintivo à medida que atraía estudantes e, principalmente, recursos. Roberto Simonsen proveu a ELSP com os primeiros professores e garantiu uma doação da Fundação Rockefeller para incrementar a biblioteca e para o pagamento dos salários.

O processo de institucionalização das Ciências Sociais em São Paulo pode ser visto como início de um empreendimento no qual a racionalização do campo intelectual vislumbrava um tipo de intervenção política, bem como uma tomada de posição que se configurou enquanto traço distintivo em relação às modalidades de intervenção intelectual e política. O processo de modernização empreendido pela elite paulistana, no campo intelectual, se fundamentou na pesquisa científica claramente influenciada pelos professores estrangeiros.<sup>103</sup> Nessa conjuntura, Armando Salles de Oliveira e Julio Mesquita iniciaram o projeto de criação da Universidade de São Paulo. Contudo, a criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras viria a executar as mesmas ações da ELSP, gerando uma grande inquietação por parte dos integrantes da Escola. Neste sentido, Moraes (2001:131) destaca o argumento de Armando Salles, que justificava a existência destes núcleos de pesquisa:

---

<sup>101</sup> Foram signatários do Manifesto publicado no Estado de São Paulo em 27 de abril de 1933: Prof. Dr. José Alcântara Machado d' Oliveira- Diretor da Faculdade de Direito de São Paulo; Prof. Eng. Carlos Gomes de Souza Shalders, - Diretor da Escola Politécnica de São Paulo; Prof. Dr. Cantidio de Moura Campos – Diretor da Faculdade de Medicina de São Paulo; Prof. Horácio Berlinck – Diretor da Escola de Comércio Álvares Penteado; Prof. Eng. Alexandre de Albuquerque; Eng. Roberto Simonsen – presidente do Instituto de Engenharia de São Paulo; Prof. Dr. Antonio Carlos Pacheco e Silva – Faculdade de Medicina de São Paulo e presidente da Sociedade de Cirurgia de São Paulo; Conde Sílvio Álvares Penteado – presidente honorário da Escola de Comércio Álvares Penteado; Antonio de Lacerda Campos - presidente da Escola de Comércio Álvares Penteado; Eng. Armando Salles Oliveira – presidente do Instituto de Organização racional do trabalho de São Paulo entre muitos outros.

<sup>102</sup> H. Davis era pesquisador do Bureau International do Travail (ONU) (KANTOR et all, 2001:129)

<sup>103</sup> Rubens Borba de Moraes em entrevista para Edith G. Serra, assinalou a saída Horace Davis foi motivada porque ele: "se revelou marxista e comunista militante e, aí o Simonsen não podia engolir um comunista, e resolvemos devolver aos Estados Unidos o americano e mandar vir outro". Horace Davis foi substituído por Donald Pierson que permaneceu por muitos anos na Escola influenciando um grande número de pesquisas. Lowrie se dedicou a pesquisa documental e ingressou na Prefeitura de São Paulo – Divisão de Estatística e Documentação do Departamento de Cultura (apud KANTOR et al, 2001: 130)

Vocês estão enganados, absolutamente, eu conheço a Escola de Sociologia e Política é uma coisa excelente, mas precisam se convencer de uma coisa, vocês são uma escola livre e a outra vai ser uma escola oficial, por que é necessário que haja uma escola livre com mais liberdade, com mais abertura que o governo não pode fazer. E, ao contrário, vocês devem continuar, eu continuarei a prestigiar a Escola de Sociologia e ela não vai duplicar, porque mesmo que ela tenha a mesma cadeira, terá outros professores, quer dizer, outros pontos de vista, outras coisas. Vocês também precisam se convencer de uma coisa, que a universidade vai ser uma escola oficial, dentro de um regulamento, de um ministério, dentro de umas coisas, para o público. A Escola de Sociologia e Política vai receber muita gente já formada, como vocês têm atualmente.

Os participantes da ELSP foram integrados ao Departamento de Cultura da cidade de São Paulo, sendo Paulo Duarte um dos intermediadores dessa relação, tornando-se responsáveis pelo serviço de documentação e pesquisas demográficas na gestão de Armando Salles. A vinculação entre os membros da elite paulistana na configuração do campo científico e intelectual é efetiva, conforme nos revela Fernando de Azevedo em texto de homenagem a Julio Mesquita (1960: 81). O argumento que motivou a ELSP também estava presente no projeto de formação da USP, no sentido de que havia a necessidade de instituir um governo cuja estabilidade das instituições se constituiria como um instrumento contra a demagogia e o controle dos partidos pelas oligarquias reacionárias. A necessidade de constituir uma intelectualidade consoante com o projeto modernizador requeria que houvesse instituições responsáveis pela elevação no “nível da cultura brasileira”.

Da mesma forma que na Europa, a partir do século XIX se exigiu, devido ao enfraquecimento dos vínculos entre religião e ciência (política e moral ou literatura e ciência), a formação de uma nova intelectualidade - mais racional e capacitada em acompanhar as transformações operadas nas diferentes esferas da vida social e em atribuir uma neutralidade moral na vida política – no Brasil, no século XX, a partir da oposição e por efeito dos debates entre intelectuais conservadores e modernizadores (bem como entre católicos e laicos e/ou especialistas e literatos) se viu a criação das Faculdades de Filosofia, comprometidas com a formação de professores e pesquisadores para constituição de um campo científico<sup>104</sup>.

---

<sup>104</sup> Sobre as transformações na Europa e a formação de uma outra intelectualidade, consultar

A perspectiva da intelectualidade e dos governantes, em definirem o padrão nacional de educação, nos remete à reflexão acerca conceito mannheimiano de educação como técnica social, uma vez que tal orientação apresentar-se-ia como um instrumento conveniente às propostas em torno de uma modernidade brasileira que vicejavam naquelas perspectivas. Neste sentido:

Por técnicas sociais entendo todos os métodos de influenciar o comportamento humano de modo que se integre nos padrões vigentes de interação e organização social. A existência de técnicas no exército, cuja eficiência repousa principalmente sobre estrita organização, treinamento e disciplina, formas específicas de autocontrole e obediência. Não apenas no exército, mas também na chamada vida civil, as pessoas têm de ser condicionadas e educadas para se integrarem nos padrões vigentes da vida social.

(...) o padrão dominante pode ser democrático ou autoritário; a educação serve ambos os sistemas. Ao mesmo tempo, é apenas uma das técnicas sociais colocadas a serviço da criação do tipo de cidadão desejado. (MANNHEIM, 1983: 325)

Mannheim ainda, ao tentar vincular o intelectual ao social, permite que reflitamos sobre um dilema que, posteriormente viria marcar a criação das universidades no Brasil: ou a ciência deveria se conformar como um estudo prático para resoluções de problemas sociais, ou se tornaria uma disciplina especializada para intelectuais, no interior das universidades. Embora concordemos com Mannheim, no sentido de que os fenômenos culturais só podem ser compreendidos no seu contexto histórico e social, ou ainda quando recuperamos sua afirmativa de que a *produção de idéias* está vinculada a uma *situação*, entendemos que a perscrutação das condições reais de vida exigiria um estudo das biografias, que foge ao nosso objetivo neste trabalho. Obviamente, ao tentarmos identificar as concepções que orientaram os diferentes projetos educacionais propostos, nos apoiamos na “situação” que os produziu, mas não nos referimos às inclinações específicas, ou grupos de origem, de cada um dos atores envolvidos. (LEPENIES,

---

LEPENIES (1996). Ringer, cita, para o caso inglês, a exigência de Samuel Taylor Coleridge, em identificar, na segunda parte do século XIX, uma classe (uma espécie de clero composta por religiosos e pessoas qualificadas em diferentes áreas) que seria capaz de disseminar o conhecimento. Desse modo, os educadores deveriam ser distribuídos pelo país de modo uniforme a fim de contemplar as mais diferentes regiões com o intuito de manter o equilíbrio entre cultura e civilização. O *clerics*, localizados por Benda, gradativamente começavam a lutar pela ocupação do campo intelectual juntamente com a *intelectualidade desvinculada*, caracterizadas por Karl Mannheim. (RINGER, 2000)

1996) (RINGER, 2000:192).

As Faculdades de Filosofia – aparelhadas com as devidas técnicas sociais – no sentido empregado por Mannheim vislumbravam criar, portanto, um tipo de cidadão adequado à ordem política, econômica e social que se instaurava naquele momento, como se pode observar no projeto de criação da Faculdade de Filosofia Universidade de São Paulo:

A criação dessa faculdade que deve organizar-se cada vez mais com o fim de preparar á carreira das letras e das ciências, por meio de estudos desinteressados do mais alto nível possível, sem qualquer idéia de aplicação, permite agora que outras escolas, prepostas à formação de engenheiros, médicos e advogados, agrônomos, professores e administradores escolares, e outros tipos de profissionais, se integrem melhor dentro de sua função específica, de preparação de profissionais e técnicos nos diversos ramos de atividades humanas. As sociedades modernas, se exigem para o seu progresso, pensadores, criadores e interventores sábios e filósofos, dedicados exclusivamente à pesquisa da verdade e aos enriquecimentos do saber humano, não reclamam menos, profissionais e técnicos eminentes nas múltiplas e variadas especialidades, em que, na sua complexidade imensa, se divide o trabalho na civilização atual. Tem-se dito e repetido que o que se deve desenvolver, sobretudo, no homem é o próprio homem, por uma sólida e alta cultura geral; mas nos esquecemos talvez demais, quando se trata de preparar um profissional ou técnico, de que a melhor salvaguarda da ordem social e da dignidade de um indivíduo é o gosto e o amor pelo trabalho social que o faz viver, e de que o melhor meio de fazer o profissional, qualquer que seja, amar, a sua obra e a sua profissão, é o de fazer compreende-la e de ensinar a exercê-la. Aliás, a ciência pura, como a cultura livre e desinteressada, que não se vulgariza, mas deve ser posta ao alcance dos raros homens vindos de todas as camadas e capazes de escalar essas alturas, sempre foi e era um produto de elite para uma elite, uma atividade superior e quase apostolar, para a qual “muitos são chamados e poucos escolhidos”, e cujos benefícios se devem estender em larga escala mas cujos segredos e prazeres permanecem indevassáveis para a maioria dos indivíduos.(AZEVEDO, 1960: 87).

A profissionalização da carreira do magistério, presente no *Manifesto dos Pioneiros*, tem na formação da Faculdade de Filosofia da USP, à época também chamada “Escola de Filosofia”, sua concretização. Ainda que imbuídos de ideário civilizador, se percebe nessa configuração do campo intelectual, uma relação efetiva entre a carreira científica e a prática política. No caso da USP, a autonomia em relação ao Governo Federal se sustentava devido aos compromissos inerentes à forma com que foi concebida e financiada. Assim como no caso da ELSP, objetivava

a formação de um corpo técnico e científico para a composição dos quadros políticos para o Estado de São Paulo.

Não raro, observamos nos escritos do período, e sobre o período, que a ELSP e a USP definiram o padrão de produção científica para as universidades brasileiras diferenciando-se do modelo anterior, no qual centros de formação profissional desenvolviam trabalhos independentes. Neste sentido, a intelectualidade vinculada às escolas paulistanas, marcadamente dependente ou integrante do Estado e inspirada na literatura sociológica, filosófica e educacional européia e estadunidense, configuraria-se diferentemente daquela do período anterior, quando a ciência não era vista como um elemento importante na construção da nacionalidade - ou como um elemento distintivo na formação de uma reflexão crítica - uma vez que não havia, ainda, uma tradição no pensamento social, que objetivasse propiciar a criação de uma intelectualidade comprometida com todos os setores da sociedade. (VIANNA, 1997:181).

Para Pontes (1998:89-95), a fundação da USP caracteriza-se como o reflexo de uma conjuntura intelectual mais ampla e na qual o “interesse” pelo Brasil foi expressivo em diferentes esferas culturais. A diversificação que se manifestava em São Paulo era dada pela participação dos educadores envolvidos no movimento da Escola Nova, como também da grande participação de franceses trazidos pelo grupo de “O Estado de São Paulo”, liderado por Julio Mesquita e Armando Salles de Oliveira. A missão francesa na USP teria sido, assim, fundamental para instituir os critérios acadêmicos de avaliação, titulação e promoção e que fomentariam carreiras acadêmicas.

No caso da Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná, contudo, o projeto universitário parece ter se configurado a margem dos modelos vigentes da USP e da ELSP, embora seus objetivos, num primeiro momento, não divirjam dos interesses das elites em formar quadros para a política regional.

## **4.2 A Universidade do Paraná**

No 70° aniversário da Universidade Federal do Paraná, Ruy Wachowicz

(1983), em a “Universidade do Mate”, buscou analisar a constituição da instituição, partindo da hipótese de que esta era dirigida por uma elite vinculada aos grupos de poder político e econômico. Entendendo que “estudar (...) uma instituição como a Universidade é indiscutivelmente realizar um estudo de micro-história”, o autor reconhece que não se poderia explicar a existência da Universidade a partir do ciclo econômico dominante (embora o título afirme o contrário), embora a elite proveniente daquele setor participasse ativamente da criação da Universidade, portadora de um suposto projeto modernizador:

Tendo suas atividades de industrialização/comercialização localizadas na cidade, inseridos numa cadeia produtiva dependente de insumos industrializados, os ervateiros tendem, como fração de classe, a defender o que entendem, genericamente, por modernização: maior formação profissional dos trabalhadores, meios de transporte eficientes, meios de comunicação que atinjam maior número de pessoas e que possam divulgar seus produtos etc. (BEGA, (2004:168).

Um dos argumentos, aceitos e reproduzidos em alguns estudos acerca da constituição da “*elite intelectual no Paraná*”, tem como premissa que as ações de uma elite econômica reproduziria os comportamentos das sociedades “*civilizadas*”<sup>105</sup>. Neste caso, reafirma-se o discurso da construção da identidade paranaense no qual a cidade de Curitiba seria o pólo de disseminação de práticas culturais europeizadas e civilizadas (PROSSER: 2004).

A formação intelectual da população paranaense a partir da Universidade do Paraná também foi tratada por Piloto (1976) que, em artigos publicados na Gazeta do Povo, apresentou uma história da “*Universidade do Paraná: primórdio-modernização – vitórias*”. Utilizando artigos de jornais, depoimentos e, ainda, as memórias inéditas de Rocha Pombo como fontes, perscrutou os caminhos empreendidos, pelos “*intelectuais*” paranaenses, rumo ao projeto *civilizador*.

---

105 Um exemplo desta abordagem pode ser encontrado na dissertação de Elizabeth Presser, na qual a autora incorpora os argumentos recorrentes que justificam o surgimento da Universidade como consequência de: enriquecimento da aristocracia do mate; desgaste ocorrido com a guerra do Contestado; crescimento de Curitiba a partir dos meados do século XIX (deslocamento da elite de Paranaguá, Morretes e Antonina); assinala que imigração de estrangeiros com nível sócio cultural superior aos nativos, promoveu a cultura local. PROSSER(2004). Foi apresentada primeiramente com dissertação de Mestrado no Programa de Pós graduação em educação. PUC-Pr.

Configurando em nosso meio, essa sistemática de progresso, - diga-se, com boa vontade: êsse animo de intercâmbio confraternizador, - a frágil Universidade fundada a 19 de dezembro de 1912 e plantada , em 1913, sobre o começo dos banhados da “praça” Santos Andrade, pletorizou-se a valer, tomou vulto de autêntico núcleo de modernidade e civilização. O sonho que adveio, tivera de adaptar-se a uma capital em nascimento. Assim mesmo, entrou por todos os lados o elemento audácia. (PILOTO, 1976: 13)

Para Piloto, a criação da Universidade, inicialmente, foi um projeto de Rocha Pombo que, em 1892, lançou a pedra fundamental do prédio da Universidade<sup>106</sup>. Rocha Pombo construiu o depósito, organizou estatutos, regulamentos e elaborou programas disciplinares. As primeiras despesas contaram com recursos obtidos por um empréstimo. Os esforços foram, contudo, inúteis e indicariam que “*sua idéia, no entanto, era demais para o ambiente, e incômoda para a má política*” (PILOTO, 1976: 14-15).

Sobre o empreendimento de Rocha Pombo, o artigo de Leôncio Correia publicado originalmente em 27 de junho de 1891 no “Diário do Comércio”<sup>107</sup> torna publico a sua opinião onde afirma que:

O nosso distinto patricio Rocha Pombo requereu ao Governo garantia de juros de 5% para capital que for efetivamente empregado até 1.500 contos, na fundação de uma Universidade nesta Capital.

O concessionário terá direito de desapropriação , na forma da lei, de área de terreno necessário para o edifício e dependências.

Obrigaçãõ do governo de obter do Governo Federal que sejam declarados válidos em toda União os títulos e diplomas conferidos pela Universidade.

Obrigaçãõ por parte do concessionário de apresentar à aprovaçãõ do governo as plantas e orçamentos bem como todo o projeto de estatutos, e, oportunamente a organizaçãõ toda, com programas de ensino de todos os cursos, etc.

O Instituto e a Escola Normal passarãõ a constituir uma seçãõ do curso geral da Universidade, pagos os respectivos professores (os ordenados atuais, pelo menos) pela empresa e garantia a eles a vitaliciedade.

Sendo um dos principais objetivos do Governo do estado o problema da instruçãõ pública, não podia oferecer melhor ocasiãõ do que esta para ele proteger como todo o ardor a instituicãõ projetada, a qual, nos trará incalculáveis melhoramentos sob os pontos de vista, desde que, como esperamos, lhe seja dada uma organizaçãõ prática e racional.

---

106Em documento publicado pelo MEC: “Linha do Tempo das Instituições Federais de Ensino, aponta que a condição anterior a 1950 da Universidade Federal do Paraná como Universidade do Paraná – fundada em 1892. Dado curioso à medida que considera o projeto de Rocha Pombo como efetivado, afirmando o mito da Primeira Universidade do Brasil. Considerando que em 1891, Curitiba contava com uma população de aproximadamente, 20 000 habitantes a proposta de uma instituição de ensino superior não era incompatível com o projeto de ensino nacional. Sobre o ensino superior na primeira república ver CUNHA, 2006

107 Fonte utilizada por PILOTO: 1976: 15-16.

Já nos manifestamos francamente contra os privilégios acadêmicos, e fundamentamos a nossa oposição; mas a instituição projetada, desde que receba, como dissemos, uma organização de conformidade com as atuais exigências dos espíritos modernos, merecerá por certo o nosso fraco apoio. Os médicos, engenheiros e advogados titulados, que sejam simplesmente os que indicam as respectivas profissões, e não “doutores”, e muito menos os monopolizadores das mesmas profissões. Deste modo, fundada a Universidade, esta cidade se tornará o centro de toda atividade vital do Paraná (CORREIA. Apud, PILOTO, 1976: 15).

Piloto resgatou depoimentos publicados no período, mas destacamos os registros inéditos que obtive de D. Julia da Rocha Pombo Bond, nos quais apresentava a própria versão de Rocha Pombo sobre os fatos:

Em 1892 organizei o projeto de fundação de uma universidade, ou escola de nível superior, em Curitiba. Consegui, a muito custo, do Congresso Estadual, uma lei de garantia de juros. Tomei um empréstimo de oito contos de réis, afiançado pelo Comendador José Macedo; assentei a pedra fundamental do edifício do largo Ouvidor Pardinho; fiz ali construir depósito e reuni material, dado começo ao nivelamento do largo. Fui, em seguida ao Rio, onde apenas tive a animação do Dr. Ubaldino do Amaral, senador por esse Estado, o qual apresentou ao senado um projeto, que, depois de aprovado em 2ª, caiu em 3ª discussão, havendo quem me assegurasse que nesse resultado interviera a politicazinha dominante no Paraná. Desiludido de conseguir o capital para a fundação do estabelecimento em edifício próprio, procurei tornalo exequível requerendo ao Congresso da politicazinha que, em vez de uma garantia de juros, que nada me serviria (porque o estado não se garantia a si, quanto mais a outrem), me concedesse uma subvenção de 60 contos, para inaugurar logo, provisoriamente, a Escola. E isso eu estava habilitado a fazer, visto como já tinha tudo organizado, - estatutos, regulamentos, programas, etc. A subvenção que eu pedia era equivalente, quando muito à despesa que o Estado fazia, mantendo um Ginásio e uma Escola Normal. De sorte que a questão cifrava-se em escolher entre uma Escola com 4 ou 5 cursos integrais e superiores, de entrada, internato e externato do Ginásio, e Escola Normal, etc. -- e o estabelecimento existente, incompleto mal administrado e quase inútil a julgar mesmo pela freqüência que sempre teve. Mas os estadistas paranaenses não quiseram escolher. Há um deles que se morde de raiva quando ouve dizer que a minha idéias era boa. O coitado do botucudo<sup>108</sup>. (PILOTO, 1976:18-19)

---

108 Embora o texto de Piloto não esclareça o comentário de Rocha Pombo em relação à política paranaense do período, BEGA (2004:169) esclarece que “botucudo” era como os adversários de Vicente Machado o chamavam. Arrolamos alguns políticos de destaque e que ocupavam cargos em 1891. **Carlos Cavalcanti de Albuquerque** (1864-1935): Em 1891 foi eleito deputado constituinte do Paraná e reeleito nos anos de 1892, 1897, 1899, 1900 e 1902. Quando do seu governo concedeu recursos financeiros quando da criação da Universidade do Paraná, na qual foi professor catedrático da Escola de engenharia. **Victor Ferreira do Amaral e Silva** (1862-1953): eleito deputado Estadual



Se por um lado os estadistas da “politicazinha local” se colocaram contra ao projeto da Universidade, por outro, segundo o próprio Rocha Pombo assinalou, houve o estímulo dos capitalistas locais e do Senador Ubaldino do Amaral<sup>109</sup> (PILOTO: 1976).

Os dilemas de Rocha Pombo exprimem o contexto educacional brasileiro no qual, ao contrário do que havia ocorrido na América Latina Hispânica, a criação dos cursos superiores surge tardiamente (BUCHBINDER, 2005)<sup>110</sup>. Desde meados do século XIX, o ensino superior brasileiro se desenvolveu a partir das faculdades isoladas (Direito, Medicina e Engenharia). As contínuas pressões das elites regionais, na intenção de possibilitar o acesso aos cursos superiores, motivaram a criação de medidas facilitadoras ao acesso ao ensino superior. No período imperial, intensificou a formação de curso, contudo não suficiente para a formação de um pensamento social nacional. A existência das faculdades isoladas entre o século XIX e as primeiras décadas do século XX veio a alimentar, no Paraná, o mito da primeira Universidade do Brasil.<sup>111</sup>

---

em 1862 e posteriormente, foi um dos fundadores da Universidade do Paraná. **José Pereira Santos Andrade** (1842-1900) Deputado Provincial no período de 1882-83 e 1884-85. Na república foi eleito Senador pelo partido Conservado. Em 1895, foi eleito Presidente da Província. **Telêmaco Augusto Enéas Morocine Borba** (1840-1918): Deputado Provincial para os biênios de 1891, 1897, 1899, 908, 1910, 1912. Membro do IHGB e Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense. **Leôncio Correia** (1865-1950): Deputado pela Assembléia Constituinte em 1892 e reeleito para o biênio 1894-95. **Vicente Machado da Silva Lima** (1860- 1907): Deputado Estadual em 1891-92, 1896-97. 1898-99, 1900-01, 1902-03, foi presidente da Assembléia Legislativa estadual e Deputado federal. **Generoso Marques** dos Santos (1844- 1928): Deputado Provincial e estadual. Foi eleito Deputado estadual pelo partido Liberal em 1891, 1897-98, 1899, 1900-01, 1906, 1908-09 1910-11, 1912-13. Em 1891, foi eleito primeiro Presidente republicano do Estado pela Assembléia Constituinte do Paraná. (WACHOWICZ, 1969: 261-328). Sobre a configuração política no Paraná ver: OLIVEIRA (2000)

<sup>109</sup> **Ubaldino do Amaral** (1842-, 1920): Em 1890 foi eleito Senador pelo Paraná, pelo partido Republicano e foi reeleito para o mesmo cargo em 1894. Ainda quando estudante da Faculdade de Direito de São Paulo, participou do movimento abolicionista e republicano. Sua carreira política tem início com a República.

<sup>110</sup> A primeira instituição de ensino no Brasil foi fundada pelos jesuítas na Bahia, em 1550. Os jesuítas fundaram 17 colégios no Brasil, no qual os alunos internos ou não, aprendiam as primeiras letras e poderiam chegar ao ensino secundário. Em algumas escolas, ofereciam o ensino superior de arte e Teologia. No século XVIII, o Colégio da Bahia criou uma Faculdade de Matemática e nesse período, foram criados cursos superiores no Rio de Janeiro, São Paulo, Pernambuco, Maranhão e Pará (CUNHA, 1980).

<sup>111</sup> Apesar de incipiente o ensino superior no Brasil, Portugal proibiu a criação de universidades na colônia, numa tentativa de impedir que os conteúdos divulgados pelas escolas superiores operassem como disseminadores dos ideais iluministas. Faz-se interessante observar que, o ensino superior, como se constitui hoje, em nada foi influenciado pelas instituições jesuíticas. As instituições existentes são reflexos das múltiplas e diferenciadas instituições que se constituíram a partir do século XIX, resultantes do fim do período colonial. Se pensarmos que o surgimento do estado nacional, motivou a

Em 19 de dezembro de 1912, Vitor Ferreira do Amaral, quando da instalação oficial da Universidade, expunha que se fazia necessário a criação de escolas superiores no estado (não por acaso a data oficial da fundação da Universidade é o dia da comemoração do aniversário da emancipação política do Paraná). A recém criada Universidade era composta pelos cursos de Ciências Jurídicas e Sociais, Engenharia Civil, Odontologia, Farmácia, Comércio e Obstetrícia, prevendo em seus estatutos os cursos de Engenharia Industrial, de Engenharia Mecânica e Eletricidade, de Agronomia, de Medicina Veterinária e de Medicina – Cirurgia, além do curso preparatório.

A Universidade teve sua reorganização a partir da “Reforma Carlos Maximiliano” – Decreto nº 11530 de 16 de março de 1915 – que regulou as condições de equiparação das instituições estaduais e particulares com as oficiais. Nesse período a Universidade do Paraná, que era uma instituição particular, requereu a oficialização de acordo com os novos regulamentos. O pedido foi indeferido porque o Conselho Superior de Ensino não poderia equipará-la a outra instituição. A partir daí a Universidade do Paraná passou por uma reorganização, na qual foram criadas três Faculdades: Engenharia, Direito e Medicina, além de uma Diretoria comum a todas as Faculdades a fim de poder ser equiparada a outras instituições existentes. Apenas em 1920 as Faculdades isoladas foram reconhecidas. Vale salientar que a Universidade do Rio de Janeiro, criada oficialmente em 1920, já era reconhecida pelo Governo Federal desde 1915 quando houve a união da Escola de Medicina e da Escola de Direito.

A *reorganização* por qual passou a Universidade do Paraná – que resultaria na sua federalização – foi determinada pela própria configuração do ensino superior no Brasil, promovida a partir das Reformas de Francisco Campos e de Gustavo Capanema, bem como pela própria conjuntura político econômica.

---

modificação do ensino superior, devemos observar que ainda permaneciam dependentes - econômica e culturalmente - da França e Inglaterra. A vinda da família real, não incitou a criação de universidades, apesar de reproduzir instituições metropolitanas, foram criadas escolas isoladas de ensino superior: Medicina na Bahia e no Rio de Janeiro (1808); Escola de Engenharia, na Escola Militar do Rio de Janeiro (1810). A partir de 1813, surgiram as cátedras isoladas, que deram origem às Escolas de Medicina no Rio de Janeiro e Bahia. Já o ensino de Engenharia, apenas a partir de 1874 passou a ser realizado pela escola Politécnica, desvinculado das instituições militares e as Academias de Direito de São Paulo e Olinda na década de 1820. (CUNHA, 2007).

Entre 1932 e 1945, o Paraná, como todo o Brasil, passou por um processo político e econômico marcado pela interventoria, característica da estratégia de centralização varguista. As ações voltadas para o controle proposto pelo Governo atuavam de modo que se pudessem fragilizar as forças locais, garantindo assim a execução dos planos econômicos e políticos nacionais. O Paraná, sob o governo do interventor Manoel Ribas, priorizou:

(...) financiar a abertura de estradas para o escoamento da produção, visando à ligação da capital e dos portos de mar aos principais centros produtores, aspiração antiga dos empresários paranaenses, uma vez que tal medida importava na arrecadação de impostos para Paraná e não para São Paulo (quando o escoamento da produção era feito pelo Porto de Santos). Por parte do governo federal, tal integração atendia à prioridade de incorporar o interior, os chamados sertões, ao processo produtivo nacional pela expansão das fronteiras agrícolas. O aumento do número de escolas, pela importante Campanha de Nacionalização, iniciada em 1936 pelo governo federal, com intuito de integrar por meio do aprendizado do idioma e dos valores nacionais, os imigrantes vistos como “estrangeiros”, foi política daquele período. (MAGALHÃES, 2001:49),

As orientações do governo federal se fizeram notar na tentativa de modernização e racionalização dos órgãos de estado, o que implicou no controle do orçamento e na criação da Secretaria de Agricultura – além do Instituto de Identificação da Polícia Civil, do Departamento de Estatística e da Escola de Aprendizes e Artífices – bem como na efetivação de políticas de industrialização voltadas à implantação do parque industrial da Klabin e da Companhia de Cimento Portland. Estas foram algumas das ações que marcaram o governo Manoel Ribas, que não se esgotam nestes aspectos, ainda que fuja do nosso objetivo analisar a conjuntura (OLIVEIRA, 2004).

Em 6 de junho 1946, com o Decreto-lei nº. 9323, a Universidade do Paraná, a partir da união das Faculdades de Direito, de Medicina, de Engenharia e de Filosofia, Ciências e Letras, foi equiparada tendo todos os direitos das universidades livres. Com este estatuto garantia-se as subvenções do governo estadual e municipal, além da doação de um terreno, no qual posteriormente viria ser construída a Cidade Universitária.

Para Presser, as décadas de 1940 e 1950 foram o reflexo das ações iniciadas na década 1930, num período em que, com a saída de Manoel Ribas, a elite cultural passaria a ocupar cargos:

(...) ao contrário do que aconteceu na esfera do poder federal que cooptara a elite cultural oferecendo-lhes cargos, a elite estadual fora ignorada e até desprezada em suas reivindicações pelo governo estadual, na pessoa de Manoel Ribas. Pode-se deduzir desse comportamento que o interesse do governo federal, com a centralização do poder federal no Rio de Janeiro e em São Paulo, era manter o restante do país desprovido de organizações que pudessem levar a alguma autonomia regional, fato corroborado pelos episódios da nacionalização das escolas e da queima das bandeiras estaduais nos anos 30. (...) Como por ironia, os novos interventores do estado foram, entre outros, Clotário Portugal e, logo, Brasil Pinheiro Machado, ambos pertencentes ao quadro docente das faculdades oficialmente (mas não de fato) ainda da inexistente Universidade do Paraná. Entre os políticos-professores que ocupavam cargos-chave na nova equipe administrativa contavam-se ainda: Algacyr Munhoz Maeder, titular da cadeira de Geometria Analítica, estava na Prefeitura de Curitiba; o Prof. Flávio Suplicy de Lacerda, titular da cadeira de Análise matemática e Análise Superior, ocupava a Secretaria de Estado de Viação e Obras Públicas; o Prof. Homero de Braga, titular da cadeira de História da Antiguidade e da Idade Média, ocupava a diretoria geral de educação do Estado; o Prof. Bento Munhoz da Rocha Netto, titular da cadeira de História da América, era deputado Federal. (PRESSER, 2001: 230)

As proposições de PRESSER (2001) divergem, assim, das análises de MAGALHÃES (2001) e OLIVEIRA (2004) em relação ao papel desempenhado pelas elites paranaenses e sua situação em função da centralização do poder. Segundo Oliveira, as elites garantiram a dominação vinculando o projeto local aos indicativos nacionais, sendo contemplados nos quadros políticos do Governo Manoel Ribas os membros da elite locais.

Assim, se nos anos da década de 1930, os estados de São Paulo e Rio de Janeiro estavam empenhados em constituir um núcleo de formação, a partir das escolas de Filosofia, voltadas para “melhorar o nível da cultura nacional”, em relação à Faculdade de Filosofia do Paraná sua formação se deu sob a égide de outro projeto: o discurso de modernidade, que já se anunciava em São Paulo nos anos de 1920, teria sua maior expressão no Paraná durante a década de 1950.

### 4.3 Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná

A Reforma Campos de 1931, ao colocar em práticas os ideais do movimento de 1930, alicerçou as bases do projeto educacional no Brasil. Uma das questões inovadoras do projeto refere-se ao caráter profissional dado às Ciências Sociais, atribuindo o mesmo valor que era dado à Medicina, às Engenharias e ao Direito. Conseqüentemente, tornou obrigatório o ensino de Ciências Sociais no ensino secundário, pois *“conferia a essas ciências o papel de fundamento de uma nova atitude diante da vida, base de um novo humanismo, elemento essencial da integração do homem moderno na sociedade moderna”*. COSTA PINTO (1955)

Ainda que não fosse obrigatória a criação das Faculdades de Filosofia, desde a criação da Faculdade de Filosofia da USP e da UB, o discurso oficial apontava para a necessidade da formação de quadro docente para o ensino primário e secundário através desse núcleo. Se sugerirmos que os dirigentes da Universidade do Paraná estavam vislumbrando a unificação e a manutenção do estatuto de universidade, não soa estranho o fato de professores da Faculdade de Medicina e da Faculdade de Direito, tenham iniciado a campanha para a criação de uma Faculdade de Filosofia<sup>112</sup>.

A educação, como uma possibilidade de amoldamento da opinião pública, tenderia a tornar-se um instrumento de controle de uns sobre muitos – consoante às tendências, em luta, acerca das reformas educacionais – que tinham, no planejamento um elemento fundamental para a implantação de novas técnicas e, conseqüentemente, garantir o controle na formação dos cidadãos. No caso paranaense, a criação de uma Faculdade de Filosofia seria inspirada no modelo da escola paulista.

---

<sup>112</sup> Lembremos que a Reforma Campos além de estabelecer a obrigatoriedade do ensino da sociologia, constituiu: ELSP; UDF; Faculdade de Filosofia de São Paulo; possibilitou as missões universitárias de professores europeus e estadunidenses.

Retornando a Curitiba, em 1937, procedente de São Paulo onde realizara curso, Homero de Mello Braga já vinha entusiasmado com a fundação da faculdade de filosofia, ciências e letras, pois acompanhara de perto a organização da de São Paulo, por Armando Salles de Oliveira. Aqui chegando, teve conhecimento das providências que Carlos Paula Soares estava tomando, na Universidade, para ampliar o curso de Química Industrial com a criação de um curso de Ciências Químicas, destinado a formar professores secundários dessa disciplina. Ambos conversaram sobre a possibilidade de criar, além desse curso e de outros mais, quem sabe mesmo uma faculdade de filosofia. Milton Carneiro, na mesma mesa de café o entusiasmou. Sendo Secretário do Interior nessa época, Omar Gonçalves da Mota soube da iniciativa e deu-lhe inteiro apoio, colocando-se à frente do movimento com os recursos financeiros que diligenciou, para a fundação e instalação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná<sup>113</sup>. (GLASER, 1988:5)

Da mesma forma que, supostamente, a organização da USP teria entusiasmado a criação da Faculdade de Filosofia no Paraná, buscou-se promover, historiograficamente, uma possível relação da Universidade do Paraná com a ELSP que, como já visto, seria justificada como uma necessidade para a superação dos traumas de 1932. Aqui, no Paraná, o nascimento da Universidade seria, como sugeriu Ruy Wachowicz (1983:25), “motivada pelo repto do Contestado”. Assim, em 1916, esta historiografia quer crer teria nascido “verdadeiramente a identidade histórica” do Paraná: “Algumas lideranças perceberam onde residia a deficiência principal dessa sociedade ervateira: a falta de intelectualidade. Daí o empenho de alguns de seus membros em organizar, na Capital, uma Universidade. Esta deveria sanar esta lastimável lacuna, evidenciada pelo desenrolar da história local.” (WACHOWICZ, 1983:25).

A partir da iniciativa de Omar Gonçalves da Mota<sup>114</sup>, Carlos de Paula Soares<sup>115</sup> e Homero de Melo Braga<sup>116</sup> foram chamados os membros do Círculo de Estudos Bandeirantes para criar programas de uma Faculdade de Filosofia. Ainda que seja recorrente a idéia de que a Faculdade de Filosofia tenha sido uma iniciativa do laicato católico local, concordamos com a tese de Névio Campos (2006) que atribui a vinculação ao CEB uma estratégia para se garantir a restauração da

---

<sup>113</sup> O texto de GLASER (1988) foi construído com base na entrevista de Homero de Mello Braga em 23 de março de 1979.

<sup>114</sup> Formado em Direito na Universidade do Paraná em 1936, foi responsável pela cátedra de Sociologia. Não era membro do CEB.

<sup>115</sup> Formado em Medicina pela Escola de Medicina de Porto Alegre.

<sup>116</sup> Formado em medicina em 1934 na Universidade do Paraná. Membro do CEB.

Universidade. A experiência do CEB no processo de formação intelectual, conferia a seus participantes o capital simbólico necessário para assumir o controle das cadeiras que se manifestavam como importantes para inserção nas disputas do campo intelectual.

Contudo, o texto referencial de Cecília Westphalen (1988: 19-20) refere-se a fundação da Faculdade de Filosofia como um empreendimento livre e particular, no qual a participação de sacerdotes católicos foi fundamental para sua criação. Dentre os 38 professores presentes, os representantes do CEB – tais como José Loureiro Fernandes, Homero Batista de Barros e o Pe. Jesus Ballarin – foram figuras fundamentais para configuração da Faculdade de Filosofia.

Assim, no dia 05 de abril de 1938, realizou-se, com a presença do diretor da Faculdade de Filosofia, Omar Mota, e dos diretores das Faculdades de Medicina e Direito, além de autoridades e estudantes, a aula inaugural, ministrada pelo padre Jesus Ballarin sobre a doutrina de Sigmund Freud. A Faculdade funcionava no antigo prédio da Assembléia Legislativa do Estado, com habilitação nos seguintes departamentos: Departamento de Filosofia, Departamento de Ciências<sup>117</sup>, Departamento de Letras<sup>118</sup> e Instituto Superior de Educação<sup>119</sup>.

Logo no primeiro ano de funcionamento foi enviado ao Ministério da Educação o processo para aprovação dos cursos, ocorrendo a visita da inspetoria de ensino. Os relatos e depoimentos sobre os primeiros anos da Faculdade de Filosofia apontam para o fato de que Omar Gonçalves Mota, por ser então Secretário do Interior do Governo do Estado, teria conseguido o empréstimo do prédio e o recebimento de verbas que mantiveram a Faculdade em funcionamento. Contudo, devido a desentendimentos com Interventor Manoel Ribas, Mota deixou seu cargo de Secretário e a primeira medida do Governo foi a expulsão da Faculdade do prédio da Assembléia. Após passar por uma série de incidentes começou a funcionar no prédio da praça Santos Andrade. (FURTADO, 2000) (GLASER) (Westphalen: 1988)

---

<sup>117</sup> Contemplavam as seções de: Ciências Físicas; Ciências Químicas; Ciências Matemáticas; Ciências naturais; Ciências Sociais e Política e História e Geografia

<sup>118</sup> Seção de Letras Clássicas e Português e Seção de Línguas Estrangeiras.

<sup>119</sup> Curso de Educação; Curso de Formação de Professor Primário; Curso de Formação de Professor Secundário; Curso de Administradores Escolares.

No início do segundo ano de funcionamento, 1939, surgiu a necessidade de adaptar o regimento da Faculdade de acordo com do Decreto-lei nº. 1190/39, no qual definia-se a equiparação à Faculdade Nacional. Além disso, eram apontadas dificuldades financeiras devido ao reduzido número de alunos matriculados. Assim, os problemas financeiros conjugados à necessidade em se obter o reconhecimento junto ao Conselho Nacional de Educação, motivou o Professor José Loureiro Fernandes, então presidente da Congregação da Faculdade de Filosofia a negociar com os Irmãos Maristas um contrato no qual se comprometiam a manter a faculdade de modo que atendessem as exigências do CNE.

Devido às condições prescritas pelo Decreto- lei nº. 421, de 11 de maio de 1938, e pelo Decreto- lei nº.1.190, de 4 de abril de 1939, e ainda pelo contrato efetuado com a União Brasileira de Educação e Ensino (mantenedora do Instituto Santa Maria), os Estatutos e o Regulamento Interno foram modificados e a Faculdade passou a ser constituída pelos Departamentos de Filosofia, de Ciências, de Letras e de Pedagogia. (GLASER, 1988), (FURTADO, 2000).

As dificuldades financeiras enfrentadas pela Faculdade de Filosofia foram saneadas pela UBEE, ainda que, conforme assinala FURTADO (2000:56):

Certamente, toda a sua concepção ideológica original foi readequada redefinindo as novas diretrizes que a Faculdade deveria imprimir no seu plano educacional, durante a vigência do contrato. Se por um lado o contrato com a UBEE viabilizou a infra-estrutura da Faculdade de Filosofia dando-lhe condições de funcionamento, por outro, deu-lhe consistência filosófica e pedagógica, redimensionando toda proposta de ensino que foi implementada durante o período que esteve em vigor o contrato, de 28/08/39 a 07/12/1950 e, que de maneira muito significativa moldaria o perfil intelectual dos seus formandos.

Diferentemente da ELSP e da Faculdade de Filosofia da USP, a Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná não surgiu com o intuito efetivo de projetar um corpo técnico voltado para a pesquisa ou adequado para a formação de professores. Graças à federalização em 1950, a Faculdade de Filosofia foi vinculada à Universidade do Paraná. Até então, cabe lembrar, aquele que se constituiria em seu corpo docente, bem como seus organizadores, pertenciam, em bom número, ao Círculo de Estudos Bandeirantes, atrelado à Universidade Católica do Paraná.



Interessante observar que, quando da rescisão do contrato com a UBEE, coube ao Governo de Moyses Lupion arcar com as dívidas da Faculdade de Filosofia.

No período que antecede a federalização da Universidade do Paraná, ainda se fazia presente o discurso modernizador que havia orientado a formação da ELSP e da Faculdade de Filosofia da USP. Neste sentido, são reveladoras as concepções de Universidade que influenciavam os intelectuais paranaenses e que podem ser vislumbradas, por exemplo, a partir das palavras atribuídas a Paula Soares, um dos idealizadores da Faculdade de Filosofia, citado no Anuário da Universidade, de 1946/1947, e transcrito no estudo de CAMPOS (2006:197):

(Paula Soares) (...) conclamava a intelectualidade paranaense a concorrer: ... para formar a elite de homens que o Paraná precisa, para abrir suas estradas, construir suas pontes, tratar de valorizar suas terras, sanear e educar sua gente e defender seus direitos, mas principalmente (...) para formar os homens de Estado que o Paraná precisa para a sua própria salvação. (ANUÁRIO DA UNIVERSIDADE..., 1946/1947, p. 39)

Os dirigentes do Estado precisavam estar imbuídos de “respeito pela coisa pública e crenças na sublimidade dos ideais coletivos, que o Paraná precisa para firmar sua posição na Federação Brasileira, para opinar com altivez e firmeza, para defender o que é seu, para as grandes soluções que o País necessita” (ANUÁRIO DA UNIVERSIDADE..., 1946/1947, p. 39). Concluía o autor, “fortalecidos, nessa determinação comum, cheios de firmeza, de energia, de honradez de propósitos e de espírito público, não decepcionaremos as esperanças que de todo o Paraná brotam, no êxito de nossa ação” (ANUÁRIO DA UNIVERSIDADE..., 1946/1947, p. 39).(apud CAMPOS, 2006:197)

Para Brasil Pinheiro Machado:

(...) A função da “elite” intelectual com poder criador, cresce cada vez mais em face do refinamento da técnica e da especialização do profissionalismo puro, não só como uma barreira contra a desumanização da cultura humana, mas como único elemento capaz de disciplinar a atividade humana, por detrás dos mitos modernos. (ANUÁRIO DA FACULDADE..., 1940/1941, p. 42). (Apud CAMPOS, 2006: 166).

É interessante observar que a chamada “elite intelectual com poder criador”, de que fala Brasil Pinheiro Machado, e que compunha a Faculdade de Filosofia, era formada – para dados disponíveis referentes ao ano de 1941- por 40 professores (dos quais dispomos informações, quanto à formação, de apenas 36). Em sua maioria eram provenientes da área de ciências jurídicas e sociais (14 professores) e

das engenharias (12 professores), além de 3 médicos e 7 religiosos (estes vinculados à UBEE). Do total, 15 professores tiveram formação na própria Universidade do Paraná, 7 em São Paulo, 2 no Rio de Janeiro e 4 na Europa, sendo que, destes, 3 eram religiosos. Dos 40, 16 eram membros do Círculo de Estudos Bandeirantes.

Composição do corpo docente da Faculdade de Filosofia em 1941		
Professor	Formação/ Local	Cátedra
Milton Carneiro	Medicina – Rio de Janeiro/1929	História da Filosofia
Omar Gonçalves da Mota	Direito- Paraná/ 1936	Sociologia
Manoel Lacerda Pinto – membro do CEB	Ciências Jurídicas e Sociais- São Paulo/1917	Política
Waldomiro Teixeira de Freitas – membro do CEB	Engenharia- Paraná/ 1936	Estatística Geral Aplicada
José Bitencourt de Paula	Engenharia – Paraná/ 1940	Complementos de matemática
Flávio Suplicy de Lacerda – membro do CEB	Engenharia – São Paulo/ 1938	Análise Matemática
Algacyr Munhoz Mader	Engenharia – Paraná/ 1937	Geometria
Conrado Ericksen	Engenharia	Mecânica Racional e Celeste e Física Matemática
Arnaldo Isidoro Beckert	Engenharia – Paraná/ 1926	Física Geral e Experimental
Hiperides Zanelo	Engenharia / 1940	Química Geral e Inorgânica e Química Analítica
Francisco de Castro	Engenharia	Química Orgânica e Biológica
João Poeck		Físico Química e Química Superior
Homero de Melo Braga – membro do CEB	Medicina – Paraná/ 1934	Biologia
Hans Ludwig Weber		Minerologia

Francisco Vilanueva	Ciências Jurídicas e Sociais- São Paulo/1920	Geografia Física
José Nicolau dos Santos – membro do CEB	Bacharel em Direito- Paraná/ 1938	Geografia Humana
Arthur Martins Franco – membro do CEB	Engenharia – São Paulo/1937	Geografia do Brasil
Homero Batista de Barros – membro do CEB	Bacharel em Direito- Paraná/ 1931	História Moderna e Contemporânea
Bento Munhoz da Rocha Netto – membro do CEB	Engenharia – Paraná/ 1930	História das Américas
Brasil Pinheiro Machado – membro do CEB	Bacharel em Direito – a ser registrado	História do Brasil
José Loureiro Fernandes – membro do CEB	Medicina – Rio de Janeiro/ 1928	Antropologia e Etnografia
Arthur Ferreira dos Santos	Ciências Jurídicas e Sociais- São Paulo/1926	Economia Política e História das Doutrinas Econômicas
Rosário F. Mansur Guérios – membro do CEB	Bacharel em Direito – 1939	Língua Portuguesa
Laertes Macedo Munhoz – membro do CEB	Ciências Jurídicas e Sociais- São Paulo/1926	Literatura Portuguesa
Temístocles Linhares	Bacharel em Direito- Paraná/ 1939	Literatura Brasileira
José F. Mansur Guérios – membro do CEB	Bacharel em Direito- Paraná/ 1931	Língua e Literatura francesa
Francisco Stobbia	Direito – Universidade de Gênova/ Itália	Língua e Literatura Italiana
João Batista Doetzer	Bacharel em Direito- Paraná/ 1940	Língua e Literatura Alemã
Joaquim M. Barreto – membro do CEB	Medicina – Paraná/1933	Psicologia Educacional
Oswaldo Piloto – membro do CEB	Engenharia – Paraná/ 1939	Estatística Educacional
Francisco José G. Ribeiro		Administração Escolar e Educação
Liguaru Espírito Santo –	Prof. Normalista e	História da Filosofia e

membro do CEB	Engenheiro Agrônomo – Paraná/ 1920	Filosofia
Hostílio C. Souza Araújo – membro do CEB	Ciências Jurídicas e Sociais- São Paulo/1916	Didática Geral e Especial
Pe. Jesus Balarin – membro do UBEE		Filosofia
Pe. Jerônimo Mazaroto – membro do UBEE		Psicologia
Pe. João Batista E. de Castro – membro do UBEE	Universidade Gregoriana- Itália	Língua e Literatura Latina
Pe. José Raposo – membro do UBEE	Colégio Maior de São Domingos – Espanha	Língua e Literatura Grega
Pe. Eurípedes O. de Souza – membro do UBEE		Filologia Românica
Pe. Félix Diaz – membro do UBEE	Universidade de Cervera – Espanha	Língua e Literatura Espanhola
Frei Romualdo Hausaul – membro do UBEE		Língua e Literatura Inglesa e Anglo Americana
Fonte: Apud (FURTADO, 2000:60-61) <sup>120</sup>		

Quanto às cátedras apresentadas no quadro anterior, salta aos olhos, a presença marcante daquelas vinculadas, por um lado, às ciências naturais e, por outro, às línguas e literaturas. Apenas 4 cátedras se referem diretamente ao campo educacional.

As maiores transformações da Universidade e da própria Faculdade de Filosofia tiveram início a partir de 1946. Os processos de transformações políticas que se operam a partir de 1945, no Governo Dutra, definem o próprio significado da redemocratização que deveria orientar o país. Embora a deposição de Vargas tenha ocorrido em 29 de outubro de 1946 foi somente com a promulgação da nova

<sup>120</sup> As fontes utilizadas por Maria Regina Furtado (2000:60-61) são referentes ao Relatório da Inspetoria, 1º Semestre/1941 de Gaspar Duarte Veloso.

Constituição, naquele mesmo ano<sup>121</sup>, que os paranaenses iniciaram o movimento de integração das Faculdades a fim de efetivar a reestruturação da Universidade. A lei 19.851, de 1931, indicava a necessidade de se agregar aos Institutos ou Escolas as Faculdades de Filosofia na integração das Faculdades.

Em 19 de março de 1946, em reunião da Congregação da Faculdade de Filosofia foram tratados assuntos que visavam a incorporação da faculdade às demais Faculdades para reestruturação da Universidade. Ainda em 1946, com Decreto lei nº 9323, de 06 de junho, houve a reestruturação da Universidade com a junção das Faculdades de Direito, de Medicina, de Engenharia e de Filosofia, Ciências e Letras, obtendo os direitos de Universidade livre e equiparada.

A campanha de federalização da Universidade teve início no final de 1949, quando Flavio Suplicy de Lacerda assumiu a reitoria devido a morte do Reitor então recém eleito, João Ribeiro de Macedo Filho. Conjuntamente com o processo de federalização foi encaminhado a rescisão do contrato entre a Faculdade de Filosofia e a UBEE, em documento assinado pelo Diretor da Faculdade José Loureiro Fernandes e pelo procurador da União José Pinheiro Braga.

Em 4 de dezembro de 1950, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná foi finalmente federalizada como unidade integrante da Universidade do Paraná. Suas finalidades passavam a ser:

- a) Preparar trabalhadores intelectuais para o exercício das atividades culturais de ordem teórica ou prática;
- b) Preparar professores para o ensino médio e superior, administradores escolares, orientadores técnicos de educação e ensino;

---

<sup>121</sup> O governo Dutra, iniciado em janeiro de 1946, empenhou-se em pôr em prática o liberalismo econômico tendo como principal ideólogo o economista Eugênio Goudin. O entusiasmo da intelectualidade frente ao processo de democratização era revelado nos argumentos que justificaram a importância da defesa das liberdades humanas e da democracia e foram tema no I Congresso de Escritores Brasileiros, no qual manifestaram que a relação de independência ao Estado deveria ser um traço fundamental a ser operado no processo de reconstrução do mundo após a II Guerra Mundial. Nesse período, a perseguição aos comunistas teve início com a supressão das eleições sindicais, bem como, na ativa repressão dos sindicatos. Em 1947 o Partido Comunista foi considerado ilegal e os militantes passaram a ser perseguidos. Para Penna (1999: 211), a repressão ao comunismo fazia parte de uma estratégia de ação do Governo dos Estados Unidos para controle na América Latina, vislumbrando controlar o comunismo internacional e garantir a soberania do "mundo livre". Para a construção do contexto político e econômico a partir de 1946 nos baseamos em três textos que consideramos fundamentais: IANNI (1991); PENNA (1999) e IGLESIAS (19) e GOMES (1994).

- c) Promover pesquisas nos vários domínios culturais que constituem objeto de ensino;
- d) Colaborar com instituições congêneres, livres ou oficiais, para levantamento do nível intelectual e moral do professorado;
- e) Desempenhar, no conjunto das unidades universitárias, o papel do centro de investigação que procure conciliar o espírito de especialização com visão humana e generalista dos problemas . (apud GLASER, 1988:15-16)<sup>122</sup>

A partir do Regimento da FFCL foi definido que os cursos de graduação passariam a funcionar tendo obrigatoriamente um curso fundamental e um curso de didática. O curso fundamental, composto pelas disciplinas de Química, História Geral, Geografia, Ciências Sociais, Letras Clássicas, Letras Neolatinas, Pedagogia e Jornalismo, teria um currículo fixo de 3 anos de duração e era destinado a formação de professores do ensino médio. O curso de didática, com apenas um ano de duração, seria constituído pelas disciplinas de Didática geral, Didática Especial, Psicologia Educacional, Administração Escolar, Fundamentos Sociológicos da Educação.

Em 1951, logo após federalização da Universidade, houve a nomeação do Diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Prof. Homero de Barros, e a criação do Instituto de Pesquisa da Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná.

#### **4.4 A mudança provocada: idéias e ideais de modernidade nos anos 50**

O início dos anos de 1950 foi marcado pela eleição de Getulio Vargas para o quinquênio de 1951-1956. O Partido Social Democrata (PSD) conquistou em janeiro de 1947, o Governo de seis estados e mais seis em coligação com o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o que apontava para a força eleitoral do governo Dutra, ainda que a expressão do trabalhismo populista fosse mais forte naquele momento.

---

<sup>122</sup> Ata da 52ª. Sessão da Congregação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Paraná. (apud GLASER, 1988:15-16)

Mesmo que a conjuntura nacional não possa ser pensada sem relação com o contexto internacional do pós-guerra, Vargas foi o grande personagem do período<sup>123</sup>.

À margem das iniciativas, voltadas para o enquadramento latino-americano no “mundo livre”, fomentadas pelos Estados Unidos, características da estratégia da guerra fria, surgiu na década de 1940 uma teoria desenvolvimentista formulada pela CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina). Essa teoria, oriunda da corrente keynesiana oposta ao liberalismo neoclássico, sustentava a imperiosa necessidade do Estado em incrementar uma política global de desenvolvimento nacional, apoiado num planejamento que definisse os caminhos mais adequados para a consecução deste objetivo. (PENNA, 1999:213)

Vargas incorporou em seus planos os diagnósticos elaborados pela Comissão Econômica para América Latina (CEPAL). Essa conjuntura significou para diferentes grupos uma nova orientação e, conseqüentemente, novas estratégias e tomadas de posição, tanto políticas quanto acadêmicas, uma vez que nesse período foi redefinida a agenda de debates que gerou, por sua vez, novas modalidades de intervenção intelectual. A CEPAL previa a difusão de um conjunto de teses que versavam sobre as causas, as limitações e os obstáculos impostos e que impediam o desenvolvimento. A tese conhecida como “modelo Prebisch- CEPAL” buscava compreender os motivos que impediam o desenvolvimento industrial, indicando possibilidades para superação deste atraso. (SUASNÀBAR, 2004:31-33)

As idéias desenvolvimentistas, propostas pela CEPAL, podem ser observadas pela grande quantidade de trabalhos de economistas, realizados a partir dos anos 1950, tendo como tema a industrialização brasileira<sup>124</sup>. Ainda no que se refere aos anos de 1950, sobretudo ao final da década, foram impactantes os estudos voltados para uma dinâmica global do desenvolvimento nacional, ressaltando os novos atores que emergiriam no contexto desenvolvimentista. (GOMES e FERREIRA 1989:254).

O Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB)<sup>125</sup>, criado por um decreto no governo (provisório) de Café Filho em julho de 1955, foi o coroamento de uma

---

<sup>123</sup> Sobre o Brasil nos anos 50 ver: Alzira Abreu (org.) A imprensa em transição, o jornalismo brasileiro nos anos 50. Rio de Janeiro: FGV; CARDOSO (1978);

<sup>124</sup> Sobre estudos influenciados pela CEPAL ver (FURTADO); TAVARES (1973); STEIN (1979)

<sup>125</sup> Sobre a história do ISEB ver os trabalhos de: ABREU, Alzira WANDERLEY, Guilherme” Desenvolvimentismo: ideologia dominante. IN: Revista Tempo brasileiros. Rio de Janeiro, n.2, dez, 1962.p 155-192; TOLEDO, Caio. ISEB: fábrica de ideologias. São Paulo: Editora Ática, 1982.

série de investimentos conferidos por vários grupos intelectuais no intuito de participar na construção de um projeto desenvolvimentista ao longo das décadas de 40 e 50. Seu nascimento começa com a formação do “*grupo de Itatiaia*”, fundado em 1952 por intelectuais paulistas e cariocas<sup>126</sup>. Em 1953, os cariocas do “*grupo Itatiaia*” fundaram o Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP)<sup>127</sup> e cuja divulgação das idéias se deu através das publicações na revista “*Cadernos do Nosso Tempo*”, que circulou no período de 1953-1956. Com a morte de Getúlio Vargas e a substituição provisória por João Café Filho e Paschoal Ranieri Mazzili, o IBESP transformou-se num instituto oficial, autônomo, mas vinculado ao Ministério da Educação e Cultura, assumindo uma nova nomenclatura ISEB. Sob a tutela de Helio Jaguaribe e Roland Corbisier, o ISEB criou os departamentos de Filosofia, História, Economia, Sociologia e Ciências Políticas (PECAUT, 1990: 108-109).

Com a eleição Juscelino Kubitschek, para a Presidência da República, iniciou-se o projeto nacional desenvolvimentista, influenciado pelas idéias da CEPAL<sup>128</sup>. Para Francisco Weffort (2006), os anos que seguiram o pós-guerra consolidaram o projeto nacional-desenvolvimentista iniciado nos anos 1930, com a “*substituição das importações*”. Nesse período, houve a criação de empresas públicas que se tornariam fundamentais para concretização da política econômica que se instituía, donde destacam-se a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e a Companhia Vale do Rio Doce.

Com a criação do Conselho Nacional de Desenvolvimento e de outros órgãos responsáveis pelas decisões técnicas, o ISEB passou a se dedicar à produção científica e pesquisa teórica. Até 1958 o ISEB se manteria como um centro de estudos, sendo que seus frequentadores, num primeiro momento, eram graduados que exerciam funções públicas e, posteriormente, graduados sem vínculos com o Estado, formando assim, um grupo de intelectuais que

---

126 Participam deste grupo Roland Corbisier, Almeida Salles, Paulo Edmar de Souza Queiroz, Hélio Jaguaribe, Rômulo Almeida, Ottolmy Strauch, Ignácio Rangel, Guerreiro Ramos, Cândido de Almeida Mendes, Miguel Reale e Moacyr Félix. (PECAUT, 1990:107-109)

127 Deste Instituto participaram Hélio Jaguaribe, Rômulo Almeida, Ottolmy Strauch, Ignácio Rangel, Guerreiro Ramos, Cândido de Almeida, Juvenal Osório Gomes, Nelson Werneck Sodré, Newton Estillac e o paulista Roland Corbisier. (PECAUT, 1990:107-109)

128 CEPAL, formada em 1948 em Santiago do Chile, foi uma iniciativa do governo chileno. Celso Furtado foi um dos primeiros participantes.



[...] dispondo de um estatuto oficial e convidados pelo próprio poder senão para intervir diretamente na gestão política econômica, pelo menos para participar da construção da nova legitimidade, colocando-se a serviço da criação da síntese nacional-desenvolvimentista. Nesse sentido, foram chamados a completar a obra dos responsáveis pelas decisões econômicas, ressaltando-lhe o alcance político e social. (PÉCAUT, 1990: 110).

Subordinados ao projeto de desenvolvimento nacional, *o compromisso com uma determinada ideologia* era expurgado do discurso oficial. Contudo, vale salientar que

Na prática, porém, aceita-se uma que Instituição criada pelo Estado promova uma ideologia determinada. Pelo menos duas razões justificariam esta aparente contradição: conforme rezava seu estatuto, o ISEB – apesar de estar diretamente subordinado ao Ministério da Educação e Cultura (MEC) – tinha autonomia e plena liberdade de “pesquisa, de opinião e cátedra”. Esta relativa autonomia da Instituição, pois, permitia ao Estado não se comprometer com determinadas posições e direções que o ISEB porventura viesse a assumir, por exemplo com a criação e difusão de ideologias. (TOLEDO, 1982: 34).

O destaque obtido pelo Instituto foi decorrente de sua afinidade com a opinião pública. Neste sentido, discordando das teses apontadas por Toledo (1982), Weffort (2006:302) assinalou as definições de ideologia propostas e divulgadas pelo ISEB<sup>129</sup>, na qual a tradução dos “sentimentos do povo” era aquilo que unificava o pensamento dos intelectuais integrantes do Instituto e “*esse primado não impedia de modo algum, que a ideologia fosse, ao mesmo tempo, a aplicação de uma lógica emancipadora; pelo contrário, esses dois aspectos são indissociáveis*”. (PÉCAUT, 1990:117).

Os isebianos redefiniram a posição dos intelectuais brasileiros ao deslocar o status de elite dirigente para a elite esclarecida, isto é, comprometida com o povo, permitindo assim a adesão de grupos que, até então orbitavam em torno das propostas desenvolvimentistas. (PÉCAUT, 1990:141). Dessa forma, o papel dos intelectuais, e da própria universidade, passava a ser tema de investigação - como ver-se-ia, em 1959, no estudo de Roque Spencer Maciel Barros, que traria à tona a

---

<sup>129</sup>Ideologia enquanto explicação do real nada mais é do que uma parte deste. Remete a noção de “finalidade”, cujo precursor foi Álvaro Vieira Pinto. De Helio Jaguaribe, destaca-se a interpretação do desenvolvimento, enquanto processo histórico social. Enquanto conhecimento do real, as interpretações de Guerreiros Ramos são as dominantes. (PÉCAUT, 1990:115-116).

importância das instituições superiores para se pensar o papel do Estado e a tomada de posição dos intelectuais, destacando, por exemplo, que a idéia de universidade não era reconhecida pelos intelectuais da Primeira República por não reconhecerem a existência de um povo (senão educado formalmente, ao menos alfabetizado) capaz de construir uma “opinião pública”.

Assim, para os intelectuais do período, que se manifestavam através dos artigos publicados em diferentes periódicos, a oposição entre modernidade e tradição, ainda que recebesse diferentes interpretações, só poderia ser resolvida no plano social. Naquele momento os ideais de modernização remetiam, para muitos intelectuais envolvidos no debate da LDB - por exemplo, para um necessário desenvolvimento intelectual da população brasileira. Enfim, A modernização econômica produzida pelo Estado não era mais importante do que a reforma educacional proposta pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

A educação deveria, portanto, acompanhar as mudanças decorrentes da própria dinâmica social. Neste sentido, a situação educacional do Brasil no final dos anos 1950, revelava o quão distante esta se apresentava de sua função. Para Anísio Teixeira:

(...) não está sendo cumprida a função precípua da escola primária, que é a de ministrar uma cultura básica ao povo brasileiro. O ensino primário vem-se fazendo um processo *puramente* seletivo. A ênfase está no puramente. Com efeito, embora o próprio ensino primário deva contribuir para uma primeira seleção, não é esta a sua finalidade precípua. Se todo ele passar por um processo de seleção, isto é, de escolha de alguns destinados a prosseguir a educação em níveis pós-primários, estará prejudicada a sua função essencial. (TEIXEIRA, 1983:389)

Ainda no que se refere a configuração intelectual do período, a sociologia de Florestan Fernandes é emblemática em relação à reflexão que veio dominar a comunidade acadêmica nos anos de 1950. Afora a elaboração de estudos dedicados ao tema do atraso econômico no Brasil e a tentativa de estabelecer um modelo que constituiria um campo científico, o autor teve participação ativa nos debates educacionais do período, o que para nós ilustra a transformação que viria orientar os debates em torno da educação suscitados pela discussão da LDB.

Para Florestan Fernandes (1983:415), o “dilema educacional brasileiro” exigia

uma reflexão acerca da participação dos cientistas sociais nos projetos de reconstrução do sistema educacional, uma vez que a instauração de uma nova ordem social demandaria novos padrões de comportamento, alcançáveis através das técnicas de intervenção racional nos diferentes processos sociais:

Uma visão clara dos objetivos e conteúdo da educação é tanto mais desejável quanto há nas democracias uma tendência a discutir problemas de organização mais do que idéias, a discutir técnicas mais do que objetivos. Não há dúvida de que a democracia tem perdido a clara concepção do tipo de cidadão que deseja criar. (MANNHEIM, 1983:352)

Fernandes, em artigo publicado na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos<sup>130</sup>, questionava-se, da mesma forma, sobre o papel do conhecimento aplicado e da educação, como elementos definidores de uma “mudança cultural provocada”:

É o que aconteceria, por exemplo, se o educador pretendesse verificar até que ponto as tentativas de "adaptação" das funções do ensino primário a determinada região sócio-cultural do país estariam concorrendo para aumentar a utilização construtiva dos recursos educacionais do ambiente e para fomentar a cristalização de novos focos de envolvimento ou de progresso. Nesse caso, o cientista social precisaria efetuar pesquisas que evidenciassem: o grau de sucesso, conseguido na "adaptação" das funções do ensino primário às necessidades educacionais da região; os efeitos interferentes, provocados por obstáculos imprevistos ou por lapsos na manipulação de condições e de fatores dinâmicos, e a espécie de influência exercida por eles no curso esperado do processo e na consecução gradual dos objetivos visados. A elaboração interpretativa ofereceria, objetivamente, uma visão global dos *acertos*, dos *erros* e das *correções* estrutural ou funcionalmente necessárias, imprimindo ao planejamento educacional um critério "experimental" (para usarmos uma qualificação já explorada por Mannheim). A questão do alcance das contribuições dos cientistas sociais, no nível prático em que ela se coloca em virtude da colaboração deles com os educadores, apresenta duas polarizações. Uma, "teórica", que permite calcular a importância relativa das contribuições dos cientistas sociais tendo em vista os tipos de controle, requeridos pelos problemas educacionais. Outra, "instrumental", que deriva dos recursos institucionais, disponíveis regularmente pelos educadores, para a utilização, de forma produtiva, das contribuições dos cientistas sociais na elaboração e na execução dos planos educacionais. (FERNANDES, 1959: 75)

O autor atribuía, com efeito, uma potencialidade inerente ao papel dos “intelectuais especializados”, que deveriam ser capazes de interferir nas instituições educacionais, a partir de um planejamento voltado a atender as necessidades

---

<sup>130</sup> Trabalho apresentado no Simpósio de Problemas Educacionais, realizado no Centro de Pesquisas Educacionais de São Paulo, em setembro de 1959 e publicado na RBEP.

específicas de cada região. A intenção de “modernizar” as instituições remetia a aspiração de uma sociedade democrática, industrializada, secularizada. (FERNANDES, 1959: 75) (VILLASBOAS, 2006:13).

O planejamento educacional é um bom exemplo desse fato. O sucesso ou o insucesso dos planos educacionais não constitui função exclusiva da eficácia prática de conhecimentos específicos, fornecidos aos educadores pelos cientistas sociais. Ambas as condições também se relacionam, diretamente, com o esforço realizado pelos educadores no sentido de dotar a rede formal de instituições educacionais de serviços ajustados aos requisitos estruturais e funcionais do planejamento, como complexo de atividades sociais interdependentes (FERNANDES, 1959: 77)

Neste mesmo contexto também, ocorreria, em 1958, o “Seminário Interamericano de Planejamento Integral da Educação” em Washington, promovido pela Organização dos Estados Americanos (OEA) e a United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO), com a participação de educadores e organizações de vários países da América. A delegação brasileira, constituída pelos Professores Jaime Abreu (Coordenador da Divisão de Estudos e Pesquisas Educacionais do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais), Carlos Correia Mascaro (Professor da cátedra de Administração Escolar na Universidade de São Paulo) e presidida pelo Prof. Heli Menegale (Diretor do Departamento Nacional da Educação) exporia o tema – do qual Jaime Abreu foi relator – “Centros de Pesquisa no Planejamento Educacional”. Seus princípios eram:

1. — Entendido o Planejamento como a previsão racional de todas as finalidades, implicações, participações, recursos, técnicas e conseqüências de um empreendimento e a programação das atividades, em fases definidas, que levem aos resultados desejados ou, conforme a síntese precisa de Moltke, “a programação dos meios disponíveis para atingir-se determinados fins” deve-se convir que o planejamento educacional é, necessariamente, senão obviamente, um consectário lógico de imperativos filosóficos, políticos, sociais, econômicos, culturais, dos tempos modernos.
2. — Filosoficamente, o “approach” científico à arte da educação necessariamente a conduz ao uso do planejamento racional nas suas grandes agências e serviços. Sem que da conduta humana tenham sido eliminadas as fontes tradicionais de evidência, não se pode todavia negar a penetração, cada vez mais ampla, do método científico de pensamento e

ação, caracterizado pela presença do espírito crítico e experimental, que prevê, experimenta, analisa e avalia.

3. — Politicamente, a democracia é um processo nitidamente evolucionário, no qual o sistema educativo não visa manter uma cultura existente como um corpo estático. Assim, é da essência mesma do regime democrático planejar, experimentar, avaliar.

4. — Social e economicamente, o impacto das revoluções industrial e tecnológica determina, imperativamente, a necessidade de política racionalmente planejada na condução dos assuntos da educação. Seja no campo da utilização racional de "tarefas ligadas com o aproveitamento rápido de descobertas consideradas úteis", seja "na própria esfera da organização das relações humanas", várias condições e fatores concorrem simultaneamente para tornar o planejamento, em escala regional ou nacional, "um recurso de sobrevivência, do progresso econômico de preservação de prestígio na área política internacional." Toda a previsão possível de formular é no sentido do incremento do planejamento nas sociedades modernas, com ênfase crescente na utilização de pesquisa no campo das ciências aplicadas que tratam do comportamento humano, para o estudo das possibilidades de "mudança social provocada", desde que não mais podemos viver como nas fases em que imperaram o costume e a tradição, mas no período em que "a análise e a coordenação conscientes dos processos sociais se fazem necessárias, já que "o princípio do "laissez faire", que em outro tempo mantinha o equilíbrio da marcha social, nesta grande evolução veio a desfechar em caos", tornando indispensável a ação planejada na sociedade industrial atual, sem, todavia, como assinala Manhein,(SIC) "violentar as forças espontâneas da sociedade."

5. — Admitidos esses postulados, neles está implícita a idéia da existência das instituições de Pesquisa Educacional, a funcionarem como os olhos e o cérebro do planejamento, para dar-lhe racionalidade objetiva, instrumentação fundamental. Assim como os conceitos de democracia e educação são indissociáveis, na idéia de planejamento está indissociavelmente contida a idéia de pesquisa científica, objetiva. Sem a utilização da pesquisa baseada no método científico de busca dos fatos, com o emprego da análise como procedimento fundamental na compreensão dos fenômenos complexos, sem a utilização de hipóteses, sem a liberação da conduta emocional e de arbitrário subjetivismo pessoal, sem o uso de medidas objetivas no tratamento de dados, qualquer tentativa de planejamento justificará as maiores reservas quanto à sua validade científica e inspiração democrática, explicando os temores do respeitável classicismo liberal e as restrições metodológicas dos homens de ciência. (apud. RBEP. 1958: 70 -71)

Este Seminário caracterizou-se como o momento no qual se inaugurou a proposta de um "planejamento integral da educação", que vislumbrava definir as propostas educacionais da América Latina organizada em Washington, além de, evidentemente, deixar-nos claro a influência das diretrizes internacionais sobre projeto nacional acerca de um planejamento educacional.

La creciente demanda por educación que se expresaba em una progresiva expansión de los sistemas educativos, planteó a estos países La necesidad de contar com estratégias y medidas que racionalizaram y articularam este proceso, a las nuevas demandas que el modelo de acumulación capitalista requeria. Es este punto de contacto El que explica el fuerte carácter economicista que tuvieron lãs primeras formulaciones del planeamiento, y no es casualidade, por tanto, que haya sido la economía de la educación la disciplina que empieza a primar no discurso educativo. (SUASNABAR, 2004:39).

As polêmicas que se sucederiam à aprovação da LDB revelam-nos um tipo de relação que se estabeleceu entre intelectuais e Estado e que objetivava a definição de formas de participação e intervenção nos movimentos voltados para a modernização de diferentes esferas da vida social. Da mesma forma, sugerem o coroamento, no Brasil nos anos 50 – num processo que se iniciara na década de 1930 – de um movimento intelectual maior, pois inscrito no próprio debate acerca das Ciências Sociais, em relação às novas tecnologias educacionais. O debate entre *Vozes* e *Anhembi*, portanto, revelaria as tomadas de posições frente às transformações que operavam naquela conjuntura.

## Capítulo 5 – Entre “Idéias e fatos” e o “Jornal de 30 dias”: a publicidade do conflito

A vocação para o martírio, que falta onde falta a fé cristã genuína, que não existe onde não há católicos verdadeiros, abunda hoje em dia no seio da Igreja de Deus, como prova à saciedade a Igreja do silêncio. (...) Queremos dizer que a igreja não está perdida nem está vencida, se se perder uma batalha. Mas o Estado, irremediavelmente derrotado, a Nação está ferida no mais fundo de suas reservas.

(Revista Vozes, 1958)

Toda revista incluye cierta clase de escritos (declaraciones, manifiestos, etc.) en torno a cuyas ideas busca crear vínculos y solidaridades estables, definiendo en el interior del campo intelectual un 'nosotros' y un 'ellos', como quiera que esto se enuncie. Ético o estético, teórico o político, el círculo que una revista traza para señalar el lugar que ocupa o aspira a ocupar marca también la toma de distancia, más o menos polémica, respecto de otras posiciones incluidas en el territorio literario.

Carlos Altamirano e Beatriz Sarlo

O embate travado entre *Vozes Revista Católica de Cultura* e revista *Anhembi*, entre 1958 e 1960, demarcou a diferença entre “*intelectuais católicos*” e “*intelectuais laicos*”. A publicidade, e conseqüentemente a repercussão do conflito, pode ser analisada a partir dos mecanismos utilizados pelos colaboradores destas revistas para construir os traços distintivos entre “nós” e os “outros”<sup>131</sup>, dado que, tanto *Vozes* quanto *Anhembi*, desde o seu surgimento, apresentaram diferentes estratégias de legitimação e diferentes planos normativos de ação. Ambas emergiram e se fortaleceram em cenários intelectuais diversificados pela configuração econômica, política e social e se confrontaram, apenas, quando passaram a disputar o controle do campo intelectual, buscando a legitimação dos valores do qual se pretendiam depositários.

---

<sup>131</sup> A noção de publicidade está fundamentada em Habermas (2003:47-75).

A pesquisa buscou identificar a importância destas revistas no contexto em estudo, observando os autores que participaram do embate e suas publicações, para identificar as posições ocupadas por estes no campo intelectual. Ainda que as revistas representassem espaços institucionais diferenciados, ambas se caracterizaram pela formação de grupos de colaboradores empenhados em propagar seus posicionamentos.

*Clerical* ou *laica*, cada uma das revistas buscou demarcar o seu espaço, como, também, definir o lugar que ocuparia frente às polêmicas de seu tempo. Assim, quando o debate alcançou maiores proporções, revela-se o que estava em jogo: a luta pela supremacia entre um projeto educacional fundamentado nos ideais seculares, propostos pela LDB/INEP, e outro amparado na moral católica. As revistas, portanto, tornaram-se cruciais na construção de mecanismos para garantir o reconhecimento das idéias dos seus editores, dos autores que colaboravam com artigos e dos seus leitores. Tanto uma quanto outra acreditava ser portadora de um projeto ideal de educação, fosse através da disseminação da “*alta cultura*”, atrelada à busca de uma brasilidade, fosse como porta-voz dos intelectuais católicos.

As revistas – aqui entendidas como *instâncias intelectuais autorizadas* – se constituem, portanto, em foco de análise deste capítulo, voltado às configurações do campo intelectual, lembrando que, como visto nos capítulos precedentes, o intelectual se notabiliza ao tornar públicas suas opiniões e envolver-se nas polêmicas do seu tempo. A autoridade que as revistas científicas e de cultura passaram a representar permitiu que novos escritores divulgassem seu trabalho, pois ao atrelarem-se à estas revistas, a par da institucionalização das carreiras literárias (crítica, tradução etc.) no campo intelectual tivessem “reconhecimento” necessário para legitimar suas tomadas de posição. Em outros termos, entendemos que é necessário salientar a importância do periódico na medida em que avaliação e aceitação de um trabalho pela comunidade acadêmica confere consagração aos autores e ao corpo editorial, conferindo, também, autoridade a quem avalia e credibilidade ao avaliado. Enfim, as condições para a configuração de uma “elite intelectual” se constituíram a partir da consolidação de uma carreira acadêmica vinculada aos grupos que produzem bens culturais e utilizam o crescimento do



mercado editorial para ampliação da demanda deste tipo de produção cultural e científica.

Assim, as revistas foram fundamentais na constituição de uma esfera cultural pública e laicizada e se apresentam como uma fonte importante para análise por se tornarem documentos de domínio público. São documentos que podem indicar as mudanças de posições e estratégias e, também, as mudanças institucionais. Tendo como premissa que o periódico tem como função divulgar informações científicas ou experiências políticas, profissionais etc., aceitamos a assertiva recorrente de que os mesmos se distinguem de outras fontes de divulgação por registrar conhecimentos acerca de determinados saberes e divulgar a informação, reconhecida como legítima ao seu público. Spink (2003: 09) nos lembra que “(...) *jornais e revistas (...) tem algo a contar, o problema maior é aprender a ouvir*”. A partir das análises das revistas é possível observar os colaboradores mais assíduos, os temas mais abordados, os conteúdos mais publicados e os embates mais representativos (ANTELO, 2008).

A diferencia de las instituciones, las formaciones se distinguen por el número reducido de sus miembros y por la rapidez con la que se constituyen y se disuelven. Además, el carácter relativamente laxo que a menudo presenta la estructura de estos grupos, y la ausencia de reglas definidas en las relaciones entre sus miembros, o, al menos, la dificultad para percibir las, suele dotarlos del aire informal de un grupo de amigos y los distingue de cuerpos regulados, como la universidad o las asociaciones profesionales. ALTAMIRANO e SARLO (1983:97)

O periódico, cultural ou científico, tem características bastante específicas no mercado de bens simbólicos e diz respeito às iniciativas de publicação que buscam divulgar conhecimentos. As revistas sempre estiveram vinculadas à publicidade da crítica, atribuindo reconhecimento aos escritores que nela colaboravam e tendo, como função, entre outros, o registro público e a divulgação de opinião e de conhecimentos, assumindo, não raramente, a função de mediadores nos conflitos culturais. (ROMANCINI, 2004; HABERMAS, 2003:58). O uso deste meio de comunicação só pode ser compreendido a partir da percepção a respeito do

mercado editorial, destacando que a partir da década de 1930 os editores “*passam a se representar como portadores de uma missão análoga aos intelectuais. Eram os novos heróis civilizadores que, se propunham a erradicar a miséria espiritual do país*” (PONTES, 2001:427). *Missão civilizadora*, esta, que foi viabilizada pela definição de uma nova conjuntura que privilegiou o mercado de produção de bens simbólicos<sup>132</sup>.

Segundo Pontes, a conjuntura propiciada pelo processo de substituições das importações, iniciado nas primeiras décadas do século XX e que teve seu maior impulso nos primeiros anos da década 1930<sup>133</sup>, favoreceu a indústria de bens culturais, pois até os anos 1920 “*os livros de escritores brasileiros [...] eram em sua maioria impressos no exterior, principalmente na França e em Portugal. Publicar um livro era uma tarefa difícil, muitas vezes, executada pelo próprio autor, em edições nunca superiores a 1.000 exemplares, pagas, quase sempre, por ele mesmo*”. Contudo, cabe ressaltar, que foi somente a partir da década de 1930 que surgiram grandes editoras. (PONTES, 2001:427), (AMORIM, 1999:65).

Contudo, cabe ressaltar, que foi somente a partir da década de 1930 que surgiram grandes editoras. (PONTES, 2001:427), (AMORIM, 1999:65). Hallewell (2005)<sup>134</sup> ressalta que, entre 1930 e 1938, houve um grande crescimento de 600% no mercado de livros. Em 1935, a fim de garantir os direitos de propriedade intelectual, foram registradas 107 obras, sendo que 19 delas eram obras literárias. O surto editorial dos anos 30 foi reflexo de uma série de elementos, entre eles a grande aceitação aos romances locais, ou literatura regional. Neste período, novas editoras surgiam nos centros urbanos sendo que a maior parte delas concentrava-se em São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Dentre as maiores editoras do período estavam a Companhia Editora Nacional, a Editora Globo e a Editora José Olympio.

A imprensa periódica teve um grande crescimento nos anos 20 (em 1912

---

<sup>132</sup> Sandra Reimão elaborou o panorama dos estudos acerca do mercado editorial nacional em artigo publicado na Revista Comunicação & Sociedade. UMESP: São Bernardo do Campo, 2004

<sup>133</sup> Para Boris Fausto o processo de substituição das importações foi decorrente das dificuldades de importação aliada a existência de uma indústria de base, ainda que precária, impulsionaram o plano econômico de incentivo à produção nacional (FAUSTO, 1996:366-393)

<sup>134</sup> Ver especialmente os capítulos: 16- José Olympio. P, 433-482 e 18- Enio da Silveira, p. 517-548

circulavam no Brasil 1912 periódicos, número que cresceu para 2324 em 1922). A expansão deste mercado produziria as condições para a produção de um tipo específico de material, tais como as coleções, os periódicos e as revistas, fazendo com que, desde a década de 1930, o mercado editorial passasse a ser responsável pela criação de um *projeto cultural unificado* que, aliado a um surto editorial, teria também impacto em todas as esferas da vida social (PONTES, 2001:420).

Nos anos 30 e 40, a universidade passou a ser (e continua até hoje) o centro do sistema de produção erudita em São Paulo, coadjuvada pelas instituições culturais e empreendimentos na área de difusão (jornais, revistas e editoras) sob controle de grupos privados. No Rio de Janeiro, até mesmo o mercado de difusão cultural (editoras, etc.) se expandiu sob a égide e o apoio oficial, dependente quase sempre de recursos governamentais (PONTES, 2001:428).<sup>135</sup>

Na década de 1940 um novo movimento ocorre no mercado editorial brasileiro, decorrente da ampliação de publicações de autores estrangeiros. Em 1944, o quadro das casas editoriais contabilizava 233 editoras sendo que, destas, 165 estavam localizadas nas capitais, 212 eram particulares e 16 oficiais.<sup>136</sup>

Assim, a imprensa periódica começava a ter um papel importante uma vez que fazia circular milhares de exemplares diariamente, movimentando a economia do mercado editorial. Em 1949, os 2.251 periódicos que circulavam no Brasil empregavam 19.804 indivíduos. Os 1.300 jornais empregavam 15.337 pessoas, distribuídos em diferentes atividades, sendo 1.243 mulheres. Na administração eram empregadas 3.923 pessoas, na redação 3.903, na revisão 3.120, além de 6.360 operários que se ocupavam das oficinas. Das 594 revistas que circulavam era

---

<sup>135</sup> A expressão destas transformações pode ser observada nas reformas do ensino primário e secundário, na produção artística, na criação de institutos de pesquisa, faculdades e das primeiras universidades no Brasil. Não objetivamos neste trabalho analisar a história do ensino no Brasil. A este respeito ver os trabalhos de FERNANDES, Florestan. **Educação e sociedade no Brasil**. São Paulo: Dominus/USP, 1966; ROMANELLI. **História da Educação no Brasil (1930-1973)**. Petrópolis: Vozes, 1998. TEIXEIRA, Anísio. **Educação no Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976

<sup>136</sup> Amazonas 4 particulares e 1 oficial; e Pará: 4 particulares e 1 oficial; Maranhão: 1 particular; Ceará: 1 particular; Paraíba: 1 particular; Pernambuco: 9 na capital e 5 no interior, sendo 1 oficial e 14 particulares; Alagoas 1 particular na capital; Sergipe, 1 particular; Bahia, 18 na capital sendo que 17 eram particulares; Minas Gerais, 6 na capital e 14 no interior, destas 19 eram particulares; Rio de Janeiro, 7 na capital e 9 no interior, 15 casa particulares; Distrito Federal, 51, sendo 47 particulares; São Paulo tinha 37 na capital e 16 casas no interior sendo que 52 eram particulares e um não foi declarada; Paraná, 2 casas particulares na capital; Santa Catarina, 3 casa na capital e 1 no interior, destas 2 eram particulares e 2 oficiais; Rio Grande do sul, na capital 16 e no interior 21 sendo que 31 particulares e 3 oficiais; Mato Grosso 1 casa particular no interior e Goiás 1 casa editora particular no interior. FONTE: Serviço de Estatística da Educação e Saúde: **Anuário Estatístico do Brasil 1941/1945**. Rio de Janeiro: IBGE, v. 6, 1946. IN: Estatísticas do Século XX

utilizada a mão de obra de 2.759 homens e 445 mulheres, sendo 1.224 empregados na administração, 980 na redação, 320 na revisão e 680 nas oficinas. Os 305 boletins e os folhetos empregavam 965 pessoas, sendo que só para as funções administrativas e de redação eram empregadas 716 pessoas. Os 45 almanaques existentes, por sua vez, empregavam 183 pessoas. Os anos 50, período da democratização do país, foram dessa maneira, propícios às condições de crescimento da imprensa diária (PEREIRA, 2006). Em 1957, por exemplo, circulavam diariamente, no país, jornais matutinos, vespertinos e outros periódicos. Dentre estes, os 201 jornais matutinos tinham a tiragem média de 2.649.844 e os 89 jornais vespertinos contabilizavam a tiragem média de 1.229.000. Os 1.299 periódicos existentes faziam circular, no Brasil, 13.274.151 exemplares. Em 1958 mais de 12 milhões de exemplares de revistas eram lidas pelos brasileiros. Estes periódicos divertiam e informavam grande parcela da população<sup>137</sup>.

Cabe aqui lembrar que ainda que houvesse um investimento na área de educação, este era incipiente, tornando o sistema educacional o ponto frágil da sociedade. De certa maneira, esta informação corrobora a hipótese de que o investimento no mercado editorial estava atrelado à função “civilizadora das elites”. Neste sentido, o debate intelectual, acabou:

[...] girando em torno das grandes obras literárias (o surto dos romances sociais e introspectivos, a ficção e a poesia modernistas), dos ensaios dos publicistas, juristas e pensadores autoritários (...) da fornada considerável de trabalhos históricos e apologéticos. Os cientistas sociais propriamente ditos [...] e que publicam nesse período são Roquete Pinto, Delgado de Carvalho, Anísio Teixeira, Artur Ramos, Djacir Menezes, Fernando de Azevedo, Roberto Simonsen, Carneiro Leão, entre outros, todos eles figuras de transição prensados entre definições concorrentes do trabalho intelectual, a meio caminho entre a literatura, o ensaio, as profissões liberais, o trabalho pedagógico, a militância nos movimentos sociais da época, o desempenho de cargos políticos executivos, os negócios pessoais e, por conseguinte, pouco propensos a se deixarem enquadrar como cientistas

---

<sup>137</sup> Anuário Estatístico do IBGE. Disponível em CDROM: **Estatísticas do século XX**. Serviço de Estatística Educação e Cultura: Anuário Estatístico do Brasil, 1959. Também disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/seculoxx/arquivos/cultura.xls>> Acessado em 02 janeiro de 2008

sociais em sentido estrito. (MICELI, 2005)

No caso da imprensa católica, a diversidade do pensamento se refletia em inúmeras publicações, que iam desde os boletins paroquiais até periódicos que circulavam nacionalmente. Neste sentido, se faz interessante observar que o fundador e redator da Editora Vozes, frei Pedro Sinzig<sup>138</sup>, publicou em 1909 uma solicitação para que se fundasse um centro que representasse a “boa imprensa”. Em 1912 foi criado o *Centro da Boa Imprensa* (CBI), no Rio de Janeiro e, posteriormente, organizada a Liga da Boa Imprensa (TOSTA, 1997). A rigor, buscavam combater o que denominavam de *má imprensa* e que era, supostamente, controlada pelos anticlericais. O CBI pretendia divulgar a leitura que viria a propagar o caminho da verdade e da fé, libertando os homens das influências nefastas da literatura anticlerical:

Nesta direção, conclamava aos pais de família que se empenhassem pela sã educação de seus filhos, resguardando os princípios do catolicismo. A boa educação, no entendimento do grupo, consistia em reconhecer e em seguir a doutrina estabelecida pela Igreja Católica. (CAMPOS, 2005: 174).

Santos, em sua análise sobre o papel da imprensa católica na Bahia, assinala que o início do século XX foi o momento de reestruturação interna na Igreja Católica, tornando-se decisiva na sua relação com o Estado.

(...) uma instituição que encontrou no fim do sistema de união entre Igreja e Estado a perda de privilégios, mas também a oportunidade de promover mudanças necessárias ao seu avanço. O discurso da imutabilidade, do a-historicismo, apenas se traduziu em suas posições conservadoras frente à política e a sociedade. Defendeu a monarquia e suas instituições até onde pôde, aliando-se depois à República; procurou alcançar espaços onde não se fazia presente por conta da concorrência protestante e espírita; buscou reformular seus quadros de pessoal, melhorando também a qualidade dos mesmos; finalmente, submeteu as tradicionais organizações laicas e incentivou novas organizações e novos cultos, que em sua essência possuíam o caráter do modelo desejado. No demais dizemos que apesar de

---

<sup>138</sup> Frei Pedro Sinzig, nasceu em 1876 na Alemanha e Faleceu a 8 de dezembro de 1952, em Düsseldorf, Alemanha. Sua participação na vida religiosa brasileira iniciou em 1898, quando foi ordenado padre na Bahia. Em abril de 1902, fundou o "Cruzeiro do Sul", em Lages no estado de Santa Catarina. Em 1910, fundou o "Centro da Boa Imprensa, em Petrópolis" e a revista Católica de Cultura Vozes no qual foi o redator por 12 anos. Foi um dos organizadores do Iº Congresso Nacional dos Jornalistas Católicos, que definiu as diretrizes do "Diário Católico", instalado na capital federal. Em 1915, publicou o livro o "Através do Romance: guia para as consciências", uma espécie de índice no qual classificava as leituras consideradas inadequadas ou proibidas. Sobre o autor ver: PAIVA (1997), SANTOS (2004).

ter assumido essas características no Bahia e no Brasil, esse processo foi um processo mundial que pôs a Igreja contra os valores da modernidade. Contra o liberalismo, político e muitas vezes econômico, contra o socialismo, o protestantismo, o indiferentismo religioso e o cientificismo. Uma cadeia de erros que estava levando o mundo ao caos e afastando o homem de Deus. Só a Igreja poderia fazer volver a paz, o consórcio entre Deus e os homens. (SANTOS, 2007:22),

A revista *A Ordem*, por exemplo, objeto de estudo de inúmeros trabalhos dado a grande repercussão que teve nos anos 20, influenciaria, inegavelmente, os debates nos anos 50. Durante muito tempo esta revista foi o veículo de manifestação da intelectualidade católica e tinha como colaboradores autores consagrados nacionalmente.

A *Ordem* buscava marcar a posição de defesa dos ideais cristãos frente às mudanças e que eram decorrentes daquilo que entendiam como a “secularização” da sociedade brasileira. A revista teve sua maior expressão nos primeiros anos da década de 1930, quando Alceu Amoroso Lima vinculou-se ao grupo católico liderado por Dom Leme (fundador da Liga Eleitoral Católica-LEC<sup>139</sup>) e assumiu a direção da Revista e do Centro Dom Vital. Buscaram criar um grupo com objetivo de disseminar o ideário católico no Governo de Getúlio Vargas e para tal arregimentaram intelectuais que participaram ativamente na campanha para a Assembléia Nacional Constituinte, nas eleições de 1933. Embora proferissem que a participação política fosse de caráter apartidário, muitos deputados se elegeram com o apoio da LEC<sup>140</sup>. (PINHEIRO FILHO: 200)

## 5.1 Vozes Revista Católica de Cultura

*A Revista de Cultura Vozes* nasceu de uma necessidade e, em linguagem bíblica, de um espírito profético. Não tendo tipografias (porque eram

---

<sup>139</sup> Sobre a Liga eleitoral católica ver: [www.cpdoc.fgv.br/nav\\_historia/htm/anos30-37/ev\\_liga\\_eleitoral.htm](http://www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/htm/anos30-37/ev_liga_eleitoral.htm)

<sup>140</sup> A respeito do pensamento católico e educação, assim como o papel de Alceu Amoroso Lima ver: AZZI, Riolando. **Os pioneiros do Centro Dom Vital**. Rio de Janeiro: EDUCAM, 2003; COSTA, Marcelo Timotheo da. **Um itinerário no século: mudança, disciplina e ação em Alceu Amoroso Lima**. Rio de Janeiro: Editora PUC - Rio; São Paulo: Loyola, 2006; LIMA, Alceu Amoroso. **Notas para a história do Centro Dom Vital**. Rio de Janeiro: Educam: Paulinas, 2001

proibidas no tempo do Império), pressionados pela necessidade de livros didáticos, catequéticos e culturais, os Franciscanos criaram, em março de 1901 a Tipografia da Escola Gratuita São José. Observem como a tipografia nasce ligada a uma escola. ...à medida que a imprensa carioca foi nascendo, na esteira da liberdade de expressão concedida pela República.

O primeiro redator foi um Frade, um homem a quem os brasileiros não podem continuar a deixá-lo na marginalidade da história. Foi cronista de fatos internacionais, foi poeta e romancista, foi professor e músico, editor e crítico de arte, um homem de fé e ciência, pioneiro em inúmeros campos da imprensa, da crítica literária e da formação do senso crítico. Refiro-me a Frei Pedro Sinzig, falecido no dia 8 de dezembro de 1952.

Frei Neotti<sup>141</sup>

Como um apêndice da editora *Vozes*, a *Revista de Cultura Vozes de Petrópolis* foi criada em 1907 e tinha como objetivo disseminar os ideais católicos no Brasil.

Não só o problema escolar e catequético enfrentaram os Franciscanos alemães, restauradores da Família Franciscana no Brasil, humilhada e reduzida, em 1889, a um único Frade da Bahia para baixo e a seis da Bahia para cima. Os Frades se preocuparam com a elite intelectual. Eram raros os intelectuais católicos no início do século passado. Era preciso um elo de união entre eles. Era preciso dar evasão ao seu pensamento. Era preciso alimentar o grupo para dar-lhe chance de multiplicação... Desta necessidade nasceu a revista *Vozes de Petrópolis*, com o subtítulo "Revista mensal, religiosa, científica e literária". No seu primeiro editorial prometia: "Vozes de Petrópolis terá caráter geral e não puramente religioso. A revista trará artigos variados, que terão o cunho da atualidade. Nenhuma região da ciência e da técnica, da teoria e da prática será excluída do programa".(NEOTTI, 2007: irrg)<sup>142</sup>

Nos primeiros anos da revista, ainda mantendo seu projeto original, publicou-se artigos de temas religiosos, poesia e questões conjunturais que eram analisadas por intelectuais católicos. A revista era dividida nas seguintes seções temáticas: *Crônica Universal; Ecos e Fatos; Crônica nacional; Pelo Brasil; Crônica Local; Caixa Postal e O que dizem nossos leitores*. (COSTA E SILVA, 2001)

A partir da década de 1940 a Editora *Vozes* passou a comercializar, entre outros, o Almanaque de Santo Antônio, a *Revista Eclesiástica Brasileira* e o

---

<sup>141</sup> Neotti (frei). Palestra proferida na PUC-SP, em 14/8/2007, no evento comemorativo dos 100 anos de fundação da *Revista de Cultura Vozes*; Intertítulos da Redação do OI. Grifo nosso.

<sup>142</sup> Idem.

*Concillium*. Veículos estes que permitiriam atingir uma parcela mais significativa da população na divulgação ou na formação espiritual e cultural.

Até os anos 40, a *Vozes de Petrópolis* foi a única, digamos assim, revista da elite intelectual católica. Com a chegada das diferentes famílias religiosas, como os salesianos, os irmãos maristas, os jesuítas, os lazaristas e as numerosas congregações femininas, multiplicaram-se os colégios. Por longo tempo os colégios católicos foram o sustentáculo financeiro da revista, através de assinatura. Muitos professores, conhecendo-a no colégio, passaram a assiná-la.

Em 1942, a Editora Vozes passou por uma reestruturação, assumindo novos estatutos e criou a *Revista Eclesiástica Brasileira*, mudou o nome da revista *Vozes de Petrópolis* para *Vozes – Revista Católica de Cultura*.

Em 1957, a revista passou por uma nova reformulação. Seu redator, Frei Stulzer, afirmava no editorial da revista que devido as mudanças no panorama político, econômico, cultural, moral e religiosos “... fomos arrancados da placidez patriarcal duma existência burguesa para os embates derivados da luta surda de muitos fatores, entre si de natureza tão diversa. Em outras palavras, estamos mergulhados no fervilhamento duma crise que procura atingir uma nova “*facies*”<sup>143</sup>.

As mudanças ocorridas na editora sugerem que atentemos para a nova configuração do mercado nacional, uma vez que, parece, a *Vozes* teria perdido o seu caráter local ao ter projeção em todos os estados e isto se efetivou devido a contribuição de escritores, padres, cônegos, freis, políticos e acadêmicos de diversas regiões do país. Contudo, ao assumir a direção da revista em 1966, Frei Clarêncio Neotti<sup>144</sup> (2007) apontaria o desgaste sofrido pela revista devido aos

---

<sup>143</sup> Stulzer fora o redator da revista durante o período Revista Católica de Cultura Vozes. Frei Neotti. IN: *Revista de Cultura Vozes*; intertítulos da Redação do Ols. Disponível em <http://cce.ufsc.br/helic>.

<sup>144</sup> Posteriormente ao período estudo, mas nem por isso menos relevante, Clarêncio Neotti foi responsável pela reorganização da editora no final dos anos 60. No programa de comemoração, pretendia-se divulgar a nova linha editorial adequando-os aos temas propostos pelo Concílio Vaticano II. Em janeiro de 1967 a direção da *Vozes* enviou um editorial aos mais importantes jornais do Rio de Janeiro, São Paulo e a centenas de intelectuais, jornalistas e escritores. “Estamos a serviço do Homem. Não de grupos de homens. Buscamos estar, com o Cristo do Evangelho perenizado na Igreja, dentro do século XX, já rasgando horizontes para o século XXI. A Igreja reconheceu que ‘em nossos dias, arrebatado pela admiração das próprias descobertas e do próprio poder, o gênero humano freqüentemente debate problemas angustiantes sobre a evolução moderna do mundo, sobre o lugar e função do homem no universo inteiro, sobre o sentido de seu esforço individual e coletivo e, em conclusão, sobre o fim último das coisas e do homem’ (Gaudium et Spes, n. 3). Estamos solidários com este homem. Nenhuma ambição nos move a não ser a de servir. Mas servir para construir. Servir para ativar. Servir para que o homem possa ‘crescer em humanidade, valer mais, ser mais’ (Populorum Progressio, n. 15).



enfrentamentos constantes:

E foi com esse nome que assumi a redação da revista em janeiro de 1966, exatamente um mês depois do encerramento do Concílio Vaticano II. Encontrei prontos os números de fevereiro e março. *A revista passava por uma crise de definição. Se pusera a combater Maritain, Teilhard de Chardin, Anísio Teixeira e muitas idéias de intelectuais do grupo Anhembi, em torno da figura de Paulo Duarte, e pior, combatia as idéias católicas do Centro Dom Vital do Rio de Janeiro, ligado a Alceu Amoroso Lima. E não se dera bem. No Brasil acontecera a ditadura. Na Igreja sopravam fortes os ventos da renovação. Recebi o cargo de redator com uma incumbência específica: atualizar a revista e pô-la a serviço do pós Concílio Vaticano II, sobretudo do documento sobre a Igreja no mundo de hoje, que tinha e tem o belo título de Gaudium et Spes (Alegria e Esperança).* (NEOTTI, 2004: irreg.)

No período em que analisamos a *Vozes Revista Católica de Cultura* seu editorial deixava explícito o seu objetivo “(...) *revista mensal para o intelectual católico, sempre fiel ao programa traçado há meio século, deseja antes de tudo ser um veículo de orientação segura através dos fatos da hora presente*”.

A revista, no período estudado, era organizada em três seções: *Artigos; Idéias e Fatos e Bibliografia*. Em *Artigos*, eram publicados textos, na maioria das vezes assinados, sobre temas da “atualidade” (política nacional e internacional, economia, educação, história etc.). A rubrica “*Idéias e Fatos*” tinha como objetivo analisar e comentar a conjuntura e nela se publicavam manifestos e polêmicas. Por fim, a seção denominada *Bibliografia* comportava resenhas de textos e livros publicados a época<sup>145</sup>.

## 5.2 Revista Anhembi

O projeto de se criar uma revista com caráter diferenciado teve início quando do desligamento de Paulo Duarte do jornal “O Estado de São Paulo”. Disto resultou a fundação de uma revista que pretendia ser uma *alternativa às revistas*

---

<sup>145</sup> Em janeiro de 1969, mudou o nome para *Revista de Cultura Vozes*, numa tentativa de “*superar o sectarismo*”, ainda que se mantivesse fiel aos valores católicos. Segundo Frei Neotti (2007): “Para ser uma revista católica, não precisamos ostentar nenhum adjetivo. Ela será sempre uma revista de mundividência católica. O que significa abrangência, não sectarismo. Seriedade no posicionamento diante dos problemas, mas sem dicotomizar o mundo e a história, sem perder de vista que sagrado e profano são duas faces de uma mesma realidade humana. Não há, pois, por que contrapô-las, não há por que perseguir o profano em nome do sagrado; respeitar-lhes a autonomia significa colocar em diálogo ambas as dimensões humanas. Em diálogo, não em cego confronto”.

*sensacionalistas do período* e que se caracterizaria pela divulgação de cultura e ciência. Segundo Hayashi (2004), a revista seria o fruto de uma ideologia liberal democrática que buscava a ilustração das elites. Criada em dezembro de 1950, circulou até novembro de 1962. Para Miceli (2005):

Os anos 50, por sua vez, assinalam o esvaimento das famílias de pensamento dominantes na conjuntura anterior e a primeira leva de teses e trabalhos acadêmicos da escola sociológica paulista, tanto de seus mentores estrangeiros (Pierson, Baldus, Willems, Bastide, Monbeig, Lévi-Strauss, etc.) como da primeira geração de licenciados (Florestan Fernandes, Antônio Cândido, etc.). No Rio de Janeiro, é a época da escola isebiana desenvolvimentista e de seus principais porta-vozes (Hélio Jaguaribe, Nelson Werneck Sodré, Celso Furtado, Guerreiro Ramos, etc. Anhembi voltava-se mais para os objetos de devoção do culturalismo em voga naquela conjuntura e abria amplo espaço à cobertura comentada dos eventos artísticos da cidade (...). firmando-se como um espaço de discussão das principais teses, argumentos e interpretações da realidade brasileira. Anhembi cobria os espaços de sociabilidade (estréias nacionais e espetáculos de companhias estrangeiras em temporada, exposições e bienais, cinemateca, livros novos, etc.) freqüentados pelas novas elites universitárias independentemente de suas afinidades ideológico-partidárias, permitem uma reconstrução sucinta dos mercados onde passaram a operar os cientistas sociais no país <sup>146</sup>

Paulo Duarte buscou, com a revista, inaugurar o debate em torno da educação, cultura e ciência. BASTOS (2001), assinalou a importância da revista no período de sua criação:<sup>147</sup>

A revista teve o início de sua publicação em fins de 1950, estendendo-se até 1963. Representou, nesse período, um espaço de debate muito importante, trazendo a um público bastante amplo a discussão de temas candentes do ponto de vista político, social e cultural. Publicação mensal, representou bem o espírito e o clima intelectual de São Paulo nesse período, mas com vistas mais largas, tendo “entre seus colaboradores nomes nacionais e estrangeiros de conhecida projeção no mundo das letras, das ciências e das artes”. Essa intenção mais abrangente é explícita no próprio nome da publicação: “Anhembi”, que é o nome indígena de Tietê, símbolo de penetração cultural sem regionalismos.

Da mesma maneira, a relevância da revista pode ser verificada pelos artigos e notas de intelectuais reconhecidos nacional e internacionalmente. Em seu primeiro

<sup>146</sup> MICELI, Sérgio. **Condicionantes do desenvolvimento das ciências sociais no Brasil. (1930-1964)**. Disponível em [http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs\\_00\\_05/rbcs05\\_01.htm](http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_05/rbcs05_01.htm). Acesso em 28/09/2007.

<sup>147</sup> Ainda sobre o estudo acerca das revistas de cultura ver o artigo de JACKSON, Luiz. **A sociologia paulista nas revistas especializadas (1940- 1965)**. IN. Tempo Social. Junho 2004. p, 263-284.

ano de circulação, colaboraram pesquisadores vinculados à École des Hautes Études, à Escola de Arte Dramática de São Paulo, à Universidade da Bahia, à Escola de Teatro de Roma, ao Museu do Ipiranga, à Escola Paulista de Medicina, à Universidade de Sorbonne, como também intelectuais. Entre seus colaboradores, destacam-se: Carlos Drummond de Andrade, Érico Veríssimo, Gilberto Freyre, Herbert Baldus, Lúcia Miguel Pereira, Luis da Câmara Cascudo, Luis Martins, Manuel Bandeira, Moyses Vellinho, Murilo Mendes, Otoniel Mota, Paulo Claudel, Roger Bastide, Sérgio Buarque de Holanda, Sérgio Milliet, Temístocles Linhares, Wilson Martins, entre outros.

Miceli (2005) destaca o papel desempenhado pela revista *Anhembi* num contexto de transformação motivado pelo pós-guerra:

As revistas *Anhembi* e *Brasiliense*, por sua vez, são empreendimentos marcados também pelo novo clima intelectual para o qual colaborava a universidade mas sobretudo tendentes a operar como marcos divisórios do espectro doutrinário característico do pós-guerra, dos tempos da guerra fria, confrontando os defensores do 'ocidente' aos partidários do 'socialismo'. Os custos financeiros de ambas as revistas corriam por conta de editoras comerciais, tendo como aval o risco assumido pelos respectivos donos e principais acionistas (...) Ao que tudo indica, ambas as revistas em pauta propiciavam um recurso organizacional estratégico nas lutas por espaço no processo de modernização cultural em curso em São Paulo, a despeito de suas divergências doutrinárias e de distintos perfis intelectuais. *Anhembi* era um veículo identificado com as vanguardas estéticas e culturais européias, francesas em particular, postura indissociável de sua 'opção' pelos aliados 'ocidentais' no duplo sentido do termo, vitoriosos contra o nazismo e contra a via socialista soviética.

A Revista *Anhembi*, cujo nome significa “rios das anhumas” (ou como esclarece Paulo Duarte no primeiro número da Revista, “*Rio de aves añumas*”) era o nome do Rio Tietê até o século XVII, quando foi largamente utilizado para navegação das expedições voltadas para a exploração e colonização do interior do atual Estado de São Paulo. Para Paulo Duarte, o rio utilizado pelos indígenas e pelos bandeirantes teria sido percurso para a colonização e sugeria que a Revista também teria um papel fundamental na “elevação da cultura brasileira”. Desde o primeiro número, o seu mentor, Paulo Duarte, afirmava que *Anhembi* buscava a *justiça social para a nação*.

Uma das propostas da revista era a publicação de textos inéditos e, em nota na contracapa, assinalava que “*Anhembi escolhe seus colaboradores. Assim, não se responsabiliza por originais enviados sem convite. E não endossa as opiniões em artigos assinados. A sua própria é emitida em editoriais sem assinatura ou assinados ANHEMBI.*”

Revestida daquilo que Paulo Duarte denominava de “*inconformismo total*”, trouxe no seu primeiro número os seguintes artigos: “*Justiça Social, por que preço?*” do próprio Paulo Duarte, “Um grande debate científico: A Genética da URSS contra a Genética clássica”, de Jean Rostand, “Faulkner e Warren”, de Donald Davidson, “Um precioso cimélio bibliográfico sobre o Brasil”, de Carmine Starace, e por último, “As estruturas elementares do parentesco”, de Roger Bastide.

O formato adotado pela *Anhembi* consistia em um editorial assinado pela revista, ou pelos colaboradores escolhidos, seguido de textos inéditos. As seções subseqüentes tinham como rubricas “Jornal de 30 dias”, “Livros de 30 dias”, “Teatro de 30 dias”, “Artes de 30 dias”, “Música de 30 dias”, “Cinema de 30 dias” e, por fim, “Esporte de 30 dias”, nas quais eram resenhados, comentados e divulgados os acontecimentos relativos àquelas áreas e que, como dizem os próprios títulos, haviam ocorridos nos últimos 30 dias. A partir de 1956, o periódico passou a comportar cinco seções: “Editorial”, “Jornal de 30 dias”, “Livros de 30 dias”, “Ciência de 30 dias”, “Artes de 30 dias” e na última seção passou a abordar teatro, música, artes plásticas e cinema.

*Anhembi*, que se definia como “o produto de um esforço heróico e desinteressado a favor da obra vital de elevar-se o nível da cultura brasileira”, circulou até 1962 e encerrou suas atividades devido a problemas financeiros – ainda que apresentasse, em todos os seus números, uma grande quantidade de anúncios publicitários, e conclamasse a colaboração dos leitores:

(...) Vale a pena, pois, ampará-la. Isso poderá ser feito de dois modos:  
1 – pela publicidade, que depende dos nossos industriais e comerciantes lúcidos, compreendendo que, ao anunciar em *Anhembi*, não estão fazendo somente propaganda, mas também contribuindo para uma obra de cultura;  
2- assinando a revista.  
(...) Se o leitor estiver satisfeito com *Anhembi*, torne-se seu propagandista arranjando assinantes.

(...) Aos leitores, pois, fica entregue o futuro da nossa revista, cuja única ambição é ser interpretada da verdadeira mentalidade do país. Se cada leitor se transformar num agente de difusão, fica também um colaborador ativo do esforço de elevar o nível intelectual brasileiro, pois Anhembi tornará acessível a todos o pensamento dos maiores espíritos universais, do Brasil e do estrangeiro.

### 5.3 - “Idéias e fatos” e o “jornal de 30 dias” / meio e mediação: crônicas do conflito.

As questões referentes à escola pública, que já dominavam os debates nos tempos da Reforma Educacional nos anos 20 e 30, tiveram sua máxima tensão quando Anísio Teixeira assumiu a direção do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) 148. Em 07 de julho de 1952, Anísio Teixeira prestou depoimento à Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados para debater o projeto de Lei de Diretrizes e Bases<sup>149</sup> (SCHWARTZMAN; BOMENY e COSTA, 1984:173-175).

As revistas *Vozes* e *Anhembi* assumiram suas posições frente à Campanha da Escola Pública e, posteriormente, quanto à elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação. O embate entre *Vozes* e *Anhembi*, como já vimos no capítulo 1, passava a representar o conflito entre duas concepções de organização do sistema escolar. Se por um lado, *Anhembi* representava a racionalidade técnica no qual o INEP era o locus da *intelligentsia*, por outro, *Vozes*, era porta-voz do clero e de seus representantes quanto ao modelo escolar confessional. Desde a criação da *Anhembi* a crítica ao clero marcava as páginas da revista, enquanto as de *Vozes* denunciavam para a visão socialista do Paulo Duarte como germe da revolução social e, não raro, tratava Anísio Teixeira, e aquelas que lhe eram solidários, de

---

<sup>148</sup> Com já visto no capítulo 3, *O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova* (1932) explicitou o embate entre os intelectuais católicos e liberais. A defesa da escola pública laica e gratuita defendida por Anísio Teixeira, Lourenço Pinto e Fernando de Azevedo intensificou a disputa teórica e política em que os dois agrupamentos buscavam exibir legitimidade e competência para conduzir o aparato educacional de um novo país – polêmica sensivelmente ampliada nas décadas seguintes. (BOMENY: 2001) Criado pela Lei nº. 378, de 13 de janeiro de 1937. Tinha como função pesquisar a situação da educação a fim de definir as políticas públicas e distribuição de recursos federais aos Estados. Em julho de 1944 as pesquisas passaram a ser divulgadas pela Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP). Na década de 50, realizou pesquisas que apresentavam as condições de ensino de todos os estados brasileiros.

<sup>149</sup> O debate foi reproduzido pela Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Brasília. Vol. 73, n 173. Jan/abril 1992. Pag. 143

*comunistas ou socialistas.*

As acusações mútuas são encontradas em artigos assinados ou nos editoriais das revistas, sendo que nesta pesquisa elencamos as colunas “*Idéias e Fatos*”, da *Vozes* e “*Jornal de 30 dias*”, da *Anhemi*. Estas colunas se caracterizavam por divulgar notícias relevantes para a sociedade brasileira e nos são importantes porque indicam, sistematicamente, as tomadas de posições frente ao debate nacional acerca da educação pública. As discussões se manifestavam nas acusações de *Anhemi* ao pensamento católico e nas provocações, veiculadas pela oponente, à orientação comunista que Paulo Duarte, supostamente, imprimia à direção de seu periódico. De certa maneira, cada uma das revistas antecipava as ações do opositor e, a partir disso, definia seus materiais de divulgação. Como se verifica, por exemplo, em fevereiro de 1958, na coluna “*Idéias e fatos*”, com o artigo não assinado “*Monteiro Lobato e nós os moralistas*”, que trazia logo na primeira frase uma menção à revista opositora: “*Anhemi, a revista marxista de São Paulo*”. No artigo afirmava-se que a defesa a Lobato se devia ao grande apreço que os paulistas despendiam ao autor. No decorrer do artigo, ainda, o alvo de ataque se deslocaria, de Lobato, para Paulo Duarte, lembrado por suas constantes acusações ao clero.

Está evidenciado que *Anhemi* quando nos lê não nos compreende, e compreende-nos se a tese defendida coincide com seu ponto de vista, Não sabemos se é pela falta de largueza de vistas dos nossos intelectuais colegas ou pela inata estupidez que coroa a mente de todo o membro do clero, como vem afirmando descaradamente há oito anos. No artigo: *Monteiro Lobato e os moralistas* afirma uma coisa errada. Fôsse por convicção, vá lá, mas tememos que os fizesse por falta de melhor recurso (...) afirmamos que nossos colegas paulistas propugnam nas suas colunas teses do velho filósofo Marx que, desdenhando embora a filosofia, filosofou procurando estabelecer uma “meta-economia”, e teses que os socialistas europeus defendem ou pelo menos defendiam antes desta última grande guerra, donde saíram um tanto mais educados e tolerantes. Antes eram o que é *Anhemi*: intratáveis anticlericalistas papa-grades. (...) Nosso prezado e contundente opositor formou seu belo espírito nas fontes inimigas da igreja, presumivelmente com os autores franceses do começo do século. Não revisou sua anacrônica posição nem a mudou.<sup>150</sup>

No final da década de 1950, o acirramento do debate se tornaria mais

---

<sup>150</sup> Revista Católica de Cultura Vozes. Ano 52. Fevereiro 1958. N. 2(pags. (à página 130)).

evidente, a partir principalmente de constantes manifestações do arcebispo de Porto Alegre, Dom Vicente Scherer.<sup>151</sup> O religioso insistia no caráter “comunista” do INEP, personificado em Anísio Teixeira.

Anísio Teixeira rebate as críticas e as acusações de Scherer, em entrevista ao jornal “O Globo”, publicada em 27 de fevereiro de 1958, esclarecendo que a escola pública não seria criação do socialismo. Nesta entrevista intencionava informar a população acerca das propostas do INEP, reforçando o argumento de que não propagava o monopólio do ensino, mas julgava, sim, que todos deveriam ter direito à educação e não apenas aqueles que tivessem acesso à escola privada. Fundamentado num ideário democrático, assentado na Conferência de Washington de 1956, vislumbrava um programa de formação comum a todas as classes.<sup>152</sup>

Após os muitos pronunciamentos contra a escola pública, Dom Vicente Scherer e os bispos de Porto Alegre, “*protestando contra a revolução social pela escola*”, encaminharam ao presidente da República um memorial exigindo o afastamento de Anísio Teixeira da direção do INEP. O documento, que ficou conhecido como *Memorial dos Bispos Gaúchos*, acirrou a polêmica entre católicos e escolanovistas.

O Arcebispo de Porto Alegre afirmava que a implantação do sistema oficial de ensino traria conseqüências desastrosas para o Brasil. Primeiramente, acreditava, viria a ferir a Constituição em vigor, uma vez que o art. 166 assinalava que o ensino estaria livre à iniciativa particular. Em segundo lugar, o religioso lembrava que a própria Constituição revelava a incapacidade do Estado em gerir o ensino gratuito e de assegurar a oferta de vagas em todo território.

O *Memorial*, no combate ao INEP, revelava as posições do clero gaúcho, comuns à grande maioria da intelectualidade católica. Da mesma maneira que afirmava que o Instituto, ao limitar a autonomia das instituições de ensino privado, agia coercitivamente, acreditava exibir a real intenção do INEP, aquela de vinculação das políticas públicas de educação a um projeto de implantação gradual do modelo

---

<sup>151</sup> Dom Vicente Scherer Arcebispo de Porto Alegre e também Presidente do Secretariado Nacional da Defesa da Fé (1958).

<sup>152</sup> “Escola Pública não é invenção do socialismo nem do comunismo”. Jornal “O Globo”, 27 de fevereiro de 1958.

socialista de Estado. Com isto, o que tornar-se-ia uma constante nos discursos, sugeriria-se que o modelo proposto do ensino oficial, ao reivindicar uma escola única - consequência de sociedade sem classes - caracterizava-se como um germe para a “revolução social”:

A idéia de que todo ensino deve emanar do Estado não é nova, mas certamente alheia à tradição brasileira e à mesma Constituição do País.

Na “República” de Platão, na “Civitas Solis” de Campanella, na “Nova Atlantis” de Bacon, não é difícil descobrirem-se antecedentes, mais ou menos definidos, ainda que nascidos de divagações de fantasia, para o princípio que se pretende impor ao nosso país. Trágico, porém é que, fora das concepções utópicas dos filósofos, a idéia, cuja realização se persegue, entre nós, com tal pertinácia, é, hoje, um dos postulados do socialismo militante e, em termos de execução, preparação necessária à gradativa implantação deste.

Ao tentar vincular a proposta da escola única a um projeto socialista de Estado, os argumentos trazidos pelos *Bispos* parecem convergir às perspectivas das já vistas “Noções” de madre Francisca Peeters (1935:203), que denunciava o “monopolio”(sic) como atentado as liberdades das opiniões, reivindicando à iniciativa privada, “ tanto em matéria de ensino, como em todas as demais, o grande factor do progresso”, e para quem, “a educação e a instrução, permanecerão sempre negócio pessoal, e de interesse pessoal”(PEETERS, 1935:177). Da mesma forma, Dom Vicente Scherer, em seus vários pronunciamentos, manifestava sua preocupação com a promoção da “revolução socialista” que o INEP estaria, supostamente, liderando. Neste caso, sobretudo, entendia que o monopólio da educação indicava a intenção de promover, por obra de Teixeira, um plano de educação ateísta<sup>153</sup>.

Nenhuma dúvida pode haver acerca da orientação, nesse respeito, do professor Anísio Teixeira. A sua escola pública ou comum é também oficial e única. “A escola primária seria uma só, administrada na ordem municipal e organizada pelo Estado dentro das bases e diretrizes federais, e as escolas médias e superiores teriam instituições com administração autônoma, à maneira de autarquias também organizadas pelos Estados e sujeitas aos princípios da lei federal” (A municipalização do Ensino Primário, Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, v. 27, n.66, 1957, p.24). O endereço político-social da escola oficial, pública ou comum é, à sua vez, segundo o professor Anísio Teixeira, o de preparar o povo para reivindicações sociais.

---

<sup>153</sup> O Jornal “A Hora” em 27 de fevereiro de 1958.



(...) Não é lícito, porém admitir-se que, mercê de inexplicável complacência, órgãos governamentais preparem-se, entre nós, uma revolução social através da escola, já porque as administrações públicas não se destinam por essência a preparar Revoluções Sociais, já porque a tradição cristã do povo brasileiro frontalmente repele e repudia os mesmos fundamentos do socialismo como doutrina. “Socialismo religioso, socialismo cristão, - disse admiravelmente Pio XI, - são termos contraditórios: ninguém pode ser, ao mesmo tempo, bom católico e verdadeiro socialista” (Quadragésimo Anno, 46)

(...) O povo brasileiro, na verdade, não quer que se transforme, por uma revolução social, a começar da escola, república Brasileira em uma República Socialista. Que o queiram, e proclamem esse desejo, servidores elevadamente situados do Ministério da Educação e Cultura, é fato, por isso mesmo, que deverá merecer especial atenção dos Altos Poderes da República

(...) Não ignora a Igreja a gravidade e a extensão do problema educacional brasileiro, particularmente quanto ao ensino primário, a reclamar urgentemente solução capaz de sobrepor-se às alarmantes deficiências, que tanto e tão fundamente afetam a vida nacional. À solução desse problema, dedica a Igreja o melhor de seu esforço, não recusando, para resolvê-lo, a colaboração de todos os homens de boa vontade. Nesse tentamen, não esmorecerá a Igreja, já que o feliz êxito, no realizá-lo, é, manifesto, essencial, não só ao bem das almas, como ao progresso futuro da Nação.<sup>154</sup>

O debate em torno dos pronunciamentos do arcebispo de Porto Alegre, exigindo a saída de Anísio do INEP, deixava entrever a tomada de posição dos intelectuais de todo Brasil como revela, por exemplo, a enquete do jornal “O Globo”, promovida em torno das repercussões dos pronunciamentos e na qual se manifestariam Gustavo Corção<sup>155</sup>, Clóvis Monteiro<sup>156</sup>, Alcântara Nogueira, Enéas Martins de Barros, Gonzaga Gama Filho, Anísio Teixeira e Bayard Demaria Boiteux<sup>157</sup>. Da mesma forma, na revista *Vozes*, de abril daquele ano, a relação educação e liberdade de ensino era defendida com o artigo “*Salvaguardar a liberdade de Ensino pára salvar a cultura humana*”, do Padre Otorino Fantin, de São Paulo, que afirmava que o verdadeiro propósito da liberdade estava centrado na

<sup>154</sup> O documento data de 29 de março de 1958 e foram signatários: Arcebispo, Vicente Scherer; Bispo de Santa Maria, Antonio Reis; Bispo de Pelotas, Antônio Zattera, Bispo de Pelotas; Benedito Zorzi, bispo de Caxias; Cláudio Colling, Bispo de Passo Fundo; Luís de Nadal, Bispo de Uruguaiana; Luís Vitor Sartori; Bispo Coadjutor de Santa Maria; Edmundo Kunz, Bispo auxiliar de Pôrto Alegre.

<sup>155</sup> Gustavo Corção (17/12/1896 – 06/07/1978). Foi membro do Centro Dom Vital e participou da Ação Católica Brasileira. Cronista do Diário de Notícias. Sobre a trajetória de Corção ver: JALLES DE PAULA.

<sup>156</sup> Clóvis Monteiro (10/09/1898 - 13/07/1961). Foi um dos fundadores da Faculdade Santa Úrsula. Foi também professor da faculdade Católica do Rio de Janeiro.

<sup>157</sup> “Pais e Governo pensam no problema do ensino em termos totalitários” IN: Jornal “O Globo”, Rio de Janeiro, 13 março de 1958.

tolerância. Neste sentido, suas palavras nos trazem um questionamento que viria a preencher recorrentemente as páginas da revista:

Claro está que diante de Deus e da verdade a consciência não tem o direito de escolher a seu bel-prazer qualquer caminho; deve de eleger a vereda verdadeira, por quanto lhe seja possível conhecê-la. Diante do Estado, porém, diante da Comunidade atemporal e do Poder temporal, a consciência é livre de escolher sua vida espiritual, intelectual, arcando com sua responsabilidade. (VOZES. a.52, n. 4,abr, 1958, p. 270).

De acordo com a interpretação dos vários artigos de *Vozes*, as aspirações de liberdade propostas pelo INEP iria a limitar a liberdade religiosa ao permitir manifestações de apreço ao laicismo, ao mesmo tempo que não possuía idoneidade e conhecimento sociológico suficiente para analisar as manifestações religiosas. Exemplar deste tipo de leitura encontra-se no artigo “*A escola pública primária*”, na seção “*Idéias e fatos*”, publicada em abril de 1958, que elogiava o sermão proferido pelo arcebispo Scherer, que curiosamente aproveitando do aniversário de sua sacração episcopal, se referiria a Anísio Teixeira como o “*chefe da curriola da laicização e da materialização da vida*”. *Vozes* afirmava, insistentemente, que o sistema de ensino oficial inibiria as liberdades democráticas, da mesma forma que usurparia a liberdade acadêmica e intelectual. (VOZES. a. 52, n. 4 abr, 1958, p. 270)

A revista católica parece, assim, se utilizar do programa do “Seminário de Montevideú”, organizado pela Confederação Interamericana de Educação Católica, que ocorrera entre 23 e 28 de setembro de 1957. Os educadores católicos, através do evento, reivindicavam ao mesmo tempo o fim da interferência do Estado – em sua imposição do sistema oficial de ensino – e o direito à autonomia das organizações profissionais para organizar cursos, para avaliar os sistemas e os alunos e conferir diplomas. Da mesma forma, exaltava-se a escola gratuita como prerrogativa das escolas católicas, reivindicando equidade na divisão dos recursos públicos e divisão proporcional dos fundos para as escolas, quer fossem oficiais ou confessionais.

Outras veículos passaram a ocupar, também, o papel de mediadores no embate entre Igreja e INEP. Ainda que não possamos identificar todos os personagens envolvidos no conflito, os ataques passaram a ser, gradativamente, dirigidos a alguns alvos bem específicos. A imprensa católica (ou simpatizante)

mirava Anísio Teixeira e o INEP, enquanto a imprensa laica (ou simpatizante de Anísio) o clero.

A campanha contra Anísio, que sugere que este e equipe estavam vinculados a grupos de São Paulo, uma vez que aí havia-se iniciado a oficialização da rede escolar, gerou uma grande repercussão principalmente nos jornais daquele estado, bem como nos do Rio de Janeiro. O paulistano *Correio da Manhã* se posicionou a favor de Anísio Teixeira e iniciou uma campanha que ficou conhecida como “Operação Anísio Teixeira”. A conclamação favorável à continuação de Teixeira na direção do INEP, apontava a falta de apoio aos programas como a causa dos problemas educacionais no Brasil. Ainda reforçou a necessidade de se efetivar o programa de ação proposto pelo Instituto para minimizar os graves problemas dos diferentes níveis escolares como, por exemplo, aquele referente ao analfabetismo, cujas cifras em 1950 apontavam para aproximadamente 60% da população e que, de acordo com Anísio Teixeira, resultavam do arcaísmo da estrutura educacional, donde a necessidade de intervir imediatamente no ensino primário. Em abril, o mesmo jornal publicaria, na íntegra, moções de apoio a Teixeira, tanto aquela elaborada, em resposta aos líderes católicos, pelos pesquisadores e funcionários do INEP, quanto a “Moção dos Cientistas brasileiros”, assinada pelo Conselho Universitário da PUC- DF, além de Cesar Lattes, Darcy Ribeiro e Hélio Póvia Filho, entre outros<sup>158</sup>.

O “Jornal do Brasil”, por sua vez, exigia uma definição do governo de Juscelino Kubitschek em relação ao programa nas áreas de educação e economia e sugeria que o Estado deveria esclarecer sua posição no caso do pedido de afastamento de Anísio Teixeira na direção do INEP.

Numa manifestação provocativa, o “Correio da Manhã” publicou matéria sobre a importância dos projetos desenvolvidos pelo INEP, sugerindo que a competência, a seriedade e o compromisso político-social de Anísio Teixeira teriam promovido seu reconhecimento internacional – convidado, à época, para participar da re-avaliação

---

<sup>158</sup>As seguintes manifestações de apoio foram publicadas na íntegra no jornal “Diário de Notícias”: “Moção dos cientistas brasileiros”; “Moção de apoio da Associação Brasileira de Educação” e “Moção dos Cientistas brasileiros. Rio de Janeiro, 22 abril de 1958. Na mesma data o jornal “Correio da Manhã” publicou reportagem sobre as manifestações de apoio e solidariedade apresentadas ao prof. Anísio Teixeira.

dos programas da União Pan-Americana e das discussões sobre planejamento educacional da UNESCO/ Carnegie Corporation/OEA. Esta matéria, ao apontar os pontos de convergência entre o programa local e o projeto internacional de desenvolvimento (promovido pelas organizações supracitadas), parece sugerir que as ações do INEP eram indicativas de um modelo racional de Estado nacional compatível com as definições da política internacional, conseqüentemente em acordo com os ideais de modernidade de uma fração representativa das *elites intelectuais* emergentes das carreiras acadêmicas.

As acusações contrárias às propostas de Anísio Teixeira buscavam solidificar sua argumentação vinculando o projeto da LDB ao modelo autoritário. Ora apareciam como nazistas e, na maioria das citações, como comunistas. A idéia disseminada pelo INEP, na qual a liberdade da cultura era uma das principais referências, foi questionada quando o Senador Lourival Fontes<sup>159</sup> manifestou a solidariedade a Anísio. Na publicação de junho, o artigo “Em defesa da liberdade de ensino”, questionava a noção de liberdade de escolha e enfatizava a repercussão nacional da campanha contra Anísio Teixeira. Reforçou-se, neste artigo, que o posicionamento da revista era motivado por questões religiosas uma vez que a proposta de Anísio era fundada na inversão de valores. Embora reconhecesse que as críticas tivessem um caráter personalista, tentou desqualificar o aspecto racional dos argumentos apresentado pelos defensores, destacando o regionalismo baiano de uns e o compadrio de outros.

Uns são baianos e dos carcazes de seu bairrismo tiram os mais retumbantes epítetos para a defesa do ilustre conterrâneo. Outros vivem a sombra de Anísio, ou com o mesmo mantém relações de amizade ou de afinidade ideológica. Eis o caso do nosso muito conhecido colega marxista de São Paulo, o desastrado Anhemi. Anísio compra-lhe o nefasto encalhe e distribui entre as Faculdades desta terra radiosa. O rendimento daí auferido tem especial condão de aumentar os sete-fôlegos da virulenta pugnacidade do citado colega, campeão absoluto e insolente do anticlericalismo indígena, em favor de Anísio, contra a negra ameaça de obscurantismo que sorverá num poderoso “Black-out” em pleno século das luzes. (RAMOS

Nesta perspectiva, os compromissos indicariam a configuração do grupo

---

<sup>159</sup> Lourival Fontes foi Diretor do DIP, uma das repartições responsáveis pela censura no Governo Vargas.

solidário ao Anísio. O que nos interessa neste momento é marcar a forma que a *Vozes* desenha a relação entre Anísio Teixeira e *Anhembi*. Para *Vozes* era uma relação de interdependência uma vez que a revista era comprada pelo INEP, que em contra- partida defenderia o projeto da LDB. As acusações mútuas se estenderiam por muitos meses gerando manifestações de católicos favoráveis ao Anísio e correligionários de Juscelino que apoiaram a Igreja.

A Igreja, imbuída da missão salvadora dos princípios religiosos e da hierarquia dos valores, divulgava uma nova declaração alertando contra (aquilo que definiram como) os perigos que todos deveriam evitar e elementos que viriam a marcar o futuro da nação brasileira. Os problemas elencados foram os equívocos sobre os projetos de educação, a ação social face aos problemas sociais e as deficiências da política que fragilizariam o regime democrático.

Ao vermos a nova Capital que emerge da terra vermelha revolvida por máquinas gigantescas e, sobretudo, ao entrevermos o que representará o transplante do Governo para o interior do país, ligado, em breve por estradas aos mais distantes centros da nação, medimos ainda mais, a inadiabilidade do tríplice aviso que deixamos aqui:

- se a educação não for pelo Estado colocada em seus devido termos, se a família e a Igreja não tiverem na obra educativa o papel insubstituível que lhes cabe, construções materiais como Brasília serão imensos corpos sem alma.
- se os problemas sociais não tiverem tratamento adequado, a capital da democracia que imaginamos construir poderá amanhã ser a capital de mais uma das chamadas Repúblicas Populares.
- se a política não se deixar orientar pela moral, se o bem comum não pairar acima de paixões e interesses inconfessáveis, tudo poderá acontecer neste país nem valerá a pena estar construindo cidades novas na esperança de um mundo melhor<sup>160</sup>.

*Vozes* aclamava a promulgação das Leis nº 1.493 de 1943, que regulava a subvenção ao ensino das escolas particulares e 1.524, de 1950, que definiu a liberdade escolar e previa o auxílio às Escolas Superiores. Neste movimento relacional, no qual as estratégias se voltavam para a legalidade das práticas contidas no projeto da LDB, o que se buscava era enfraquecer os argumentos dos adversários, apontando para o caráter coercitivo e para as mudanças das regras no

---

<sup>160</sup> Declarações dos Cardeais, arcebispos e Bispos do Brasil reunidos em Goiânia de 3 a 11 de julho de 1958. O documento foi reproduzido na íntegra na Revista Católica de Cultura *Vozes*, em agosto de 1958 (pags. 597-605)

meio do jogo.

Com o fim da Liga Eleitoral Católica (LEC) em julho de 1958, a *Anhembi* percebia como o encaminhamento de novas estratégias de combate estavam se delineando. O que num primeiro momento poderia sugerir um enfraquecimento das organizações católicas, aos poucos nos revela como mais uma estratégia para fragilizar e desqualificar as propostas do projeto da LDB.

A resposta de *Anhembi* veio num comentário acerca da reunião dos bispos em Goiânia e sobre as deliberações acerca da organização do Estado:

Pensam eles que a orientação da escola particular tem de ser dada por ela mesma. Quer dizer a balburdio no ensino. Um jogo de influências pelo qual se estabelecerá através da escola a concorrência de doutrinas. E firmam esta opinião com o argumento de que a orientação estabelecida pelo Estado e, entre nós mediocrizante. Mas tudo no Brasil é mediocrizantes, não porque sejam mediocrizantes as normas partidas do Estado, mas porque o Brasil é um país atrasado, cujos homens públicos são em geral medíocres e jamais deram conta do que seja a cultura. E o país todo é assim, clero, burguesia, povo, elites, tudo primitivo ou primário. Estamos ainda no estádio da caridade física sem nenhuma noção de caridade intelectual. (...) na verdade, o conflito existente entre os bispos e Anísio Teixeira baseia-se no fato de aquêles se baterem pelo privilégio católico na educação da infância e da juventude. (ANHEMBI, a.8, n. 96, v, 32, jul, 1958, p.irreg)

A polêmica, mais uma vez, retoma o argumento da interseção do ensino quando da publicação do texto intitulado “*Educação segundo Anísio Teixeira, a Filosofia e a Igreja*” divulgado em anexo a revista da Conferência dos Religiosos do Brasil em setembro de 1958. Esta publicação, assim como o manifesto político da Confederação das Famílias Cristãs, segundo Paulo Duarte seriam exemplos da coação clerical.

As acusações de um e de outro lado continuariam retomando constantemente o “caso da Universidade do Paraná”<sup>161</sup>. *Vozes e Anhembi*, em todos os seus números atacavam-se mutuamente, apontado os seus vínculos e compromissos com os grupos que disputavam o controle do campo intelectual. Em julho de 1959, por exemplo, em artigo assinado, Abelardo Ramos afirmava que Anísio Teixeira em entrevista à revista “O Cruzeiro” não teria se posicionado como um democrata:

---

<sup>161</sup> A este respeito ver o capítulo 1 deste trabalho.

(...) mas como socialista que é, procurando, através de uma colocação enganosa do problema educacional, conduzir massas populares ao apoio de sua aceção estatal do ensino.

O emprego ardil condena as idéias de um homem, só pelo fato de condenar o homem. Não se pode esperar o bem, de quem se vale do mal. Se educar é conduzir para a liberdade, e liberdade pressupõe conhecimento, que entender do uso de frases para manchete, cujo valor reside na expectativa da incapacidade de discernir quem vai ler?

Foi feliz, no entanto, a entrevista. Abriu um jôgo, chorado há muito tempo. Não mais se pode duvidar, agora, do intuito do Dr. Anísio em socializar a escola, em acabar com a liberdade do ensino provado.

Sua atitude anterior, ambígua e penumbrosa, chegara conquistar o aplauso de muita gente boa – e eram pedras em nosso caminho, quando apontávamos o verdadeiro objetivo do educador baiano. Pois se o môço apenas queria dar escolas gratuitas e as escolas de preços módicos; o ensino provado tem que ser caro, tem que ser caríssimo; o melhor ensino será exclusivamente privilégio dos abastados. A isto, finalmente, se reduziu sua escola democrática: a exacerbação de um reflexo da consciência de casta. (RAMOS, 1959:482)

Ramos sugeria que a intenção de Teixeira era a de acirrar as contradições entre as classes. Neste sentido, o privilégio seria provisório, pois, para o autor “Marx ensinava que, para apressar o advento da ditadura do proletariado, era necessário que o rico explorasse cada vez mais o pobre”. Entendia que Teixeira pretendia agravar as diferenças propositalmente a fim de criar uma situação insustentável e, conseqüentemente, executar a reforma marxista no ensino.

Contudo, a publicação em 1959, do “Manifesto dos Educadores mais uma vez convocados” embora não tenha incitado reação direta nas páginas da *Vozes*, reiterava a “defesa pela educação democrática.

O Manifesto - publicado primeiramente no jornal “O Estado de São Paulo” - documento elaborado por Fernando de Azevedo e assinado por 161 educadores<sup>162</sup>,

---

<sup>162</sup> Fernando de Azevedo, Júlio Mesquita Filho, Antônio Ferreira de Almeida Júnior, Anísio Spínola Teixeira, A. Carneiro Leão, José Augusto B. de Medeiros, Abgar Renault, Raul Bittencourt, Carlos Delgado de Carvalho, Joaquim de Faria Góes Filho, Arthur Moses, Hermes Lima, Armanda Álvaro Alberto, Paulo Duarte, Mário de Brito, Sérgio Buarque de Holanda, Nelson Werneck Sodré, Milton da Silva Rodrigues, Nóbrega da Cunha, Florestan Fernandes, Pedro Gouvêa Filho, A. Menezes de Oliveira, João Cruz Costa, Afrânio Coutinho, Paschoal Lemme, José de Faria Góes Sobrinho, Haiti Moussatché, J. Leite Lopes, Gabriel Fialho, Jacques Danon, Maria Laura Monsinho, Maria Yedda Linhares, Anne Danon, Roberto Cardoso Oliveira, Oracy Nogueira, Luis de Castro Faria, Amílcar Viana Martins, Branca Fialho, Euryalo Cannabrava, Thales Mello de Carvalho, Ophelia Boisson, Francisco Montojos, Joaquim Ribeiro Darci Ribeiro, Egon Schaden, Jaiyme Abreu, Juracy Silveira, Lídio Teixeira, Eurípedes Simões de Paula, Carlos Correia Mascaro, Renato Jardim Moreira, Azis Simão, Maria Isaura Pereira de Queiroz, Lúcia Marques Pinheiro, Armando de Campos, Laerte

pretendia esclarecer acerca problemas que orientavam os debates em torno da LDB:

(...)É, pois, num estado de espírito, limpo de paixões e de interesses, que lançamos êsse novo Manifesto ao povo e ao govêrno. Os que porventura pensam ou pensarem de maneira diferente, hão de reconhecernos, o amor ao princípio de liberdade, que são os primeiros a invocar, o direito que nos assiste e temos por um dever indeclinável, de apresentar e submeter ao julgamento público os nossos pontos de vista sôbre problemas da gravidade e complexidade com que se apresentam os da educação. A verdade impõe-nos a consciência dizê-la inteira, com sinceridade radical, serena energia e ardor lúcido, sem trazer, porém, o debate a que fomos convocados, a terreno inconveniente, sem lhe imprimir o caráter polêmico, de antagonismos pessoais, a que, em circunstância alguma, deveriam descer, como infelizmente já desceram, as discussões em matéria de tamanha magnitude. No esforço para a reconstituição dos fatos e a inteligência das novas condições de vida, não nos sobressaltam os fantasmas do mêdo e da ameaça que vagueiam nessa cerração, feita de confusões, intencionais ou inconscientes, e que, tocada por ventos fortes de um ou outro ponto do horizonte, se adensa cada vez mais à volta de nós, tentando subtrair-nos aos olhos as necessidades e tendências reais da educação no mundo contemporâneo.

(...) Esta mensagem, decorridos mais de 25 anos da primeira que em 1932 nos sentimos obrigados a transmitir ao público e às suas camadas governantes, marca nova etapa no movimento de reconstrução educacional que se procurou então desencadear, e que agora recebe a solidariedade e o apoio de educadores da nova geração. Outras, muito diversas, são as circunstâncias atuais que naturalmente reflete êste novo documento, menos doutrinário, mais realista e positivo, na linha, porém, do pensamento da mesma corrente de educadores. O que era antes um plano de ação para o futuro, tornou-se hoje matéria já inadiável como programa de realizações

---

Ramos de Carvalho, Maria José Garcia Wereb, Fernando Henrique Cardoso, Samuel Wereb, Ruth Correia Leite Cardoso, Carlos Lyra, Joaquim Pimenta, Alice Pimenta, Maria Isolina Pinheiro, Rui Galvão de Andrada Coelho, Mário Barata, Luís Eucídio Melo Filho, Mário Travassos, José Lacerda Araújo Feio, Otacílio Cunha, Víctor Staviarski, Cesar Lattes, José Alberto de Melo, L. Laboriau, O. Frota Pessoa, Celso Kelly, Álvaro Kilkerry, Bayart Damaría Bolteaux, Afonso Varzea, Mário Casassanta, Luis Palmeira, Joel Martins, Fritz Delauro, Raul Rodrigues Gomes, Mecenas Dourado, Perseu Abramo, Iva Weisberg, Linneu Camargo Schultzer, Alvércio Moreira Alves, Douglas Monteiro, David Perez, Moises Brejon, Paulo Leal Ferreira, José de Almeida Barreto, Paulo Roberto de Paula e Silva, Afonso Saldanha, Jorge Leal Ferreira, Jorge Barata, A. H. Zimmermann, Cesar Veiga, Diógenes Rodrigues de Oliveira, Mendonça Pinto, Silvestre Ragusa, Augusto Rodrigues, Nelson Martins, Dulce Kanitz, Paulo Maranhão, Neusa Worllo, Alvaro Palmeiro, Rubens Falcão, Otavio Dias Carneiro, Jaime Bittencourt, Geraldo Bastos Silva, Letelba Rodrigues de Brito, Joaquina Daltro, Honório Peçanha, Helena Moreira Guimarães, Ester Botelho Orêstes, Mariana Alvim, Aldo Muylae, Irene de Melo Carvalho, Tasso Moura, Cecília Meirelles, Maria Geni Ferreira da Silva, Jorge Figueira Machado, Paulo Campos, Tarcisio Tupinambá, Baltazar Xavier, Teófilo Moisés, Gastão Gouvêa, Albino Peixoto Dalila Quitete, Augusto de Lima Filho, Miguel Reale, Manoel de Carvalho, Wilson Martins, Milton Lourenço de Oliveira, Roberto Danemann, Silvia Bastos Tigre, Wilson Cantoni, Raul Sellis, Silvia Maurer, Gui de Holanda, Adalberto Sena, Antonio Candido de Melo e Souza, Inezil Pena Marinho, Maria Thetis, Alberto Pizarro Jacobina, Alvaro Vieira Pinto, Modesto de Abreu, Zenaide Cardoso Schultz, Celita Barcelos Rosa, Ismael França Campos, Zilda Faria Machado, Iracema França Campos, Alfredina de Souto Sales Sommer, Oto Carlos Bandeira Duarte Filho, Valdemar Marques Pires, Viriato da Costa Gomes, Niel Aquino Casses, Terezinha de Azeredo Fortes, Hugo Regis dos Reis.



práticas, por cuja execução esperamos inutilmente, durante um quarto de século de avanços e recuos, de perplexidades e hesitações. Certamente, nesse largo período, tivemos a fortuna de constatar numerosas iniciativas do maior alcance, muitas delas de responsabilidade direta ou sob a inspiração de alguns dos signatários do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. Mas foram elas ou largos planejamentos, parcialmente executados, ou medidas fragmentárias, em setores isolados da educação ou de influências regionais, sem as conexões indispensáveis com as diversas esferas do aparelhamento escolar, cuja estrutura geral não se modificou, mantendo-se incongruente e desarticulada em suas peças fundamentais.

Com a proliferação desordenada, sem planejamento e sem critério algum (a não ser o eleitoral), de escolas superiores e, particularmente, de Faculdades de Filosofia, já se podem calcular as ameaças que pesam sobre esse nível de ensino, outrora com as poucas escolas tradicionais que o constituíam, e apesar de suas deficiências, um dos raros motivos de desvenecimento da educação nacional. Se se considerar ainda que ultrapassa de 50% da população geral o número de analfabetos no país e que, de uma população em idade escolar (isto é, de 7 a 14 anos) de 12 milhões de crianças, não frequentam escola senão menos da metade ou, mais precisamente, 5.775.246, nada será preciso acrescentar, pois já se terá, com isso, um quadro sombrio demais para lhe carregarmos as côres e desolador demais para nos determos na indagação melancólica de outros fatos e detalhes.

Mas fabricar com todos êsses ingredientes opinião contra a educação pública, como se ela, a vítima, fosse responsável pelo abandono a que a relegaram os governos, é realmente de pasmar. Pois as causas da lamentável situação a que se degradou, por um processo de desintegração de que somente agora se dão conta os seus detratores, saltam aos olhos de qualquer cidadão esclarecido e disposto a refletir um pouco sobre os fatos. Na impossibilidade de alongar-nos na análise de cada uma delas, bastará apontá-las. O rápido crescimento demográfico, nestes últimos trinta anos; o processo de industrialização e urbanização que se desenvolve num ritmo e com intensidade variáveis de uma para outra região; as mudanças econômicas e sócio-culturais que se produziram, em consequência, são alguns dos fatores que determinaram esse desequilíbrio e desajustamento entre o sistema de educação e as modificações surgidas na estrutura demográfica e industrial do país. Processou-se o crescimento espontâneo da educação, pela própria força das cousas, e tanto mais desordenadamente quanto, em vez de se ampliar, se reduziu a ação coordenadora do poder público, federal e estadual, que não se dispuseram também a dominar e a canalizar as forças sociais e políticas libertadas pelas mudanças que se operaram na estrutura econômica e industrial.

(...) Não foi, portanto, o sistema de ensino público que falhou, mas os que deviam prever-lhe a expansão, aumentar-lhe o número de escolas na medida das necessidades e segundo planos racionais, prover às suas instalações, preparar-lhe cada vez mais solidamente o professorado e aparelhá-lo dos recursos indispensáveis ao desenvolvimento de suas múltiplas atividades. As aperturas financeiras em que sempre se debateu o conjunto educacional, na variedade de suas instituições, não podiam deixar de poderosamente contribuir para embaraçar, retardar senão tolher os seus progressos. Mas êste não é mais do que um dos graves aspectos da

questão. Problemas como êsses, eminentemente técnicos, enredam-se, por um lado, no plano administrativo, de dificuldades inextricáveis para quem não possa aspirar aos foros de cousa alguma em matéria de ensino e não tenha adquirido, no estudo e na prática diuturna, conhecimentos especiais e experiência na administração. Não é possível, por outro lado, pretender resolvê-los ou pô-los em via de solução enquanto não se difundir na opinião pública e nas assembléias políticas ou não se lhes inculca na maioria a consciência da importância primordial, da complexidade dos problemas de educação e da irreparabilidade de suas conseqüências. Para responder ao terrível desafio que nos lançam as sociedades modernas, numa fase crítica de reconstrução e de mudanças radicais, o de que necessitaria o país, antes de tudo, é de governos e de câmaras legislativas que se preocupassem em maior medida com a política a longo prazo e cada vez menos com interesses partidários e locais. Não se trata, pois, agora de apurar responsabilidades que afinal se repartem, em graus diferentes, por todos os setores da vida social, mas de fazer uma oração perante o povo e, particularmente, perante a mocidade, – uma oração em que o mea culpa preceda o sursum corda, o ato de contrição ao ato de esperança. (MANIFESTO apud Revista HISTEDBR On-line, 2006:205-206)

*Anhembí*, mantendo-se porta-voz do grupo, daria destaque a proposta dos signatários do novo Manifesto:

(...) a educação pública por que nos batemos, ontem como hoje, é a educação fundada em princípios e sob inspiração de ideais democráticos. A idéia de educação pública - conquista irreversível das sociedades modernas; a de uma educação liberal e democrática, e a de educação para o trabalho e o desenvolvimento econômico e, portanto, para o progresso das ciências e da técnica que residem na base da civilização industrial, são três teses fundamentais defendidas por educadores progressistas do mundo inteiro. ANHEMBÍ. a.9, n. 104, v, 25, set, 1959, p. 341-348)

A Revista *Vozes* reagiria publicando o manifesto da reação católica “Em Defesa da Educação Democrática”:

Duas concepções disputam o predomínio sobre a educação: o liberalismo agnóstico e o totalitarismo ateu. (...) Aos totalitários ateus é essencial, através de uma escola neutra e uniformizante, esvaziar de significado espiritual a educação.

Concebemos a educação como um processo de formação do homem, ligado à sua natureza e ao seu destino; entendemos que não se pode dissociá-lo de uma filosofia da vida e das próprias contingências históricas. Afirmamos o homem *sujeito* e não *objeto* da educação.

A nossa posição não é sectária, é ecumênica. Não é contingente, é permanente. Baseia-se no primado espírito, na providência da pessoa sobre os interesses individuais, na supremacia da sociedade sobre o Estado. (VOZES, a. 53, n.9, set, 1959, p. 693)

A reação católica, desse modo, buscava afirmar que o projeto da educação pública seria uma manifestação totalitária, comum aos estados socialistas, vendo a proposta de Anísio Teixeira como propagadora do ideário marxista. Este discurso fazia-se recorrente nas falas que embasavam as acusações propagadas pela intelectualidade católica contrária às reformas. Assim, curiosamente, o próprio Manifesto dos Educadores Mais Uma Vez Convocados, antecipadamente, argumentava:

É nesse mesmo Manifesto, tantas vezes incompreendido e mal interpretado, que foi lançada a idéia que se procura agora concretizar no projeto de lei de Diretrizes e Bases da educação nacional, em discussão na Câmara de Deputados. Vale a pena de desenterrar os fatos mais significativos dessa pequena história que já tem pouco mais de um quarto de século e é afinal um dos episódios do próprio movimento de reconstrução educacional de que tiveram alguns de nós a iniciativa e por que vimos lutando sem descanso, entre incompreensões e hostilidades. Mas, antes de irmos aos fatos, é do maior interesse lembrar um dos trechos desse documento, referentes à matéria. "A organização da educação sobre a base e os princípios fixados pelo Estado, no espírito da verdadeira comunidade popular e no cuidado da unidade nacional, não implica um centralismo estéril e odioso, ao qual se opõem as condições geográficas e sócio-culturais do país e a necessidade de adaptação da escola aos interesses e às exigências regionais. Unidade não significa uniformidade. A unidade pressupõe diversidade. Por menos que pareça à primeira vista, não é, pois, na centralização mas na aplicação da doutrina federativa e descentralizadora que temos de buscar o meio de levar a cabo, em toda a república, uma obra metódica e coordenada, de acordo com um plano comum, de grande eficácia, tanto em intensidade quanto em extensão. Ao Distrito Federal e aos Estados, nos seus respectivos territórios, é que deve competir a educação em todos os graus, dentro dos princípios gerais fixados na nova Constituição que deve conter, com a definição de atribuições e deveres, os fundamentos da educação nacional. Ao governo central, pelo Ministério da Educação, caberá vigiar sobre a obediência a esses princípios, fazendo seguir as orientações e os rumos gerais estabelecidos na Carta Constitucional e em leis ordinárias, socorrendo onde haja deficiência de meios, facilitando o intercâmbio pedagógico e cultural dos Estados e intensificando por todas as formas as suas relações espirituais". (MANIFESTO apud Revista HISTEDBR On-line, 2006:208)

Seja para divulgar a palavra de Deus ou para promover mão de obra qualificada, o que se torna evidente é que as discussões em torno do substitutivo Carlos Lacerda<sup>163</sup>, revelavam as ambigüidades do projeto de modernização no que concerne à Educação e à juventude. O projeto de Carlos Lacerda viria a favorecer

---

<sup>163</sup> O Substitutivo n. 2.222-A/57, tratava da Reforma Geral do Ensino e foi apresentado por Carlos Lacerda (então deputado) para discussão e aprovação.

o ensino privado, pois previa 10% do orçamento federal para escolas particulares, 20% do estadual e 20% do municipal, contrariando as premissas acerca da escola pública e gratuita defendida pelo Anísio Teixeira. *Anhembi* passou a destacar as críticas e comentários referentes ao substitutivo, questionando a possibilidade deste para solucionar os problemas da nação. *Vozes*, da mesma forma que previa que a liberdade de ensino era mais importante para o Estado do que para a própria Igreja, aceitava a assertiva de que os projetos refletiriam as ideologias dos partidos políticos, ainda que julgasse que este assunto não lhe cabia discutir.

Monopólio só existiria quando a educação funcionasse como instrumento político e ideológico do Estado, como um instrumento de dominação. Que não existe êle entre nós, estão aí por prova a legislação do ensino que abre à iniciativa privada amplas possibilidades de exploração de quaisquer domínios da atividade educacional, e o número crescente de escolas particulares de todos os graus e tipos que por aí se fundaram e funcionam, não sob o olho inquisidor e implacável do Estado, mas com uma indulgência excessiva dos poderes públicos em face de deficiências de tóda ordem e de ambições de lucro, a que, salvo não poucas e honrosas excepções, devem tantas instituições privadas de ensino secundário a pecha de "balcões de comércio", como as batizou Fernando de Magalhães há mais de vinte e cinco anos, numa crítica severa de nosso sistema educacional. Se, na esfera do ensino fundamental comum, certamente menos lucrativo, dos 5.775.246 alunos matriculados, não frequentam escolas particulares senão 720.746 (e, por isso mesmo, pela preponderância da escola pública, o que temos de melhor, apesar de tódas as suas deficiências, é o ensino primário), atinge a 80% o ensino secundário entregue a particulares, – e daí exatamente decorre tóda a grave crise em que se debate êsse grau de ensino no país. Onde, pois, como se vê, cumpriu o Estado com mais zêlo os deveres que lhe impôs a Constituição, progrediu o ensino, – é a parte referente à educação fundamental e superior; e onde dêle se descuidou, descarregando suas obrigações às costas de entidades privadas, como no caso do ensino secundário, é o que de pior se exertou no sistema geral de educação. O dia em que êsse grau de ensino (o "secundário", que passou a sê-lo no sentido pejorativo da palavra) tiver dos poderes públicos a atenção que requer, e se inverter, em consequência, pela expansão do ensino público, a referida porcentagem, alcançando o Estado mais 40 ou 60% dos 80 que cabem agora a instituições particulares, o ensino de nível médio, na diversidade de seus tipos de escolas (sobretudo secundárias e normais), tornará o impulso que adquiriu o ensino primário, com tódas as suas deficiências de escolas e instalações, e entrará numa fase de reconstrução e de progressos reais. A educação pública, por tóda a parte, está sujeita a crises periódicas, mais ou menos graves, e a bruscos e passageiros eclipses. ( MANIFESTO apud Revista HISTEDBR On-line, 2006:214)

Na esteira *Manifesto dos Bispos Gaúchos*, e contrário ao *Manifesto dos*

*pioneiros*, havia-se realizado entre os dias 03 e 11 de julho 1958, um encontro dos cardeais, Bispos e Arcebispos do Brasil e que culminou na Declaração dos Bispos de Goiânia - e que seria divulgado na *Vozes*. Por seu turno, a *Anhembi* assinalaria que as manifestações do clero indicavam apoio ao projeto enviado por Carlos Lacerda. E mais: apontava que desconsideraram a ideologia partidária por que o substitutivo atendia aos interesses da Igreja. *Anhembi* entendia que essa batalha era da Igreja a favor da aprovação do substitutivo que visava a descentralização do ensino e não uma batalha pela superação do atraso educacional.<sup>164</sup>

O apelo à “consciência católica da nação” era colocada em xeque à medida que as moções de apoio a Anísio alimentavam os debates. A Associação Brasileira pela Liberdade da Cultura (ABLC) via no pronunciamento dos Bispos o reacionarismo que intentaria minar as manifestações populares. *Vozes*, afirmava que o alvo era a Igreja Católica e não o ideário educacional confessional que era contestado. Assim, enquanto o INEP estava voltado para as indicações da plataforma UNESCO/OEA do Seminário Interamericano de Educação Primária<sup>165</sup>, que previa o planejamento da educação em todos os ciclos. Para *Vozes*, negativamente, a orientação para a técnica e à ciência, marcas de um modelo agnóstico de Estado, seria ponto de partida para pejorativamente orientar as “vocações” humanas em detrimento da planificação, que deveria considerar as necessidades conjunturais de cada país e para tal empreendimento as pesquisas deveriam tratar cientificamente os processos educativos.

(...) a educação pública por que nos batemos, ontem como hoje, é a educação fundada em princípios e sob a inspiração de ideais democráticos. A idéia da educação pública, – conquista irreversível das sociedades modernas; a de uma educação liberal e democrática, e a de educação para o trabalho e o desenvolvimento econômico e, portanto, para o progresso das ciências e da técnica que residem à base da civilização industrial, são três teses fundamentais defendidas por educadores progressistas do mundo inteiro. A educação tornou-se uma função ou caiu "sob a ingerência e direção do público", pela extensão, gravidade de suas conseqüências e sua qualidade de irreparáveis; e ao Estado que tem um papel social de assimilação, que estabelece "a solidariedade entre as diversas partes da comunidade nacional, as associa a uma vida comum, solda a dependência

---

<sup>164</sup> *Anhembi* entendia que o projeto educacional que estava se instaurando seria definitivamente um retrocesso de difícil classificação. Entendia que o substitutivo do deputado Carlos Lacerda teria sido elaborado com base no livro “Princípios Básicos da Liberdade de Ensino” o jesuíta Ismael Quilmes.

<sup>165</sup> Realizado em Montevidéu em 30 de outubro de 1950.

entre as gerações", nas palavras de Félix Pécaut, compete, promovendo a educação pública, promover a convergência e a harmonia dos esforços humanos lá onde aqueles que olham de baixo não vêem luta e competição de grupos. A escola pública concorre para desenvolver a consciência nacional: ela é um dos mais poderosos fatores de assimilação como também de desenvolvimento das instituições democráticas. Entendemos, por isso, que a educação deve ser universal, isto é, tem de ser organizada e ampliada de maneira que seja possível ministrá-la a todos sem distinções de qualquer ordem; obrigatória e gratuita em todos os graus; integral, no sentido de que, destinando-se a contribuir para a formação da personalidade da criança, do adolescente e do jovem, deve assegurar a todos o maior desenvolvimento de suas capacidades físicas, morais, intelectuais e artísticas. (215)

As configurações estabelecidas neste período são fundamentais para se compreender as dinâmicas nos processos políticos que a procederam. Ora influenciados pelo pragmatismo de Dewey, noutros contextos mostraram-se comprometidos com a organização racional dos estados democráticos, resultante dos estudos de Mannheim, ou ainda pelo ideário católico. A rigor podemos afirmar que a intelectualidade brasileira se voltou para o ponto mais frágil do ideal de modernidade que se instalara no mundo, logo após a Segunda Grande Guerra, a educação. Alguns movimentos no campo católico, tocados pela agenda do Concílio Vaticano II, tinham como meta acabar com a influência comunista outros, em consonância com a UNESCO, viam planificação um modelo possível para o desenvolvimento.

A revolução industrial, de base científica e tecnológica que se expande por toda a parte, em graus variáveis de intensidade; as reivindicações econômicas ou a ascensão progressiva das massas e a luta para melhorar suas condições de vida (pois a riqueza está evidentemente mal distribuída e, como tantas vezes já se lembrou, "não devemos pensar que podemos impunemente continuar a enriquecer enquanto o resto da população empobrece"); e, finalmente, a expansão do nacionalismo pelo mundo inteiro, são fatos sumamente importantes a que não nos arriscamos a fechar os olhos, e cujas repercussões, no plano educacional, se vão tornando cada vez mais largas e profundas. O nosso aparelhamento educacional terá também de submeter-se a essas influências para ajustar-se às novas condições, e só o Estado, pela amplitude de, seus recursos e pela largueza de seu âmbito de ação, poderá fazer frente a tais problemas e dar-lhe soluções adequadas, instituindo, mantendo e ampliando cada vez mais o sistema de ensino público e estimulando, por todos os meios, as iniciativas de entidades e particulares (216)

As contradições internas, tanto nos grupos intelectuais vinculados à Igreja,

quanto ao ligados ao Anísio, formaram um núcleo comum ao definir o adversário. As alianças se apresentaram, algumas vezes, como desprovidas de qualquer racionalidade ou coerência. Contudo, ainda que a Igreja tenha obtido algumas conquistas - o ensino oficial único foi aprovado em primeira instância em 1950. Contudo, ao propor a secularização através do ensino laico, o INEP, representado por Anísio Teixeira, iniciou o processo de embate que, no limite, poderíamos inferir que remetiam ao projeto de modernização das instituições no Brasil.

A tudo isso, como a qualquer plano de organização, em bases mais sólidas e democráticas, da educação nacional, opõem-se abertamente as forças reacionárias, e nós sabemos muito bem onde elas se encontram e quais são os seus maiores redutos de resistência. Na luta que agora se desfechou e para a qual interesses de vária ordem, ideológicos e econômicos, empurraram os grupos empenhados em sustentá-la, o que disputam afinal, em nome e sob a capa de liberdade, é a reconquista da direção ideológica da sociedade, – uma espécie de retorno à Idade Média, e os recursos do erário público para manterem instituições privadas, que, no entanto, custeadas, na hipótese, pelo Estado, mas não fiscalizadas, ainda se reservariam o direito de cobrar o ensino, até a mais desenvolva mercantilização das escolas. Serão desvios e acidentes no processo histórico de desenvolvimento da educação no país: a história, porém, não avança por ordem ou dentro de um raciocínio lógico, e o problema é antes saber através de qual das desordens, criadoras ou arruinadoras, procuraremos, chegado o momento, encaminhar a nossa ordem, que é a que a Constituição Federal estabeleceu e consulta os supremos interesses da nação. Em todo o caso, esperamos reconheçam o nosso desprendimento, desinteresse pessoal, devoção constante ao bem público e à causa do ensino. (218)

Para Florestan Fernandes, em manifesto publicado no jornal “O Estado de São Paulo” em 11 de fevereiro de 1960, a campanha em defesa da escola pública buscava promover o projeto original da LDB e combater o substitutivo de Carlos Lacerda. Neste sentido, as declarações e pronunciamentos a respeito da “nova” Lei de Diretrizes e Bases da Educação, mostravam as posições adotadas pelos diferentes setores da sociedade. Em leitura retrospectiva, algumas décadas depois, Florestan Fernandes (1991:30-39) avaliaria que a Igreja havia tomado uma posição dramática em relação ao ensino pago. A defesa pela democratização do ensino público remetia ao ideal de educação democrática proposto por Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo:

A luta por esse objetivo já transparece na Constituição de 1934, mas é sob o Ministério de Clemente Mariani que eles conseguem dar uma certa impulsão

aos seus propósitos. O ministro apresenta um projeto em 1948 que era, em grande parte, um projeto de traduzia as aspirações dos pioneiros, mas fazendo concessões a outras exigências de setores diferentes. Ministro sempre é político e, como político, ele precisava atender às pressões que sofria ou de cima ou de baixo (ou de lado ou de dentro dele próprio) o fato é que o projeto Clemente Mariani atendia a uma porcentagem muito grande das reivindicações dos pioneiros, mas não todas. Houve até uma polêmica muito complexa entre liberais maçons e agnósticos, entre idealistas e pessoas que queriam objetivos mais limitados. O fato é que a escola pública estava em crescimento. E escola pública em crescimento significa escola privada em processo de encolhimento. Travou-se, então, uma disputa que eu caracterizei do seguinte modo: de um lado a Igreja Católica querendo ter o monopólio da educação de mentes e corações – felizmente nem minha mente nem meu coração, mas daqueles que fossem às escolas públicas; de outro, o setor comercializado tentando transformar o ensino em uma atividade empresarial, definitivamente, e a possibilidade de competir com esse sistema de ensino público em crescimento, limitando sua capacidade de expansão. (FERNANDES, 1991:38- 39)

As questões colocadas pelo autor reforçam nossa análise de que o campo educacional se configurou como “espaço estruturado” no qual tanto instituições, como indivíduos, lutaram pelo monopólio sobre a autoridade legítima. Nesta perspectiva, segundo Cunha (2005), a autonomia do campo educacional já havia sido reivindicada pelos signatários do “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”, em 1932, e retomada no debate em torno da LDB. As revistas *Vozes* e *Anhembi* foram veículos de informação importantes no debate, publicando artigos e notícias de diferentes intelectuais que se posicionaram em defesa da escola pública ou em defesa à suposta continuidade da liberdade



## Capítulo 6 – Re-interpretando o acontecimento: algumas considerações finais

A Universidade, concebida e instalada em tal clima social, superou de muito as condições do Estado e, embora não pudesse, por conseqüência, ser compreendida há cinqüenta anos, foi uma reação nítida e uma afirmação do valor que existia latente, no coração dos homens do Paraná. Por isso, a Universidade foi e é a mais legítima a mais genuína instituição paranaense, erigida por nós e tirada do mais íntimo do que em nós existia e existe, de devotamento e entusiasmo pelo Brasil. A Universidade foi movimento de libertação regional e de integração nacional.

Flávio Suplicy de Lacerda<sup>166</sup>

O Brasil está para fazer, agora, a sua revolução industrial, melhor diríamos, tecnológica, com seu rol de conseqüências no modo prático de viver, na divisão do trabalho, no surgir da produção em massa, no enriquecimento nacional e na crescente urbanização da vida brasileira.

Anísio Teixeira<sup>167</sup>

Ainda que não tenhamos nos preocupado em verificar as possíveis ambigüidades manifestadas pelos envolvidos no acontecimento, identificar as tomadas de posições foi fundamental para reconstituir e compreender a dimensão do conflito. Identificar as posições frente ao evento e recompor a configuração do período não se constituiu uma tarefa secundária nesta pesquisa, isto porque as categorias classificatórias comparativas, que vislumbram identificar os grupos a partir de suas vinculações à grupos de interesse específicos, apresentou-se - neste caso - frágil e pouco explicativa (esquerda X direita, conservadores X radicais, modernos e tradicionais, proletários e burgueses etc.). A crença na racionalidade inerente ao planejamento movimentava o campo intelectual em torno dos debates acerca do projeto educacional para as próximas gerações. As revistas e jornais eram usados para revelar agentes e defender posições.

Em 1º de março de 1951, Wilson Martins, em aula inaugural na Faculdade de

---

<sup>166</sup> Oração proferida pelo Prof. Flávio Suplicy de Lacerda, na Assembléia Universitária em 19 de dezembro de 1962. Em comemoração ao cinqüentenário da Universidade.

<sup>167</sup> Discurso proferido em ocasião de sua posse na direção do INEP em 1952. (TEIXEIRA, 1976:32)

Filosofia da Universidade do Paraná, discorreu sobre “A revolta contra a inteligência e a missão da Universidade” na qual assinalava que a técnica deveria superar a própria ciência, discurso este, consoante com o domínio do racional sob o irracional a partir do planejamento, como propunham os intelectuais empenhados em formar a “nova elite intelectual” mais adequada ao novo modelo de sociedade que se pretendia. (MANNHEIM). Este argumento seria recuperado com outros arranjos em diferentes momentos.

O que se apresenta, neste momento, como uma narrativa acerca de um acontecimento, na qual atores são avaliados, analisados e, no limite, julgados, se funde com interpretações - que foram se multiplicando entre contextos e intenções diversificadas. O começo foi um olhar, inquisidor, sob aquilo que entendíamos como um conflito local. O conflito, que teve Bruno Enei e o padre Castagnola como protagonistas, nos levou a buscar identificar e compreender uma rede de relações pessoais, anunciada pela *Anhembí*, e que viria a modelar a configuração acadêmica da Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná

A Faculdade de Filosofia, então recém incorporada à Universidade, era inexpressiva no contexto nacional. Alguns de seus professores, tais como Wilson Martins, Temístocles Linhares, Brasil Pinheiro Machado e Loureiro Fernandes, ainda que não constituíssem uma geração, compartilhavam a experiência geracional na configuração de um campo intelectual que estava definindo as regras da institucionalização de todo processo educativo. Estes atores se diferenciavam pela sua inserção no mercado editorial nacional e também no que se refere às redes de relações, fosse por intermédio da sua participação no campo político ou como consequência de suas trajetórias.

As polêmicas geradas em torno do “caso Bruno Enei” podem ser percebidas como uma das primeiras manobras efetuadas pelos agentes interessados em instituir a racionalidade, que viria inferir a objetividade acadêmica no processo de seleção para as cátedras – nas quais a especialização seria um dos princípios que garantiriam credibilidade.

No mínimo, temos uma tomada de posição frente a um evento que

contrariava certo ideal de modernização que se instalava nos espaços acadêmicos. Se mais uma vez recorremos à noção de racionalidade inspirados em Mannheim (1977) – para interpretar o acontecimento que estava pairando sobre a intelectualidade brasileira na discussão em torno da aprovação da LDB – é porque entendemos que era possível vislumbrar no espaço onde havia a tensão entre as duas posições a garantia de “imparcialidade dos intelectuais”. (PIVA, 2000:75)

As tensões não eram novas porque as necessidades de mudanças estruturais já haviam colocado em confronto as elites letradas laicas – que se identificavam com a racionalidade inerente ao processo de modernização – e os grupos dominantes mais conservadores – que se apoiavam nas bases religiosas do catolicismo para manter o controle das instituições.

A marginalidade estrutural da sociedade brasileira marcou, de modo característico, a ideologia educacional das elites dirigentes e a ambivalência de atitudes e reações em face do ensino das ciências sociais oscilou dentro de prazo relativamente curto, da euforia e da desmesurada esperança ao temor e a ojeriza pelas ciências das relações humanas.

Sonhou-se uma <república nova>, racionalizada e burocrática, técnica e planista, de costas para os males do passado e construindo o futuro a golpes de entusiasmo; desembocou, entretanto, num governo totalitário e messiânicamente dirigido, rigorosamente controlado, onde o clima intelectual era menos propício para o desenvolvimento das ciências sociais. (COSTA PINTO, 1955:28)

O agravamento da “marginalidade estrutural”, que vinha se manifestando desde a década de 1930 como consequência do processo de industrialização e da urbanização, exigiu, a partir dos anos 50, a formulação de princípios de racionalização que passaram a orientar o pensamento social – num ambiente ainda marcado por padrões conservadores e resistentes às mudanças, ao mesmo momento em que a democratização do país acentuava a centralização política e administrativa em diversos níveis enquanto o poder se deslocava, gradativamente, do regional para o nacional. (OLIVEN: 1992). Com efeito, num contexto em que a preocupação em relação ao desenvolvimento nacional contemplava o levantamento das condições econômicas e sociais nas diferentes regiões do país, a educação congregava as expectativas em torno das mudanças e os debates que se acirraram neste período acabaram por definir dois grupos: os que apoiavam as propostas da

nova LDB e os que não a aprovavam e que, em muitos casos, se vincularam aos movimentos de resistência da igreja católica.

Em 1958, no mesmo ano em que o Manifesto dos Bispos de Porto Alegre movimentava a imprensa com as críticas e acusações de que proposta da LDB era uma manifestação clara da “bolchevização do ensino”, Paulo Duarte entendia a suspensão da assinatura da *Anhembi* pela Faculdade de Filosofia (UP) era uma retaliação ao apoio dado a Anísio.

A proposta, considerada comunista, se fundamentava no planejamento decorrente do desenvolvimento da ciência e da técnica, voltado para a preparação da nova geração. Numa sociedade em que a instrução era para poucos, a escola pública, acreditava-se, implicaria numa legião de novos atores conscientes de sua posição e capazes de fazer escolhas racionais, uma sociedade que supunha a autonomia do indivíduo a partir do controle da planificação e não a partir de credos ou crenças.

Se considerarmos que o embate entre *Anhembi* e Homero de Barros teve início em junho de 1955, com o “caso Bruno Ennei”, e finalizou com o último número da revista, em 1960, significa que foram 5 anos de contendas e polêmicas, no qual diferentes atores utilizaram as revistas *Vozes* e *Anhembi* para divulgar idéias, concepções políticas, religiosas e ainda, promover debates em torno da educação. Em todos os casos, as posições assumidas revelavam a configuração do campo intelectual, tendo como foco o controle do campo educacional. A questão nacional era tratada pelos intelectuais católicos ou laicos, conservadores ou modernizadores, como um tema fundamental que havia tido como norte o debate em torno da proposta da LDB.

Paulo Duarte entendia que a Universidade do Paraná, por ser então uma das mais novas universidades brasileiras, estava em condições de organizar seus procedimentos de acordo com os “mais rigorosos princípios universitários”. E voltava suas críticas para o que denominava de “faccionismo religioso” de Homero de Barros como um impedimento para a instauração de uma racionalidade inerente ao planejamento para a promoção da modernidade.

O Conflito entre *Anhembi* e a Faculdade de Filosofia, que foi gradativamente assumido pela *Vozes*, incita a refletir acerca das abordagens que problematizam sobre o uso da linguagem e as condições sociais que influenciam a utilização das palavras. Nos diferentes artigos arrolados, percebe-se aquilo que Bourdieu (1998:85-87) assinala como:

A força ilocucinária das expressões não poderia estar localizada nas próprias palavras, como, por exemplo, os vocábulos “performativos”, nas quais tal força estaria *indicada*, ou melhor, *representada*, no duplo sentido. Apenas excepcionalmente em situações abstratas e artificiais de experimentação, as trocas simbólicas se reduzem de pura comunicação e o conteúdo informativo da mensagem esgota o conteúdo da comunicação. O poder das palavras é apenas o *poder delegado* do porta-voz cujas palavras (quer dizer, de maneira indissociável, a matéria do seu discurso e sua maneira de falar) constituem no máximo um testemunho entre outros da *garantia de delegação* de que ele está investido. (Bourdieu,1998:85-87)

Pensar que a autoridade na qual se reveste a palavra não pode ser indissociada daquele que a emite, remete ao papel assumido por Homero de Barros, que era porta-voz da linguagem oficial e, portanto dispunha da autoridade impressa nos discursos institucionais. A configuração do campo intelectual, nos anos 50, perpassava pelas disputas em torno de um projeto nacional de educação, sendo que a idéia de planejamento era um dos suportes norteadores destas disputas.

Ao focarmos Homero de Barros não quisemos supor que este possuísse o mesmo capital intelectual e simbólico de um Paulo Duarte ou, mesmo, de um Anísio Teixeira. Portanto, ao reproduzir os argumentos legitimados pela instituição e pelos católicos, parece-nos que Barros fora delegado pela instituição como o representante autorizado. Nesse sentido, suas colocações se respaldavam nas arguições do Conselho Universitário e, como tal, se utilizava da linguagem da instituição. *Anhembi*, ao contrário, revestir-se-ia com o estilo provocador com o qual Paulo Duarte agregava, às palavras, conotações vinculadas ao contexto no qual estavam inseridos.

Os artigos publicados em *Vozes* e *Anhembi* tinham características específicas, que só fazem sentido se observamos o contexto em que se desenrolaram os embates sobre o papel da educação, das universidades e dos intelectuais. Naquele momento se tornava fundamental revelar as posições

ocupadas no campo intelectual e marcar os posicionamentos frente ao debate em torno da LDB. A linguagem utilizada nos artigos resultava da posição ocupada, tributária duma configuração na qual depositários de uma autoridade delegada concorriam para o controle do campo intelectual nacional. Quando novos atores apresentavam-se em cena, novas estratégias de defesa e ataque se constituíam, como ocorreu, por exemplo, em 1º de setembro de 1958, quando a Diretoria da União Brasileira dos Escritores, sediada em São Paulo, enviou um manifesto ao Reitor da Universidade do Paraná protestando o expurgo dos livros.

O ano de 1959 pode ser visto como o momento mais marcante do embate local quanto à publicidade do conflito, bem como à demarcação das posições ocupadas pelos envolvidos no embate. A manchete publicada na revista *O Cruzeiro*, em 28 de março de 1959, “Inquisição atinge o Paraná”, merece a reprodução por ilustrar o tratamento dado pela imprensa nacional ao expurgo e a mutilação dos livros.

A cidade de Curitiba e a Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná foram sacudidas com um escândalo: um livro de literatura espanhola saiu das prateleiras da Biblioteca e quando voltou tinha sido violentado em oitocentas páginas de suas quase duas mil. O livro se chama “Obras Completas de Perez Galdós”, volume quatro, e está registrado entre os onze mil livros que compõem a Biblioteca sob o número 863. 5 G 149. Faltam as páginas 223 a 680, que constituem (de acordo com o índice) uma história de nome “El Audaz”, “história radical de antaño”. Faltam ainda as páginas de números 755 a 958 nas quais era contada a história de “La familia de León Roch” e finalmente não está no volume caprichosamente rasurado uma história que tem o nome “Tormento”. (O CRUZEIRO, 28.03.1959: 76)

Na reportagem revelou-se que o caso dividiu as opiniões dentro da Faculdade de Filosofia: um grupo acusou o Diretor da Faculdade de ter rasurado e arrancado as páginas que considerava anticlericais; outro afirmava que era um problema decorrente das relações de poder no interior da Faculdade, uma vez que um alguns professores (que objetivavam assumir a direção da Faculdade) desejavam fragilizar a direção da Faculdade. A revista entrevistou os representantes dos dois grupos, conforme citação abaixo releva-se o encaminhamento dado ao caso.

No gabinete amplo do diretor da Faculdade, professor Homero de Barros,

enquanto examinamos o volume bastante emagrecido de Galdós, ouvimos do diretor a sua versão dos fatos. Homem amedrontado (não quis tocar no livro em um momento sequer e negou-se a ser fotografado com o mesmo na mão ou junto da coleção de “Anhembí”) e intranquilo nos disse:

– “Uma minoria de professores que há muito se mostra descontente por motivos de política interna e eleições na Faculdade, onde não têm sido felizes, sem resultado têm procurado incompatibilizar-me com a opinião pública e com o Governo. A revista “Anhembí” passou a atacar a congregação da Faculdade por motivos de concursos onde um grupo estava contente e outro descontente, como sempre acontece. Recolhi a coleção ao armário do meu gabinete para não deixá-la ao alcance dos jovens menos avisados. Com o protesto feito fiz devolver á Biblioteca as ditas revistas. Quanto ao caso do livro de Galdós, em primeiro lugar quero dizer que temos onze mil volumes na Biblioteca e eu nem sabia da existência desse livro lá, pois não podemos examinar livro por livro. O prof. Temístocles Linhares retirou essa obra daqui e foi exibí-la na rua principal da cidade, já mutilada. A mim foi atribuída a obra de corte de páginas: isto é um ataque infantil, pois ninguém vai mudar os rumos das coisas arrancando folhas de livros. Nunca fiz expurgos, pois se esse fôsse o meu procedimento, não teria distribuído entre os alunos livros da autoria do próprio Temístocles Linhares, o que fiz para ajudá-lo”.

Sem encarar frontalmente o repórter, o Professor Homero teceu acusações pessoais aos seus acusadores e recomendou que não as publicasse, invocando inclusive um defeito físico de um professor que mais fortemente o acusa. E continuou:

– “A situação na Espanha é terrível. De lá veio o livro de Galdós e estou propenso a acreditar que tenha vindo rasurado da origem, pois mesmo sem ter lido sei as partes cortadas são anticlericais. Acredito também que o Professor Temístocles Linhares tenha ele mesmo arrancado as páginas para acusar-me de tal trabalho. Ele é bem talhado para isso. Como diretor da Faculdade, eu mesmo mandei comprar obras de Voltaire, Sartre e Marx. Era, pois, para mim, mais fácil proibir a entrada desses livros do que cortar as páginas de um deles” (O CRUZEIRO, 28.03.1959: 77)

Na mesma *O Cruzeiro*, Wilson Martins, tratado como intelectual consagrado pelo trabalho de crítico literário no Jornal “O Estado de São Paulo, apresentar-se-ia como o maior opositor à direção da Faculdade:

– “A Faculdade recebeu a assinatura gratuita de “Anhembí”. Quando houve um movimento, no ano passado, contra o professor Anísio Teixeira, a revista defendeu-o. O diretor da Faculdade mandou que fôsse suspensa a assinatura. Apelou êle para um método ao gosto dos tiranos e apreendeu em seu gabinete todos os exemplares já existentes na Biblioteca. Houve protesto da Congregação dos professôres. Mais tarde sumiram da Biblioteca (que é dirigida por quem não devia fazê-lo e que constrangido lá nem aparece) obras de vários autores e o professor Temístocles Linhares

constatou que um livro especial, o de Perez Galdós, tinha sido violado e dele arrancado oitocentas páginas.” (O CRUZEIRO, 28.03.1959: 77)

Martins imputou à atitude de Homero de Barros uma tomada de posição contra Anísio Teixeira, que teve na *Anhembí* um dos veículos de apoio à aprovação da LDB e contra o *Manifesto dos Bispos Gaúchos*. O “escândalo” local referente à retirada da coleção da *Anhembí* da Biblioteca e, posteriormente, o expurgo e mutilação dos livros foi motivado como uma reação ao embate nacional. Contudo, a entrevista em *O Cruzeiro* permitiu que fossem retomadas as acusações constantemente divulgadas pela revista de Paulo Duarte, que versavam, entre outras, sobre manipulação dos concursos e ao questionamento do mandato na direção. O texto aponta para a manipulação ideológica, o que nos parece sugerir que contrariava abertamente o projeto nacional de modernização planejada, proposto por Anísio Teixeira:

– (...) no recrutamento de professores, como é o padre Guillermo de La Cruz Coronado, franquista declarado, que foi obsequiado com a cadeira de Literatura Espanhola, através do título de notório saber, fornecido pelo Homero de Barros. Aliás, títulos destes são dados a quem aparecer.

(...) Daí inclusive provém a maioria que o diretor tinha nas eleições da congregação: três professores que pularam a cerca com o título de “notório saber”, quatro catedráticos interinos, dois protegidos em concurso e dois professores alemães que “votam no diretor”. Segundo, continuou o professor Wilson Martins, a discriminação ideológica se faz sentir na constituição da biblioteca e terceiro na orientação da Faculdade onde tudo é facilitado aos analfabetos de batina e dificultado aos mestres comprovadamente bons, mas que não pratiquem a religião. O Professor Homero de Barros agiu como um fanático, obcecado, não contando em seu grupo a apoiá-lo senão os que têm medo de vingança. Para seu exemplo posso citar que contra as atitudes do tiranete de aldeia (como chamou um jornal do Rio) estão vários católicos e mesmo padres, como é o caso do religioso Jesus Moure e de professores católicos como Lacerda Pinto, Liguaru Espírito Santo, Bento Munhoz da Rocha (ex-governador do Estado), Brasil Pinheiro Machado e Loureiro Fernandes, além de escritores, deputados e intelectuais com livros publicados. (...) Seu mandato terminou e até agora ele não entregou o cargo a seu substituto legal. Por este fato, o professor mais antigo do Conselho Técnico-Administrativo recebeu uma representação contra Homero de Barros, alegando que todos os atos praticados por ele desde dezesseis de fevereiro são nulos. (O CRUZEIRO, 28.03.1959: 78)

Vale lembrar que em dezembro de 1958, *Letras* publicou o artigo de Mansur



Guérios que afirmava que houvera manipulação no concurso de Wilson Martins, realizado em 1953. Podemos supor que Martins utilizou o espaço nessa reportagem (em veículo de grande circulação nacional) para desqualificar o argumento de Mansur Guérios, ao mesmo tempo, em que reforçava a possível veracidade das acusações da *Anhemi* - no sentido de que a manipulação nos concursos pela direção teria supostamente favorecido alguns concorrentes vinculados ao grupo de Homero de Barros, enquanto os “espíritos livres” sofriam perseguições dos grupo clerical da Faculdade de Filosofia.

A resposta às acusações em *O Cruzeiro* foi divulgada no décimo número da Revista *Letras*<sup>168</sup>, no qual foi exposto as manifestações de protesto dos professores que fizeram parte da banca de Wilson Martins. O principal argumento desenvolvido por Guérios foi apresentado à Congregação da Faculdade de Filosofia<sup>169</sup>, no qual denunciava que o Diretor Homero de Barros e professores da Faculdade de Filosofia foram insultados pela *Anhemi*:

A raiva insana, ódio eu diria, dêsse colega instilou-se não só principalmente no então diretor – prof. Homero Batista de Barros, senão ainda em todos aqueles que não se postaram a seu favor – Mansur Guérios, Francisco Gomes Ribeiro, Hostílio César de Souza Araújo, Omar Gonçalves da Mota, José Carlos de Figueiredo, José Nicolau dos Santos, Reinaldo Bossmann, Artur Santos de Almeida, Leonel Moro, Zélia Milleo Pavão, Ludovico João Weber, Lauro Esmanhotto, Luís Castanhola e Guillermo de la Cruz Coronado.

Vejamos, p. ex. como o autor e colega qualifica, através dessa respeitosa revista cultural, alguns dos seus companheiros de magistério que não comungam com a sua facção (*Anhemi*, nº97, dez. de 58) – a todos – **mentalidade espírito de porco** (p.99); a um dos lentes – **mau professor, ... homem subserviente e abúlico, ... incapaz de lecionar num curso secundário** (p. 102). No nº 98, jan. de 59 (p. 326) à minha pessoa – uma alusão a anedota indecorosa. Na mesma página, a um dos colegas qualifica de **indivíduo estreito, acanhado, obscuro, imbecil, fâmulo submisso; a todos – maus professores e que sabem aproveitar-se e utilizar-se das situações escandalosas** (p. 329). Até o Conselho Universitário da Universidade e o Magnífico Reitor receberam o seu – veja-se o constante na p. 543-544 e 551 do nº 99, fev. de 59. Neste mesmo número, todos os professores citados **são malandros, de batina ou à paisana, e patifes** (p. 547). E ainda **marotos notórios** são os professores Homero de Barros,

<sup>168</sup> Não há referências objetivas da data no qual iniciou a circulação da Revista Letras. As fontes sugerem que a revista circulou a partir de julho. Contudo, não conseguimos confirmar a data exata de sua publicação.

<sup>169</sup> O parecer de Mansur Guérios foi transcrito na íntegra em ata da Congregação em 18 de junho de 1959 e reproduzido alguns excertos da Ata da Congregação no número 10 da Revista Letras de 1959

Luís Castanhola, Guillermo Coronado, Reinaldo Bossmann, Mansur Guérios, Francisco José Gomes Ribeiro, **e outros bem conhecidos...** (p. 548).

Vejam os colegas da outra facção – êsses e outros que tais seriam os xingamentos que se lhes aplicariam se estivessem do lado de cá! E qual o crime para tanta perseguição? Tão só pelo direito, pela liberdade que nos assiste, e que não negamos aos nossos adversários, o direito, a liberdade de votar em quem quer que seja.

O prof. des. Manoel Lacerda Pinto, numa das sessões da Congregação, verberou essa campanha difamatória, a o autor intelectual poupou-o, não lhe atirando sequer um âpodo. Qual a razão do proceder? Fácil é a resposta – Há interesses extra-universitários; o juiz precisa do desembargador e presidente do Tribunal de Justiça do Estado<sup>170</sup>...

(...) Agredido nominalmente e por uma revista de cultura exposta em nossa biblioteca e manuseada com mais freqüência nestes últimos tempos, e ante referências e solicitações de vários meus alunos dos cursos de Letras que se inteiraram do sórdido conteúdo, fui obrigado a usar de **Letras**, revista de cultura, órgão oficial do curso de Letras da nossa Faculdade, como o meio mais apto e adequado para a defesa que se fazia mister, para denunciar o colega que teve a grande glória, tristíssima glória, de lançar a cizânia entre os professores da Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná, os quais, apesar de haverem sido de várias correntes filosóficas, políticas e religiosas, labutavam, desde a sua fundação, em harmonia digna de exemplo (Letras, nº 10, 1959: 168-169).<sup>171</sup>

*Anhemi*, mais uma vez, se posicionou em defesa de Wilson Martins, divulgando protesto assinado por Eloy Cunha e Temístocles Linhares, que foi enviado a Congregação da Faculdade. No documento era reafirmada a legitimidade da banca do concurso e a lisura dos componentes da banca. A tentativa de Mansur Guérios de desqualificar a competência de Wilson Martins e da banca do concurso ocorrido em 1953, acabou por fomentar as críticas da *Anhemi*, indagando acerca da capacidade de Homero de Barros em dirigir a Faculdade de Filosofia. Assim, Paulo Duarte questionava a permanência do Diretor da Faculdade de Filosofia:

Como se vê, agrava-se cada vez mais o ambiente no interior da Faculdade de Filosofia do Paraná, com as deploráveis conseqüências que isso certamente terá junto dos alunos, na atmosfera do estabelecimento e no seu próprio funcionamento. A recondução do Sr. H. de Barros, foi pois, uma vitória pessoal e política para êle , mas não foi uma solução. Tudo indica o contrário, ele virá deteriorar definitivamente a vida da Universidade do Paraná e conduzir a resultados imprevisíveis. De nossa parte, continuaremos a campanha de saneamento. Pois se muita gente importante acha que isso tudo está muito bem, nós, ao contrário, pensamos que está

<sup>170</sup> O “autor intelectual” referido é Wilson Martins que desempenhava a função de Juiz à época.

<sup>171</sup> Grifos no original.

muito mal. (ANHEMBI, ANO, IX, n° 104, julho 1959:335)

O conflito entre Paulo Duarte e Homero de Barros foi gradativamente incorporando novos atores, que se manifestavam através de diferentes veículos de comunicação. Os artigos publicados na *Anhembí*, em *Vozes* e nos jornais, locais e nacionais, não podem, portanto, ser vistos como manifestações ingênuas em torno das contendas pessoais, uma vez que os ataques pessoais tornaram explícitos os usos sociais da linguagem, marcada pelos termos “performativos”, na qual as expressões e palavras utilizadas acabaram por sugerir duplos sentidos: para *Vozes*, *Anhembí* era um veículo comunista, enquanto *Vozes* era classificada, pela *Anhembí*, de veículo do clericalismo conservador. De certa maneira, ao atribuímos uma importância efetiva à publicidade do conflito, reconhecemos que estes periódicos foram instrumentos fundamentais na divulgação das posições ocupadas e disputadas no campo intelectual.

Neste sentido, vinculado aos grupos católicos conservadores e representante da autoridade institucional, Homero de Barros, por um lado, contava com a colaboração de aqueles que estavam sob seu controle e, por outro, recebia amparo dos grupos que ele próprio apoiava. Paulo Duarte, por sua vez, tinha em *Anhembí* um espaço de divulgação que representava o projeto escolanovista e recebia apoio dos grupos empenhados na modernização do campo intelectual.

A eficácia simbólica das acusações publicadas – definidoras daqueles que foram afetados pelo conflito e perdiam sua força política e daqueles que buscavam inferir novas configurações para o campo intelectual - crescia na medida em que os acusados tentavam demarcar posições no mesmo campo. Assim, no momento em que *Letras* publicava o artigo “Achincalhes da Anhembí”, ao mesmo tempo em que reforçava a autoridade da direção da Faculdade de Filosofia, sugeria que Wilson Martins<sup>172</sup> era um “impostor”, questionando a legitimidade da formação da banca do concurso.

---

<sup>172</sup> Martins havia encabeçado uma grande campanha na Faculdade de Filosofia para impedir a recondução de Homero de Barros na direção da Faculdade. Envolvido no debate em torno da LDB era defensor da proposta *escolanovista*, sendo o único professor da Universidade do Paraná que assinou o “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova mais uma vez Convocados”.

O conflito local revela um elemento importante nos processos de transformação que se instituíam nas relações de poder - travadas entre o Estado e a Igreja, em relação à educação - sendo que o “potencial de poder” das novas configurações estava relacionado com o enfraquecimento efetivo das configurações anteriores, uma vez que as mudanças que operavam nas diferentes configurações do campo intelectual nacional não eliminaria as redes anteriores que disputaram o controle do campo educacional. O conflito, que inicialmente expunha as disputas locais, fez-se revelador das vinculações com o debate nacional, partícipe da constituição do campo intelectual na disputa pelo controle do sub-campo educacional.

A crítica de *Anhemi* à direção da Faculdade de Filosofia não pode ser deslocada do embate entre católicos e escolanovistas, que se fazia presente no Brasil na década de 1950. A Universidade do Paraná representava a força da dominação clerical, combatida por Paulo Duarte, através da *Anhemi*. Segundo Duarte, o controle católico na Universidade do Paraná se efetivava pela falta de transparência no trato com a instituição pública e na sua organização:

(...) a maior parte desses sacerdotes estão na Faculdade há cinco, dez e mais anos, sempre na qualidade de contratados, sem prestar concurso e impedindo que as cadeiras respectivas passem para outras mãos. Como não são catedráticos, não tomam parte das reuniões de Congregação, e, por isso, quase não são conhecidos dos seus colegas: são os mestres clandestinos da Universidade do Paraná. (ANHEMIBI, Julho de 1959:337)

Percebemos que *Anhemi*, divulgando as posições ocupadas pelos participantes dos embates – noutros campos – deixa entrever a relação destas com a configuração do campo intelectual. A revista, ao sugerir a força das alianças políticas de Homero de Barros e que teriam sido determinantes para a recondução ao cargo de diretor da Faculdade, divulgava o lugar ocupado por Homero nas configurações de poder em diferentes enredamentos:

(...)O Sr. Homero de Barros ia ao Rio, voltava a Curitiba, tornava a voltar à capital da república, procurava jornais, dependurava-se nos braços políticos e até pôr debaixo da batina de d. Helder Câmara procurou abrigo para escapar do cerco e obter sua nomeação para diretor da Faculdade de Filosofia. Além de d. Helder Câmara, cuja intervenção confirma que não pode haver causa ruim que não tenha a assistência e a defesa do nosso clero, quem mais ajudaram Homero, dando-lhe o necessário esterco político

para que medrasse a sua ambição foram Jango Goulart e o Senador Souza Naves. O Sr. Jango Goulart todos conhecem. A sua crônica corre o Brasil, desde as origens no fundo de uma estância do Sr. Getulio Vargas, até o seu socialismo temperado com o bom mólho do Banco do Brasil. Quanto ao senador Souza Naves, ao povo paranaense não é preciso revelar nada, que conhece em seus pormenores a carreira dêsse hoje saliente chefe petebista. Trata-se de um homem que veio do nada, o que seria honroso mas quando se sai do nada para ascensão limpa. Era há relativamente há pouco tempo, por volta de 1936, um empregado subalterno de um jornal de Curitiba. Esperto e ambicioso entrou para o PTB. E, como dentro do PTB não é possível salvação, pelo menos salvação moral, mas todo resto é possível, fêz carreira política fácil e a carreira política fácil o deslumbrou. Mas o seu rival do PTB era um irmão de Homero de Barros, Mário de Barros, da mesma envergadura do irmão, prócer petebista do Paraná, que foi mesmo candidato a governador e, sendo derrotado, logo o Sr. Naves lhe passou por cima e dominou o PTB local. Assim, obteve nomeação para a presidente do IAPC e tôda gente sabe que é ser diretor de um instituto de previdência. Daí pulou para a direção de uma carteira do Banco do Brasil. Agora, é senador pelo Paraná e provável candidato ao govêrno dêste Estado, em 1960. Está pois o senador naquela fase de vender a própria mãe a fim de não perder votos. E, para a gente ter apoio do clero, às vêzes é necessário sacrifício maior do que vender a própria mãe. Assim se explica que, embora conhecendo perfeitamente a situação da Faculdade de Filosofia de Curitiba, tenha trabalhado em favor de Homero, cuja indignidade não ignora e tenha sido, ao lado de Jango, cuja amizade e afinidade moral com a do diretor da Faculdade de Filosofia, êste proclamou como um florão de glória, e ao lado de d. Helder Câmara, que é membro do Conselho Nacional de Educação, quem decidiu a renomeação homérica. São estas duas forças que assustam o Sr Presidente da República: o PTB e o clero. (ANHEMBI, n° 104. Julho de 1959:341)

Para *Anhembi*, a falta de seriedade na condução dos concursos, a impunidade em relação ao expurgo dos livros e a inação do Reitor frente às polêmicas haviam possibilitado a continuidade de Homero de Barros na direção da Faculdade.

As posições assumidas pelos oponentes revelariam, portanto, diferentes concepções de educação e de universidade. Abelardo Ramos, em artigo publicado na *Vozes*, questionava a idéia de Universidade defendida por Wilson Martins

Olhe para certas universidades “modernas”, de certos povos “modernos”, que os aliados do Sr. Wilson teimam em defender como propugnadores da civilização! Não se queimam “certos” livros apenas, não se impugna uma única idéia. “Na época de Stalin, a situação chegou a um ponto que todas as formas de expressão artísticas foram proibidas, exceto as que lhe agradavam pessoalmente” – é o que relata Djilas, informando, por cúmulo,

que “Stalin não era dotado de particular octassilado. (...) a adoção de idéias oficiais sobre a arte passou a ser tão obrigatória como a aceitação de idéias oficiais. Não é este, seguramente, o “objetivo da Universidade: desenvolvimento do espírito da pesquisa social e livre” – título de uma entrevista do Sr. Wilson Martins (RAMOS, 1960:205)

A idéia de universidade, reclamada por Abelardo Ramos, nos remete a discussão que norteou este trabalho. Ainda que, devido a polissemia da noção, reconheçamos a dificuldade de se definir o intelectual, as mudanças sócio-culturais expuseram as diferentes classificações e posições ocupadas por estes. Assim como os atores que protagonizaram as polêmicas aqui apresentadas mostraram-se combativos em relação às questões políticas, econômicas e culturais do seu tempo, o intelectual dos meados do século XX, visto como intelectual *sartreano*, engajado nas questões políticas do seu tempo, remete-nos à “*emergência de um mercado de bens simbólicos e dos princípios administrativos e tecnocráticos aplicados à universidade*” (FERREIRA,2008:19).

As questões locais acabaram por revelar o conflito existente entre grupos que buscavam controlar o campo educacional no final dos anos 50, organizados em torno da campanha em defesa da escola pública e gratuita. Preocupações historicamente herdadas dos debates atrelados à educação na década de 1920 - as conferências regionais de educação, as conferências não oficiais, o Manifesto dos Pioneiros – e que se desdobraria do anteprojeto, encaminhado à Câmara Federal em 1948, que tratava da Lei das Diretrizes e Bases da Educação

O conflito no campo intelectual, analisado na sua configuração e na disputa em legitimar valores se mostrou, num primeiro momento, local. Com sua intensificação, que se manifestava através da publicação dos artigos nas revistas *Vozes e Anhembi*, revelaram-se concepções de mundo e ideais que vieram predominar no projeto educacional brasileiro. Ao tornar público o conflito, e ainda ao utilizar as revistas e jornais como instrumento de divulgação, o que se viu, então, foi a luta entre os proprietários de capitais diferenciados e que visavam a transformação ou manutenção do campo intelectual. As lutas que ocorreram neste campo, revelaram a oposição entre, de um lado, os defensores de um modelo educacional fundado no pensamento católico, e de outro, o grupo defensor da proposta do Estado - da obrigatoriedade da educação pública. Assim, o que estava em jogo

(explicitado na rivalidade entre os participantes) era o domínio do campo intelectual, ou o controle de sua legitimidade: o objetivo último - em todo o casos – parece-nos, enfim, ser a imposição de uma definição acerca do próprio papel do intelectual.

Poderíamos encerrar este trabalho atribuindo vitória a um ou a outro grupo. Contudo, parece não haver vencedores. A LDB, aprovada em 1961, proposta do substitutivo Lacerda (de 1957), não contemplaria a maior parte das reivindicações do “Manifesto dos Pioneiros” e/ou nem mesmo todos indicativos do grupo católico. No Paraná, o desgaste se expressou no afastamento de Wilson Martins e na continuidade do projeto católico de Universidade, motivo de inúmeros embates e críticas. Os atores que embalaram esta narrativa voltaram aos seus gabinetes e às contendas locais, intramuros<sup>173</sup>.

---

<sup>173</sup> Em 1962, Homero de Barros foi relator do projeto do Código de Ética da Universidade do Paraná, em comemoração ao cinquentenário da Universidade. No qual o Art.1º - *Cumpra ao professor zelar pela honradez do magistério e pelo aprimoramento do ensino e da pesquisa, progresso da ciência e incremento da cultura.*

## Bibliografia e fontes

### Fontes

ANHEMBI. “Um concurso na Universidade do Paraná”. São Paulo, Ed. Anhembi. a.6, n. 70, v, 24, set, 1956, p. 117-118.

\_\_\_\_\_. “Homero recuperado”. São Paulo, Ed. Anhembi. a.9, n. 100, v, 34, mar, 1958, p. 198-207.

\_\_\_\_\_. “Anhembi e a Faculdade de Filosofia”. São Paulo, Ed. Anhembi. a.8, n. 98, v, 32, set, 1958, p. 81-85.

\_\_\_\_\_. “Diretor de Faculdade que envergonha uma Universidade”. São Paulo, Ed. Anhembi. a.8, n. 95, v, 32, set, 1958, p. 313-321.

\_\_\_\_\_, “Anhembi e a Homero”. São Paulo, Ed. Anhembi.

\_\_\_\_\_. “Faculdade de Filosofia de Curitiba”. São Paulo, Ed. Anhembi. a.8, n. 98, v, 33, dez, 1958, p. 98-103.

\_\_\_\_\_. “Coveiros de universidades”. São Paulo, Ed. Anhembi. a.9, n. 97, v, 32, jan, 1959, p. 325-333.

\_\_\_\_\_. “Essa desinfeliz Universidade do Paraná”. São Paulo, Ed. Anhembi. a. 9, n. 99, v, 33, fev, 1959, p. 543-551.

\_\_\_\_\_. “Alergia à dignidade”. São Paulo, Ed. Anhembi. a.9, n. 100, v, 32, mar, 1959, p. 325-333.

\_\_\_\_\_. “E Homero continua...”. São Paulo, Ed. Anhembi. a.9, n. 101, v, 34, abr, 1959, p. 413-418.

\_\_\_\_\_, “A revista das comadres e dos malandros”. São Paulo, Ed. Anhembi. a.9, n. 103, v, 35, jun, 1959, p. 92-98.

\_\_\_\_\_, “Diretrizes e bases da educação”. São Paulo, Ed. Anhembi. a.9, n. 104, v, 35, jul, 1959, p. 341-347.

\_\_\_\_\_. “Homero recuperado”. São Paulo, Ed. Anhembi. a.9, n. 104, v, 25, set, 1959, p. 331-340.

\_\_\_\_\_. “Diretrizes e bases da educação”. São Paulo, Ed. Anhembi. a.9, n. 104, v, 25, set, 1959, p. 341-348.

\_\_\_\_\_. “Ainda a Faculdade de Filosofia de Curitiba”. São Paulo, Ed. Anhembi. a.10,



n. 113, v, 38, abr, 1960, p. 334-336.

\_\_\_\_\_. “Homero, o do Paraná”. São Paulo, Ed. Anhembi. a.10, n. 114, v, 38, dez, 1960, p. 555-559.

\_\_\_\_\_. “Sempre a Faculdade de Filosofia do Paraná”. São Paulo, Ed. Anhembi. a.10, n. 115, v, 39, dez, 1960, p. 131-134.

MANIFESTO DOS EDUCADORES MAIS VEZ CONVOCADOS. Disponível em [http://www.histedbr.fae.unicamp.br/doc2\\_22e.pdf](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/doc2_22e.pdf)

MANSUR GUÈRIOS, R. F. “Afiml Anhembi se Acabou”. IN: **VOZES REVISTA CATÓLICA DE CULTURA**. Petrópolis, Ed. Vozes, a. 53, jun, 1959.p, 456-458.

\_\_\_\_\_, “A revista “Anhembi” e os achincalhes a Professores da Faculdade de Filosofia da U. do Pr.”. IN: **LETRAS: Revista dos Cursos de Letras**. Faculdade de Filosofia. Universidade do Paraná. Curitiba, Papelaria Requião Ltda. n. 9, dez, 1958, p. 107-113

RAMOS, Abelardo. IN: **VOZES REVISTA CATÓLICA DE CULTURA**. Petrópolis, Ed. Vozes, a 52, dez, 1958.p, 943.

\_\_\_\_\_, “Anhembi X Ciência”. IN: **VOZES REVISTA CATÓLICA DE CULTURA**. Petrópolis, Ed. Vozes, a 52, out, 1958.p. 767-772

\_\_\_\_\_, “Anhembi e o Diretor da Faculdade de Filosofia do Paraná”. IN: **VOZES REVISTA CATÓLICA DE CULTURA**. Petrópolis, Ed. Vozes, a 52, n. 12, dez, 1958. p, 936 – 948.

\_\_\_\_\_, “Anhembi, Evolucionista, Cria um Burro-Fantasma. IN: **VOZES REVISTA CATÓLICA DE CULTURA**. Petrópolis, Ed. Vozes, a 53, fev, 1959.p. 131-136.

\_\_\_\_\_, “Teria Anhembi lido Galdós?”. IN: **VOZES REVISTA CATÓLICA DE CULTURA**. Petrópolis, Ed. Vozes, a. 53, mar, 1959.p. 211-219.

\_\_\_\_\_, “Mestres e Pedagogia segundo Anhembi”. IN: **VOZES REVISTA CATÓLICA DE CULTURA**. Petrópolis, Ed. Vozes, a. 53, abr, 1959.p. 293-301.

\_\_\_\_\_, “Interlúdio para Insistir pela Verdade”. IN: **VOZES REVISTA CATÓLICA DE CULTURA**. Petrópolis, Ed. Vozes, a 53, mai, 1959.p, 376-378.

\_\_\_\_\_, “Correspondência de Anhembi”. IN: **VOZES REVISTA CATÓLICA DE CULTURA**. Petrópolis, Ed. Vozes, a. 53, jun, 1959.p, 465-470.

\_\_\_\_\_. “A Educação gratuita e o Estado.” IN: **VOZES REVISTA CATÓLICA DE CULTURA**. Petrópolis, Ed. Vozes, a 53, n. 6, jun, 1959, p, 481-498.

\_\_\_\_\_, “A Educação gratuita e o Estado”. IN: **VOZES REVISTA CATÓLICA DE CULTURA**. Petrópolis, Ed. Vozes, a 53, n. 7, jul, 1959, p, 482-498.

\_\_\_\_\_, “Anhembi faz patrimônio em Itápolis”. IN: **VOZES REVISTA CATÓLICA DE CULTURA**. Petrópolis, Ed. Vozes, a 53, n. 8, ago, 1959, p, 697-704.

\_\_\_\_\_, “O Coroinha ‘Anhembi’ e a ‘Iniciação à Ciência’”. IN: **VOZES REVISTA CATÓLICA DE CULTURA**. Petrópolis, Ed. Vozes, a 53, n. 8, out, 1959, p, 765-771.

\_\_\_\_\_, “A Moderníssima ‘Iniciação à Ciência’”. IN: **VOZES REVISTA CATÓLICA DE CULTURA**. Petrópolis, Ed. Vozes, a 53, n. 8, nov, 1959, p, 849-857.

\_\_\_\_\_, “os Restos da ‘Iniciação à Ciência’”. IN: **VOZES REVISTA CATÓLICA DE CULTURA**. Petrópolis, Ed. Vozes, a 53, n. 8, dez, 1959, p, 923-930.

\_\_\_\_\_, “A Conferência do Prof. Florestan Fernandes Sobre Diretrizes e Bases da Educação”. IN: **VOZES REVISTA CATÓLICA DE CULTURA**. Petrópolis, Ed. Vozes, a 54, n. 8, ago, 1960, p, 619-623

\_\_\_\_\_, “Sobre um Pronunciamento Nazi-Fascista”. IN: **VOZES REVISTA CATÓLICA DE CULTURA**. Petrópolis, Ed. Vozes, a. 54, n. 9, set, 1960, p, 681-687.

\_\_\_\_\_, “Mais Uma Vez os Nazi-Fascista”. IN: **VOZES REVISTA CATÓLICA DE CULTURA**. Petrópolis, Ed. Vozes, a. 54, n. 10, out, 1960, p. 771-777.

\_\_\_\_\_, “Contra Escola, Pelos ‘Trusts’”. IN: **VOZES REVISTA CATÓLICA DE CULTURA**. Petrópolis, Ed. Vozes, a. 54, n. 11, nov, 1960, p. 843-847.

**VOZES REVISTA CATÓLICA DE CULTURA**. Petrópolis, Ed. Vozes, a 52, n. 1, jan, 1958.

\_\_\_\_\_, “Salvaguardar a Liberdade de Ensino para Salvar a Cultura Humana”. IN: **VOZES REVISTA CATÓLICA DE CULTURA**. Petrópolis, Ed. Vozes, a 52, n. 4, abr, 1958, p, 269-279.

\_\_\_\_\_, “A Escola Pública Primária”. IN: **VOZES REVISTA CATÓLICA DE CULTURA**. Petrópolis, Ed. Vozes, a 52, n. 4, abr, 1958, p, 282-285.

\_\_\_\_\_, “memorial dos Bispos Gaúchos ao presidente da República sobre a Escola Pública Única.” IN: **VOZES REVISTA CATÓLICA DE CULTURA**. Petrópolis, Ed. Vozes, a 52, n. 5, mai, 1958, p, 362-373.

\_\_\_\_\_, “Em Defesa da Liberdade de Ensino”. IN: **VOZES REVISTA CATÓLICA DE CULTURA**. Petrópolis, Ed. Vozes, a 52, n. 2, jun, 1958, p, 448-451.

\_\_\_\_\_, “Monteiro Lobato e nós os Moralistas”. IN: **VOZES REVISTA CATÓLICA DE**

**CULTURA.** Petrópolis, Ed. Vozes, a 52, n. 2, jul, 1958, p, 130-132.

\_\_\_\_\_, “Declarações dos Cardeais, Arcebispos e Bispos do Brasil Reunidos em Goiânia, de 3 a 11 de julho de 1958”. IN: **VOZES REVISTA CATÓLICA DE CULTURA.** Petrópolis, Ed. Vozes, a 53, n. 8, ago, 1958, p, 597-605.

\_\_\_\_\_, “O Piche de Anhembi não secou”. IN: **VOZES REVISTA CATÓLICA DE CULTURA.** Petrópolis, Ed. Vozes, a 53, n. 9, set, 1958, p, 677-679.

\_\_\_\_\_, “Declaração de Princípios”. IN: **VOZES REVISTA CATÓLICA DE CULTURA.** Petrópolis, Ed. Vozes, a 53, n. 9, set, 1958, p, 679- 683.

\_\_\_\_\_, “Tomou Posição no caso Pasternak a União Brasileira de Escritores”. IN: **VOZES REVISTA CATÓLICA DE CULTURA.** Petrópolis, Ed. Vozes, a 52, n. 12, dez, 1958. p, 930 – 933.

\_\_\_\_\_, “Como Mussolini via a Educação”. IN: **VOZES REVISTA CATÓLICA DE CULTURA.** Petrópolis, Ed. Vozes, a. 53, mar, 1959.p. 201-206.

\_\_\_\_\_, “Anhembi Reproduz Apreciação Cientificamente Falha”. IN: **VOZES REVISTA CATÓLICA DE CULTURA.** Petrópolis, Ed. Vozes, a 53, n. 7, jul, 1959, p, 527-528.

\_\_\_\_\_, “Anhembi Esperneia”. IN: **VOZES REVISTA CATÓLICA DE CULTURA.** Petrópolis, Ed. Vozes, a 53, n. 8, ago, 1959, p, 611-620.

\_\_\_\_\_, “Em defesa da Educação Democrática”. IN: **VOZES REVISTA CATÓLICA DE CULTURA.** Petrópolis, Ed. Vozes, a 53, n. 8, ago, 1959, p, 693-696.

\_\_\_\_\_, “A Moderníssima ‘Iniciação á Ciência’”. IN: **VOZES REVISTA CATÓLICA DE CULTURA.** Petrópolis, Ed. Vozes, a 53, n. 8, nov, 1959, p, 849-857.

\_\_\_\_\_, “Os protestos da igreja contra Anhembi”. IN: **VOZES REVISTA CATÓLICA DE CULTURA.** Petrópolis, Ed. Vozes, a 53, n. 8, nov, 1959, p, 857-860.

\_\_\_\_\_, “Anhembi, o Réu Confesso, Defende-se”. IN: **VOZES REVISTA CATÓLICA DE CULTURA.** Petrópolis, Ed. Vozes, a 53, n. 8, dez, 1959, p, 945-947.

\_\_\_\_\_, “Gente de Anhembi”.IN: **VOZES REVISTA CATÓLICA DE CULTURA.** Petrópolis, Ed. Vozes, a 54, mar, 1960.p, 201-205.

\_\_\_\_\_, “Vai Carlos, Ser Gauche na Vida...”. IN: **VOZES REVISTA CATÓLICA DE CULTURA.** Petrópolis, Ed. Vozes, a 54, n. 2, fev, 1960.p, 120-129.

\_\_\_\_\_, “O Manifesto do Sr. Florestan Fernandes”. IN: **VOZES REVISTA CATÓLICA DE CULTURA.** Petrópolis, Ed. Vozes, a 54, n. 4, abr, 1960.p, 274-289.

\_\_\_\_\_. “O Modelo Platônico do Dr. Anísio.” IN: **VOZES REVISTA CATÓLICA DE CULTURA**. Petrópolis, Ed. Vozes, a 54, n. 5, mai, 1960.p, 358-364.

\_\_\_\_\_, “A Conferência do Prof. Florestan Fernandes Sôbre Diretrizes e Bases da Educação”. IN: **VOZES REVISTA CATÓLICA DE CULTURA**. Petrópolis, Ed. Vozes, a 54, n. 8, ago, 1960, p, 619-623.

\_\_\_\_\_, “Atenção do Poder Público no Campo da Educação”. IN: **VOZES REVISTA CATÓLICA DE CULTURA**. Petrópolis, Ed. Vozes, a. 54, n. 11, nov, 1960, p. 847-848.

## **BIBLIOGRAFIA**

ABREU, Alzira Alves de. **Os suplementos literários**: os intelectuais e a imprensa nos anos 50. In: **A imprensa em transição** (coord. ABREU, Alzira Alves de). Rio de Janeiro, FGV, 1996), p. 15.

ABREU, Maria Rosa. *Apresentaçã*. IN: *Florestan Fernandes: Memória viva da educação brasileira*, vol. 1. Brasília: INEP, 1991.

ALMEIDA, Agassiz. **A república das elites**: ensaio sobre a ideologia das elites e do intelectualismo. Editora Bertrand do Brasil: Rio de janeiro, 2004.

ALMEIDA, M. H. T.

ALTAMIRANO, Carlos. **Intelectuales**: notas de investigación. Grupo Editorial Norma:Buenos Aires,2006.

\_\_\_\_\_. **Idéias para um programa de História intelectual**. *Tempo soc.*, jun. 2007, vol.19, no.1, p.9-17.

\_\_\_\_\_ & SARLO, Beatriz. **Literatura/ Sociedad**, Buenos Aires: Hachette, 1983.

AMORIM, Sonia. **Em busca do tempo perdido**: edição de literatura traduzida pela Editora Globo. São Paulo: EDUSP; Com-Arte: Porto Alegre: Editora Universidade. UFRGS, 1999.

ANDRADE, Primo Nunes. A Educação na era do Desenvolvimento.IN: Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Vol. XXX Julho-Setembro N° 71(pp 46-

ANDRADES, Marcelo F. **Fidelidade como receita do sucesso**: um estudo de caso da editora Vozes nas primeiras décadas do século XX. IN: **Anais do I Seminário**

**sobre a História do Livro e História editorial.** FCRB. UFF/PPGCOM/LIHED. Rio de Janeiro, 2004.

ANTELO, Raul. **As revistas literárias brasileiras.** s/d Disponível em: <[http://www.cce.ufsc.br/nelic/boletim\\_de\\_pesquisa2/texto\\_raul.htm](http://www.cce.ufsc.br/nelic/boletim_de_pesquisa2/texto_raul.htm).> Acessado em 14 de janeiro de 2008.

ARENDR, Hanna. **Origens do Totalitarismo.** Companhia das Letras: São Paulo, 1989.

ARRANZ, Manuel. Prólogo: “Blanchot. La literatura y la muerte”. IN: BLANCHOT, M. **Los intelectuales em cuestión**: esbozo de uma reflexión. Editorial Tecnos, Madrid, 2003.

ARRUDA, Maria Arminda. **Metrópole e cultura**: São Paulo no meio do século. Bauru,SP:EDUSC, 2001.

AZEVEDO, Fernando de.(org.) **As Ciências Sociais no Brasil. 2 vol. 2.ed. : Rio de Janeiro**: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1994.

\_\_\_\_\_. **Figuras do meu convívio.** Obras Completas de Fernando de Azevedo. Vol. XVII. Edições melhoramentos:São Paulo,1960.

AZZI, Rioldando. **Os pioneiros do Centro Dom Vital Centro do Vital.** Rio de Janeiro: EDUCAM, 2003

BARBATO JÚNIOR, Roberto. **Missionário de uma utopia nacional-popular: os intelectuais e o departamento de cultura de São Paulo.** São Paulo: Annablume, FAPESP, 2004.

BADARÓ, Murilo. **Gustavo Capanema: a revolução na cultura.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

BARBOZA, Rui. “O processo do capitão Dreyfus” IN: LISIAS, Ricardo. (org.). **Zola e Rui Barboza.** São Paulo, Hedra, 2007.

BARRIÈRE, Pierre. **La vie intellectuelle en France**: du XVI<sup>o</sup> siècle à L'époque contemporaine. Paris, Éditions Albin Michel, 1974.

BARROS, Roque Spencer Maciel de. **A ilustração brasileira e a idéia de universidade.** São Paulo, USP, 1959.

BARTHES, Roland. **Escritores, intelectuais, professores e outros ensaios.** Lisboa: Presença, 1975.

BASTOS, Elide Rugai, RIDENTI, Marcelo & ROLLAND, Denis (org.) **Intelectuais:**

sociedade e política, Brasil-França. São Paulo: Cortez, 2003.

BASTOS, RUGAI Elide. *A influência segregadora das diferenças raciais: alguns trabalhos menos discutidos da pesquisa UNESCO - Anhembi*. **Colóquio Internacional**

\_\_\_\_\_ **O Projeto UNESCO no Brasil: uma volta ao campo 50 anos depois**. 2001. Disponível em: [www.ceao.ufba.br/unesco/03paper-Elide\\_2.htm](http://www.ceao.ufba.br/unesco/03paper-Elide_2.htm) - 59k. Acessado em 16 de junho de 2007.

BEGA, Maria Tarcisa. **Sonho e Invenção do Paraná: geração simbolista e a construção da identidade regional**. Tese. FLCH. USP, 2001.

\_\_\_\_\_ *No centro e na periferia: a obra histórica de Rocha Pombo*. In: LOPES, M. A. **Grandes nomes da história intelectual**. São Paulo: Contexto, 2003.

BEZERRA, Holien; FERREIA, Antonio Celso e LUCA, Tania Regina.(orgs.) **O historiador e seu tempo: encontros com a história**. São Paulo: Editora UNESP: ANPUH, 2008.

BENDA, Julien. **A traição dos intelectuais**. Trad. Paulo Neves; introdução de André Lwoof; prefácio René Étimble. 1o. ed. São Paulo: Peixoto Neto, 2007.

BLANCHOT, M. **Los intelectuales em cuestión: esbozo de uma reflexión**. Editorial Tecnos, Madrid, 2003.

BLUTEAU, Raphael. Dicionário Portuguez e latino. Coimbra, 1713. (p. 159).

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

\_\_\_\_\_ **As regras da arte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

\_\_\_\_\_ **Economia da trocas linguísticas: o que falar quer dizer**. 2.ed. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1998.

\_\_\_\_\_ **A Economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2003. 5ª Reimpressão.

\_\_\_\_\_ **Homo academicus**. Paris: Les Éditions de Minuit, 2004.

BOBBIO, N. **Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea**. São Paulo: Editora UNESP, 1997.

BRADBURY, Malcolm e MC FARLENE, James. **Modernismo: guia geral 1890-1930**.

São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

BUCHBINDER, Pablo. **Historia de las universidades argentinas**. Buenos Aires: Sudamericana, 2005.

BOMENY, Helena. *Infidelidades eletivas: intelectuais e política*. In: **Constelação Capanema: intelectuais e política**. Helena Bomeny (Org.). Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas; Bragança. Paulista(SP): Ed. Universidade de São Francisco, 2001. p.11-35

\_\_\_\_\_. (Org.). **Constelação Capanema: intelectuais e políticas**. Rio de Janeiro, Editora FGV/ Universidade São Francisco, 2001.

BURMESTER, Ana Maria, MAGALHÃES, Marionilde e PAZ, Francisco. *O paranismo em questão*. IN SILVA, Marcos (Coord.) **República em Migalhas: história regional e local**. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, 1990.

\_\_\_\_\_. (Org.). **Universidade Federal do Paraná: 90 anos em construção**. Curitiba: UFPR, 2002.

CAMARGO, Márcia. **Villa Kiryal: crônica da Belle Époque paulistana**. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2001.

CAMPOS, N. de. **Laicato Católico: o papel dos intelectuais no processo de organização do projeto formativo da Igreja Católica no Paraná: 1926-1938**. Curitiba, 2002. Dissertação (Mestrado em História e Historiografia da Educação – Setor de Educação) – UFPR.

\_\_\_\_\_. **Intelectuais paranaenses e as concepções de universidade: 1892-1950**. Curitiba, 2006. Tese (Doutorado em História e Historiografia da Educação – Setor de Educação) – UFPR.

CÂNDIDO, Antonio. **Formação da literatura brasileira: momentos decisivos**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981.

CARDOSO, Ciro Flamarion & MALERBA, Jurandir (orgs).

CARDOSO, Fernando Henrique. Dos governos militares a Prudente de Moraes - Campos Sales. IN FAUSTO, Boris (org.). *O Brasil republicano*. São Paulo, Difel, vol. I. História Geral da Civilização Brasileira, 1975.

\_\_\_\_\_ e BRIGNOLI, Hector. . Rio de Janeiro, Graal Ed.,1983.

CARNEIRO, D. **Educação, universidade e história da primeira universidade do Brasil**. Curitiba: Imprensa da Universidade Federal do Paraná, 1971.

CARNEIRO, Edison & COSTA PINTO, Luiz Aguiar. **As Ciências Sociais no Brasil**. Rio de Janeiro, Ministério da educação e Cultura, Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior -CAPES, 1955.

CARONE, Edgar. *A república nova (1930-1937)*. São Paulo: Difel, 1979

\_\_\_\_\_. *Brasil, : anos de crise (1930-1945)*. Ática, 1991.

CARVALHO, Maria Alice Rezende de. Temas sobre a organização dos intelectuais no Brasil. IN: *Revista Brasileira de Ciências Sociais* . Vol. 22 nº. 65 outubro/2007. (p. 17 -31)

CARVALHO, João do Prado Ferraz de. **Periódicos e educação**: a participação de jornais e revistas no debate sobre a escola pública brasileira nos anos 50/60.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. *A configuração da historiografia educacional no Brasil*. IN: FREITAS, Marcos César (org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 1998.

CHAUÍ, Marilena. *Escritos sobre a Universidade*. São Paulo; Editora UNESP, 2001.

CHAVES, Miriam Waidenfeld. **Desenvolvimentismo e pragmatismo**: o ideário do MEC nos anos 1950. *Cadernos de Pesquisas* 2006, v. 36, n. 129, pp. 705-725.

COELHO, E. Novas configurações da função intelectual. IN: MARGATO. I e GOMES, R. (orgs). *O papel do intelectual hoje*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

COSTA, Marcelo Timotheo da. **Um itinerário no século**: mudança, disciplina e ação em Alceu Amoroso Lima. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2006.

COSTA, Maria José F. da. (Apresentação e organização). **Lysímaco Ferreira da Costa**. *A dimensão de um homem: o educador – Documentário*. Curitiba: Imprensa da UFPR, 1987

COSTA, Viviane. *O discurso educacional católico sob a perspectiva sociológica de Pierre Bourdieu*. *Paidéia*, 2006, 16(33), 09-17. Disponível em: [www.scielo.br/pdf/paideia/v16n33/03.pdf](http://www.scielo.br/pdf/paideia/v16n33/03.pdf). Acesso em 20/05/2009.

COSTA E SILVA, Paulo Machado. “*A influências das “vozes na cultura Petropolitana”*”. Texto básico proferido em palestra no Instituto Histórico de Petrópolis em 12 de janeiro de 2001. Disponível em: [WWW.ihp.org.br/docs/pmcs20011112.htm](http://WWW.ihp.org.br/docs/pmcs20011112.htm) . Acessado em 15 de janeiro de 2008.



COSTA NETO, Pedro Leão. *Instituições de ensino e pesquisa da filosofia no Brasil e visões do passado nacional: 1930-1964-68*. In: PIERONI, Geraldo; DENIPOTI, Cláudio. **Saberes Brasileiros: ensaios sobre identidades – séculos XVI a XX**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

COSTA PINTO, CARNEIRO, Edison. **As ciências sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: Capes, 1955. (Série estudos e ensaios, 6).

CUNHA, Luiz Antonio. **A Universidade Temporã: o ensino superior da Colônia à Era de Vargas**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 3ª. Edição. Editora da Unesp, São Paulo, 2007.

\_\_\_\_\_. *Autonomização do Campo Educacional: efeitos do e no ensino religioso*. Texto apresentado no colóquio “**Éducation, Religion, Laïcité**”, outubro de 2005. Disponível em: [www.educacao.ufrj.br/revista/indice/número 2](http://www.educacao.ufrj.br/revista/indice/número%202).

D’ALESSIO, Márcia Mansor. *Imprensa, história e historiografia: algumas observações*. IN: BEZERRA, Holien; FERREIA, Antonio Celso e LUCA, Tania Regina.(orgs.) **O historiador e seu tempo: encontros com a história**. São Paulo: Editora UNESP: ANPUH, 2008

DIONÍSIO, Marinaldo Fernandes. **A Revista A Ordem: fonte do ideário católico em educação**.

DITZEL, Carmencita. **Manifestações autoritárias: o integralismo nos campos gerais(1932-55)**. Tese de Doutorado. Programa de Pós- Graduação em História. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2004.

DUARTE, Renata. **Integralismo e ação católica: sistematizando as propostas políticas e educacionais de Plínio Salgado e Alceu Amoroso Lima no período de (1921-1945)**. Disponível em [www.anped.org.br/reunioes/28/textos/GT02/GT02-1161-Int.rtf](http://www.anped.org.br/reunioes/28/textos/GT02/GT02-1161-Int.rtf)

ELIAS, Norbert & SCOTSON. **Os estabelecidos e os Outsiders** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

\_\_\_\_\_. **Introdução a Sociologia**. Lisboa: Edições 70, 1999

\_\_\_\_\_. **A sociedade de Corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

\_\_\_\_\_. **O Processo Civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

\_\_\_\_\_. **O Processo Civilizador: Uma História dos Costumes**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994. vol. 1.

\_\_\_\_\_. *Estudos sobre a gênese da profissão naval*. In: **Escritos & Ensaio 1:**

**Estado, processo, opinião pública.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.p, 69-111.

ESCOBAR, Antonius Jack Vargas. **Política e Poder:** reflexões sobre os anos 20. Rio de Janeiro: Diadorim, 1996.

COELHO, Marco Antonio. (Entrevista). *Faculdade de Filosofia da USP: lições inesquecíveis.* IN: **ESTUDOS AVANÇADOS** 7(18), 1993. Pp189-207.

FACCANI, Remo. **Lampejos de um espelho em pedaços:** por um cânone lírico do século XX russo. *Estud. av.* [online]. 1998, v. 12, n. 32, pp. 93-108. ISSN 0103-4014. doi:10.1590/S0103-40141998000100010.

FAVERO, Maria Luiza. *A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968.* IN: **Educar**, Curitiba, n. 28, p. 17-36, 2006. Editora UFPR.

\_\_\_\_\_. *Universidade e Poder. Análise Crítica/Fundamentos Históricos (1930-45).* 2. ed. Brasília: Plano, 2000.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fundação do desenvolvimento da Educação, 1996.

FEIJO, Martin Cezar. **O revolucionário cordial:** Astrojildo Pereira e as origens de uma política cultural. São Paulo: FAPESPS/Boi Tempo, 2001.

FERNANDES, Florestan. "O dilema educacional brasileiro". IN:FORACCHI,M e PEREIRA, L.(orgs.) **Educação e Sociedade.**(p. 388-413) São Paulo: Companhia Editora nacional, 1983. 11º Edição.

\_\_\_\_\_ Depoimento. IN: Florestan Fernandes: Memória viva da educação brasileira, vol. 1. Brasília: INEP, 1991.

\_\_\_\_\_ Vol. XXX Julho-Setembro N° 71

FERRARINI, Sebastião. *Síntese histórica do Círculo de Estudos Bandeirantes.* IN: **Circulo de Estudos.** N. 14. Curitiba. Agosto/2000.(pags. 113-128).

FREITAS, Marcos César (org.). **Historiografia brasileira em perspectiva.** São Paulo: Contexto, 1998.

FURTADO, Maria Regina. *O Círculo de Estudos Bandeirantes e a formação acadêmica no Paraná.* IN: **Circulo de Estudos.** N. 14. Curitiba. Agosto/2000.(pags. 113-128).

GALUCIO, Andrea Lemos Xavier. **O papel das editoras *Civilização Brasileira e Brasiliense* durante o processo de abertura política no Brasil (1979-1985).**

Disponível em:  
www.rj.anpuh.org/Anais/2004/Simposios%20Tematicos/Andrea%20Lemos%20Xavier%20Galucio.doc

GIDDENS, Anthony. *A vida em uma sociedade pós tradicional*. IN:BECK, Ulrich e LASH, Scott. **Modernização reflexiva**. São Paulo: UNESP, 1997.

GLASER, Niroá R. R. *Educação na história da UFPR: apontamentos para uma minuta cronológica*. **Revista Educar**, v. 7, p 59-77, jan/dez. 1988.

\_\_\_\_\_. **Meio século de educação na UFPR: uma crônica desde a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e Instituto de Educação anexo ao Setor de Educação**. Curitiba: UFPR, 1988.

GOMES, Angela e FERREIRA, Marieta de Moraes. *Primeira República: um balanço historiográfico*. IN: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 4, 1989, p. 244-280.

\_\_\_\_\_. (org.): **O Brasil de JK**. Rio de Janeiro, FGV/CPDOC, 1991.

GOMES, Iria Zanoni. 1957, A Revolta dos **Posseiros**. Curitiba: Criar, 2005.

GOMES, Marco Antonio de Oliveira. **Vozes em defesa da ordem: o debate entre o público e o privado na educação(1945-1968)**.

GONÇALVES, Mauro C. **A Igreja católica, as décadas de 50 e 60 e a política educacional de Anísio Teixeira**. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe4/individuais-coautorais/eixo06/Mauro%20Castilho%20Goncalves%20-%20%20Texto.pdf>

GONÇALVES JUNIOR, Antonio J. **Universidade Federal do Paraná: um edifício e sua história**. Curitiba: BOLETIM INFORMATIVO DA CASA ROMÁRIO MARTINS. Fundação Cultural de Curitiba, v. 24, n122, dez. 1997.

Ricardo Gullón (org.), **Diccionario de Literatura española e hispanoamericana**. Madrid: Alianza, 1993.

HABERMAS, Jurgen. **Mudança Estrutural na Esfera Pública: investigações quanto uma categoria da sociedade burguesa**. Rio de Janeiro: Boitempo, 2003.

HALL, S, LUMLEY, B e Mc LENNAN, G. *Política e ideologia em Gramsci*. IN: CENTRE FOR CONTEMPORARY CULTURAL STUDIES (org.). **Ideologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980. p. 60-99.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 9. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

- HALLEWEL, Laurence. **O Livro no Brasil**. EDUSP: São Paulo; 2º Ed. 2000.
- HAYASHI, Sueli G. **Paulo Duarte e a defesa da Universidade**. IN: SECULUM. Revista de História -11. João Pessoa. Agosto/dezembro 2004.p.176-186
- IGLESIAS, Francisco. **Trajetória política do Brasil: 1500-1964**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- IANNI, Octavio. **O Colapso do populismo no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira,197.
- \_\_\_\_\_. **A Formação do Estado Populista na América Latina**. Rio de Janeiro; Civilização Brasileira, 1975.
- IPARDES. Fundação Edison Vieira. **O Paraná reinventado: política e governo**. Curitiba, 1989.
- JACKSON, Luiz. **A sociologia paulista nas revistas especializadas (1940- 1965)**. IN. Tempo Social. Junho 2004. p, 263-284.
- JALLES DE PAULA, Christiane. “Viver para política”: Gustavo Corção na crônica da política brasileira (1953- 1961). Disponível em: [www.ifcs.ufrj.br/~nusc/cristiane.pdf](http://www.ifcs.ufrj.br/~nusc/cristiane.pdf) -
- JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. *Imprensa e ensino na ditadura*. IN: BEZERRA, Holien; FERREIA, Antonio Celso e LUCA, Tania Regina.(orgs.) **O historiador e seu tempo: encontros com a história**.São Paulo: Editora UNESP: ANPUH, 2008
- JOAS, Hans. *Pragmatismo*. IN: OUTHWAITE, William, BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento social do Século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.
- KADT, Emanuel de. **Católicos radicais no Brasil**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2003.
- KANTOR, Íris, MACIEL, Débora & SIMÕES, Júlio Assis (orgs). **A Escola Livre de Sociologia e Política: anos de formação 1933-1953**. São Paulo: escuta, 2001.
- KONDER, Leandro. *História dos Intelectuais nos Anos 50*. IN:FREITAS, Marcos César (org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 1998 (pags. 355-374).
- LACERDA NETO, Arthur Virmond de. **O magnífico reitor: biografia de Flávio Suplicy de Lacerda, ensaio de histórico da UFP de 1949 a 1971**. Curitiba: Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, 1988.

LEME, PASCHOAL. *O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova e suas repercussões na realidade educacional brasileira*. IN: **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília, v. 86, n. 212, jan./abr. 2005 p. 163-178.

LEPENIES, Wolf. **Ascensão e declínio dos intelectuais na Europa**. Edições 70: Lisboa, 1995.

LÉVY, Bernard – Henry. **Elogio dos intelectuais**. Rio de Janeiro: Rocco, 1988.

LIMA, Alceu Amoroso. **Notas para a história do Centro Dom Vital**. Rio de Janeiro: Educam: Paulinas, 2001.

LINHARES, Temístocles. *História econômica do mate*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1959.

\_\_\_\_\_. *Paraná Vivo*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1953.

\_\_\_\_\_. *Diário de um Crítico (1957-1963)*. Vol 1. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2001.

LISIAS, Ricardo. (org.). **Zola e Rui Barboza**. São Paulo, Hedra, 2007.

LISSOVSKY, Mauricio e SÁ, Paulo Sérgio Moraes de. *O novo em construção: o edifício-sede do Ministério da Educação e Saúde e a disputa do espaço arquitetável nos anos 1930*. IN: GOMES, Ângela (org.). **Capanema: o ministro e seu ministério**. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000. (p 49-71).

LORENZO, Helena Carvalho de; COSTA, Wilma Peres da (Org.). **A década de 1920 e as origens do Brasil moderno**. São Paulo: UNESP, 1997.

LOURENÇO FILHO, M. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v 95, jul./set. 1964),

LUCA, Tânia. **A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação**. São Paulo: UNESP, 1999.

MACHADO NETO, A. L. **Da vigência intelectual: um estudo de sociologia das idéias**. Grijalbo: São Paulo, 1968.

\_\_\_\_\_. **Estrutura social da República das Letras** (sociologia da vida intelectual brasileira. 1870-1930). São Paulo, Grijalbo, Ed. Da Universidade de São Paulo, 1973.

MAGALHÃES, Marionilde B. de. **Paraná: política e governo**. Curitiba: SEED, 2001.

MAIO, Marcos Chor & VILLAS BOAS, Gláucia (orgs.). **Ideias de Modernidade e**

**sociologia no Brasil:** ensaios sobre Luiz Aguiar Costa Pinto. Porto Alegre. Editora Da Universidade Federal Do Rio Grande do Sul, 1999.

Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Brasília: INEP, nº 150, maio/agosto 1984.

Manifesto dos Educadores: Mais uma Vez Convocados. (Janeiro de 1959). *Revista HISTEDBR On-line*. Campinas, n. especial, agosto 2006, p. 205-220.

MARCHETTI, Tatiana. **Corvos nos galhos das Acácias:** anticlericalismo em Curitiba (1896-1909). Curitiba: Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1999.

MARTIN, Didier René. **Réception de Jean-Paul Sartre au Bresil:** dans la revue Anhembi. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em Letras. Instituto de Letras. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006.

MARTINS, Wilson. *Igreja e escola na letra de Cecília Meireles*. IN:**Prosa e Verso**. *Jornal do Brasil*. 11 de janeiro de 1997.

\_\_\_\_\_ *Historia da Inteligencia Brasileira*.

MEDEIROS, Ana Lúgia & D'ARAÚJO, Maria Celina. **Vargas e os Anos 50**. Rio de Janeiro. Centro de Pesquisa em documentação Histórica Contemporânea do Brasil \_CPDOQFGV, 1983.

MANNHEIM, Karl. *O Problema sociológico das gerações*. In: FORACCHI, Maralice (org) **Karl Mannheim**. São Paulo: Ática, 1982. (Os grandes Cientistas Sociais; 25). Pags, 67-95.

\_\_\_\_\_ **Sociologia da Cultura**. 1º Reimpressão da 2ª Edição. São Paulo: Perspectiva, 2004.

\_\_\_\_\_ "*Planificação democrática e educação*". IN:FORACCHI,M e PEREIRA, L.(orgs.) **Educação e Sociedade**.(p. 388-413) São Paulo: Companhia Editora nacional, 1983. 11ª Edição. (p.343-356)

MENDONÇA, Ana Waleska P.C. *A universidade no Brasil*: IN: **Revista brasileira de Educação**.mai/jun/jul/ago 2000. Nº 14(pp.13150).

\_\_\_\_\_ **O educador:** de intelectual a burocrata. *Educ. Soc.* [online]. 1997, v. 18, n. 58 [cited 2009-01-26], pp. 156-172

\_\_\_\_\_ **Anísio Teixeira e a universidade de educação**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2002.

\_\_\_\_\_, e XAVIER, Libâneo. "O INEP no Contexto das Políticas do MEC (1950/1960)". IN: <http://www.educacao.ufrj.br/revista/indice/numero1/artigos/artigo6.php>. [cited 2009-01-20]

MENEZES, Ebenezer Takuno e SANTOS, Thais Helena dos."INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais)" (verbete). **Dicionário Interativo da Educação Brasileira** - EducaBrasil. São Paulo: Midiamix Editora, 2002, <http://www.educabrasil.com.br/eb/dic/dicionario.asp?id=373>, acessado em 7/1/2009.

MEUCCI, Simone. **Gilberto Freyre** e a sociologia no Brasil: as sistematização à constituição do campo científico. Campinas: s.n, 2006.

\_\_\_\_\_. **Os primeiros manuais didáticos de sociologia no Brasil**.IN: Estudos de Sociologia. p.121-130. Disponível em: [http://www.fclar.unesp.br/soc/revista/artigos\\_pdf\\_res/10/07-meucci.pdf](http://www.fclar.unesp.br/soc/revista/artigos_pdf_res/10/07-meucci.pdf).

\_\_\_\_\_. *A Experiência docente de Gilberto Freyre na Escola Normal de Pernambuco*. IN: Salvador, v. 18, n. 44, p. 207-214, 2005.

MICELI, Sérgio, (org.) **História das Ciências Sociais no Brasil**, volume 2. São Paulo: Editora Sumaré: FAPESP, 1995.

\_\_\_\_\_. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

\_\_\_\_\_. **Condicionantes do desenvolvimento das ciências sociais no Brasil. (1930-1964)**. Disponível em: [http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs\\_00\\_05/rbcs0501.htm](http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_05/rbcs0501.htm). Acesso em 28/09/2007.

MICHELOTTO, M. R. *UFPR:Uma universidade para a classe média*. In: MOROSINI, M. C.(Org) **A Universidade no Brasil: concepções e modelos**. Brasília-DF: Inep, 2006, p. 73-84.

MIGLIOLI, Jorge. *Estado e Burguesia no Brasil nas décadas de 1950 e 1960*. IN: CRESPO, Regina Aída, FALEIROS, Izabel Leme.(orgs.) **Humanismo e compromisso: ensaios sobre Octavio Ianni**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.

MONARCHA, Carlos. **A reinvenção da cidade e multidão**. Dimensões da modernidade brasileira: a escola nova. São Paulo: Cortez, 1989.

MORAES, Ricardo (Org.). **Inteligência brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

MOTA, Carlos Guilherme. **Ideologia da cultura brasileira: 1933-1974**. 6.ed. São Paulo:Ática, 1990.

NEOTTI, frei. **Depoimento**. Disponível em: [www.observatorio.ultimosegundo.ig](http://www.observatorio.ultimosegundo.ig).

com.br/artigos.asp?cod=447FDS008 – 77k.ISSN 1519-7670 - ANO 12 - Nº 447 –: 21/8/2007 Acesso em 12/12/2007.

NORONHA, Andrius. *Elite Intelectual no Rio Grande do Sul*. IN: Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional. V. 4, n. 4,, set-dez/2008. Taubaté, São Paulo. (p 121-135).

NIROÁ, Z. R. R. Glaser. **Meio século de educação na UFPR**: uma crônica desde a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e Instituto de Educação anexo ao Setor de Educação. Curitiba: UFPR, 1988.

OLIVEIRA, Lucia Lippi (coord.) **Elite intelectual e debate político nos anos 30**: uma bibliografia comentada da revolução de 1930. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1980.

\_\_\_\_\_, A Questão nacional na Primeira República. São Paulo: Brasiliense, 1990.

OLIVEIRA, Márcio. (org). **As Ciências Sociais no Paraná**. Curitiba: Prottexto, 2006.

\_\_\_\_\_. *O Brasil diferente de Wilson Martins*. IN **Caderno CRH**. Salvador. V.18, n.44 p. 215-221. Mai/ago 2005. Disponível em: [www.cadernocrh.ufba.br/include/getdoc.php?id=843&article=48&mode=pdf](http://www.cadernocrh.ufba.br/include/getdoc.php?id=843&article=48&mode=pdf)

OLIVEIRA, Marcos Marques de. *As origens da educação no Brasil da hegemonia católica às primeiras tentativas de organização do ensino*. IN: **Ensaio: aval.pol.públ.Educ.**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 45, dez. 2004. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-362004000400003](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-362004000400003) & lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 14 jan. 2009. doi: 10.1590/S0104-40362004000400003.

ORTIZ, Renato. **A moderna tradição brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

\_\_\_\_\_. **Cultura e modernidade**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

\_\_\_\_\_. **Ciências Sociais e trabalho intelectual**. São Paulo: Olho d'água, 2002.

\_\_\_\_\_. (org.) **A sociologia de Pierre Bourdieu**. São Paulo: Olho d'água, 2003.

PAIVA, Aparecida. **A voz do Veto**: a consura católica à leitura de romances. Belo Horizonte: Autêntica, 1997.

PARAHYBA, Maria Antonieta e LOPES, Lucas (coord). **Memória do desenvolvimento**. FGV – Centro da Memória da Eletrecidade. Rio de Janeiro, 1991.

PAPA PIO XI: **Carta Encíclica Divini Illius Magistri**. Disponível em:



[http://www.vatican.va/holy\\_father/pius\\_xi/encyclicals/documents/hf\\_p-xi\\_enc311219\\_29\\_divini-illius-magistri\\_po.html#fn13.](http://www.vatican.va/holy_father/pius_xi/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc311219_29_divini-illius-magistri_po.html#fn13)

PASSANI, Enio. **Na trilha do Jeca**: Monteiro Lobato, o público leitor e a formação do campo literário no Brasil. IN: Sociologias, Porto Alegre, Ano 4, Numero 07, Jan/jun 2004. p 254-270.

PEREIRA, Gilson R. de M.. Eufemismo e cumplicidade objetiva nos primórdios do campo educacional brasileiro. Um caso exemplar de 1860. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 20, n. 66, Apr. 1999 . Disponível em: < [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73301999000100003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73301999000100003&lng=en&nrm=iso)>. access on 02 Apr. 2008. doi: 10.1590/S0101-73301999000100003.

PEREIRA, Silvio Luiz Gonçalves. **Seleções do Reader's Digest, 1954-1964**: um mapa da intolerância política. São Paulo, 2006. Tese (Doutorado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo.

PEETERS, Madre Francisca. **Noções de Sociologia**. Rio de Janeiro: Melhoramentos, 1935.

PIERUCCI, Antonio Flávio/et al/. **O Brasil Republicano**: economia e cultura (1930-1964).3º Ed. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1995.

PILOTO, Valfrido. **Universidade Federal do Paraná**: primórdios - modernização - vitórias. Curitiba, 1976.

PINHEIRO FILHO, Fernando Antonio. *A invenção da ordem*: intelectuais católicos no Brasil. **Tempo Social.**, São Paulo, v. 19, n. 1, 2007. PP 33-49.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. (et al.).**O Estado Autoritário e Movimentos Populares**. Rio de Janeiro; Paz e Terra,1979.

PIVA, Luiz Guilherme. **Ladrilheiros e semeadores**: a modernização brasileira no pensamento político de Oliveira Vianna, Sérgio Buarque de Holanda, Azevedo Maral e Nestor Duarte ( 1920-1940). São Paulo: Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo; Ed.34, 2000.

PONTES, Heloísa. **Destinos Mistos**: os críticos do Grupo Clima em São Paulo (1940-68). São Paulo: Companhia da Letras, 1998.

\_\_\_\_\_. *Retratos do Brasil*: editores, editoras e “Coleção brasileira” nos anos 30, 40, 50. IN: MICELI, IN: **História das ciências Sociais no Brasil**. Vol. 1. São Paulo: Sumaré/IDESP, 2001.

RANGER, Fritz. **O declínio dos mandarins alemães**. São Paulo: Editora

Universidade de São Paulo, 2000.

PROSSER, Elizabeth Seraphim. **Cem anos de sociedade, arte e educação em Curitiba**: 1853-1953: da escola de Belas Artes. Industriais, Mariano de Lima, à Universidade do Paraná e escola de Música e Belas Artes do Paraná. Curitiba: Imprensa Oficial, 2004.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa carioca nos anos 1950*. IN: **CPDOC/FGV . Estudos Históricos, Mídia**, n.31, 2003.

RIBEIRO, M. L. **História da Educação Brasileira. A Organização Escolar**. Campinas, Autores Associados, 2003

RODRIGUES, Helenice. **Fragmentos da história Intelectual**: entre questionamentos e perspectivas. Campinas: Papirus, 2002.

ROMANELLI, O. **História da educação no Brasil 1930-73**. Petrópolis, Vozes, 1978.

ROMANCINI, Richard. *Periódicos brasileiros em comunicação: histórico e análise preliminar*. IN: **IV Encontro dos Núcleos de Pesquisa da INTERCOM**. GT 04.

ROSA, Alberto Asor. Intelectuais. IN: Enciclopédia Einaudi, V. 22: **Política**. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1996.p, 151-178.

ROSA, Marcelo. *Oligarquias agrárias, o Estado e o espírito do neoliberalismo no Brasil*. IN: **Cultura y Neoliberalismo**. Grimson, Alejandro. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires. Julio 2007. ISBN: 978-987-1183-69-2. Disponível em: [http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/grim\\_cult/Rosa.pdf](http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/grim_cult/Rosa.pdf).

RUGAI, Elide & REGO, Walquiria. (orgs.) **Intelectuais e Política**: a moralidade do compromisso. São Paulo: Olho D'Água, 1999.

\_\_\_\_\_. **Um debate sobre a situação do negro no Brasil. UNESCO**

SAID, Edward. **Representações do intelectual**: as conferências de Reith de 1993. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SALEM, Tânia. *Do centro Dom Vidal à Universidade Católica*. IN: SCHWARTZMAN, Simon. **Universidades e Instituições Científicas no Rio de Janeiro**. Brasília, CNPQ, 1982.

SALLES, Fernando Casadei. **A educação pública no Brasil**: Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira, Florestan Fernandes e Darcy Ribeiro. Série- Estudos. Periódico do Mestrado em Educação da UCDB. Campo Grande- Ms, n. 12, p 87-99, jul/dez. 2001.

SANFELICE, José Luis. O Manifesto dos educadores (1959) à luz da História. IN: *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 28, n. 99, p. 542-557, maio/ago. 2007. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>.

SANTOS, Maria Margareth. **FREI PEDRO SINZIG** – o apóstolo da boa imprensa. IN: Anais do I Seminário sobre o livro e história editorial. Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <http://www.livroehistoriaeditorial.pro.br/pdf/mariamargaretasantos.pdf>

SANTOS, Israel. *A Igreja Católica na Bahia na Primeira República (1890-1930)*. IN: BELLOTTI, Karina e VALERIO, Mairon. **Dossiê Religião**. N.4 – abril 2007/julho 2007.

SARLO, Beatriz. **Conflitos e representações culturais**. In: Novos Estudos, CEBRAP. 75. Julho de 2006.pag 81-91.

\_\_\_\_\_ A voz universal que toma partido? IN: MORAES, Denis. Combates e utopias: os intelectuais num mundo em crise. Rio de Janeiro: Record, 2004.(pags 173-184)

SARTRE. J. **Em defesa dos intelectuais**. São Paulo: Ática, 1994.

SCHWARTZMAN, Simon. BOMENY, Helena e COSTA, Vanda. **Tempos de capanema**. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo/ Paz e terra, 1984. SCHWARTZMAN, Simon. **A universidade primeira do Brasil**: entre Intelligentsia, padrão internacional e inclusão social. Estudos Avançados, v. 20; n,56, São Paulo. IEA-USP, 2006. (pp161-189).

\_\_\_\_\_(org.) **Universidades e Instituições Científicas no Rio de Janeiro**. Brasília, CNPQ, 1982.

SIMMEL, Georg. **Questões fundamentais da sociologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

\_\_\_\_\_ *EL extranjero*. IN: **Sobre la individualidad y las formas sociales**. Quilmes: Universidad Nacional de Quilmes Ediciones, 2002. p, 211-217.

SÒRA, Gustavo. **A arte da Amizade**: José Olympio o campo de poder e a publicação autenticamente brasileira. IN: Anais do I Seminário Brasileiro Sobre o Livro e Mercado Editorial. FCRB- UFF/PPGCOM – UFF/LIHED. 08 a 11 de novembro de 2004.

SPINK, Peter. *Análise de documentos de domínio público*. IN: SPINK, Mary Jane (org.). **Práticas Discursivas e Produção de Sentido**: aproximações teórico-metodológicas. São Paulo: Cortez.

STRASSER, Hermann. **O surgimento da teoria sociológica moderna**. Rio de

janeiro: ZAHar, 1976.

SUASNANÀBAR, Claudio. **Universidad e intelectuales**: educación y política em La argentina (1955-1976). Buenos Aires: Manantial, 2004.

TEIXEIRA, Anísio. *Educação Escolar no Brasil*. IN:FORACCHI,M e PEREIRA, L.(orgs.) **Educação e Sociedade**.(p. 388-413) São Paulo: Companhia Editora nacional, 1983. 11º Edição.

TEIXEIRA, Anísio.*Educação no Brasil*. São Paulo: Companhia Editorial Nacional/MEC, 1976. Série Atividades Pedagógicas, v.I 32.

TOLEDO, Caio Navarro de. **ISEB**: fábrica de ideologias. São Paulo: Editora Àtica, 1982.

TORRESINI, Elizabeth. *As Coleções da Livraria Globo de Porto Alegre*. IN: **Anais do I Seminário Brasileiro Sobre o Livro e Mercado Editorial. (1930-1950)**. FCRB-UFF/PPGCOM – UFF/LIHED. 08 a 11 de novembro de 2004. Casa Rui Barbosa. Rio de Janeiro, Brasil.

TOSTA, Sandra. **Jornal de opinião**: história e identidade na imprensa católica em Belo Horizonte – M.G. disponível em:[www.eca.usp.br/alaic/ Congreso1999/6gt/sandra%20tosta.rtf](http://www.eca.usp.br/alaic/Congreso1999/6gt/sandra%20tosta.rtf).

TRINDADE, Etelvina Maria de Castro; ANDREAZZA, Maria Luiza. **Cultura e educação no Paraná**. Curitiba: SEED, 2001.

TRINDADE, Fernando. *Ernani Maria Fiori e a reforma universitária dos anos 60*. IN: **FILOSOFIA E POLÍTICA** 4. Curso de Pós- graduação em Filosofia e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Departamento de Filosofia da Universidade de Campinas. UNICAMP/UFRGS, Porto Alegre: LP&M:CNPQ:FINEP, 1987.(pags.166-183).

TRINDADE, Hélgio. **Saber e poder: os dilemas da universidade brasileira**. *Estud. av.* [online]. 2000, vol.14, n.40, pp. 122-133. ISSN 0103-4014.

\_\_\_\_\_, Helgio Trindade (org.). **Universidade em ruínas na república dos professores**. 2ªed., Petrópolis, Vozes / Cipedes, 2000.

VERÌSSIMO, José. **Homens e Coisas Estrangeiras** (1899-1908). Rio de Janeiro: Topbooks, 2003.

LOBOS, João Eduardo. *O problema dos valores na formação e no funcionamento do sistema educacional brasileiro*. IN: **Revista brasileira de estudos pedagógicos**. Vol. XXXII. N° 16. Out- Dez. 1959. (pags: 34-49).

WACHOWICZ, R. C. **Universidade do mate**: história da UFPR. Curitiba: APUFPR, 1983.

WARD, Philip. *Diccionario Oxford de literatura española e hispanoamericana*. Barcelona: Crítica, 1984.

WARLEY, Jorge. **Vida cultural e intelectualizes em la década de 1930**. Centro editor de América Latina, Buenos Aires, 1986.

WATERS, Lindsay. *Inimigos da esperança: publicar, perecer e o eclipse da erudição*. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

WEFFORT, Francisco C. **Formação do pensamento político brasileiro**: idéias e personagens. São Paulo: Editora Ática, 2006.

WESTPHALEN, C. M. **Faculdade de Filosofia e Letras do Paraná – 50 anos**. Curitiba: SBPH-PR, 1988.

\_\_\_\_\_. **Universidade Federal do Paraná**. Curitiba: SBPH-PR, 1987.

WILLIAMS, Raymond. **Palavra chave**: um vocabulário de cultura e sociedade. São Paulo: Boitempo, 2007.

XAVIER, Libânea Nacif. **Para além do campo educacional**: um estudo sobre o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932). Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

\_\_\_\_\_. *O Manifesto dos pioneiros da educação nova como divisor de águas na história da educação brasileira*. IN: XAVIER, M do C. ORg. **Manifesto dos pioneiros da educação**: um legado educacional em debate. Rio de Janeiro: FGV, 2004.